

ELIZABETH CANCELLI

O MUNDO DA VIOLENCIA:

REPRESSAO E ESTADO POLICIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

Tese apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História.

Este exemplar corresponde à entrega final da tese defendida e aprovada pela Comissão julgadora, em 29/08/91

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Stella M. Bresciani

Campinas

- 1991 -

Dedico esta tese às mulheres e aos homens que ao longo da história da humanidade nunca se conformaram, mesmo porque o conformismo é o pior dos sentimentos; àqueles que possuem e possuíram sua Fortaleza Interior, qualidade pertencente ao caráter de uma pessoa, que, segundo Hannah Arendt, choca-se contra a natureza dos grupos e do seu poderio, ávidos em voltar-se sempre contra a independência.

à liberdade, dignidade, privacidade e a uma vida pública onde os fins nunca mais justifiquem os meios e onde o homem possa se realizar no mundo do político.

Os Agradecimentos

Foram felizes os anos passados em Campinas. Eu teria que, primeiro, agradecer ao conjunto de pessoas que ao longo do tempo me fez sentir tão bem, não só na Unicamp, mas fora dela. Eu deveria pensar que todo o crescimento intelectual que tive desde que ingressei no mestrado, em 1979, não seria possível sem os amigos que fiz, os conhecidos que até hoje são importantes de ver, e tantas recordações boas e construtivas. Sem inimigos, sem desafetos, sem nada destas coisas que fazem o dia-a-dia da gente se tornar pesado.

Em Capinas não! Não carrego nenhuma lembrança amarga. Foi um longo caminho. Tão duro, às vezes, que cheguei a vacilar sobre a validade de dispender tanto tempo de minha vida na tentativa de traçar uma trajetória acadêmica. Mas a cidade, e

neste particular a Unicamp, me incutiu definitivamente o fascínio e a curiosidade intelectual. Foi assim que a vontade de fazer coisas e um pouco do dever de dar a contrapartida aos responsáveis por muito deste fascínio me fizeram voltar ao trabalho na Universidade.

Eu gostaria muito de agradecer à Stella Bresciani por todos estes anos. O agradecimento não é exclusivamente pela orientação da tese de mestrado e, agora, por este trabalho de doutorado. É bem maior do que isto: é uma mescla de admiração pela postura de vida, profissional e acadêmica, que eu tive a oportunidade de dividir. É um outro pouco pelo carinho, pela afeição e pelo respeito que sempre senti por parte dela. E é ainda pela sua capacidade e honestidade intelectual. Devo à Stella o reconhecimento pela paciência que teve, mesmo quando me viu traçar caminhos bastante convulcionados, deixando que eu caminhasse por minhas próprias pernas nos momentos em que achou mais conveniente.

Tenho certeza que este percurso carrega as lembranças mais carinhosas e intelectualmente mais enraizadas. Obrigada, Stella.

Aos meus colegas da Unicamp, tanto os de mestrado - cujas recordações permanecem -, como os de doutorado, pela experiência cordial, alegre e pela camaradagem. Em especial à Cristina Lopreato, a quem é sempre bom rever, à Maria José Trevisan e à Margareth Rago.

Ao Edgar De Decca, sempre uma pessoa estimulante. Ao Alcir Lenhardo pela boa vontade, incentivo e sugestões e ao Italo Tronca, pela atenção e pelo carinho.

Na UnB, gostaria de estender meus agradecimentos a todo o Departamento de História pela acolhida profissional e pelo respeito intelectual, principalmente a Geny Costa e Silva, ao Amado Cervo e à Tereza Kirschner. Aos alunos de graduação e de pós-graduação; em especial à Débora Bithiah de Azevedo, pela disposição e interesse intelectual, amizade, incursões conjuntas

ao Arquivo e à Biblioteca Nacional, e pelo trabalho de revisão final; à Adriana Cardoso; Regina Behar; e José Luiz Franco. Ao Lacé Breyer, pelos ensinamentos no computador.

A Geralda Dias, minha colega de trabalho e amiga detantos anos, devo uma atenção especial, por sua ética e por sua disposição para a vida.

Cristina Velho, com seu jeito solidário e gentil, me ajudou não só com sua amizade, mas com a revisão da tese desde os primeiros escritos, até a parte final. Gracias.

A D. Hilde End, a quem eu conheço desde os tempos de criança, através das relações de vizinhança que travou com minha família no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, quero agradecer por ter pacientemente se sentado comigo durante o período de festas de Natal e traduzido a documentação do Ministério das Relações Exteriores do Reich.

Agradeço ao prof. Warren Dean, pois através de sua gentil disposição foi-me possível receber uma carta de aceite que

viabilizou minha ida para pesquisa nos Estados Unidos, com bolsa da CAPES, instituição cujo incentivo e dedicação também faço questão de deixar registrados.

Ao pessoal do Arquivo Nacional, especialmente a Beth e a Claudia, pelo profissionalismo difícil de se encontrar em qualquer outra instituição de pesquisa.

E a Secretaria de Pós-graduação do IFCH, que, na figura de Lurdinha, sempre fez todos os esforços ao seu alcance para facilitar a vida acadêmica dos alunos e professores. A Fátima, pelas facilidades no xerox.

Quero ainda agradecer a Cecília Collares, Angela Carneiro e Conceição, as constantes acolhidas em Campinas.

A banca examinadora, meu muito obrigada.

Um agradecimento muito especial deve ser feito à minha família, sempre tão solidária e calorosa. Ajudou muito, nada cobrou, e ainda contribui com seu bom humor e respeito à individualidade de cada um.

Para o Beto, gostaria de pedir desculpas pela atenção que lhe foi roubada, pelos momentos de insegurança, por alguns sustos. Obrigada pela paciência, o carinho e o calor.

Beth Cancelli

Julho de 1991

INDICE

1. Apresentação.....	13
2. Introdução: Estar Perplexo.....	21
3. Capítulo I: O contrapiso e a violência.....	40
A mítica da violência.....	41
O arco e as pedras.....	55
No espaço urbano.....	70
A máquina da propaganda.....	74
A instabilidade política e social.....	77
4. Capítulo II: A organização policial.....	95
A organização.....	98
Politicizando o trabalho policial.....	107
As verbas secretas e especiais.....	118
O controle interno.....	123
O Congresso de Policia.....	131
As outra policias e o trabalho secreto.....	134
Anexos.....	142

5. Capítulo III: A Polícia em ação.....	153
Como agir.....	157
Os comunistas, estes privilegiados.....	165
A perseguição.....	170
O acordo com a Gestapo.....	180
A população em atividade.....	191
A vez da ação.....	203
O Tribunal de Segurança Nacional.....	210
6. Capítulo IV: A Polícia nas ruas.....	221
Os estranhos e intolerados.....	245
O judeu.....	254
Armando-se para o combate.....	264
As denúncias e perseguições.....	282
Fazendo a repressão.....	296
Anexos.....	323
7. Capítulo V: Na prisão.....	353
As prisões.....	366
O inferno da impotência.....	389
A saga dos doentes.....	400
A miséria da fome.....	414
O mundo das súplicas e o fim da existência jurídica.....	418
O Fim de tudo.....	438
Anexos.....	440
8. Bibliografia.....	447

"Marco Polo decreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? - pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra - responde Marco -, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

Sem pedras o arco não existe".

Italo Calvino

"Si la dégradation de l'énergie - l'entropie - constitue la loi fondamentale d'univers, la loi fondamentale de la vie est au contraire la lutte contre cette entropie et pour le développement de sa propre structuration. La vie résiste à toute uniformité. Sa perspective n'est pas l'uniformisation, mais la différenciation; elle est résistance au statu quo, quête de neuf, inquiétude de la transcendance".

Václav Havel

APRESENTAÇÃO

Quando estava fazendo minha tese de mestrado que girava em torno da Marcha para o Oeste e dos fundamentos do Estado Totalitário no interior da campanha mítica de ocupação do centro-oeste brasileiro, fiquei cada vez mais impressionada com as sugestões que a documentação fazia, relativas ao peso, importância e caráter decisivo que a organização policial tivera para o Estado desde dos anos 30.

A vontade de fazer uma pesquisa que recuperasse a polícia de concepção e de ação totalitária aumentava ainda mais, porque, de maneira geral, os estudos sobre o período, quando muito, ficavam restritos à questão sindical, à legislação trabalhista e de caráter corporativo, e aos aspectos de perseguição política que culminaram com o fechamento da ANL, o esfacelamento do Partido Comunista, e o fim dos partidos políticos para, então, chegar à decretação do Estado Novo.

As referências ao período, no circuito das táticas repressivas, eram feitas, na realidade, de uma maneira muito mais adjetiva do que analítica, deixando uma lacuna considerável à

compreensão destas estratégias de repressão e de seus significados e desdobramentos políticos. Daí, as generalizações, e a impressão, sempre latente, de que o corpo repressivo do Estado existia com o único intuito de abafar a voz do Partido.

1
Comunista .

2
Grande parte dos trabalhos que se debruçam, de uma maneira ou de outra sobre, o período, negligenciou a presença das multidões nas grandes cidades e o caráter de massa que passa a ser dado à população como um todo - na medida mesma em que as massas surgem do fragmento das sociedades atomizadas -, ou o projeto político de um Estado que se auto-impõe a tarefa de promover a inovação moral e política de toda a sociedade sob os contornos ideológicos totalitários.

A razão de estudar o aparato policial partiu do pressuposto de que "toda forma de manifestação ideológica se

1. Uma posição prática para a legitimação do PC que se pretendia o real e legítimo porta-voz da classe operária, e única via de acesso à redenção final da humanidade.

2. Excessão heróica a Alcir Lenharo, Lúcia Lippi, Angela de Castro Gomes, Monica Pimenta Velloso, Michael Hall, Paulo Sérgio Pinheiro e Stella Bresciani.

organiza no interior da ação e só nela faz sentido", de que a dinâmica interna e externa da instituição policial é não só parte integrante da dinâmica social, como a polícia se situa como elemento fundante da manutenção de poder e da ação do Estado Totalitário e da legitimação que ele pretende dar à violência e a seus vários instrumentos de violência.²

Até aqui, apesar do aparato policial ser o principal instrumento de ação para a disseminação do terroros estudos encontravam-se contrados, principalmente, onde evidências de terrorismo, bárbario ou indícios de golpes políticos eram mais evidentes. Como se a polícia fosse apenas uma instituição a ser acionada em determinados momentos e marginal no interior da mítica totalitária. Não é, por isso, possível encontrar nenhum estudo sistemático e ao mesmo tempo analítico e interpretativo da organização policial, da sua inserção política e social, de sua

1. Bresciani, Maria Stella Martins. As voltas de um parafuso.

2. Falando sobre Foucault, Ignatieff comenta que a nova história "tenta considerar as instituições não como uma entidade administrativa, mas como um sistema social de dominação e resistência". Ignatieff, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. p. 187.

relação com os castigos impostos e as prisões, da vigilância social em um Estado que tem em seu projeto político o progressivo cerceamento da ação e do discurso: enfim, da vida pública.

Na verdade, a vigilância constante sob a qual fora colocada toda a sociedade, a importância cada vez maior que adquiriu o aparato policial, evidenciando a disponibilidade da polícia no interior do projeto político que não se absteve de aprisionar ou liquidar certas categorias da população, sempre passaram despercebidas pela historiografia do Brasil. A razão, e por isso a adjetivação usada pela literatura histórica, ao invés da análise, é que os estudos não tocavam naquilo que Foucault, ao revolucionar a maneira como se procediam os estudos históricos, dizia ser fundamental: como, por quê, onde e para que a ação se objetivava.

O que foi buscado na pesquisa, sob este ponto de vista, é, além da existência da tortura, da repressão, dos crimes, do medo, etc., o como isto tudo passara a ser acionado pelo Estado em seu exercício de poder. E daí brigarmos frontalmente com uma

historiografia que aponta o intervalo de tempo entre 1930 e 1945,
como um período de "confusão ideológica"¹, quando, na verdade,
trabalhos recentes demonstram que existia um conjunto de idéias
muito bem articulado e que tinha matrizes comuns: a resposta,
através de um projeto político totalitário, a uma sociedade de
massas e ao homem fragmentado.

Quanto às supresas que a investigação histórica deste
trabalho produziu, estão as certezas de que o projeto político
que se torna hegemônico e popularmente aceito pós-30 funda-se na
busca de uma identidade nacional que impressione o homem de seu
tempo, conformado como espectador; na manipulação dos
sentimentos, das paixões; e na aposta da brutalidade do
totalitarismo como forma de impulsão das massas e da manutenção
de poder.

Não existe, por isso, nenhum corte temporal em 1937,

1. É pena que um estudo tão instigante quanto o de Tucci Carneiro
tenha se emaranhado neste prisma, e chegue a afirmar que "a
política de repressão institucionalizada adotada pelo Brasil
contra as áreas de colonização alemã (1938), sob a denúncia de
infiltração nazista, era contrária aos interesses da elite
política". Carneiro, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na era
Vargas. p. 135.

com a decretação do Estado Novo ou coisa que o valha. Existe, isto sim, um desenrolar histórico matizado por um determinado projeto político. E assim que a pesquisa seguiu, deixando-nos prontos a afirmar que o Estado vai ser dual (o institucional e o de prerrogativas); a prisão torna-se um campo de segregação para a ação do regime e da Polícia, onde os homens são gerenciados no sentido de demover o cidadão de sua condição humana e jurídica; a falta de princípios policiais garante a eficácia do poder; a Polícia se produz e reproduz como o grande agente de instabilidade social; a população participa do sonho totalitário; passa a existir um padrão totalitário independente; criam-se clichês; a criação de inimigos objetivos justifica as medidas repressivas e a centralização do aparelho policial; aprofundam-se preconceitos e hostilidades aos estrangeiros e seus descendentes, quebrando-se o mito da aceitação nacional em relação a ou as nacionalidades; e a ação do Estado modifica a noção de cidadania que a sociedade pudesse ter construído até aquele momento.

Finalmente, chamaria a atenção para o cinismo das
1
autoridades, para o repulsivo papel desempenhado pelo Ministério
2
das Relações Exteriores, e para as responsabilidades políticas do
grande líder - Getúlio Vargas -, em torno do qual ainda hoje
vários partidos políticos tentam reviver glórias.

1. Ao contrário de qualquer vacilação política, como
tradicionalmente é enfatizado pela historiografia.

2. Não é gratuito o fato dos historiadores praticamente não terem
acesso à documentação do Itamarati. Ela poderia comprometer ainda
mais a imagem "ilibada" que aquela instituição tenta fazer de si
mesma, ante os olhares incrédulos dos que enxergam sua alma.

INTRODUÇÃO

ESTAR PERPLEXO

Fazer perguntas sobre si mesmo não é e nem jamais será um privilégio do homem contemporâneo. Qual a maneira de perguntar e o quê perguntar, estas parecem ser as chaves que revelam o tipo de angústia e de perplexidade que envolvem a vida e a fragmentação no século XX. No cinema, no teatro, na música, na literatura, na filosofia e na própria história, certas questões estão continuamente em evidência. Algumas giram ao redor de si mesmas, outras são palpitantes e agressivas porque estimulam novas indagações do homem em seu dia a dia. Duas presenças, pelo menos, são contínuas: a multidão e a solidão. Aparentemente, ambas deveriam ser incompatíveis. Nunca o homem da multidão deveria ser solitário. Mas não parece ser esta a realidade que cerca este homem.

A banalidade da história mostrada por Wim Wenders, em Paris, Texas, e sua sensibilidade ao retirar para a tela alguns dos traços que mais pressionam a vida na sociedade de massa, nos

chocam. Wenders desnuda o vazio da vida de Travis e sua incapacidade de manter laços de solidariedade, a estranha relação com os objetos, a ausência de memória, a busca desesperada pela identidade, a presença no mundo como espectador, o diálogo possível apenas através de falsos espelhos, a tentativa de unir alguma coisa qualquer; nem que seja apenas através do cinema ou da fotografia - apesar de sua fragmentação -, a personagem que segue trilhas, fios de luz ou trilhos de trem, a vida vista apenas através de binóculos ou janelas, o menino que se relaciona melhor com a galáxia porque ainda mantém a espontaneidade. Nada pensar: fazer, fazer, fazer. Movimentos rápidos, ligeiros e ágeis. Caminhar, caminhar, caminhar. O medo de saber o que se passa, que as coisas acabam; daí a aventura de acabar com tudo, rapidamente, totalmente, com muita paixão.

Parece ser surpreendente que, ao mesmo tempo, Wenders consiga viver no cinema, com tanta força de expressão, a banalidade do homem contemporâneo. A temática é encontrada simultaneamente em *Rosa Púrpura do Cairo*, de Woody Allen,

Malpertuis, de Harry Kufel, para falar em alguns títulos do cinema, ou nos romances de Peter Handke, ou nas anotações de Hannah Arendt, ou na música de Gato Barbieri. Todo este conjunto de questões que afoga o dia-a-dia na contemporaneidade carrega a nova maneira de fazer perguntas e o quê perguntar.

A fragmentação criada pelo homem ao longo de sua história e presente neste século em toda a sua densidade, se expressa e se expõe. Entretanto, quando são feitas perguntas de como, na sua forma de expressão política, a torrente das paixões - por si só cegas - se faz presente neste mundo da sociedade de massas. Queda-se atônito o observador que não se curva diante da perplexidade do homem contemporâneo em relação a si próprio.

A avassaladora tendência mundial de uma nova guinada política ao longo dos últimos anos, para responder, cultivar e estimular os movimentos e formas de repressão totalitárias, não se encontra alheia a esta inquietude do homem em relação a si mesmo. É claro que as saídas encontradas em Breve carta para um longo adeus de Peter Handke, por exemplo, de maneira alguma são aquelas matizadas pelo ideário totalitário. Mas por que pensar ou

adjetivar de maneira rápida essas tendências como de retrocesso, como forma passada de história? Mais complexa que na década de 30, quem sabe ainda mais violenta, a vida do homem contemporâneo e as respostas por ele encontradas para fazer frente à solidão e para repudiar a imposição de retirar das comunidades um lugar no mundo e transformá-las em massa, excluindo-as da vida pública, não são formas passadas de história. A necessidade de dar alguma aparência de coerência através da ânsia pela ficção ou da fuga da realidade da forma mais obsessiva, violenta, cega, mítica e criminosa não se configura como um déjà vu, uma repetição insana da história do homem. Faz muito mais parte desta condição humana no mundo moderno e contemporâneo. A farta manipulação de sentimentos, da paixão, do ódio e da brutalidade no totalitarismo mexem fundamentalmente com a reação dos que ficaram relegados à condição de espectadores conformados. A noção de movimento continuo imprime a aparência de rompimento com a solidão e com a multidão sem laços de solidariedade.

Entretanto, esta visível tendência para a direita, nas

suas mais variadas formas de manifestação política, segue, teimosamente, em particular na literatura histórica e política, sendo tratada como consequência de manipulação ideológica. E, neste sentido, é muito recente a produção acadêmica que se engaja nesta torrente que percebe o homem contemporâneo imerso na sociedade de massas. Neste caso, a própria construção das formas de representação totalitária que trabalha com os sentimentos das massas aponta para aspectos de natureza política que escapam às análises mais tradicionais. Não basta a adjetivação genérica de autoritário, fascista, populista. Cabe penetrar no discurso e nas práticas de uma forma repleta de perplexidade.

LEMBRANÇAS

Na tentativa de resgatar o narrador perdido ¹, o livro

1. A referência é feita ao trabalho de Benjamin, O narrador: observações sobre a obra de Nikola Leskow. Benjamin, Walter. In: Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas.

de Ecléa Bosi, Memória e Sociedade, busca, na figura do velho, o tempo da ação. Nesta reconstrução do passado, Ecléa reordena as lembranças que colhe em tempo interior, tempo social, memória política, memória do trabalho e importância social da memória. É verdade que, neste reordenamento que faz no quarto e último capítulo, essas peculiaridades aparecem separadas muito mais a título de apresentação; elas estão, coerentes com o trabalho da autora, fortemente imbricadas. É, embora Ecléa não explicita a maneira pela qual fez vir à tona essas lembranças de velho, parece ser, inegavelmente, a afetividade o mote que fez as várias personagens reconstruírem a história, enquanto memória. Este sentimento de afetividade aparece de duas formas cristalinas e diferentes no livro de Bosi: a primeira, é a maneira pela qual recordam, saudosa e construtivamente com uma visão romantizada do passado, ponto chave de resgate das lembranças; a segunda, é quando os velhos expressam, no interior das entrevistas, sua alegria em poder recordar. Não é, pois, gratuitamente que Ecléa

1. Bosi, Ecléa. Memória e Sociedade, lembranças de velhos.

recorre a Benjamin na tentativa de resgatar o narrador. Walter Benjamin, sensibilizado com a modernidade, diz que a narrativa carrega sua utilidade, seja na lição moral, indicação prática, ditado ou norma de vida, e o narrador é quem dá conselhos; mas também diz que é a própria modernidade quem está acabando com a sabedoria ou que, como mesmo sublinha Bosi, "na época da informação (...) diminui a comunicabilidade das experiências (...). No romance moderno, o herói sofre as vicissitudes do isolamento, e se não consegue expressá-las de forma exemplar para nós, é porque ele mesmo está sem conselho e não pode dá-lo aos outros".¹

Chama a atenção o fato de que neste exercício de Bosi para recuperar a ação e a memória dos velhos, ela tente fundar espaço para o narrador, mesmo partindo da constatação de que não há espaço no mundo moderno para esta figura. Como observou Marilena Chauí na Apresentação do livro, Ecléa fala dos velhos como desarmados de sua função de lembrar e aconselhar, unir o

1. Bosi, Ecléa. Op. cit. pp. 43-44 e Benjamin, Walter. Op. cit. p. 59.

começo e o fim. O livro Memória e Sociedade tenta ser um veículo de resistência deste fenômeno da modernidade e da contemporaneidade. É o vislumbamento desta riqueza de lembrar e aconselhar, somada à maneira sensível de Ecléa escrever.

Entretanto, ao sermos tocados por esta problemática que o texto de Benjamin provoca, nos fica a questão do por quê da ruptura com o passado, ou o por quê das palavras de Falkner - "o passado nunca está morto, ele mesmo nem é passado"- não fazermos mais sentido na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, reforçarem para o velho a condição de isolamento do mundo? E, à luz das lembranças trazidas por Ecléa, por que, especificamente, a memória política é fundada tão profundamente por aquilo que convencionalmente chamamos de memória do vencedor ou ainda memória oficial?

A resposta à primeira questão, creio, só faz sentido se localizarmos o espaço e importância da memória. Queremos dizer com isto que buscar uma lição moral, indicação prática, ditado ou norma de vida só pode acontecer num mundo onde existe a dimensão

de profundidade da existência humana, ou seja, onde as condições de sociabilidade entre os homens e as relações com o passado não se manifestem de maneira a produzir um lugar onde esses homens só se relacionem automaticamente. Para avançar, é adequado perguntar-se por que existir memória onde o fenômeno do relacionamento social é o de isolamento e solidão?

Esta perplexidade do mundo moderno em relação à multidão se dá porque ambas realmente existem. A sensação de solidão do homem contemporâneo responde à condição humana de isolamento, apatia e hostilidade em relação à vida pública. Por seu número e por sua indiferença, este homem contemporâneo foi privado da vida activa, actividade principal no mundo do espaço público, onde se fundam e se preservam os corpos políticos, onde o ser humano existe em sua plenitude como ser político, onde agir significa trazer, criar, sair da opacidade de suas vidas particulares. Na multidão e na solidão se extinguem os laços de solidariedade, porque os homens não conseguem se integrar em

1. Arendt, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. p. 131.

qualquer organização baseada no interesse comum, e as classes se transformam em massa, e o espaço público se transforma no lugar onde todos, primordialmente, garantem sua própria subsistência e a vida de suas famílias .¹

Parece que, as palavras de Falkner só fariam sentido se as relações de sociabilidade entre os homens fossem políticas, isto quer dizer que a lição da memória e do narrador estariam ainda presentes se no espaço do público os seres agissem uns em relação aos outros. Ou para usar palavras de Hannah Arendt: "Na situação de radical alienação do mundo, nem a história nem a natureza são em absoluto concebíveis. Essa dupla perda do mundo - a perda da natureza e a perda da obra humana no senso mais lato, que incluiria toda a história - deixou atrás de si uma sociedade de homens que, sem um mundo em comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em uma massa. Pois uma sociedade de

1. Sobre estas considerações, vide:
Arendt, Hannah. Entre o passado e o Futuro. Op. Cit.
. A condição humana.
. O sistema totalitário.
Foucault, Michael. Microfísica do poder.

massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre os seres humanos que se relacionam uns com os outros mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles"¹.

A segunda questão que fizemos diz respeito às lembranças referentes à memória política e está relacionada estreitamente com a resposta à primeira questão. Por que, no espaço dedicado à memória política, o discurso se constroi de forma tão romantizada, e por que ele é visto justamente da maneira como a memória oficial o montou?

Em outras palavras, como o projeto político pós-30 teve tal envergadura que logrou, mesmo depois de parcialmente vencido,² esta receptividade social? Para seguir adiante na questão, é necessário frisar que, a par da utilização de formas e aparatos repressivos como maneira de auto-manutenção de que fez o

1. Hannah, Arendt. Entre o passado e o futuro. p. 126.

2. Uso a expressão parcialmente vencido porque, mesmo ultrapassado o período 30 -45, formulações deste projeto político permaneceram de forma muito presente até nossos dias. Como exemplo, o corporativismo, várias concepções sobre educação, saúde, habitação, nacionalidade, nacionalismo, etc.

Estado na Era Vargas, a receptividade e o entusiasmo de várias camadas da sociedade são patentes e, neste caso, facilmente verificáveis, mesmo nos espetáculos cívicos montados pelo DIP. As lembranças dos velhos do livro de Ecléa Bosi, portanto, ao reorganizarem o período como se fora voltado para o povo (usado o termo como sinónimo de trabalhador despossuído) e de realizações que visam o bem estar social, são muito significativas.

Ao repassar a literatura produzida entre 1930 e 45, e procurando apreender o discurso construído, salta aos olhos o carácter repetitivo, exaustivo e contundente desta produção oficial, bem como a recorrência ao imaginário orgânico. Nos filmes do DIP, nos cartazes, nas festas cívicas, nos pronunciamentos de Getúlio Vargas - cuja imagem é a de personificação da nação -, nos livros, enfim, na propaganda em geral que contempla os mais diversos assuntos, há um apelo constante e sob o qual parecem se fundamentar os demais. Este é o do nacionalismo, da brasilidade.

A significação da palavra brasilidade está calcada no

nacionalismo. Podemos notar aí uma clara transposição da unidade nacional, como observa Judith Schlander¹, para a construção mítica sobre a família, no interior de uma ótica, legado do romantismo, que transforma em dogma - cujo vértice é a afetividade, fator de justificativa para a unicidade e sociabilidade familiar - a concepção histórica, social e jurídica sobre a família. O uso sistemático de analogias biológicas que existe no discurso e esta visão romântica do organismo na criação de imagens políticas, com a utilização da metáfora do corpo e a apreensão social como comunidade orgânica, dirige-se no sentido da construção de um imaginário que substitui a fragmentação do indivíduo pela idéia de povo e a de classe pela de nação. Pretende-se uma comunidade de sentimento e destino, idéia que tem como fundamento o amor recíproco, naturalidade imediata dos laços familiares e da posse da terra, e a organicidade como fim em si mesma².

1. Schandler, Judith E.. Les Métaphores de L'organisme. p. 192 e segs.

2. Chauí, Marilena de S.. Cultura e Democracia.

O nacionalismo apresenta-se como força aglutinadora de interesses, como elemento fundamental para a política de dominação e legitimação do Estado. Seu apelo sentimental, em torno do qual a sociedade se agrupa, no sentido de construir um corpo uno, reflete a imagem de constituição orgânica. Através do nacionalismo é definido o papel social do indivíduo (orgânico), e o exercício de poder do discurso tenta apagar qualquer vestígio de divisão social, de luta de classes, ou, para ir mais longe, tenta apagar o espaço público, na medida em que nega a esfera do político. A massa social, portanto, reconhecendo-se através do sentimento, nem tem a si própria como engendradora da pluralidade (condição do homem enquanto ser político), nem como capaz de mover-se contra a disciplina do não-atrito. O homem - na construção do ideário - é percebido como brasileiro que deve, antes de mais nada, identificar-se com os designios da nação, onde o Estado é o agente histórico com fins divinos. A unidade visa a integridade do corpo e "tudo se passa como se o corpo devesse fechar-se novamente sobre si mesmo, subtraindo-se ao de fora, exercizando a ameaça de um arrombamento que a intrusão de

1
elementos estranhos os faz pesar sobre eles" .

O aspecto harmonioso salientado pelo discurso - no que ele carrega de consequências em relação ao lugar do homem na sociedade - nos faz pensar na afirmação de Schlanger de que a totalidade da estrutura orgânica é extremamente dinâmica, pela densidade e diversidade de seus conceitos. Mas como não ser monolítica, se busca o princípio da harmonia - e tal é dado na visão romântica do organismo e igualmente por uma visão metafísica - presa à família como dogma de transposição para a compreensão do Estado?

Leva-se em conta também que, como desenvolve Espinosa em seu Tratado Teológico-Político, principalmente no primeiro capítulo, faz-se necessário descobrir quem, como, quando e para quem escreve o político; e o que as figuras e as palavras realmente representam. No caso, se para Schlanger é fundamental a construção da síntese em que o conceito - ou imagens - foi inserido, para Lefort a construção da imagem por si só é o

1. Lefort, Claude. A invenção democrática. p. 113

aspecto monolítico da construção do discurso, na medida que o uno é excludente. Além disso, mesmo concordando que a simples utilização da metáfora orgânica em si não diz nada, como entender que o conservadorismo romântico reconhece a dualidade, mas não convive com ela? Como ressalta Romano ¹: "é exatamente em seu solo, onde a linguagem rende-se ao sublime, sob o signo do Amor e Cordialidade, que se afasta o espectro das lutas sociais, mantendo-se as cartas da força física escondidas no punho e prontas para serem utilizadas como última ratio no momento oportuno".

A referência da totalidade na estrutura orgânica, como sendo de pluralidade, fixa-se no ponto em que a metáfora orgânica é largamente utilizada, sem por isso se constituir em pensamento orgânico - e daí a importância de sua contextualização. O

² trabalho de M.H. Abrams evidencia-o de forma clara. O problema,

1. Romano, Roberto. Conservadorismo romântico: origens do totalitarismo. p. 57

2. Abrams, M.H.. The mirror and the lamp: romantic theory and critical tradition. Principalmente página 184 e seguintes.

no entanto, surge porque a concepção orgânica está fundamentalmente voltada para a questão da harmonia, portanto, contrária à aceitação de tudo que gira ou provoca qualquer tipo de não-comportamento no "corpo" social, onde manifestações de individualidade não podem ser suportadas. Elas seriam contrárias à noção de corpo.

Tentar, então, entender a construção de uma memória política que resguarda as matizes de um discurso que pretende a exclusão do homem da vida activa, e que repousa em enunciados do conservadorismo romântico, no que diz respeito à visão orgânica do social, é tarefa que envolve perplexidade. Esta se encontra justamente no silêncio do homem moderno. O ideário totalitário pretende a manipulação do silêncio, que tem como premissa as vidas que perderam o sentido de viver. Para elas, quem sabe, o totalitarismo está nos enunciados que prevêem o todo antes das partes, a certeza de que a luta pela sobrevivência encontra uma justificativa de ser, quando compactuado o sentimento de que a sociedade - como grande família fraternal - impulsionará as vidas para uma tarefa qualquer: apaixonadamente, cegamente, mas com a

aparência de rompimento com a solidão. Ou, "uma vez que a questão política principal concerne a relação entre segurança e liberdade, que os homens são seres naturalmente passionais e que a razão nada pode contra os sentimentos, mas somente com eles, seria insensato (...) acariciar a ilusão de que tanto a massa quanto os governantes possam viver segundo a pura disciplina da ¹ razão".

1. In: Chauí, Marilena de Souza. Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo. p. 93

CAPITULO I

O CONTRA-PISO

E A VIOLENCIA

A MITICA DA VIOLENCIA

"O uso da violência, como instrumento de decisão política, passou para o primeiro plano, relegando os processos tradicionais de competição, e onde quer que se abra a perspectiva dessa luta, torna-se imprescindível reforçar a autoridade executiva, única cujos métodos de ação podem evitar o ou impedir que ele assuma a figura e as proporções de guerra civil".

¹
Francisco Campos

Há muito os críticos do liberalismo e da República vinham delineando um projeto alternativo para o país, na tentativa de montar uma nova forma política de controle social. Era o que Stella Bresciani convencionou tratar como estratégia do pensamento político burguês dominante, que se revezava com outras alternativas, de modo a descrever "uma volta a mais num

1. Campos, Francisco. O estado nacional. p. 41.

parafuso que se aperta"¹.

As críticas desses novos formulantes de um projeto político centravam-se na "irracionalidade do sistema, não na sua estrutura legal, porém no seu total desencontro com a realidade"² - já que o país havia mergulhado em um imenso caos, sem qualquer unidade moral, étnica e de desenvolvimento econômico. Por este conjunto de motivos, as instituições criadas pela República (mas fruto da importação de um modelo americano alheio a nossa realidade nacional) mostravam-se na trajetória de construção do projeto político "democrático-autoritário" como ameaça à integridade da nação.

O deslocamento do debate "da tão ambicionada visão objetiva da realidade para o restrito espaço das representações ideológicas"³, com a utilização de quadros simbólicos através da

1. Bresciani, Maria Stella Martins. As voltas de um parafuso. pp. 922-934.

2. Idem, ibidem. p. 920.

3. Idem, ibidem. p. 922. Bresciani trabalha com Oliveira Viana, Quirino dos Santos, A. Brasiliense, Campos Sales, Alberto Sales, F.O. Santos, e Alberto Torres para recuperar o discurso de crítica ao Império e o discurso de crítica à República.

construção de imagens, uma recorrência constante no interior do imaginário totalitário¹, apontava para um processo de constituição da nacionalidade anterior à liberdade ou à democracia. Ou seja, como pressuposto urgente de definição de um projeto nacional comum, acima da diversidade racial e regional², que levaria, em seu conjunto, o país a livrar-se do "ambiente de intranquilidade geral, de conspirações latentes, de motins episódicos e locais, e, por fim, de vastas articulações revolucionárias, a que se associaram, com o seu ouro e a sua técnica brutal sanguinária, os agentes secretos da IIIa Internacional"³.

Foi no interior da disseminação intelectual e da aceitação política deste novo projeto para o país, ao longo, principalmente, de todos os 15 anos que se seguiram à vitoriosa tomada de poder em 1930, que num sábado, 28 de setembro de 1935,

1.Conf.: Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. p.15 e segs..

2.Conf.: Torres, Alberto. Problemas de política objetiva. In.: Bresciani, M. Stella M..p. 923.

3.Torres, Alberto. O idealismo da Constituição. p. 159. In: Bresciani, M. Stella M.. As voltas de um parafuso. p. 923.

Francisco Campos, o Consultor Geral da República, seguiu seu caminho até o centro do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, subiu as escadarias que o levariam ao salão da Escola de Bellas Artes, e preparou-se para sua conferência "A política do nosso tempo".

A época vinha tensa desde que os chamados revolucionários de 30 haviam tomado conta do poder. Desta vez, Campos pretendia esclarecer à platéia as razões e a existência deste Estado que não negava, e sim referendava, os princípios do exercício do poder através da força e da violência.

A fala foi longa e didática. O jurista chamava a atenção para o fato de que "a integração totalitária, apesar do nome, não consegue eliminar, de modo completo, as tensões políticas internas. Se conseguisse, deixaria de existir Estado, que é, precisamente, a expressão de um modo parcial de interação política das massas humanas. O que o Estado totalitário realiza é mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos Estados democráticos, a métodos jurídicos nem à atenuação feminina da chicana forense - a eliminação das formas exteriores

1
ou ostensivas de tensão política" .

O Estado apresentava suas razões para a prática totalitária de comando político e social. Desumanizava os homens e fazia com que cada indivíduo desaparecesse para o exercício desta violência e que aparecesse apenas no interior da coerência

2
de um grupo maior . Sob esta construção ideológica, a violência mesmo aparecia como essência de um certo tipo de exercício do poder.

As razões eram básicas. Não haveria expressão mais enérgica para o Estado totalitário do que um Estado administrador dos negócios humanos, autor responsável, diante de Deus e perante a sua consciência, de todos os seres menores, que tivesse o pleno direito de constranger estes "seres menores" à sua própria salvação. O valor supremo da sociedade não se

1. Campos, Francisco. O estado nacional. p. 30

2. Embora seja um estudo limitado por aspectos bastante conjunturais relacionados ao movimento estudantil da década de 60, Crises da República, de Hannah Arendt, faz considerações extremamente felizes a respeito do uso da violência. Uma delas é de que "o poder está realmente na essência de todo governo, mas a violência não; como todos os meios, sempre necessita de orientação e justificação pelos fins que persegue". p. 128.

constituiria no homem, mas na nação e no Estado, aos quais o
homem deveria o sacrifício do corpo e da alma.¹

Seguindo um raciocínio circular, que partia da
violência e que havia novamente de chegar a ela para a
apresentação da grandeza do estado revolucionário de Vargas,
Campos confirmava que era a criação do mito do nacionalismo que
emprestava ao homem a sensação de eternidade, já que inculcia no
indivíduo a esperança de uma fundação eterna através do povo a
que pertencia.

Como os grandes valores da vida não se constituiriam,
na sociedade moderna, em objeto de conhecimento racional,
podendo apenas ser traduzidos em símbolos e mitos, o mito da
nacionalidade cumpria muito bem este papel. Chegava-se ao primado
do irracional, do inconsciente coletivo, através do qual se faria
possível a integração política, que o emprego da razão
democrática e liberal obtivera.

Já o irracional se constituia no instrumento de

1. Campos, Francisco. O estado nacional. p. 10 e 11.

integração política total; e o mito, a técnica de controle

1
político.

O Consultor geral e futuro ministro da Justiça, um dos homens mais importantes do governo e de seus principais ideólogos, achava que o Estado não era mais do que uma projeção simbólica da unidade da nação, e o homem, que dela fazia parte, só tornava-se livre ao perder sua personalidade², submergindo-a ao seio materno onde se forjariam as formas coletivas de pensamento e de ação; onde se sentiria o interesse geral como seu próprio interesse e cuja vontade fosse a vontade do todo.

Neste momento, tudo tornar-se-ia típico, uniforme e coletivo, desaparecendo as formas de vida íntimas e pessoais: o

1. Sobre a questão da violência e do mito, há uma forte influência em Campos de Georges Sorel. Embora suas concepções sejam diametralmente opostas às de Campos, Sorel acreditava que "a violência proletária pode fundar a revolução futura, sendo que parece ser este o único meio de que dispõe as nações européias, embotadas pelo humanitarismo, para recuperar sua energia. Essa violência força o capitalismo a preocupar-se unicamente com sua função material, e tende a devolver-lhe as qualidades belicosas que possuía anteriormente. Uma classe trabalhadora, no auge e solidamente organizada pode obrigar a classe capitalista a manter seu ardor na luta industrial; frente a uma burguesia faminta de conquistas e rica, se se ergue um proletariado unido e revolucionário, a sociedade capitalista atingirá sua perfeição histórica". Sorel, Georges. Reflexiones sobre la violencia. p. 142.

2. Neste aspecto o autor recorre a Gentile.

Estado de massa passaria a gerar a mentalidade de massa. Mas esta integração só poderia se verificar através do mito da violência, pois de sua irracionalidade faria parte a tendência às mudanças, que estariam estreitamente ligadas às formas emotivas de pensamento.

O mito seria o meio pelo qual se procuraria disciplinar e utilizar essas forças desencadeadas, construindo para elas um mundo simbólico, adequado às suas tendências e desejos. Este mito sobre o qual se fundaria o processo de integração política, teria tanto mais força quanto mais nele predominassem os valores irracionais. No mito da personalidade, que seria constituído de elementos de sua experiência imediata, as massas encontrariam um poder de expressão simbólica maior que nos mitos em cuja composição entram elementos abstratos. Esta seria a facinação das massas pela personalidade carismática¹.

1. A partir da Revista Cultura Política, Angela de Castro Gomes apresenta um estudo que sistematiza os principais fundamentos da construção ideológica do Estado Novo, que se pretende um marco de edificação definitiva dos postulados da Revolução de 30. Gomes, Angela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil.

E tanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política tornarse-ia possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. Este regime político das massas seria, por tudo isso, o da ditadura, sendo que o estado de irracionalidade tornaria latente e ostensivo o estado de violência, que constituiria o estado energético até aqui dissimulado pelas ideologias racionalistas e liberais. Todos, no interior das idéias de Campos, eram violentos: o Estado e a massa.

Sob estes contornos, o discurso e a ação pós-30 foi sempre introdutório à existência de um Estado violento suportado pelas ações policiais, que via no poder da polícia um caráter administrativo e pouco afável ao regime das limitações legais. Por isso, ele procura(ria) se sobrepor à lei, para tornar efetivo o que ela [a Justiça] não previra para o boa ordem comum. O direito, porém, tende(ria) a se realizar tanto quanto possível através da lei, e o "conflito entre a polícia e a Justiça se opera, porque a polícia precisa do arbitrio e a Justiça lança normas. Mas a Justiça é lenta e a polícia mobilíssima, daí aquela

precisar do auxílio desta" .

Sem dúvida alguma, toda a construção e o direcionamento depois de 30 levavam para a criação de mitos circundados pela promessa de uma sociedade futura, através de um novo projeto político e referendando-se por uma releitura do passado. Getúlio Vargas dizia que somente os povos nacionalistas

e vigilantes poderiam subsistir , por isso, o amor ao Brasil, ou a brasilidade (expressão cunhada pelo regime) era a manifestação representativa que fundava o apego à figura carismática do líder,

uma vez que o efeito de verdade se criava através do

nacionalismo .

Esta figura do líder, de um ente todo poderoso que passa a ser confundido com toda a sociedade, é o símbolo mais forte da união nacional. E, nas palavras de Lefort para a análise

1.Oliveira, D. Martins. A ação social da policia. Cultura Política no 8, outubro de 1941, pp. 59-67. In: Velloso, Mônica Pimenta. Cultura e poder político.

2.Vargas, Getúlio. As diretrizes da nova politica no Braasil. v. 2. p. 184.

3.Só havia legitimidade cívica no homem que reconhecia o nacionalismo como extensão de si mesmo, e este nacionalismo representava-se em sua forma mais legítima ao longo da história do país através da figura de Getulio Vargas.

de formas totalitárias de controle, "uma figura que assegura à sociedade um identidade, seus contornos, sua homogeneidade"¹, desta maneira, os livros, os filmes, as fotos, os cartazes e as emissoras de rádio, isto é, todos os meios de propaganda, centram-se na tarefa de imortalizar a imagem do ditador como o grande líder, o grande pai², que inspirava à nação a existência de um eix³ e o espírito da ordem.

Aliada à idolatria ao ditador, a vontade expressa pela política pós-30 era a da criação de um novo tipo de cidadão para a sociedade nacional. Uma raça forte e sábia, que passava pela prerrogativa do Estado em reeducar o homem, no sentido de promover o saneamento de seu espírito e de criar um processo "revolucionário" para o encaminhamento da questão do trabalho no

1. Lefort, Claude. A invenção democrática. p. 105.

2. Azevedo Amaral afirmava, obviamente referindo-se a Vargas, que o líder apresenta condições biopsíquicas e intrínsecas superiores, "conferidas através de complexo processo de transmissão de caracteres hereditários(...) depende evidentemente de traços não só peculiares, como fatores de natureza física". Amaral, Azevedo. Getúlio Vargas: estadista. In: Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo.

3. Conf.: Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. pp. 38-53.

4. Tratava-se de uma regeneração através do trabalho.

Brasil.

Construir uma raça brasileira forte, saudável e capaz estava plenamente de acordo com a tonalidade de um projeto político, onde a glorificação do trabalho tornar-se o único caminho viável de enobrecimento do homem. Lenharo¹ chega a afirmar que se procurava um tipo físico único, com um só perfil racial, a ponto de estabelecer-se uma relação simples entre raça e nação, por isso existiria uma política repressiva e preventiva para a salvaguarda do patrimônio hereditário. Mas a destruição do jeca e dos párias sociais apresenta-se como dever de brasilidade². Por isso, a mão firme do Estado agia através de uma legislação social e de uma ideologia política de reabilitação do papel e do lugar do trabalhador nacional³, publicizando o privado e privatizando o público, de maneira a massificar e unificar a

1. Lenharo, Alcir. Sacralização da política. cap. II.

2. Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. pp. 93 e 94.

3. Vide a este respeito o artigo A construção do homem novo, de Angela Maria de Castro Gomes.

1
imagem para a criação de um novo homem .

E sob o prisma da existência de uma sociedade de massas, unificada e uniforme, e da maneira circular do pensamento totalitário, que a violência tornava-se necessária para a preservação do espírito da ordem, no interior da concepção

2
de uma sociedade de fundamentos orgânicos que não prescindia da necessidade de tornar-se uma sociedade policial.

Por isso mesmo, a imagem policial que se cria é de que "a policia é o socorro imediato para o individuo e para a sociedade(...) É protetora e guia. Conduz, ampara e castiga. Ensina e reprocha. Preceitua ao povo a maneira de andar pela rua, de se manter nos veículos, de se acomodar nos logradouros públicos.... E a vigília perene dos esgotos sociais da cidade e dos logradouros públicos da escol. E a guarda continua dos

1."A exigência de relações sociais disciplinadas, corresponde, portanto, o desejo mítico da criação do brasileiro novo, racionalmente homogêneo e acabado". Lenharo, Alcir. Sacralização da política. p. 104.

2.Os pensadores ditos autoritários não emergem com o eclodir dos anos 30. A tradição vem de há muito, principalmente em torno do grupo que se formou ao redor de Alberto Torres. E dele a criação de uma das figuras simbólicas mais utilizadas pelos autoritários: a da fragmentação social. Além disso, o trabalho com imagens, e não com conceitos, principalmente do caos e da crise.

bancos, das casas comerciais, dos lares, dos repositórios de arte e de cultura. E a sentinela anônima expedita, que tudo fareja sem ninguém saber, que tudo perscruta sem ninguém desconfiar. E a bandeira segura da protecção e do amparo do indivíduo e do Estado (...). Ele sabe (referência a Hitler), que a policia é a primeira segurança do poder público, é o sinal continuo do silêncio ou do alerta. Bem sabe que a policia, antes do exército, levanta os argumentos reais e concretos para a defesa da guarda do Estado...¹ (grifos nossos).

1. Brasil, Deusdedit Moura. Um chefe de policia. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 27 de agosto de 1939. v. 1 no 1. p. 5.

O ARCO E AS PEDRAS

O período pós-30, sob a direção e liderança de Getúlio Vargas, aparece ainda a história social do Brasil delineado por uma nova realidade: a presença de multidões de trabalhadores nas grandes cidades, a redefinição do espaço urbano e o projeto político de um Estado que se auto-impunha a tarefa de promover a inovação moral e política de toda a sociedade através de novas estratégias de dominação que negavam, em sua essência, os princípios políticos do liberalismo clássico, e que passaram a empregar novas formas de controle social, agora dirigidas de maneira cada vez mais centralizada à sociedade como um todo.

A Polícia, em grande parte responsável, pelo controle exercido por um Estado cada vez mais cerceador da ação, do discurso e da política, impôs novos castigos, encarava o crime de forma diferenciada do que fora até então e exerceu variadas formas de vigilância social.

Na verdade, a vigilância constante sob a qual fora colocada toda a sociedade, a importância cada vez maior que adquiriu o aparato policial, evidenciam a disponibilidade da Polícia em responder a um projeto político que não se absteve de aprisionar ou liquidar certas categorias da população. Neste contexto, a negação explícita que o Estado enuncia para a luta de classes e a ordenação da sociedade no sentido de sua existência orgânica, somada à fidelidade apregoada à mítica de violência, serão os parâmetros para reger e disciplinar a sociedade.

Por isso, o projeto político do Estado previu a existência de um aparato policial capaz de exercer o controle social, disciplinar o dia-a-dia dos trabalhadores e da sociedade como um todo e, ainda, negar a individualidade dos homens a partir do estabelecimento de parâmetros comuns de comportamento e sentimento.

E certo que o novo Estado implantado pelo golpe civil de 1930 conseguira firmar-se no interior da crise do regime Republicano, e era em vistas à sua dissolução que o discurso

revolucionário inicialmente se articulava. Através da construção da figura de liderança de Vargas, aglutinavam-se as forças sociais insufladas por uma espécie de torpor criativo¹ que agia sobre o imaginário social. Para sua construção e eficiência, a propaganda e a doutrinação, além do terror, eram fundamentais.

O exercício puro e simples do terror, implantado pelo Estado, através e com a Polícia, representava a prova incontestável de que tudo apregoado pelo Estado tornara-se verdadeiro: as crises, o perigo comunista, a ganância anti-cristã dos liberais, a inadaptabilidade dos estrangeiros, as conspirações contra o povo brasileiro, a ameaça internacional da política do Komintern, os maus hábitos, ou tudo aquilo que fosse apontado como causador de algum dano.

A materialização do terror sobre um objeto ou um agente do crime consistia a prova incontestável da existência deste crime e, portanto, da necessidade da existência deste terror.

1. Entendo por torpor criativo a reação das massas à hipnose do discurso mítico criado pelo Estado, e a reação até um certo ponto patética dessas mesmas massas, exigindo deste mesmo Estado uma intensificação de suas estratégias de dominação.

Mais importante que isto, este Estado que guardava um projeto totalitário podia definir qualquer ato como crime, já que ele passara a enunciar que ele mesmo, o Estado, coincidia com a sociedade e, portanto, a definição de um crime, que a princípio existia em função da indignação pública, passara a existir a partir da indignação do governo ¹.

Medidas extra-legais tomadas pela polícia, como a prisão relativamente longa para averigação de elementos considerados nocivos à ordem pública, foram rapidamente sendo substituídas por medidas ilegais como a manutenção de prisioneiros que já haviam cumprido suas penas. Era próprio do terror e da Polícia a implementação de uma espécie de Estado Dual, dividido em duas facetas: a normativa e a de prerrogativas ². O Estado normativo estava representado pelas atividades do governo que transcorriam de acordo com as normas e a ordem legal, como se

1. Um estudo interessante sobre crime a partir do séc. XVIII, é o de Ingraham, Barton L., *Political Crime in Europe*. Também a modificação ao longo do tempo do que seja crime, em Ignatieff, Michael. *A just measure of pain*.

2. Vide a este respeito Ingraham, Barton L. *Op. cit.*

expressavam os estatutos, as decisões das cortes e as várias agências administrativas. O Estado de prerrogativas era representado pelo círculo do poder e pela polícia, em uma esfera inatingível pela lei.

Por estranho que possa parecer, a decadência da Escola Clássica de Direito e sua suplementação pela Escola Positiva, ou Antropologia Criminal, ou ainda Escola de Criminologia, veio contribuir como mais um ponto de sustentação dos atos policiais e do Estado. O determinismo da Escola Positiva significou uma resposta ao liberalismo da Escola Clássica.

Através de seus três principais representantes, Beccaria, Bentham e Von Feuerbach, os clássicos postulavam que :

a) Condições socialmente determinadas conduzem ao comportamento desviado, razão pela qual todo o indivíduo pode apresentar um comportamento desviado;

b) Por isso, não é o indivíduo ou o ator do crime o objeto das reflexões teóricas, mas o fato;

c) O interesse se dirige para a relação da sociedade e do indivíduo através da ação, depois da qual apareceu o

comportamento desviado. (Da relação, procura-se o tratamento para o crime - daí a penalogia -, ao invés das causas do crime. Por esta razão, a Escola Clássica torna-se importante);

d) Portanto, a Escola Clássica de Criminologia deve ser concebida como uma aproximação maior em direção às reações (reativa) do que uma procura pela busca das fraquezas dos indivíduos (etiológica), pois a "ação se converte em um delito porque rompe um contrato social, e esta aproximação compreende já um aspecto essencial da criminalização";

e) A Escola Clássica rechassa a investigação das causas individuais na apreciação convencional do desvio, na atribuição do desviado e na sua valorização negativa, uma vez que imperam as causas sociais para efeito de diagnóstico¹.

Ao contrário da Escola Clássica, a Escola Positiva "opôs à livre vontade [da Escola Clássica] um rígido determinismo: os homens, cunhados de uma determinada maneira

1. Sumário retirado de Lamnek, Siegfried. Teorías de la criminalidad: una confrontación crítica.

pela biologia e seu meio social, são impulsionados sem resistência a suas ações; não se parecem, se dividem em vários tipos, dos quais cada um revela uma determinada tendência inata

à virtude ou ao vício"¹. Assim:

a) O interesse se orienta para o ator, ou para o indivíduo do crime e seu comportamento, ao mesmo tempo que tenta explicar as causas deste comportamento;

b) Criminosos e não criminosos se diferenciam fundamentalmente. Esta diferença consiste nas condições biológicas - antropológicas;

c) Estes fatores biológicos-atropológicos determinam o comportamento individual. Segundo o enfoque teórico, esta determinação pode ser total ou parcial e mínima;

d) Por recursos aos métodos das ciências naturais, o exame dos indivíduos está orientado empirica e positivamente, enquanto a Escola Clássica está orientada filosoficamente.²

1. Cohen, Albert K., Abweichung und Kontrolle. Citado por Lamnek, Siegfried. Op. Cit.

2. Sumário retirado de Lamnek, Siegfried. Teorías de la criminalidad.

Calcada na assertiva de que o desvio de comportamento provinha de um desvio de cunho sócio-biológico e suportada na falência do modelo liberal - obsessivo em sua ideologia punitiva (as máximas eram vigiar, castigar, intimidar, reeducar, prevenir e curar) - os agentes repressivos adequaram a teoria Positiva a seu modelo racista. Prenderam-se na ótica da ¹reabilitação : apenas uma nova realidade biológica e psíquica intrínseca ao próprio indivíduo, poderia reabilitá-lo.. As prisões, por exemplo, que representavam no liberalismo a privação da liberdade, num mundo regido pelo princípio da liberdade individual, perdiam totalmente seu caráter de tentativa de eliminação das influências específicas que criavam o delito na sociedade e que pretendiam demonstrar os princípios da ²correta organização social. Sobre os indivíduos é que se

1.As medidas para por em prática a Antropologia Criminal foram a criação dos Gabinetes de Investigação, depois os Institutos de Criminologia. Em 1896, Clóvis Bevilacqua escreveu Criminologia e Direito, baseado nas teses da Escola Positiva. Logo em seguida foi a vez de Afrânio Peixoto, em 1899, que escreveu Epilepsia de Delito. Ainda em 1889 foi criada no Brasil a Associação Antropológica e de Assistência Criminal. In: Olmo, Rosa del. América Latina y su criminología.

2.In: Olmo, Rosa del. Op. cit.

deveria agir repressivamente e não sobre o crime propriamente dito. A ação policial deixava de se expressar nas consequências da ação do crime, mas dirigia-se diretamente para o sujeito do crime. Não eram mais as manifestações criminosas de um sujeito que incomodavam a sociedade, e sim o próprio sujeito. Em sua direção, a ação deveria insurgir-se.

Estes fatores foram ainda agravados porque nesta transmutação dos objetos de ação, que visava a teoria criminal, a Polícia passou a ser controlada pelo governo e não por poderes judiciários independentes que seguissem a tradição clássica republicana. A modificação desta ênfase foi importante para a história social e política do Brasil, porque estas forças policiais passaram a trabalhar tanto com os delitos penais quanto com os delitos políticos¹.

A presença policial, entretanto, não se dava apenas no exercício contínuo da vigilância no espaço público e na

1. Edward Peter, em seu livro Tortura, diz que esta nova situação de controle pelo governo e não pelo judiciário contribuiu para o ressurgimento da tortura no século XIX. Conf: Peters, Edward. Tortura: uma visão sistemática do fenômeno da tortura em diferentes sociedades e momentos históricos.

consequente interferência de disciplinarização do espaço privado.

A prisão fazia parte do espaço extra-legal dominado pelas forças policiais. Era sujeita ao arbitrio do poder¹ e seu caráter secreto e reservado contribuía no sentido da impulsão do terror.

O sistema social de dominação estabelecido pelo poder policial entre as quatro paredes do complexo penitenciário pós -

²
30 aumentava a disseminação do clima de terror. Centrados ainda nas discussões teóricas que se arrastavam na Europa desde o século XIX, as autoridades penitenciárias brasileiras não deixavam de reconhecer que as considerações feitas a respeito das práticas mais eficazes de "recuperação humanitária" dos presos e da racionalidade arquitetônica das prisões de longe assumiam a

1. Embora desenvolva seu trabalho sobre a França do século XIX, é importante recordar o trabalho de Michelle Ferrot sobre os Prisioneiros, principalmente no que diz respeito à "excelência do domínio da manipulação" exercido no interior das prisões. Conf. Ferrot, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros.

2. Não só em virtude da legislação, mas pelo caráter do Estado, somente nos primeiros anos da década de 30 é que tratou-se de transformar as várias prisões e penitenciárias em um sistema. Antes disso, eram os estados que regulamentavam os serviços prisionais e as funções de execução penal eram basicamente administrativas. In: Miotto, Armida Bergamini. A Política Penitenciária do Ministério da Justiça.

importância da confiança transmitida pelo governo e pelo "egregio Sr. Presidente Getúlio Vargas, tão caro aos penitenciariistas brasileiros por suas realizações, quer no campo da legislação penal, quer no das construções e serviços"¹. Embora o sistema penitenciário brasileiro se demonstrasse cada vez mais caótico,² o importante, sob o ponto de vista teórico, era referendar a ação do governo no interior das prisões, que acima de qualquer tomada de posição inspirada nos postulados teóricos do iluminismo ou do positivismo, tratava de manter no sistema um estado de prerrogativas onde todos soubessem que o governo e a força policial estavam acima da lei. Os valores sociais, que no

1. Discurso de José Gabriel Lemos Brito, presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e Inspetor Geral Penitenciário, na sessão inaugural da IIa Conferência Penitenciária Brasileira. In: Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ano 2, outubro-1944, no 9.

2. De fato o objetivo não consistia em fazê-lo funcionar bem. Nas instituições totais e na prisão, especificamente a que se referia Foucault, a "forma prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparato judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para reprimir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza". In: Foucault, Michael. Vigiar e punir; história da violência nas prisões.

século XIX tratavam de ser impostos no sistema penitenciário através de diversas formas coercitivas de domínio e disciplinarização¹, não eram o que importava para esta forma de governo.

Mesmo dentro da força policial, e independente da possibilidade do sistema penitenciário em sua concepção ser capaz de alguma forma de êxito, havia um completo ceticismo quanto ao papel regenerador que a prisão deveria ou poderia representar. Pode-se observar isto através da repetida ingerência policial na prisão e em seu sistema, como nas atitudes corruptas das guardas de presídio, constantemente envolvidas na comercialização do corpo dos detentos para o exercício de desejos sexuais, ou com outras mercadorias quaisquer, como cigarros, comida, etc.

Se a prisão dos Estados Unidos e da França se converte em local de trabalho, no Brasil ela assume as dimensões de um

1. O livro de Patricia O'Brien, *The Promise of Punishment*, apresenta uma discussão riquíssima sobre as prisões da França no século XIX e faz uma série de restrições que atingem de maneira frontal a obra de Dario Melossi e Massimo Pavarini, quando considera que as chamadas instituições totais (escolas, fábricas, quartéis, igreja) devam ser vistas como instituições similares de disciplina, vigilância e controle, porém apresentando grandes diferenças.

campo de segregação para a ação do regime e da Polícia. Este sistema de punição e de vigilância estipulados através das prisões não objetiva a exclusão dos homens da sociedade, como formalmente era concebido o sistema de punição social das penitenciárias, mas dar mostras à sociedade do perigo que todos corriam ao serem excluídos do convívio público e ficarem à mercê das forças que se colocavam acima das leis, e, além de tudo, sorrateiramente agindo protegidas pelos altos muros das prisões.

As questões levantadas pela IIA Conferência Penitenciária eram a mostra de como os cidadãos haviam sido desprovidas de sua condição jurídica. Os 41 delegados dos estados ¹ perguntavam, entre outras coisas, qual o tratamento a ser dispensado ao réu preso enquanto aguarda julgamento. Se deveria ser-lhe facilitado o trabalho e qual o regime aplicável ao condenado cuja sentença ainda dependia de recurso ordinário; como deveriam ser cumpridas as penas de prisão simples, de detenção e de reclusão?; seria aconselhável a organização nas

1.Conf.:Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ano 2, agosto de 1944, no 8.

penitenciárias de Tribunais de Conduta?; que requisitos mínimos deveria ter uma prisão?; qual o regime a ser aplicado a sentenciados, excluídos militares, às penitenciárias civis e aos sentenciados políticos?; qual o regime de trabalho que deveria prevalecer nos sanatórios penais para tuberculosos?; no planejamento de novos estabelecimentos penitenciários, qual a melhor distribuição dos pavilhões penais, tendo em vista a separação permanente e absoluta de reclusos, detentos e condenados à prisão simples?

Estas questões mostram que não era, até ali, a lei a determinar a forma de exclusão a ser imprimida a vários setores da população, mas a gerência exclusiva das prisões, e neste caso, da Polícia, cabiam estas decisões.

A Polícia, em todo este contexto, assumia uma dimensão especial. Perdida definitivamente sua origem, que visava o bem

1. Segundo Bismael Moraes, o termo polícia vem do grego politéia e do latim politia e representa o conjunto de leis ou regras impostas ao cidadão, com o fito de assegurar a moral, a ordem e a segurança pública, ou as regras para fazer reinar a ordem, a tranquilidade e a segurança do grupo social. In: Bismael B. Moraes. Direito e Polícia. p. 10.

público, ou mesmo sua dimensão burguesa pós-Revolução Francesa - que a instituiu como um agente armado para a repressão de crimes e desmandos do povo ¹, para adquirir um papel legal, juntamente com as instituições que a circundavam de perto ², de intervenção direta sobre o cidadão das multidões e de sua psiquê.

A falta de princípios da polícia brasileira se constituiu no segredo de sua eficácia. Através dela e das medidas ilegais que assumia, o Estado criou pela primeira vez a prerrogativa dos policiais de matarem a pessoa jurídica de setores da população, através do exercício de direitos duais que conferiam à Polícia a prerrogativa de se colocar acima das leis.

1. Apenas depois de 1760 o termo polícia começava a ser usado na França, seguindo seu significado atual. Anteriormente, porém, no século XIV, a palavra havia sido introduzida na França com o significado de boa gestão dos negócios públicos. No século XV já era corrente na Alemanha o uso do termo Polizei (polícia), Polizeirevier (distrito policial), Polizeiaufsich (vigilância policial) e Polizeipräsidium (chefia de polícia), tendo surgido na Prússia, em 1794, a primeira ordenação que continha o Direito Policial (Polizeirecht). In: Moraes, Eismael. Direito e Polícia. Op.cit.. Referindo-se a Tornaghi, Hélio. Instituições de Processo Penal. Vol. 2/ 198. São Paulo, Saraiva, 1977.

2. Tribunais, prisões, reformatórios, etc.

NO ESPAÇO URBANO

É certo que, tal qual se dera durante todo o Regime Republicano, a ação policial relacionava-se com a formação de um mercado de trabalho e a existência de um grande contingente populacional nas cidades¹, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, cuja disciplinarização, apesar de não ser encargo exclusivo do aparato policial, era seu objeto de ação. No que se refere ao desocupados, por exemplo, Filinto Muller, quando Chefe de Polícia², não só agiu em perseguição à massa dos sem trabalho, como mostrou seu temor frente ao perigo que este contingente³ poderia trazer. Fundamentalmente, a preocupação consistia na potencialidade de amotinamento desta massa e no fato dela colocar em risco a representação criada para a

1. A este respeito ver A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831 - 1930), de José Luiz Werneck da Silva et Alii; Velho, Otávio Guilherme, Capitalismo autoritário e campesinato; Bausbaum, Leôncio. História Sincera da República.

2. João Alberto procedeu da mesma forma e usou táticas de descongestionamento urbano.

3. Relatório de Muller, apresentado depois da derrota do movimento de 1935. In: Silva, Hélio. A revolta vermelha.

sociedade em seu todo, onde as pessoas só poderiam e só deveriam reconhecer-se como trabalhadores e membros orgânicos de um corpo nacional.

O controle da malandragem, a vigilância das ruas com suas centenas de informantes anônimos e em potencial, a forte e ferrenha censura, o policiamento ostensivo das praias¹, o controle e tutela policiais das - e durante as festas populares, como o carnaval -, e a exaltação ao cidadão pacato e à família também faziam parte do cotidiano policial.

Segundo os conceitos criminais, a sociedade voltava-se contra o vadio², indivíduos economicamente passivos, por temor a sua periculosidade³. A explicação era direta: quem não dispunha de uma renda para manter-se estava automaticamente integrado à categoria dos vagabundos, porque existia uma tendência a

1. A Polícia vigiava as praias do Rio de Janeiro durante a semana, buscando os sem trabalho. A vagabundagem era punida pela lei.

2. Antes de 30, os desocupados eram perseguidos não porque se constituíssem num perigo, mas num inconveniente social, portadores de desvio comportamental e pelo "desamor ao trabalho". In: Fausto, Boris. Crime e cotidiano. p. 35-43.

3. Brito, Lemos. Do moderno conceito de vadiagem e do seu tratamento médico social. Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ano 2, junho de 1944, no 7.

satisfazer suas necessidades pelo "ardil criminoso ou pela
violência"¹, por isso, a vadiagem era um estado socialmente
perigoso por excelência².

Outro fator importante para a exclusão social dos mendigos e dos vagabundos era a própria intolerância ao fato de que um determinado número de pessoas pudesse abster-se da carga do trabalho sem ser proprietária: "A sociedade humana, fundada no Direito e na cooperação, exige que cada qual traga à comunidade o seu quinhão de trabalho produtor. A passividade econômica por parte do indivíduo resulta sempre em sobrecarga para outrem, para o grupo ou para a comunidade social"³.

Felo Código Penal de 1941, a vadiagem e a mendicância passaram a ser classificadas não mais como crime (Código de

1. Idem, ibidem.

2. No período colonial, não havia um corpo de Polícia regular. Para o policiamento, grupos de vinte moradores, com o nome de quadrilha, ordenados por juizes e vereadores, podiam, durante três anos, prender malfeitores, vadios, indivíduos de má fama e os estrangeiros. Deviam agir de forma preventiva contra os prostíbulos, casas de jogos, receptadores de objetos roubados, alcoviteiras e feiticeiras. Um corpo policial só se fez presente com a vinda de D. João VI ao Brasil. Conf.: Arquivos do Ministério da Justiça. Ano 2, agosto de 1944.

3. Idem, ibidem.

1891), mas como contravenção. A pena era de multa ou prisão simples de 15 dias a, no máximo, 3 meses¹. Quando havia reincidência, entretanto, poderia haver reclusão de, no mínimo um, até 5 anos em colônia penal² ou em instituto de trabalho. Estes prazos e este tratamento dispensado aos vagabundos e mendigos indicava, estranhamente, que mesmo tendo perdido a categoria de crime e passado a de contravenção - cuja atribuição, por definição, é de um delito menos sério -, os castigos haviam se tornado mais severos.

No Código Penal de 1891, os ociosos, vadios ou vagabundos³ podiam ser condenados à prisão celular de 15 a 30 dias, e, depois de cumprida a pena, deveriam assinar um termo de

1. Considerava-se vadio todo aquele que entregava-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter nada que lhe assegure meios bastantes de subsistir ou prover a própria subsistência mediante ocupação lícita. Os mendigos eram condenados por ociosidade ou cupidéz, com pena igual a dos vadios, aumentada de 1/6 a 1/3 se a contravenção fosse praticada de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; mediante simulação de moléstia ou deformidade; em companhia de alienado ou de menor de 18 anos.

2. Inicialmente A Colônia Penal de Ilha Grande era o local de reclusão dos vadios.

3. Ambos os códigos não faziam distinção entre os três.

compromisso para voltarem a se ocupar em 15 dias. Aos
reincidentes, reservavam-se penas que variavam de um a três anos,
em colônias penais ou em zonas de fronteira. A única punição mais
severa era dirigida aos menores de 14 anos recolhidos a
estabelecimentos disciplinares industriais¹, onde poderiam ser
conservados até completarem 21 anos. Como a contravenção
aparecia como transgressão punível, o vadio ainda estava
sujeito a uma pena antes de lhe aplicar a correspondente medida
de segurança.

A MAQUINA DA PROPAGANDA

A importância política da Polícia no cotidiano das
ações e representações de um projeto totalitário de sociedade em
um período cujos contornos eram essencialmente repressivos,
contava ainda com dois pilares fundamentais - além do terror e da

1. Heloisa Cruz cita o Instituto Disciplinar do Tatuapé como a principal instituição estatal para menores infratores na República Velha. Conf.: Cruz, Heloisa de Faria. Mercado e Polícia - São Paulo, 1890/1915. p. 125.

aglutinação de que o líder é capaz - para o exercício do poder:
a propaganda e a doutrinação.

A propaganda era um dos pilares deste domínio porque fundava a credulidade. Ou seja, inspirava e fomentava a "aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos ¹ parciais". E a doutrinação era outro dos pilares porque é, por essência, o estado mais radical da propaganda, quando não é mais necessário recorrer a técnicas de persuasão.

A máquina de propaganda e doutrinação montada pelo regime no período pós 30 estrapolou todas as formas de propaganda estatal até então conhecidas ou sonhadas no país. Não foi apenas a criação do DIP ou a utilização do rádio e do cinema como meios de uniformização da massa e de sua visão de mundo que faziam o cotidiano de cada pessoa mediada pela doutrinação ideológica. A perseguição empreendida pelo poder para atingir a todos fazia

1. Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. p. 19

com que se criasse a "certeza de haver penetrado o dia-a-dia das conversas, na troca de impressões das pessoas, na capacidade de influir no gosto individual que reverte em considerações políticas" ¹.

Não era certamente através da propaganda e da doutrinação que se instalava o terror. A propaganda, ela mesma, fazia parte de todo o aparato de terror, porque, antes de mais nada, condicionava todos os indivíduos, através do espectro de seres desesperados que eram, no interior de uma sociedade de massas, e, a partir do hábito de suas renúncias sistemáticas, fazia com que cada um se projetasse em promessas que visavam tocar nos mais íntimos desejos reprimidos. Esta propaganda

1. Lenharo, Alcir. Sacralização da política. O autor segue dizendo que "qualquer aproximação ao estudo da propaganda no período detectará, necessariamente, o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos; ao atuar desta maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo. As instâncias moleculares atingidas não ficam circunscritas a determinados espaços sociais; por isso mesmo, dão acabamento à obra da máquina da propaganda, podendo os condutores dos micropoderes ir do mundo do trabalho ao âmago do cotidiano de cada um para intervir em suas expectativas e sonhos, reorientar seus projetos de vida, docilizar seus corpos e mentes, o que pode implicar, reversivamente, numa relação política com o trabalho e imprimir um novo sentido até mesmo nas relações interpessoais".

induzia à certeza de que o novo regime providenciaria a toda a sociedade um estado de felicidade futura. E era galgada na repetição sistemática de slogans, projeções e verdades fabricadas, espalhadas por cada meio de disseminação cultural que o Estado tivesse a possibilidade de atingir ou criar.

A construção mítica do regime e sua preocupação em contornar uma nova história para o país, em seu passado e em seu futuro, revelavam a necessidade de apropriação do Estado de cada indivíduo em seu corpo e em sua alma. A propaganda e a doutrinação seguiam o caminho de despersonalização do indivíduo, não através da dominação de uma ou mais classes sociais, mas da personificação do governo em forma de sociedade. Isto é, da transformação do regime em sinônimo de Estado, deste em sinônimo de sociedade, e da sociedade em sinônimo do líder e da sua vontade.

A INSTABILIDADE POLITICA E SOCIAL

Através da Polícia, foram montadas as estratégias de dominação com a utilização do terror. Tratou-se de liquidar as

resistências dos antagonistas do governo, seus inimigos objetivos, e fazer crer a toda a população que cada pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime¹. Este serviço, cuja tarefa era delegada diretamente como uma deferência a Vargas, era executado pelo seu mais temível braço executivo: a Polícia.

Através da ação policial, o governo pretendia demonstrar à sociedade que agia de forma dinâmica e eficiente para assegurar definitivamente a estabilidade social que toda a população, envolta pelo sonho totalitário, imaginava. Na realidade, este domínio totalitário era garantido justamente pela instabilidade que o exercício do poder garantia.

Além da instabilidade social propriamente dita, que se instalava através do terror e da vigilância e controle policial, a estratégia de Vargas incluía um sistema de disputa mútua nas mais altas esferas de poder, que fazia com que nem mesmo para

1. Curiosamente, Azevedo Amaral afirmava, segundo artigo de Lúcia Lippi, que o "integralismo inventou perigos imaginários para que os capitalistas e a pequena burguesia o apoiassem, e o resultado desta propaganda foi o de alarmar as massas trabalhadoras, criando nelas uma receptividade à influência das correntes extremistas, o que permitiu o crescimento do comunismo".
Oliveira, Lúcia Lippi. Autoridade e política. p. 49.

esta esfera houvesse certeza quanto ao poder que cada indivíduo da cúpula pudesse possuir.

Lugo depois de ter assumido o poder através de um golpe que se propunha verdadeiramente revolucionário, Getúlio Vargas incentivou os primeiros choques entre os jovens revolucionários "tenentistas" e as lideranças tradicionais, através da legião de Outubro e das legiões regionais, que a partir de 1931 trataram de disputar o poder nos estados. A estratégia permitia que Vargas mantivesse um espectro de instabilidade política que, aparentemente, apenas através de sua interferência poderia ser solucionado.

Um desses casos típicos foi a articulação que Oswaldo Aranha promoveu, em agosto de 1931, para depor Olegário Maciel como governador/interventor de Minas Gerais. Outro, foi a disputa entre Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema para assumir a interventoria de Minas logo após a morte de Maciel. Em ambos os casos, Vargas fez valer sua vontade pessoal e demonstrou ao mais alto escalão de seu governo que as decisões estavam à mercê de um

jogo dependente da sua vontade pessoal e do papel de líder que ele exercia entre os políticos e para as massas.

Sub este mesmo prisma, depois de março de 1935, Vargas colocou em conflito Flores da Cunha, o interventor gaúcho, e Góis Monteiro, ministro da Guerra, que acabou pedindo demissão, mas continuou a frequentar o Gabinete de Vargas sistematicamente, apresentando sugestões políticas¹. Havia ainda desentendimentos do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, com João

1.Conf. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro. p. 2253.

Gomes, o novo ministro da Guerra; de Oswaldo Aranha com Filinto
1
Muller; e até mesmo uma acusação contra Flores da Cunha de que
este estaria dando guarida a comunistas foragidos. Na verdade,
são inúmeros os casos.

As intrigas palacianas e a insegurança de saber por
onde andava o prestígio ou a desgraça política das autoridades do
governo eram constantes. Mesmo porque deste prestígio, advindo da
vontade de Vargas, dependiam as atitudes a serem tomadas e a
manutenção em postos-chaves de comando ou de negócios lucrativos.
João Neves da Fontoura conta que Vargas "era assim, e assim
prossegiu durante vinte anos, sempre instável, jogando o lenço
alternadamente a várias pessoas e grupos, buscando sempre

1. Há um ofício de John Edgar Hoover para o coronel William J. Donavam, no Departamento de Estado Norte-americano, reservado e datado de 1942, relatando uma briga entre Muller e Aranha. Segundo o documento, em 28 de fevereiro daquele ano, Aranha estava preocupadíssimo com a eminente revolta em Niterói, devido a demonstrações populares. Acabou indo à Delegacia de Polícia do DF e, como não encontrasse Muller, começou a dar ordens. Quando Muller chegou, Aranha "perguntou a ele quais as instruções que havia dado ao departamento relativas à revolta. Muller respondeu que seus homens tinham instruções de atirar para matar em todos os agitadores, quinta-colunas e revolucionários quando e onde eles causassem problemas. Aranha aparentemente ficou perturbado com estas instruções e disse a Muller que as revogasse. Muller respondeu que estas instruções vinham de seu chefe (aparentemente Vargas) e que elas permaneceriam". National Archives, FBI, RG 226, M 1499/14373, roll 52.

'possibilidades novas'. Seu gosto consistia em pacificar-se com os adversários. Por isso, jamais os que o ajudaram a subir e o serviram lealmente, através de ásperas pelejas, poderiam considerar-se credores de sua fidelidade, ainda que não dessem motivo para perdê-la. Aliás, o estremecimento com um companheiro era a véspera de nova namoro para conquistá-lo"¹.

Depois de 1937, com o perigo da IIa Guerra Mundial, esta estratégia política de dominação calcada na instabilidade sofreu algumas modificações. Havia, em primeiro lugar, uma insegurança e uma instabilidade generalizada no mundo em relação ao futuro político dos povos, já que Hitler havia se alçado em direção ao assalto ao poder. Em função desta nova realidade internacional, no nível interno houve uma diminuição das disputas eminentemente pessoais e sem conotação ideológica, alterando-se os embates de poder que passaram a incluir, como pano de fundo, o apoio ou não à Alemanha nazista.

1. Fontoura, João Neves da. Memórias. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969, 2v. p 901. In: Seitenfus, Ricardo A.S.. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930 -1942.

Foi o próprio governo que, em última análise, traçou esta outra estratégia de instabilidade política. Até às vésperas da entrada do país na Guerra, em 1942, houve um jogo de inconstância permanente no que dizia respeito à decisão final de Vargas sobre as simpatias do regime em relação aos Aliados ou aos países do Eixo.

O estratagema do governo era fazer com que nenhum dos lados se sentisse definitivamente seguro. E para isso, conforme o eleito temporariamente (americanos ou alemães) como o mais provável candidato a receber o aval do ditador, aumentava o poder de determinados atores da política, porque estes achavam-se, desta maneira, mais ou menos prestigiados. Alguns seguidores de Vargas, obviamente, optavam por posicionar-se de acordo com as diretrizes do ditador: contribuir para a nebulosidade e instabilidade política. Este foi o caso do Chefe de Polícia, Filinto Muller.

Havia sinais evidentes de que o governo brasileiro buscava constantemente uma aliança com a Alemanha, principalmente

no que dizia respeito à política anti-komintern criada por ela, pela Itália e pelo Japão, sem que o Brasil, no entanto, tenha assinado formalmente o acordo de combate conjunto aos comunistas. Os interesses comerciais e militares também pesavam, mas, ao mesmo tempo, a aproximação com os Estados Unidos e a Inglaterra eram igualmente constantes, e o jogo se armava de forma a não haver qualquer posição clara.

Sobre Filinto Muller, popularmente conhecido como um dos mais importantes germanófilos do governo, havia, antes de mais nada, a certeza de que estava irremediavelmente ao lado de Vargas. A Embaixada Alemã, neste particular, referia-se a Muller como alguém "dependente do presidente Getúlio Vargas. (E que) Tem muitos parentes na Alemanha, mas em relação a ela é neutro"¹. Os americanos tinham praticamente a mesma impressão. Quanto a Filinto Muller, William Donovan, coordenador de informações do

1. National Archives. Documentos da Gestapo. Doc. 295228. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1937, do Embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro. Sobre os demais colaboradores de Muller na Polícia são feitas as seguintes observações no mesmo documento: o vice-chefe de Polícia, Israel Souto também é dependente do presidente Vargas. O secretário adjunto, Francisco Jullien, responsável pela prisão de Harry Berger e Carlos Prestes, tinha uma avó alemã e os desejos da Embaixada Alemã são-lhe sempre receptivos. Politicamente depende de Vargas.

FBI, recebeu um comunicado de Edgar Hoover, diretor do FBI, dizendo que o Chefe de Polícia era absolutamente fiel a Getúlio Vargas, e não pró-nazista¹. Em relação aos demais homens da Polícia, havia dúvidas quanto às tendências de Batista Luzardo, mas os tais Fraga, Affonso e Gessy, seus assistentes, estes eram abertamente pró-nazistas, enquanto Cícero, um sobrinho do general Eduardo Gomes, seria definitivamente pró-aliado.

Os americanos tinham noção deste jogo, ao menos no que dizia respeito às incertezas que lhes tocava. Segundo Edgar Hoover, "Edvaldo Lodi, membro do Conselho de Finanças Brasileiro, finge estar de acordo com a presente política do governo, mas, na realidade, atrás da cena realiza uma série de atos de sabotagem

1. National Archives. RG 226. Doc. 14930, roll 55, de 8 de abril de 1942. Isto, de certa forma, esclarece o fato de Muller ter sido removido da Chefia de Polícia do DF em julho de 1942; num ato que pretendia demonstrar publicamente as simpatias do governo pela democracia e pelos americanos substituindo um germanófilo, mas ter provido a Muller postos de poder e ascensão em sua carreira de forma imediata. Além disso a nomeação do chefe de Polícia paulista, Coreolano Góis, apelidado pelos estudantes de Coreolano Gestapo, para a Polícia do Rio de Janeiro, em 1944, era uma prova de que os standards democráticos do regime não se fixavam em simpatias ou antipatias internacionais.

1
aos esforços governamentais para controlar os súditos do Eixo" .

A posição brasileira era sempre de ambiguidade e de instabilidade. Os atores políticos procuravam adaptar-se a ela. Logo depois do ataque dos integralistas ao Catete, em 1938, o jogo de ir e vir de Vargas, tendendo para a fuga de uma explicitação de seu apoio aos países que se intitulavam os defensores do liberalismo e da democracia ou dos países totalitários, ficou ainda mais evidente.

O golpe do Estado Novo em 1937 havia confirmado que não havia intenções de democratizar o regime, e a Constituição promulgada por Vargas era a prova mais evidente deste fato. Assim, quando os integralistas investiram contra o Palácio do Catete e as suspeitas brasileiras se dirigiram contra o Embaixada Alemã no Rio, os desentendimentos diplomáticos entre Brasil e

1. National Archives, RG 226. Doc 14930, roll 55, de 8 de abril de 1942. Lodi, depois de 1937, foi segundo-vice-presidente da Confederação Industrial do Brasil na gestão de Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, da Federação dos Sindicatos Industriais do DF e da Confederação Nacional de Indústria, presidente do Senai e membro do Conselho Consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica e da Comissão do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Foi ainda um dos signatários de criação do FMI. Conf. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro. pp. 1910 e 1911.

Alemanha serviram como mais um fator de construção de um ambiente político mutável e inconstante.¹

A política externa brasileira era, neste sentido, desconcertante. Mesmo com o golpe de 37, que selava mais um marco da concepção totalitária para os destinos do país, os Estados Unidos podiam ficar "otimistas quanto ao futuro"², pois podiam contar", aparentemente, com o "apoio de círculos cada vez mais influentes no Brasil"³.

Como passara a se tornar comum naqueles tempos, o governo brasileiro dava mostras contraditórias de suas posições. Isto era o bastante para o conselheiro da Embaixada Italiana, Umberto Grazzi, transmitir a seu governo relatórios contraditórios em relação à política externa e ao Itamarati. Em

1. Sobre o caso que envolveu o embaixador alemão Karl Ritter e o Itamarati, Ricardo Antônio S. Seitenfus (O Brasil de Getúlio Vargas), apresenta uma narrativa detalhada, acentuando a tentativa do Embaixador para que fosse revogado o decreto-lei 383, que proibia a existência do NSDAP (Partido Nacionalista Alemão do Trabalho) e de quaisquer outras agremiações estrangeiras.

2. Seitenfus, Ricardo A.S. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação do Blocos: 1930-1942. p. 252

3. Idem, ibidem. Contam para isto, segundo o autor, a missão Aranha nos Estados Unidos para celebrar uma série de acordos econômicos e militares, e a Conferência de Lima.

1

11 de junho de 1940, dando uma reviravolta na política de simpatias pelos aliados, Vargas fez seu famoso discurso a bordo do navio Minas Gerais, e o reafirmou no dia 29 daquele mesmo mês na sede da Confederação dos Trabalhadores Marítimos no Rio de Janeiro, quando arrasou com os princípios liberais e exaltou as nações fortes. Era uma atitude que, ao final das contas, vinha ao encontro das desconfianças americanas em relação aos homens importantes do governo.

2

E bem verdade que em 1938, logo após a promulgação do Estado Novo, Karl Ritter já desconfiava da política de Vargas, e, em nota de 3 de março, dizia a Oswaldo Aranha que "o

1. A Alemanha invadiu a Dinamarca e a Noruega em abril daquele ano. Depois foram a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo, em maio, e a França em junho.

2. "De acordo com um informante, teria sido escutado que o general Góis Monteiro, Chefe do EME, teria dito que se o Brasil fosse chamado para um suporte militar ativo aos Estados Unidos, contra as potências do Eixo, as Forças Armadas não responderiam. Também foi afirmado que depois de tomar alguns drinques, o general teria exclamado: 'Vida longa à Alemanha'. National Archives. FBI. RG 226, M 1499, 1357; roll 46. De William J. Donovan, em 14 de março de 1942. Em 1940, Góis havia afirmado ao embaixador americano no Rio, Caferry, amigo pessoal de Aranha, que o Brasil poderia permitir a utilização de Fernando de Noronha e de Natal como bases americanas, mas que isto deveria ser objeto de negociação posterior. In: Seitenfus, Ricardo A.S.. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. p. 291.

antecessor de Vossa Excelência comunicou-me que ás autoridades brasileiras competentes tomaram as providências necessárias a fim de que não sejam mais publicadas, nem nos jornais da capital nem dos estados, notícias e comentários ofensivos ao chefe de governo alemão. Tomei conhecimento disso com imenso prazer. Infelizmente, até a presente data, outras medidas não surtiram efeito conforme Vossa Excelência poderá ver nos recortes anexos do dia 12 do corrente(...). Muito agradeceria, para informação de meu governo, se Vossa Excelência comunicar-me quais as providências tomadas" .¹

Os americanos duvidavam até mesmo daquele que publicamente seria seu maior aliado: o Ministro Aranha. Segundo um relatório de Lawrence C. Mitchell, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Oswaldo "Aranha, durante os últimos sete anos ganhou muito dinheiro. No Rio Grande do Sul e em sua administração do tesouro brasileiro como ministro da Fazenda ofereceram oportunidades para a obtenção de lucros pessoais, que Mr. Aranha jamais deixaria passar. Mr. Aranha é intelectualmente

1.AHN-IJ1 1367. De Karl Ritter a Oswaldo Aranha, em 15 de março de 1938.

esperto, prático e direto em seus métodos. Além disso, não é atormentado por escrúpulos ou outros impedimentos que usualmente atormentam idealistas visionários. Como a maior parte dos latinos, ele tem uma dose de grande orgulho pessoal e, enquanto o posto de ministro das Relações Exteriores esteve à sua disposição desde que retornou dos Estados Unidos, ele tem achado que aceitar o Itamarati depois de ter sido o ministro da Justiça e do Interior e ministro da Fazenda, com suas oportunidades maravilhosas de lucro pessoal, seria uma decisão que abalaria seu ¹prestígio público".

Góis Monteiro, que havia ficado fascinado pelo Exército Norte-americano em uma visita que fez aos Estados Unidos, a convite do general Marshall, em 1939, estava, de acordo com informações da Associated Press ao Departamento de Estado, entre os mais ativos opositores a que os americanos participassem da defesa brasileira na IIa Guerra Mundial. Segundo a agência de notícias, Góis dizia publicamente que a Alemanha ganharia a

1. National Archives, RG 165, 2271-k-38, de 10 de março de 1938.

Guerra, sendo que sua esposa era uma das mais pronunciadas germanófilas brasileiras. Além de Góis, seriam opositores do plano americano de defesa militar no Brasil, Eduardo Gomes (responsável pela defesa aérea do nordeste) e o próprio Aranha, que teria se referido aos representantes do Exército Americano como "constant¹es criadores de problemas".

Da mesma forma que tomava tais atitudes, Góis Monteiro, por exemplo, expunha a dois coronéis dos Estados Unidos que faziam parte da Comissão Médica Mista Brasil-Estados Unidos, que a empresa aérea Condor certamente era uma importante arma do governo alemão; que era ativa no Mato Grosso e que se preparava para agir a qualque²r momento.

De qualquer forma, até romper relações diplomáticas com o Eixo, depois da Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, as autoridades brasileiras mantiveram sempre o país todo na

1. National Archives. RG 208, 376. Box 437. Political Report, de 27 de fevereiro de 1942.

2. National Archives. RG 165, 2472-42/20. Do adido militar no Brasil, em 2 de junho de 1942, ao acompanhar os coronéis Duhan e Sweet na visita a Góis Monteiro.

expectativa de uma definição política quanto a seus rumos. A atitude contraditória e dual fazia parte deste comportamento do regime em colocar às claras que detinha o poder de qualquer decisão final, e em demonstrar que dependia apenas dele todas as resoluções políticas e sociais a serem tomadas.

As esferas políticas cabia seguir com atenção os movimentos do líder para, a partir daí, se colocarem no palco criado de instabilidade política com projeção de perpétua estabilidade.

Por isso, e principalmente porque o governo se colocava acima de todas as leis no seu espectro de transformação do poder através do estabelecimento de um Estado Dual, desconhecendo a lei e usando as prerrogativas, foi possível, sem causar qualquer repercussão, que as autoridades, em troca de acordos militares com os Estados Unidos que fortaleceriam o manancial bélico

1. Embora analise a tomada de decisão do governo como triunfo de Oswaldo Aranha em sua diplomacia liberal, mesmo que o ministro afirmasse até às vésperas do rompimento que o Brasil era definitivamente um país neutro e que assim se manteria, o livro de Seitenfus apresenta detalhes importantes sobre o ir e vir diplomático que acabaria com uma adesão do Brasil aos Estados Unidos.

brasileiro, permitissem que americanos, num questionável gesto de transgressão à Convenção de Genebra, transferissem prisioneiros de guerra capturados por suas forças para a custódia do governo brasileiro.

Desde novembro de 1942, alemães da Força Naval e da ¹Marinha Mercante eram mantidos presos em Recife, Belém e Natal, sem que qualquer comunicado oficial fosse emitido pelas ²autoridades brasileiras. Não tinha importância, a atitude era coerente com a imagem que o Estado fazia de si mesmo e com a campanha desenvolvida pelo governo, objetivando os estrangeiros como inimigos potenciais e preferenciais.

Sob o ponto de vista das classes populares, ficava à cargo da Polícia a implementação do sentimento de constante instabilidade social. Como o medo havia se generalizado intensamente através do exemplo concreto da caça aos "inimigos do

1. National Archives, RG 165. OPD - 383.6 - 16 de setembro de 1943. F/W # 156.

2. A autorização de transferência de custódia foi dada pessoalmente por Oswaldo Aranha. Por volta de setembro de 1943, as autoridades americanas começaram a se preocupar quanto à legalidade desta transferência, mas aparentemente a situação não foi modificada.

governo e da nacionalidade", e como a instabilidade das elites também informava as massas, o corpo policial e sua falta de princípios garantia um intenso clima de "instabilidade".

CAPITULO II

A ORGANIZAÇÃO POLICIAL

O golpe de 1930 havia realmente iniciado uma nova era no Brasil. Não se tratava mais de colocar ou eleger diferentes grupos representativos no comando do Estado. Vencia, na época, uma proposta política diferente, e, a princípio, capaz de aglutinar segmentos de todas as classes sociais. A proposta do Brasil Novo era universalizante, seu arcabouço, ao mesmo tempo genérico e bem definido, era impregnado do sentimento de regeneração nacional.

A Polícia, neste contexto, começou a exercer um novo papel. No momento o governo passara a ser o Estado, e a Polícia, o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político.

A ligação da Polícia com Vargas foi crucial para um Estado delineado com as características dos 15 anos de governo Vargas. E as relações do Ditador com o poder policial eram

complexas. Na realidade, as insinuações de que Vargas controlava a Polícia de uma forma autônoma e paralela à lei eram completamente dispensáveis, porque não passavam da mais pura realidade. Como braço executivo do regime, a Polícia aparece claramente em toda a estratégia de ação e de domínio. Assim, o tom de denúncia em que se baseavam sugestões de que o Chefe de Polícia teria um poder exagerado era muito mais o testemunho de perplexidade com que segmentos da população viam a ação da Polícia e do Estado: centralizadores nos atos e totalitários na ideologia.

A ação policial - substanciada naquele momento na eficácia de um discurso que preparava o advir de uma grande nação e a profilaxia social dos inimigos concretos (comunistas, liberais, estrangeiros, sem trabalho e políticos), começava ela mesma a antecipar a sua própria estratégia de centralização de
1
ação .

1. Todo o processo de centralização policial é formatado nos anos 30. Em 1944, a Polícia do Distrito Federal se transforma definitivamente na Polícia Federal de Segurança Pública.

A ORGANIZAÇÃO

Vitoriosa a Aliança Liberal e preocupada em salvar a República através da implementação de um Estado personificado na figura do ditador, as mudanças na ação e no poder logo se fizeram notar. Já em 1930, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro e os interventores dos demais estados (com exceção, nos primeiros meses, de João Alberto, em São Paulo) "não davam tréguas ao comunismo, reprimindo-o com maior energia do que o governo de Washington Luis"¹.

As questões ideológicas e sociais faziam, na verdade, as vezes de um pano de fundo para a justificativa de mudanças de atitude de um Estado que se pretendia o implementador de uma profunda profilaxia social. Por isso, além da repressão imediata

1. Dulles, John W.F. Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935. p. 365.

desencadeada pelo aparato policial contra vários segmentos da população, e passados os primeiros momentos de maior conturbação, Vargas iniciou um completo reaparelhamento da Polícia.

O médico Batista Luzardo foi efetivamente o primeiro Chefe de Polícia do Distrito Federal pós - 30, e a eficiência foi sua marca registrada, no intuito de modificar a ação policial.

Além de recompor totalmente o quadro de delegados auxiliares (com exceção de um), vários dos delegados distritais foram

¹
exonerados. O sentido das reformas era o de "subtrair a polícia das maquinações políticas, preservando-a do fascismo envolvente,

saneando-a, educando-a, instituído-a"² de tal maneira que

³
respondesse às necessidades do modelo ditatorial. Não seria por

acaso que, em março de 1931, Luzardo tornaria pública a

1. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro. 1930 -1983. Coord. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. p. 1966.

3. Alonso, Anibal Martins. Organização policial. História, legislação e administração. p. 42.

3. Foi também fundamental mudar a imagem da Polícia, o que acabou sendo concretizado. "Tradicionalmente", dizia um relatório do adido militar da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, "a Polícia Civil do Distrito Federal não recebe da população muita confiança ou estima. Até hoje seus membros são mal pagos e em sua maior parte são pouco educados e sem muitos escrúpulos". National Archives, RG 165, ofício 20006 -107 - War Department.

contratação de dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova
Yorque, para que fosse organizado no Brasil o serviço especial de
repressão ao comunismo ¹.

O aparato policial tornara-se, na verdade, essencial
para a manutenção da ditadura. E Pantaleão Pessoa dizia a Getúlio
Vargas que embora estivesse "em curso de solução o caso paulista,
pelo número de informações e opiniões colhidas, parece-me que
seria indispensável nomear um chefe de polícia para São Paulo que
fosse de absoluta confiança de V. Exa.. Sem essa condição, a
força federal poderá continuar em xeque e não terá paradeiro a
campanha de providências perturbadoras a que se acostumou o povo

²
paulista". Não se tratava apenas de manter a ordem em relação à
insubordinada elite de São Paulo, mas uma questão de assegurar a
ordem política pela raiz. E, por isso mesmo, em 1932, o chefe de
polícia paulista, Danton Coelho, já havia substituído quase todos
os chefes de polícia do interior do estado, bem como a chefia da

1. In: Dulles, J.W.F.. Op cit. p. 373.

2. Carta a Vargas, de 24 de março de 1933. In: Silva, Hélio. 1933. A crise do Tenentismo. p. 105.

No restante do país o procedimento foi o mesmo. Foram substituídos os chefes de Polícia e concretizado o novo direcionamento a ser dado ao aparato policial. Vargas também tratou, em 10 de janeiro de 1933, de decretar que o serviço policial do Distrito Federal ficasse sob a inspeção suprema do Presidente da República e sob a superintendência do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Este decreto possibilitou uma série de confusões sob o ponto de vista das responsabilidades policiais e da devida subordinação da Polícia Civil do Distrito Federal. É certo que a prerrogativa do Presidente de nomear o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro vinha desde a Proclamação da República, dando seguimento a um direito que fora anteriormente do Imperador. A superintendência do Ministério da Justiça sobre a Polícia,

1. Carta de Danton Coelho a Getúlio Vargas, em 19 de dezembro de 1932. In: Silva, Hélio. 1933 ...p. 69. Danton havia sido nomeado Chefe de Polícia de São Paulo em outubro de 32.

acontecia desde 1907 (decreto 1631) , mas havia, sob o ponto de vista hierárquico, uma quebra completa das instâncias de subordinação, não muito diferente do que acontecia com a

estrutura policial na Alemanha Nazista .

A bem da verdade, a Chefia de Polícia do Rio de Janeiro não respondia à hierarquia a que formalmente estava subordinada. Ou seja, não era através das ordens, supervisão e diretrizes do Ministério da Justiça que o aparelho policial funcionava.

Embora existisse a aparência de um modelo de organização das esferas do poder estatal, com a tradicional divisão de poderes, e uma hierarquia clássica, aqueles que participavam da vida pública, e a população em geral, sabiam que o poder em sua totalidade era exercido por Getúlio Vargas. Esta

1. In: Terra, Sylvio e Mac Cord, Pedro. Polícia, lei e cultura. Pref. de Roberto Lyra. Rio de Janeiro, Graf. Guarany, 1939. Este decreto foi regulamentado pelo 6 440, de 30 de março de 1907. In: Alonso, Martins. Op. cit.

2. "Nem dúbia nem supérflua é a função política da polícia secreta, o "mais bem organizado e mais eficiente" dos departamentos do governo, no sistema de poder do regime totalitário. E ela o verdadeiro ramo executivo do governo, através do qual todas as ordens são transmitidas. Através da rede de agentes secretos, o governo totalitário cria uma correia transmissora diretamente executiva que, em contraposição com a estrutura de camadas superpostas da hierarquia ostensiva, é completamente separada e isolada de outras instituições". Arendt, Hannah. O sistema totalitário. p. 535.

aparente dicotomia entre o teoricamente existente e o real fazia parte da estratégia de manutenção deste modelo político, onde a insegurança da população, e do próprio círculo de poder que se alinhava à vontade pessoal do ditador, eram fatores de supremacia para a manutenção da estratégia de dominação política.

Não era coincidência o fato de que as polícias estaduais - formalmente subordinadas aos interventores ou governadores de estado - passaram a ser diretamente subordinadas à Polícia do Rio de Janeiro e, portanto, à Presidência da República.

O decreto de 10 de janeiro de 1933 era uma armadilha de poder. Escondia, sob a tutela do Ministério da Justiça, o fato do Chefe de Polícia responder diretamente às ordens da

1.A primeira iniciativa neste sentido foi tomada em relação à polícia paulista, logo após outubro de 1930, e paulatinamente esmerada, até que tomasse a forma de uma organização subordinada exclusivamente a uma vontade. Logo que assumiu a Chefia de Polícia de São Paulo, Vicente Rao tratou de demitir todos os antigos titulares da polícia do estado e substituí-los por integrantes do PD. Em 2 de dezembro, João Alberto demitiu Vicente Rao, sob a acusação de "manter uma atuação pautada por certo espírito de partidarismo que o tornava incompatível com o cargo, sendo substituído por Aureliano Leite. No acordo feito com João Alberto, o secretariado de São Paulo negociou que, em troca de apoio, o interventor, entre outras cláusulas, preencheria os cargos de delegado de Polícia com autoridades civis.

Presidência da República. Filinto Muller escrevia a Vargas, em 1937, a respeito da detenção de presos políticos sem processo formal¹ que "somente ao Presidente da República devo dar conta de meus atos no exercício do cargo com que sua confiança me honrou"².

O papel da Polícia do Distrito Federal, como braço armado da ditadura instalada por Vargas, fazia parte de uma teia montada pelo regime, em que poderes entravam em choque, mas onde tendia a vencer sempre o sustentáculo do exercício de poder: a Polícia, suas perseguições, maquinações e seu terror.

A estabilidade do poder policial era tão evidente, que de 1933 a 1942, no período mais seguro do governo Vargas sob o ponto de vista do efetivo controle das instâncias de poder, houve

1. Muller reclamava que declarações do Ministro da Justiça e do presidente do Tribunal de Segurança Nacional à imprensa fizeram entender que ele era o único responsável pela existência de presos sem processo formal. O episódio ficou conhecido como "Macedada", porque o ministro Macedo Soares mandou soltar 408 pessoas que estavam naquelas condições. Um fato que, de certa forma, veio facilitar o golpe de 1937.

2. Arquivo Getúlio Vargas, vol XXXVI doc. 65. In: Silva, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem. p. 581 e 582.

apenas um homem na chefia de Polícia do Distrito Federal, mas
1
seis diferentes ministros da Justiça e Negócios Interiores .

Dez pessoas diferentes ocuparam o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, sendo que 5 depois que Filinto Muller perdeu a chefia de Polícia. Desses dez, três foram chefes interinamente e João Alberto ficou duas vezes no comando da policial.

1. Ao longo do tempo (de 1930 a 1945), os ministros da Justiça foram Oswaldo Aranha, de 5 de novembro de 1930 a 21 de dezembro de 1931; Maurício Cardoso, de 21 de dezembro de 1931 a 21 de março de 1932; Francisco Campos, de março de 1932 a novembro de 1932, interinamente; Francisco Antunes Maciel, de 1 de novembro de 1932 a 24 de julho de 1934; Vicente Rao, de julho de 1934 a janeiro de 1937; Macedo Soares, de 30 de maio a 5 de novembro de 1937; Francisco Campos, de 9 de novembro de 1937 a setembro de 41, efetivamente, e até julho de 1942, sob o ponto de vista legal; Negrão de Lima, de setembro de 1938 a março de 39, e em agosto de 1939, e de 17 de janeiro a 19 de março de 1941, interinamente; Vasco Leitão da Cunha, de agosto de 1941 a julho de 1942; e Alexandre Marcondes Filho, de 17 de julho de 1942 até o final do Estado Novo. Ao todo, oito diferentes pessoas ocuparam o cargo de ministro, sendo que Francisco Campos o fez em dois momentos bastante diferentes.

O Chefe de Polícia que mais ficou no poder, justamente no período de 1933 a 1942, foi Filinto Muller. Antes dele ocuparam o cargo, Bertoldo Klinger, em outubro de 1930; João Batista Luzardo, de novembro a março de 1932; Joaquim Pedro Salgado Filho, de março a abril de 1932, interinamente; João Alberto Lins de Barros, de abril de 1932 a fevereiro de 1933; Filinto Muller, de fevereiro de 33 a julho de 1942; Felisberto Batista Teixeira, de 3 a 18 de julho de 1942, interinamente; Alcides Gonçalves Etchengoyen, de julho de 1942 a agosto de 1943; Nelson Mello, de agosto de 1943 a julho de 1944; Coreolano de Araújo Goes Filho, de julho de 1944 a março de 1945; João Alberto Lins de Barros, de março a 29 de outubro de 1945; e Benjamim Vargas, no dia 29 de outubro de 1945. Os dados referentes à Polícia do DF se encontram em : Alonso, Anibal Martins. Organização Policial. História, legislação e administração.

Sob o ponto de vista legal, apenas os órgãos ligados à segurança imediata estavam subordinados à Chefatura de Polícia do DF. Estes órgãos eram as Delegacias Auxiliares (três), as Delegacias Distritais (trinta), a Delegacia de Estrangeiros, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, a Diretoria Geral de Investigações, a Inspetoria Geral de Polícia e a Corregedoria, além da Diretoria Geral de Comunicação e Estatística e da Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade.

A Inspetoria Geral Penitenciária, a Polícia Militar do Distrito Federal, a Colônia Penal Cândido Mendes, a penitenciária Agrícola do DF, a Penitenciária Central do DF e o Presídio do Distrito Federal, estavam formalmente subordinados ao Ministério da Justiça. Também as polícias estaduais e os presídios de cada estado subordinavam-se formalmente aos governos locais.

É certo, entretanto, que ao longo dos anos 30 e 40, a Chefia de Polícia do Distrito Federal suplantou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e exerceu um poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais.

Para que este exercício de poder do Chefe de Polícia pudesse ser realizado, houve uma certa dualidade na legislação que especificava a subordinação da estrutura policial. Em 1933, ao praticamente reeditar o decreto 1631, de 1907, Getúlio Vargas fazia uso de uma lei que intrinsecamente possuía esta dualidade. Ou seja, ao deixar a Chefia de Polícia subordinada ao Ministério da Justiça, mas sob a supervisão da Presidência da República, tornava-se impossível ao Ministério qualquer tipo de controle mais efetivo do Chefe de Polícia, pois ele, afinal, estava atrelado às conveniências do exercício da presidência.

POLITIZANDO O TRABALHO POLICIAL

A renovação da Polícia foi um dos fundamentos de todas suas transformações estruturais nos primeiros anos da década de 30. Batista Luzardo, de fato o primeiro Chefe de Polícia nomeado por Vargas, recompôs todo o quadro dos delegados distritais, com exceção de um, e vários dos delegados auxiliares, preparando o

quadro policial para os novos tempos. Com a reorganização do Gabinete de Identificação, a gestão de Luzardo definitivamente introduziu o Laboratório de Antropologia Criminal, que rendeu à Chefia de Polícia o prêmio Lombroso de 1933, com pesquisas sobre biótipos dos negros criminosos e prostitutas¹. Era a época científica da Polícia, que se instalava desta vez para ficar.

Afora sua estrutura propriamente dita, a Polícia do DF estava equipada de diversos recursos. Para realizar suas tarefas, a chefatura de Polícia contava, em 1933², com 3 528 funcionários fixos no Rio, sem contar os informantes; a prestação de serviços de delegacias de outros estados e municípios; as verbas secretas; a colaboração das polícias e de convênios internacionais; a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, que foi criada com a extinção da 4a Delegacia, em 1933; os órgãos paralelos de repressão e mais o serviço de delação de amplos setores da população.

1. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro. 1930-1983. p. 1967.

2. Seguindo o decreto 22 332.

Esta estrutura conferia ao Chefe de Polícia um posto alto na hierarquia, não só pela importância que a Polícia passou a ter na ditadura e pela sua ligação com Vargas, mas pela quantidade de informações, pessoal e verbas ao seu dispor.

A primeira vista, a estrutura policial era simples, racional e transparente. Havia a Chefatura de Polícia que centralizava seu controle sobre 7 setores distintos: 1- As Delegacias Auxiliares. 2- Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade. 3- Diretoria Geral de Investigações. 4- Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes. 5- Delegacia Especial de Segurança Pública e Social. 6- Colônia Correccional de Dois Rios. 7- Inspetoria Geral de Polícia.

Na estrutura das Delegacias Auxiliares, havia 3 delegados auxiliares, 30 delegados distritais¹, 45 comissários inspetores e 160 comissários, além, é claro, do pessoal de apoio, como escrivãos, escreventes, oficiais de justiça, etc. Estas

1. Durante o esforço de guerra, cada distrito policial foi dividido em quatro zonas e distribuído um comissário e um auxiliar para cada zona. Portaria 8 555, de 22 de outubro de 1942.

delegacias faziam o trabalho de rua propriamente dito. Cada qual com sua atribuição, elas esquadrinhavam toda a cidade do Rio de Janeiro através das delegacias distritais .¹

Na Diretoria Geral de Investigações era feito o trabalho interno e especializado da Polícia. Ali estava o aparato técnico de apoio ao trabalho de investigação do Instituto de Identificação e Estatística Criminal, do Instituto Médico Legal e do Gabinete de Pesquisas Científicas. A estrutura desta Diretoria era extremamente variada. Ia desde 45 investigadores de 1a classe, 80 de 2a e 100 de 3a da sua parte geral, até dois antropologistas, 4 fotógrafos , 2 peritos e 55 identificadores do Instituto de Identificação Criminal , os 2 químicos do Gabinete de Pesquisas Científicas , 15 médicos e 2 modeladores do Instituto Médico Legal.

Além das inovações técnicas que começaram a ser feitas

1. Na medida que o aparelho repressivo foi se sofisticando, houve um enorme incremento de pessoal na Polícia. Em 1939, uma Portaria do Chefe de Polícia faz alusão à existência de mais de 1500 investigadores no quadro de funcionários permanentes. Portaria, 5 106, de 7 de agosto de 1939.

no interior da Polícia, com investimentos maiores no Instituto de Identificação e Estatística Criminal, no Instituto Médico Legal, e no Gabinete de Pesquisas Científicas¹, a maior modificação verificada na organização e na estrutura policial foi a criação da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social.

A conformação básica da Delegacia era pequena e contava apenas com 7 pessoas. Havia um delegado, um secretário, dois auxiliares e três chefes de seção (Seção de Segurança Pública, Seção de Explosivos, Armas e Munições e Seção de Arquivo Geral)². Contava, entretanto, com investigadores extranumerários em número que o Chefe de Polícia julgasse necessário. Desta forma, o orçamento da Delegacia Especial não ficava condicionado às verbas regularmente previstas para os gastos policiais e o aparato repressivo crescia ou era diminuído de acordo com as conveniências.

1. O reconhecimento do corpo de Elza, a companheira do secretário do Partido Comunista, Miranda - cujo assassinato se atribui à direção do PC -, foi feito através de exame pericial odontológico de comparação com a formação do maxilar de Elza e suas fotografias. Gabinete de Investigação da Polícia. São Paulo, maio de 1936, ano I, nº4.

2. Terra, Sylvio e Mac Cord. Op. cit. p. 140.

Em 1939, a organização da Delegacia Especial foi alterada com a criação do Gabinete Técnico, implantado definitivamente em 26 de agosto de 1941. Nele, ficavam as informações do serviço de repressão organizado. Era coordenado e sistematizado todo o serviço de informação da DESPS: examinadas as publicações consideradas suspeitas e nocivas; catalogadas as publicações apreendidas; centralizado o serviço cartográfico e criptográfico da Delegacia Especial; mantida correspondência com as Delegacias de Ordem Política estaduais; organizado e mantido o serviço e o fichário fotográfico; expedição de notas reservadas; organizados os índices nominais de suspeitos, presos, condenados, contraventores, etc; organizado o arquivo de todos os documentos cifrados e decifrados; guardados os sistemas de códigos usados pela DESPS; feita a análise de jornais e revistas estrangeiros; e organizado o serviço de dossiês políticos de todas as organizações e o fichário dos indivíduos considerados suspeitos.

Houve, entretanto, o primeiro antecessor do Gabinete Técnico, que foi a Diretoria de Publicidade e Comunicação, e que,

em 1933, motivara João Alberto, quando deixava a Chefia de Polícia, a garantir a Vargas, que "obrigados a sair da norma cotidiana de prender e soltar criminosos e transgressores vulgares, para uma ação mais desenvolvida, não só na capital mas nos estados e no estrangeiro", havia sido criado uma diretoria de Publicidade e Comunicações, pois a "ação de uma polícia federal não pode ser local (e) mesmo no estrangeiro há serviços que, por sua própria natureza, não devem ficar à cargo da diplomacia"¹. Na prática, a ação policial tornara-se federalizada.

Filinto Muller foi quem tratou de começar a levar esta centralização às suas últimas conseqüências. Em 6 de julho de 1933, comunicou ao secretário de Vargas, Gregório da Fonseca, a inauguração de um serviço inédito, que viabilizaria a centralização das informações e o contato diário da Polícia do

1. A federalização de direito da Polícia do DF só aconteceu com o decreto-lei 6378, de 28 de março de 1944, que transformou a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública.

1

DF com os estados e territórios. Era o Press Office, através do qual a polícia iniciou todo o serviço de propaganda do Estado. Todos os dias, às oito horas da noite, o pessoal da Diretoria Geral de Publicidade da Polícia organizava uma transmissão de rádio com notícias de caráter oficial e policial. Ou seja, a Polícia do DF incumbência de comunicar às autoridades nacionais, fossem elas policiais ou não, as últimas informações consideradas de importância pelo governo Vargas.

2

Dava-se o primeiro passo para transformar, em julho de 1934, esta Diretoria Geral de Publicidade em Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes, uma espécie de cérebro de operações, sob a supervisão direta de Muller. Entre as atribuições desta diretoria, estavam o licenciamento das casas de espetáculo e diversões públicas, censura teatral e diversões, e o contato com polícias estaduais e internacionais e de países estrangeiros, para dar e receber informações que deveriam ser

1.AHN. Secretaria da Presidência da República. lata 527. Ofício 560, de 6 de junho de 1933.

2.Decreto 24 531, que aprova o Regulamento da Polícia Civil do DF.

colhidas e distribuídas para as demais diretorias policiais e,
dependendo dos casos, para as polícias estaduais ¹.

Houve um reforço no sistema de progressiva politização do serviço de controle e repressão policial, quando a portaria 3 622, de 10 de novembro de 1937 (o mesmo dia da decretação do Estado Novo), criou o Serviço de Divulgação. Através dele, foi mantida a distribuição diária de artigos e comunicados a cerca de 1300 jornais espalhados pelo Brasil. Em dois anos, de 1937 a 1939, a Divulgação lançou 90 mil retratos de Getúlio Vargas, 45 livros e folhetos, cujas edições variaram de 10 a 75 mil cada uma, como um projeto de propaganda pela consolidação do Estado Novo e contra as ideologias subversivas ².

Depois de dois anos, a Chefia de Polícia decidiu substituir o trabalho de Propaganda do Serviço de Divulgação por um órgão ligado ao Gabinete Técnico. O novo órgão coordenaria todos os elementos informativos de ordem intelectual sobre

1. Decreto 24 531.

2. Polícia Civil do Distrito Federal. Polícia Política Preventiva. Serviço de Inquéritos Policiais. Programa de Organização e Realizações. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1939.

assuntos que interessassem à Polícia na defesa do regime e do
governo, uma vez que o Estado Novo foi considerado consolidado.¹

A portaria 4 908, de 15 de abril de 1939, criou o Serviço de
Inquéritos Políticos Sociais.

Estrutura-se rapidamente o novo departamento, que
providenciou um inquérito policial exaustivo dos 1574 municípios
brasileiros (vide Anexo II). Este levantamento permitiria à
Polícia do DF ter a mais completa radiografia do país, a partir
de fichas cadastrais de cada município brasileiro.²

Tendo como consequência toda esta gama de serviços para
o controle político e social do país, a reorganização policial
que extinguiu a 4a Delegacia Auxiliar e a substituiu pela
Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (D.E.S.P.S.)
afetou diretamente todo o aparato policial do país. Outras
delegacias estaduais foram criadas a seu molde e para atender às
suas necessidades, respondendo à centralização policial e às

1. Idem, ibidem

2. Polícia Civil do Distrito Federal. O SIPS e suas finalidades.
Rio de Janeiro, 1940.

diretrizes básicas de controle social que vinham do Rio de Janeiro. A antiga 4a delegacia, é certo, já estavam afetos os problemas de ordem política, mas não havia ainda uma especialização neste tipo de serviço. Como uma espécie de herança dos anos 10 e 20, a 4a delegacia ainda cuidava dos processos de vadiagem, homicídio, meretrício, etc. Com a criação da D.E.S.P.S., houve uma centralização maior das ações e especialização dos serviços.

Mesmo que houvesse deslizes na presteza do corpo policial em responder à centralização pretendida pela Polícia, atitudes normativas eram tomadas constantemente para impedir que o controle fugisse das mãos do Chefe. Por esta razão, a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social e a Delegacia Geral viam - se obrigadas a prestar balanço semanal dos presos e detidos. A disposição da chefia é alojados na Sala dos Detidos. Todos os policiais ficaram proibidos de recolher presos aos presídios do Rio de Janeiro ou à Ilha Grande sem que o Chefe de

1. Portaria S 543, de 20 de outubro de 1942.

1.
Policia assinasse o expediente .

AS VERBAS SECRETAS E ESPECIAIS

O controle absoluto e final das atividades da Delegacia Especial e do restante da Policia ficava à cargo do Chefe de Policia, pois a ele a Delegacia estava formalmente subordinada. O estatuto interno dos serviços policiais protegia a centralização e a autoridade do Chefe de Policia, através do dominio sobre o quadro de pessoal, que dependia exclusivamente de sua determinação .

2
Esta centralização ainda foi importante, pois dinamizou a captação de verbas secretas para a repressão. Afinal, o entendimento sobre as diretrizes básicas deste serviço se dava

1.Portaria 7 707, de 10 de março de 1942.

2.Ao realizar a reforma policial de 1933, João Alberto escreveu a Getúlio Vargas que a extinção da 4a Delegacia fez o "restabelecimento da autoridade integral do Chefe de Policia". AHN. Secretaria da Presidência da República, lata 527.

diretamente entre o Pr sidente da República e a Chefia de Polícia.

Na realidade, o Governo Provisório tratou de legalizar a prática de dota o de verbas secretas ainda antes da existência da Delegacia Especial, quando criou, em 14 de junho de 1932¹, o crédito extraordinário para atender despesas com a polícia de repressão. A partir deste momento, as verbas secretas tornaram-se uma constante no orçamento da atividade repressora e passaram, mesmo, a integrar os gastos policiais, já que existia um conjunto de despesas do tipo reservado. Tratava-se de reforçar a parte sombria, secreta e invisível do regime que gerava o medo, a insegurança e a instabilidade, bem ao encontro dos objetivos do Estado que pretendia apreender a alma de todo e qualquer membro da sociedade.

Em 8 de abril de 1932, João Alberto, Chefe de Polícia, solicitou e obteve a cessão de um funcionário público lotado como fiscal de ensino secundário do DF, para assumir o cargo de

1. Decreto 21 530.

1
oficial de Gabinete da Chefatura de Polícia . E deste homem,
Artur Hehl Neiva, o relatório enviado ao Chefe de Polícia a
respeito da "situação das verbas destinadas a despesas de caráter
2
reservado" .

A quase totalidade destas verbas destinava-se a ações
de caráter político, e desde 7 de julho de 1932, a rubrica de
"Diligências Policiais" fora substituída por "verba de
repressão". Segundo Neiva, os gastos para o mês de julho de 1932,
quando estourara o movimento paulista, estavam programados de
forma a dispender: 18 000\$000 reis em atividades de ordem social
na Argentina e no Uruguai; 38 500\$000 com publicidade em geral;
20\$000 com publicidade em Porto Alegre; 22 000\$000 em
gratificações diversas; 12 000\$000 de material na conta do
Uruguai, totalizando 111 000\$00 réis, dos 300\$000 que haviam
inicialmente sido locados para a Chefia de Polícia naquele ano.

(Vide Anexo I sobre relação do mil réis com o dólar.)

1.AHN. Secretaria da Presidência da República, lata 527. Ofic. 43
- GD - Reservado.

2.AHN- Secretaria da Presidência da República. Lata 527.

Pelas contas de Artur Neiva, a revolta paulista havia desviado grande parte do orçamento previsto, e os 189 000\$000 restantes não seriam suficientes. Por isso, estava apresentando aquele relatório à Presidência da República, já que se tratava de expor a necessidade de serem destinadas mais verbas de caráter reservado para a Chefatura de Polícia .

A partir destas verbas especiais, a Polícia do DF extrapolava suas atribuições de manutenção da ordem no Rio de Janeiro. Garantiam-se suas funções políticas repressivas em outros estados e, pelo menos, em dois países vizinhos. Quanto às verbas com publicidade, elas eram fundamentalmente empregadas em matérias pagas e publicidade nos jornais, como propaganda ideológica do Estado .

Mais do que com verba de publicidade, havia mensalmente

1. A solicitação foi atendida, e Francisco Campos, na época Chefe de Gabinete do MJNI, comunicava a liberação de "mil contos de réis para despesas extraordinárias decorrentes da repressão ao movimento seditioso". AHN - Secretaria da Presidência da República, lata 527.

2. Uma praxe na Era Vargas, depois especializada com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Nos demonstrativos de gastos apresentados pela Polícia para os meses de julho e agosto de 1932, há 38 000\$00 e 70 556\$600, respectivamente, que foram repassados para jornais como verbas de publicidade.

gastos reservados para "gratificações diversas" . 75 143\$300 em agosto e 59 500\$000 em julho)¹, o que garantia à Chefia de Polícia a contratação de serviços extras.

Não havia hesitação quando se tratava de conseguir as verbas suplementares. Em 1941, Filinto Muller enviou um bilhete pessoal ao irmão de Getúlio, Benjamin Vargas, pedindo seu interesse para um crédito de 2 500 000\$000 para diligências policiais². Também em São Paulo, o governo acabou autorizando, em 1937, um crédito especial de quatro mil contos para atender "às despesas de combate ao comunismo", depois de ter sido aprovado uma verba de dois mil contos (cerca de 170 000 dólares), em 1936, "em virtude da situação criada pelos últimos movimentos³ extremistas do país".

1.AHN - Secretaria da Presidência da República. Lata 527.

2.AHN. Secretaria da Presidência da República. Lata 527, em 17 de setembro de 1941.

3.Decretos 8290 e 2542. Conf.: Fonseca, Guido. DOPS - um pouco de sua história. p. 62.

O CONTROLE INTERNO

A centralização do Estado, correspondeu igualmente a centralização do aparelho repressivo. Estava encerrada a fase política brasileira que pretendia fazer valer o dito de Campos Sales: "E de lá (dos estados) que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União"¹. Nem os estados tinham o poder de dominar, nem as multidões poderiam tumultuar as ruas do Rio ou de outra cidade qualquer. Tratava-se de exercer a centralização do poder em sua forma radical.

Em 1934, o governo de Getúlio Vargas implementou a maior reestruturação policial jamais vista. Foi a assinatura do decreto 24 531, de 2 de julho de 1934, que tinha cerca de 500

1. In: Carvalho, José Murillo. Os bestializados. p. 33.

páginas. Ele detalhava desde as atribuições de um simples porteiro do prédio da Polícia do DF, até a maneira pela qual deveria ser feito o esquadramento da cidade do Rio de Janeiro para a distribuição dos seus 30 distritos policiais e da garantia de um controle total do espaço urbano¹, as bases sob as quais se erguia a carreira policial e o poder de decisão da Chefia de Polícia.

A Polícia do DF passara a ter em suas mãos os meios legais que lhe permitiam agir de acordo com seus padrões e critérios, estendendo suas normas de ação e repressão para todo o país.

No caso das atividades artísticas, havia um reflexo do espírito da nova lei. A Polícia de Muller conseguira que, através da nova legislação, os profissionais do ramo fossem legalmente coagidos a cumprir todas as determinações da censura, interpretar

1.1 Distrito, Gávea; 2, Copacabana; 3, Botafogo; 4, Catete; 5, Lapa; 6, Mem de Sá; 7, Candelária; 8, São Francisco; 9, Mauá; 10, Tiradentes; 11, Saúde; 12, Santo Cristo; 13, Mangue; 14, Rio Comprido; 15, Engenho Velho; 16, São Cristóvão; 17, Tijuca; 18, Vila Isabel; 19, Engenho Novo; 20, Bom Sucesso; 21, Penha; 22, Meyer; 23, Encantado; 24, Madureira; 25, Marechal Hermes; 26, Jacarepaguá; 27, Bangu; 28, Campo Grande; 29, Santa Cruz; 30, Ilha da Baía de Guanabara.

fielmente o texto e a marcação, sem poder alterar ou acrescentar qualquer palavra nas representações sem autorização prévia do autor - que necessariamente deveria estar presente - e da censura. Foi também decretado que os artistas e auxiliares teatrais deveriam obedecer ao diretor e ao ensaiador, sendo obrigados a participar dos espetáculos, salvo por motivos de força maior.

Desde 34, havia também o Serviço Especial de Identificação de Empregados Domésticos, que obrigava estes trabalhadores a se identificarem com a Polícia Civil, onde era mantido cadastro, um sistema de identificação e registradas queixas contra os empregados¹. Com este serviço, a Polícia mantinha diretamente sob sua vigilância uma parcela dos trabalhadores menos especializados e fora da esfera de qualquer sindicato.

Complementarmente, fora criado o Serviço de

1. Pela Portaria 10 337, de 4 de novembro de 1943, o serviço foi substituído pela Seção de Registro e Controle de Empregados Domésticos.

Fiscalização e Repressão à Mendicância e Menores Abandonados ,
que pretendia tirar das ruas os mendigos e os menores,
encaminhando-os para instituições ou para fora da fronteira

2

agrícola .

A centralização de vários poderes excepcionais nas mãos
da Polícia do DF permitia o exercício da ação policial sem a
necessidade de qualquer ato de convencimento. A coação tornara-se
tão absoluta e suficiente, que o decreto trouxe várias
transformações de ordem centralizadora no próprio interior da

1.Transformado em Serviço Especializado de Fiscalização à Mendicância e Menores, em 13 de outubro de 1943, pela portaria 10 213.

2.Durante os anos 30 foram constantes as investidas da Polícia no Rio de Janeiro e em São Paulo para aliviar estes centros urbanos dos sem trabalho. Os "vagabundos" eram recolhidos e transportados para os confins de Goiás. Conf. Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. Campinas, Unicamp, tese de mestrado, 1984.

organização policial .

A Chefia de Polícia era exercida agora através da edição constante de portarias, capazes de dinamizar e aperfeiçoar o serviço policial. O Serviço Secreto de Investigações foi criado

com uma dessas portarias , e colocou junto ao Gabinete, sob a orientação pessoal de Filinto Muller, 200 funcionários, que deveriam responder direta, exclusiva e reservadamente ao Chefe de Polícia.

Utilizando-se de estratégias que garantiram de forma indiscutível seu predomínio de mando no interior da instituição policial, Muller decidiu colocar sob sua avaliação pessoal a

1.O decreto 24 531, de 2 de julho de 1934, manteve a estrutura policial praticamente da mesma forma até 1945. As alterações que aconteceram até o final do Estado Novo não tiveram qualquer caráter substancial, e foram: a lei 284, de 28 de outubro de 1936, que alterou a composição da estrutura de carreiras; Estatuto dos Funcionários Públicos; decreto-lei 1941, de 30 de dezembro de 1939, fundindo as carreiras de guarda civil e de tráfego; decreto-lei 1947, da mesma data, que fundiu as carreiras de delegado e comissário; decreto-lei 3 308, de 26 de maio de 1941, extinguindo a carreira da Polícia Especial e criando, em substituição, cargos isolados e equivalentes de provimento em comissão; decreto-lei 3 800, que organizou o quadro permanente do Ministério da Justiça, criando o quadro permanente de comissários de Polícia. In: Gouvêa, Cândido Alvaro de . A reforma da Polícia Civil do Distrito Federal. Arquivo do Departamento Federal de Segurança Pública. Março- abril, 1945. Ano I, no 2.

2.Portaria 4 430, de 5 de setembro de 1938.

ascensão funcional do corpo policial. Os primeiros atingidos foram os investigadores extranumerários, que ainda estavam fora da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal ¹.

O ingresso na nova carreira tornara-se obrigatório pela 4a classe, onde o policial permaneceria por 1 ano, a título de experiência. Terminado este período, o chefe de serviço do investigador fazia um relato confidencial ao Chefe de Polícia sobre as qualidades do estagiário. Se as informações fossem favoráveis, o investigador seria promovido para a terceira classe. Caso contrário, seria demitido ou permaneceria na 4a classe, com salário de 100\$000 réis inferior ao da 3a classe ². Na ascensão para as 2a e 1a classes, havia o mesmo procedimento, variando apenas a exigência do número de anos de serviço.

Através de seu veredito final para a progressão na carreira, Muller fazia com que os investigadores ficassem

1. Portaria 4 496, de 27 de setembro de 1938, do Chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro.

2. A carreira de investigador tinha 4 classes, com as seguintes remunerações: os investigadores de 4a classe recebiam 350\$000 réis por mês; os de 3a, 450\$000; os de 2a, 500\$000 e os de 1a, 550\$000.

preocupados em responder aos estímulos dos chefes imediatos, em primeiro plano, e aos do Chefe de Polícia, que se colocava na esfera mais alta de poder. Além do controle sobre quem deveria pertencer ao quadro dos investigadores extranumerários, garantia um tipo de fidelidade cega às ordens enunciadas, pois dela dependeria o sucesso profissional e financeiro .¹

A experiência deve ter dado certo. Menos de um ano depois da edição da portaria para os extranumerários, os investigadores do quadro da Polícia também foram atingidos .²

Desta vez Filinto Muller fixou uma cota de vagas para as três categorias mais elevadas de investigadores: 400 na 1a classe, 500 na 2a, 600 na 3a e número ilimitado na 4a classe. Ficou estabelecido que, além do que normalmente eram aceitas como condição de merecimento, iriam contar: "a) elogios pessoais;

1. Em São Paulo, existia um departamento com o nome de Serviço Especial, para "incentivar a eficiência dos serventuários, fiscalizando-lhes as atividades, de modo a provocar maior produção nos trabalhos que são controlados por um sistema de arquivos com índices e fichas". Este sistema, "denuncia a vida funcional dos policiais", mostrando produção ou negligência. Machado, Rogério. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Chefe de Polícia, capitão Ernesto Dorneles, sobre trabalhos realizados em 1936. p. 102

2. Portaria 5 106, de 7 de agosto de 1939.

b) atos que demonstrem qualidades excepcionais do investigador, a critério da administração; c) bravura, dedicação, lealdade, inteligência e iniciativa no desempenho das funções".

Como existia uma cota fixa para o preenchimento de vagas de investigadores de 1a, 2a e 3a classes, provavelmente a medida provocou uma espécie de competição entre indivíduos ou grupos, e uma tentativa inconstante de satisfazer as expectativas da Chefia de Polícia.

As medidas facilitavam o controle interno da organização e impediam que agentes policiais pudessem extrapolar diretrizes ditadas pelas autoridades superiores. Nesta mesma linha de atuação, a sala onde ficavam os jornalistas credenciados pela Chefatura de Polícia passaria a ser direta e administrativamente subordinada ao Gabinete da ¹ Chefia. E, a partir de 20 de julho de 1939², estava proibido a qualquer autoridade policial, salvo o Chefe de Polícia ou por sua

1. Portaria 6 996, de 23 de julho de 1941.

2. Portaria 5 053.

autorização expressa, dirigir-se a embaixadores ou ministros de nações estrangeiras, aos ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal, a interventores estaduais ou ao prefeito do Distrito Federal ou a autoridades do Governo Federal.

Na área destinada ao Gabinete Técnico da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social o acesso aos integrantes da instituição policial também era vedado. Só era permitido a algum policial entrar no Gabinete com autorização expressa do Chefe de Polícia ou do Delegado Especial.

O CONGRESSO DE POLICIA

Em 20 de outubro de 1936, foi organizado um Congresso Nacional de Autoridades Policiais. O encontro, realizado no Rio de Janeiro nas dependências da Polícia, tinha três objetivos principais. O primeiro era o de unificar o trabalho policial,

tanto sob o ponto de vista da definição do alvo político de suas ações, como da transformação legal da Polícia Civil do Distrito Federal em central de informações e ações policiais para o país. O segundo, apagar eventuais arestas entre os comandos estaduais do serviço policial e suas autoridades. E o terceiro, aumentar o prestígio do Chefe de Polícia do DF. O Congresso reuniu secretários de Segurança e chefes de polícia ¹.

A reunião, que tinha um caráter inédito, foi organizada de maneira a discutir os assuntos taxados de fundamentais pela Polícia carioca. Sob o ponto de vista de uma ação política dos serviços policiais, os grupos de participantes discutiram problemas relacionados com a entrada, permanência e expulsão de estrangeiros; propaganda extremista e sua repressão; a organização policial, métodos uniformes, troca de informações, sua estrutura e recursos materiais; e a importação de explosivos,

1. Todos os estados foram representados pelos secretários de Segurança ou pelos chefes de polícia das capitais. Algumas vezes, ambos. National Archives. RG 165. Report G-2, 2006-107. War Department.

armas e munições, controle deste comércio e posse de arma .

Sob o ponto de vista prático, o encontro votou medidas que viabilizaram legalmente a federalização da Polícia do Brasil. É que as teses aprovadas deram as bases do convênio assinado entre as polícias civis do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Território do Acre. Além dos estados participantes, quatro ministérios se comprometeram a participar do convênio policial: o da Guerra, Marinha, Relações Exteriores e o do Trabalho, Indústria e Comércio.

As medidas, que já estavam existindo há algum tempo, tinham o sentido de centralizar as informações na sede da Polícia Civil do Distrito Federal e fixar normas padronizadoras quanto ao processo e sindicância para a naturalização; entrada de estrangeiros e suas cartas de chamada; controle e permanência de

1. In: Vieira, Hermes e Silva, Oswaldo. Op. cit.. Também em Alonso, Anibal Martins. Op. cit.

estrangeiros no país; expulsão de indesejáveis, especialmente apátridas ou daqueles sem passaporte por recusa do consulado.

AS OUTRAS POLÍCIAS E O TRABALHO SECRETO

Enganava-se muito quem atribuía à Polícia do DF um certo tipo de desorganização à latino-americana. Desde o início da reforma do aparato de vigilância e repressão, em 1930, a máxima do serviço policial foi sua reorganização, através da implementação de um maior dinamismo e controle interno da instituição.

Com muito mais poder que o FBI, segundo o assistente da Embaixada Americana no Rio ¹, a Polícia do DF contava com forças adicionais à sua ação ordinária, quer no interior de sua própria organização, quer fora dela.

Para a manutenção da ordem, a Delegacia Especial havia

1. National Archives. RG 59, R&A 717 B, M1221. 981, A4124c.

ganho, no mesmo dia em que fora criada, em 1933, a sustentação de uma tropa de elite, que fazia parte da estrutura da Polícia Civil. Era a Polícia Especial, uma espécie de tropa de prontidão, que funcionava "como reserva e elemento de choque para os momentos mais agudos"¹. Em geral, seus integrantes eram recrutados em clubes esportivos, o que os diferenciava da Guarda Civil (mal remunerada e mal alimentada) e do corpo de investigadores da polícia, pois eram o braço armado da Delegacia de Ordem Política e Social².

A Guarda Civil estava reservada a responsabilidade do policiamento do centro urbano do Rio de Janeiro³ e da cessão especial de pessoal para a Inspetoria de Veículos, delegacias auxiliares, Polícia Marítima e Palácio do Catete.

Até 1930, o serviço da Guarda havia sido

1. AHN. Secretaria da Presidência da República. Lata 527. Carta de João Alberto a Getúlio Vargas.

2. São Paulo teve a formação de sua Polícia Especial em 21 de junho de 1935, 5 meses antes da tentativa do golpe comunista. In: Vieira, Hermes e Silva, Oswaldo. Op. cit.

3. Em 1931, a Guarda Civil fazia a vigilância urbana ordinária do 1o, 2o, 4o, 5o, 6o, 7o, 10o, 12o, 13o, 14o, 15o, 17o e 30o distritos policiais. AHN-IJ1 401. Relatório da Guarda Civil do Distrito Federal do ano de 1931, ao Chefe de Polícia.

descentralizado, com secções distritais autónomas, com sede, administração e vida própria. Era difícil à Chefia da Guarda e muito mais ao Chefe de Polícia possuir o controle imediato sobre as atividades policiais da Guarda Civil. De acordo com os novos parâmetros de organização, as secções autónomas sofreram fusão, e foram divididas em 4 grupos de secção¹. Além de estar sob a supervisão direta da Polícia Civil, a Guarda perdia o controle sobre seus agentes toda vez que eles eram cedidos a outros órgãos da Polícia do DF.

Quando Pedro Ernesto ainda era prefeito do Rio de Janeiro e fazia carreira política através do PADF, houve uma tentativa de opor-se à Polícia de Muller, dando um caráter independente à Guarda e elevando seu número para 900 homens. Pedro Ernesto pretendia fugir do controle da Chefia de Polícia do DF, a fim de que pudesse livremente ter o suporte dos sindicatos.

1. Sob a ordem direta da Inspetoria da Guarda Civil estavam, em 1931, 821 homens, sendo que 759 faziam diretamente o serviço de guarda urbana na 1a Administração (1a, 3a, 4a e 5a delegacias), 2a Administração (6a, 12a, 13a), 3a Administração (7a e 30a) e 4a Administração (10a, 14a, 15a e 17a). AHN. IJ6 401.

O prefeito do Rio acabou sendo preso em 1935 e a Guarda Municipal
continuou atrelada à Polícia Civil¹.

Fora do controle direto da Polícia Civil do Distrito
Federal estavam, naturalmente, as demais chefias de Polícia do
país². Além delas, no suporte ao trabalho de repressão, as
polícias militares.

Estas forças organizadas em unidades de infantaria e
cavalaria, contribuíam para a manutenção da ordem pública e a
repressão a agressores externos. Tinham o direito de prender
homens por crimes civis ou contra o Estado, sendo que quase a
metade de sua força ficava concentrada no interior³.

1. Sobre a iniciativa de Pedro Ernesto, conf.: Conniff, Michael
L., *Urban Politics in Brazil*. p. 141.

2. Os departamentos de Polícia do Rio e São Paulo sempre foram
os carros-chefes no combate político que realizaram. Somente no
final de 1944, São Paulo demonstrou algum tipo de insubordinação
em relação ao comando carioca. Em maio de 1944, sob a influência
do Coronel Tasso Tinoco, comandante da 2ª Região Militar, Alfredo
Issa, Secretário de Segurança de São Paulo, determinou uma
investigação sobre a conduta de Aquinaldo Araújo Goes, irmão de
Coriolano Goes, Chefe de Polícia do DF, de julho de 1944 a março
de 1945. National Archives, RG 226, Doc 96016, de 22 de setembro
de 1944. O incidente, embora possa ser lido como relativo a
problemas de ordem pessoal entre as autoridades, aponta a crise
da ditadura do Estado Novo e o declínio do poder policial.

3. National Archives, RG 226, M 1499, roll 147; 832-00 9 1716-
83200 13/81 -M1473, roll 3; RG 59, R&A 717 B M1221, 981, A4124c;
RG 226, doc 96016.

Muito mais bem equipadas e modernas que os destacamentos da Guarda Civil, as policias militares, pela sua função especifica, eram igualmente mais agressivas. Respondiam aos governos estaduais, mas recebiam equipamentos do Ministério da Guerra ¹. Embora a formação básica dos oficiais fosse dada nas academias militares estaduais, mais tarde, completavam sua formação junto ao Exército ².

Apesar de não existirem números completos para as forças das policias militares nos estados, o governo americano foi informado, em 1942, que havia 8 936 soldados da PM em São Paulo, e que no Rio Grande do Sul a força era de 4 404 homens, no de Paraná 912, e, em Santa Catarina, 713. Enquanto na Guarda Civil era de 223 homens no Paraná, 590 no Rio Grande do Sul e uma esquadra apenas, sem número especifico - e provavelmente muito

1.A escolha do comandante da PM do Distrito Federal era feita por Vargas. Conf.: Denys, Odylio. Ciclo revolucionário brasileiro. p. 56. Denys foi nomeado comandante em 1940.

2.National Archives, RG 165, Doc 2006-123, dados fornecidos pelo ministro Góis Monteiro, e RG 59 R&A report 717A M1221, 981-A4124c.

pequena - para Santa Catarina .

Existia ainda um tipo de trabalho de policiamento que envolvia outros órgãos além do Departamento Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal. O serviço secreto

2

desenvolvido pelo Governo , começou a contar, a partir de 1942, com um reforço específico dos ministérios públicos é, mais especificamente, do Ministério da Justiça.

A nova medida fazia parte da portaria ministerial 5 214, de 12 de Janeiro de 42, que instituiu o regimento interno da Seção de Segurança Nacional. O órgão havia sido criado em

3

1939 , mas somente três anos depois começava a funcionar.

A lista de suas atribuições era grande, mas o âmago do trabalho ficava com o combate ideológico. Por isso, deveria "propor medidas de propaganda conducentes ao desenvolvimento do

1.National Archives, RG 59, R&A report, 717A, M1221, 981 A4124c e RG 165, doc 2006 - 123.

2.Havia o serviço de informações que tradicionalmente era mantido pelas armas militares, como a 2a Seção do Estado Maior das Forças Armadas e os Estados-Maiores dos ministérios militares, mas sobre eles, embora houvesse troca de informações e diálogo, a Polícia do DF não possuía ingerência.

3.Pelo decreto 4 517, de 12 de agosto, através da organização estabelecida para o Conselho de Segurança Nacional, de 15 de fevereiro de 1934, decreto 23 873.

espírito de nacionalidade e à compreensão dos deveres do cidadão em face da defesa do país; (...) sugerir medidas para a boa marcha do serviço de registro de estrangeiros" e fiscalizar suas atividades e dos brasileiros naturalizados; avaliar os recursos e as possibilidades da Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do DF, em "face das necessidades da Segurança Nacional", e sugerir medidas para sua ação ¹.

A Seção era um reforço para a Polícia, principalmente porque contribuía na fase de repressão aos estrangeiros. Segundo Augusto César Lobo, diretor da Seção em 42, naquele primeiro ano de trabalho, o esforço cotidiano fora "receber e estudar denúncias relativas às atividades contrárias à Segurança Nacional, que eram enviadas ao Ministério pela Secretaria da Presidência da República, bem como as que eram endereçadas ao Senhor Ministro ou à própria Seção. Após convenientemente examinadas eram tais denúncias encaminhadas ao Chefe de Polícia desta capital e aos interventores nos Estados: em alguns casos, a

1. AHN . Seção de Segurança Nacional. IJ1 1442.

própria Seção, por intermédio de seus dois funcionários ou de seu secretário, realizou diligências proveitosas no sentido de obter confirmação¹ relativamente a atividade de elementos suspeitos". No inquérito realizado pela Polícia do DF para a localização de todos os estrangeiros no Brasil e de "elementos nocivos à segurança nacional", a Seção de Segurança tratou de organizar os formulários que foram remetidos para 600 municípios.

Em 1943, a Seção recebeu 247 documentos e realizou 48 sessões. No ano seguinte, foram récidos 438 documentos, dos quais 242 eram processos, sendo 167 referentes à entrada de estrangeiros². Os processos eram enviados à Polícia.

1.AHN. Seção de Segurança Nacional. IJ1 1374. Exposição de motivos sobre a necessidade da Seção de Segurança Nacional à Secretaria da Presidência da República, em 18 de agosto de 1942.

2.AHN. Seção de Segurança Nacional. IJ1 1442.

ANEXO I

Ano	(1:000\$000) Contos	Dolares	(1\$000) Milréis	Dolares
1930	1	107.00	1	0.107
1933		79.00		0.079
1936		85.00		0.085
1939		52.00		0.052
1941		50.00		0.050 ¹

1. Dados retirados de Levine, Robert M.. The Vargas Regime. Appendix D.

ANEXO II

Foram investigados através do questionário policial:

1 - Dados sinópticos, com rápidas informações sobre superfície, população, número de prédios da sede, receita, despesa do município, serviço de utilidade pública, serviço de água encanada, esgotos, luz e energia elétrica, iluminação pública, bondes, capacidade da usina elétrica em HP, quantidade e serviço de auto-ônibus, serviço e número de aparelhos telefônicos, telégrafo, correio, estrada de ferro, navegação fluvial ou marítima, estradas de rodagem, movimento demográfico do município, número de distritos.

2 - História, com notícia sobre os primeiros desbravadores e desenvolvimento dos principais acontecimentos (...), informações minuciosas a partir da proclamação da República (...), notícias e

dados biográficos sobre os filhos ilustres do município já falecidos, lendas e tradições.

3 - Descrição física, da natureza dos terrenos, composição, etc., bacias hidrográficas, rios, ribeirões, lagoas e quedas d'água, altitude, riqueza, reservas, grutas e cavernas, flora, clima, etc..

4 - Esboço cartográfico, mais ou menos exato, em escala resumida, e os municípios limítrofes.

5 - Planta sede, de localização de ruas, praças, etc., meios de comunicação que partam da sede para o interior, rios navegáveis, estradas de ferro, estradas para automóveis, estradas para carroças e simples caminhos.

6 - Meios de Comunicação - Tráfego aéreo, navegação costeira, rios navegáveis, estradas de ferro, rodagem, carroçáveis. Rumo que tomavam as ligações. Importância dos meios de comunicação existentes e projetados. Dados sobre tráfego de passageiros e

carga.

7 - Saúde Pública. Rede hospitalar, incidência de tuberculose, lepra, malária, etc.. Moléstias endêmicas, realizações existentes, em andamento ou projetos.

8 - Serviço de Assistência Hospitalar - Notícia geral da assistência existente, dados do movimento de ambulatórios, postos de saúde, Santa Casa, sanatórios, hospitais, leprosários, etc.

9 - Instrução - Escolas mantidas pelo município, estado, nação, particulares e suas denominações. Graus de ensino ministrados em cada uma. Número de alunos, professores. Considerações gerais.

10 - Situação Financeira - Existência de bancos, grandes fortunas, aplicações dessas fortunas, se pertencem a brasileiros ou estrangeiros, onde estão investidas, etc.

11 - Situação Econômica - Possibilidades e problemas econômicos do município. Movimento geral dos negócios públicos e

particulares.

12 - Agricultura - Desenvolvimento geral, valor médio da terra por alqueire. Principais culturas, processos aplicados, exportações, condições do trabalhador agrícola níveis de produção de produtos, como queijo, leite, manteiga e outros.

13 - Comércio - Informações sobre o número de estabelecimentos e capital registrado, situação do comércio, causas da situação.

14 - Indústria - as existentes, ramos, matéria prima, procedência, número de operários, capital investido, oficinas, possibilidades industriais.

15 - Trabalho - Salário médio, por dia com ou sem alimentação, número de operários em fazendas, lavouras, fazendas de criação e operários de pequenas oficinas. Percentagem dos trabalhadores nas atividades segundo sexo, obras assistenciais, nacionalidade.

16 - Emigração e Imigração - Saída dos trabalhadores nacionais

para outros portos, estimativa anual, destino, caráter definitivo ou temporário. Entrada de trabalhadores nacionais e estrangeiros, estimativa por ano, atividades dos imigrantes, caráter permanente ou temporário. Considerações gerais.

17 - Núcleo e colônias estrangeiras - Se nos últimos 10 anos houve entrada de estrangeiros, total, nacionalidade, como foi a assimilação, qual a situação presente, existência de núcleo de colônias, atividades que desenvolvem, quais as maiores propriedades pertencentes a estrangeiros. Sugestões sobre atividades de estrangeiros.

18 - Vida Associativa - Relação de associações, centros, sociedades ou clubes: esportivos, recreativos, beneficentes e outras finalidades. Nome, número de sócios e pequena notícia de suas atividades.

19 - Religião e Associações Religiosas - Credos religiosos e associações, Igrejas, capelas, santuários e templos. Sacerdotes,

pastores, associações ou centro religiosos dos sacerdotes e pastores. Templos de valor artísticos.

20 - Imprensa - Relação nominal de jornais, revistas e outras publicações periódicas. Data de fundação, existência regular, diário ou não, matutino ou vespertino. Nome do proprietário, nome das máquinas. Diretor, se tem oficina própria, tiragem média, descrição do equipamento e tabela publicitária.

21 - Retrospectiva Político-Partidária - Desde o Estado Novo, partidos existentes, nomes de projeção, eleitorado existente, episódios mais interessantes.

22 - Retrospectiva Político-Policial - Até 30, incidentes graves ou crimes políticos. Atividades clandestinas de partidos ou indivíduos simpatizantes de extremistas. Ambiente político local. Suas tendências e possibilidades.

23 - Força Pública - Força do Exército e armada, Polícia Militar, Polícia Municipal, linhas de tiro de guerra, número de

reservistas. Se houve batalhas depois de 30 e como foi feito o recrutamento.

24 - Serviço Postal - Categoria da agência, agências nos distritos. Como é feito o serviço do município para os distritos. Movimento da repartição.

25 - Serviço Ferroviário - Estradas de ferro, estação mais próxima e como alcançá-la. Da distância da capital do estado. Movimento exato de carga e passageiros.

26 - Serviço Rodoviário - Auto-ônibus, itinerário das viagens, número de veículos particulares e sua natureza.

27 - Serviço Marítimo e Fluvial - Rios navegáveis, gênero de embarcações empregadas, companhias organizadoras, número de embarcações, valor anual do transporte.

28 - Registro Civil - No município e nos distritos, casamentos,

nascimentos e óbitos, desquites, anulações de casamento, dissoluções não legais de casamento ou pessoas vivendo junto sem estarem casadas.

29 - Associações Culturais - Número e relação.

30 - Escritores e Artistas.

31 - Personalidades Históricas.

32 - Linhas de Tiro.

33 - Destacamentos Policiais.

34 - Sistemas Correccionais e Presidiários.

35 - Criminalidade - Crimes contra a propriedade, furto, roubo; contra a pessoa, homicídio, lesões corporais, etc; contra a estabilidade da família, estupro, deflorações, adultério. Causas para maior ou menor criminalidade. Informações sobre

criminalidade em 1938, com a seguinte classificação: a-) Contra a segurança interna da República: 1 - conspiração, 2 - desafio a autoridade, 3 - outros; b-) Contra o livre gozo do direito individual: 1 - contra o livre exercício dos direitos políticos, 2 - contra a liberdade pessoal, 3 - contra o livre exercício dos cultos, 4 - outros; c-) Contra a fé pública : 1 - falsidade de títulos de crédito, 2 - falsidade de documentos, 3 - outros; d-) Contra a estabilidade da família: 1 - defloramento, 2 - estupro, 3 - rapto, 4 - adultério, 5 - lenocídio, 6 - ultraje ao pudor, 7- outros; e-) Contra a pessoa e propriedade: 1 - roubo, 2 - extorção, 3 - outros; f -) Contra a segurança da pessoa e da vida. 1 - homicídio, 2 - infanticídio, 3 - suicídio, 4 - aborto, 5 - lesões corporais, 6 - outros; g-) Contra a propriedade pública e privada: 1 - furto, 2 - falência, 3 - estelionato, 4 - outros .

36 - Criminosos Foragidos - Existência e motivo da difícil captura.

37 - Armas, Munições e Explosivos.

38 - Tóxicos e Entorpecentes.

39 - Curandeirismo e Baixo Espiritismo - Prática de ritos afro-brasileiros, macumbas, etc. .
1

40 - Casas de Jogos e Dancings - Jogo proibido, se nos bares é comum a prática de jogos de carta. Informações sobre dancings e cabarets.

42 - Lenocídio e prostituição - Número de meretrizes, tolerância da polícia, percentagem de nacionais e estrangeiros .
2

1.Foi suspenso, em 9 de abril de 1941, o funcionamento de todos os centros espíritas do Rio, que só puderam reabrir depois que suas atividades foram submetidas a um novo exame de suas finalidades. Os antecedentes político-sociais de seus dirigentes foram pesquisados pela Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, e os criminais, pela Delegacia Geral de Investigações. Portaria 6 784, de 9 de abril de 1941.

2.Em 1940, a título de divulgação, a Polícia do DF publicou um livro chamado "O SIPS e suas finalidades", onde constava a relação municipal e distrital do país, a partir dos questionários recebidos e com a ajuda do Instituto Nacional de Estatística. Foram mostrados todos os quadros que compunham o questionário, devidamente respondidos por município. Curiosamente, vários dados foram suprimidos, principalmente nos itens 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 41, onde aparece a indexação vide verso, sem nada constar.

CAPITULO III

A POLICIA EM AÇÃO

O ano de 1930 chegara. Nas ruas, homens, mulheres, crianças, e principalmente soldados, aclamavam Getúlio Vargas. Era a promessa de uma nova era, da moralização dos costumes políticos e sociais. A República Velha estava fadada ao sepultamento. Mal reagira ao golpe que crescera do Sul do país, e em pouco tempo o novo regime se cristalizava no Rio de Janeiro. A capital da República transformara-se em uma festa. Multidões aclamavam o novo líder, um tipo de messias moderno que deveria readaptar o Brasil ao século XX e aos avanços tecnológicos. Um tipo que deveria imprimir nova dinâmica econômica e social ao país. Um homem que conduziria a nação inteira a uma nova mentalidade. Enfim, o tipo do ditador talhado para o exercício do poder, esperado por amplos setores da população.

Nas esquinas, nos cafés, nas faculdades e no interior distante, não houve viva alma que desconhecesse a existência do

ditador. Venerado, na maior parte das vezes, Getúlio Vargas se fazia presente em todos os lugares e em todas as manifestações. Fosse através de representantes ou através das milhares e milhares de fotos que teve o cuidado de espalhar pelos quatro cantos do Brasil. Lá estava a imagem da esperança, da união e da autoridade. Esta imagem materializava-se na sua presença nas grandes manifestações de massa ou em uma foto pendurada nas paredes da barbearia, da escola, da farmácia e, é claro, de todas as repartições públicas.

Vivia-se, por isso, um grande frenesi social. O projeto do novo regime não deixava de controlar qualquer aspecto do cotidiano social. O homem deveria ser novo e as realizações do Estado estavam destinadas a atingir desde a anistia, legislação eleitoral, Justiça Federal, ensino secundário e superior, liberdade didática e administrativa, questão social, autonomia do Distrito Federal, exército e armada, funcionalismo público, carestia de vida e regime fiscal, finanças e economia, convênios e tratados de comércio, instrução, educação e saneamento, obras

contra as secas, colonização da Amazônia, vias de comunicação, pecuária, reforma do Banco do Brasil, defesa da produção e do café, organização administrativa do Brasil, até a siderurgia, ou tudo aquilo que surgisse e fosse capaz de mobilizar no seio das massas algum tipo de sentimento útil ao regime.

Mantinha-se a população em um estado de excitação contínuo através de discursos, de medidas saneadoras constantemente anunciadas e da incessante ação policial. Tudo disseminava a noção de que efetivamente estava-se entrando em ação para transformar a sociedade.

Dar sensação de movimento a este novo mundo de projeções era uma tarefa primordial, porque mexia profundamente com a psiquê do indivíduo e, portanto, com a confiança que ele transferia para a ditadura.

Tarefa complicada, porque todos os setores do Estado, pelo menos a princípio, deveriam se manter tão dinâmicos quanto possível. Isto justamente para reforçar a sensação de movimento e dinamismo e redisciplinar o indivíduo, fazendo com que ele existisse somente quando inserido na malha da sociedade através

da estrutura do Estado. Complicada ainda porque esta sensação de mobilidade deveria ser percebida também pelo "sexto" sentido da população. A sociedade deveria ter certeza de que havia movimento para os olhos verem, isto é, mesmo que setores não estivessem se engajando ao corpo da nação - para usar uma construção recorrente do ideário do Estado -, havia uma dinâmica subterrânea que tratava de eliminar os cancros sociais e possibilitar a construção da nova sociedade.

Este mundo subterrâneo de dissuasão e de disciplinarização era imenso. E na medida em que novos fatos surgiam em seu cenário conjuntural, ele se modificava basicamente nos alvos de ação. Sua tarefa primeira, entretanto, manter o poder totalitário, estava de pé.

COMO AGIR

O Código Penal de 1890 trazia uma série de dificuldades para a ação da Polícia, que, a partir do estado ditatorial instalado em 1930, deveria ser o principal alicerce e

sustentáculo do regime.

Em primeiro lugar, a existência do Código, por si só, era um entrave à ação da Polícia, já que como lei, deveria e poderia arbitrá-la. No regime de força e de persuasão que se estabeleceu, a lei diminuía cada vez mais de importância, enquanto salvaguarda dos direitos da pessoa e do cidadão. Ela, a lei, interessava apenas enquanto representasse, acima de tudo, os direitos do Estado e da Nação, no caso, sinónimos de uma mesma verdade. Importava também quando sua existência fizesse parte da farsa judicial que anunciava pretensamente uma estratégia de dominação.

Em segundo lugar, feito às pressas logo após a proclamação da República, o Código Penal continha uma série de imperfeições jurídicas. A começar pelo fato de que fora aprovado antes de promulgada a Constituição, em 1891. Além disso, continha inúmeras falhas técnicas, erros, imperfeições, omissões, tanto na técnica como na terminologia empregada e em seu conteúdo.

1.Cernicchiaro, Luiz Vicente. Estrutura do Direito Penal.

Criticado, o Código Penal acabou sofrendo tantas alterações que suas consultas eram cada vez mais difíceis ¹.

Em terceiro lugar, e pela razão mais importante, o Código Penal não traduzia a realidade vivida pela Polícia, pelas autoridades criminais e por esta nova forma de governar que se instalara, em nome do povo e da democracia no Brasil. Neste meio, a Escola Positiva ganhara cada vez mais adeptos enquadrando-se perfeitamente num mundo que rechaçava o liberalismo. Dizia-se não aos direitos de liberdade do cidadão e implementavam-se expedientes preventivos. A criminologia, a Polícia Científica, estas sim, faziam parte deste mundo.

Por isso, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo Vargas foi dar ouvidos às críticas feitas ao Código Penal e reformulá-lo. Tratava-se de incorporar os princípios da Escola Positiva, de demonstrar dinamismo, movimento, e adequar o cenário às novas matrizes ideológicas, de tal forma que abrisse espaço maior para a ação da nova Polícia. Assim, em 1932, foi feita a

1. Idem, ibidem.

Consolidação das Leis Penais e, em 1940, o Estado Novo aprova o Código Penal que entraria em vigor em 42.

Era importante esta assimilação formal da Escola Positiva porque reafirmava preceitos que estavam sendo aceitos, praticados e justificados por vários setores sociais (Policia, juristas, médicos) e pelo Estado. Os princípios teóricos desenvolvidos na Itália por Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Sergio Sergi eram bem-vindos na busca de legitimação de uma ação que pretendia atingir todos os homens e toda a sociedade, sob a formulação que tinha como um de seus principais eixos a criação do Homem Novo.

Para a Escola Positiva e para a Antropologia Criminal (elas caminhavam juntas), o objeto de estudo e de interferência deixava de ser o delito. A preocupação volta-se para o agente do delito. Sobre o homem criminoso recaia a ação do médico, do

1
delito. Sobre o homem criminoso recaia a ação do médico, do

1. Lemos Brito, uma das maiores autoridades penitenciárias e criminológicas do país, dizia que "o criminoso é um produto de seus impulsos patológicos, ou do ambiente social, educação e condições econômicas". Por isso, tanto os crimes como as "prisas deveriam ser tratados à luz da ciência" e dos avanços do séc. XIX, pois não se poderia mais "tentar o levantamento moral nem a readaptação social do criminoso se não se procurasse corrigir suas taras e defeitos, funcionais ou adquiridos". Se não chegou

jurista, do policial, do carcereiro. O agente do crime, pelos preceitos da ciência criminal, sofre sobre si uma influência física, fisiológica e social. Ou seja, uma combinação de fatores externos e internos; daí a necessidade dos conhecimentos de sociologia, antropologia, psiquiatria e anatomia para a análise e diagnóstico do agente. E a partir das conjunções oferecidas pelas áreas do conhecimento moderno no interior da ciência que a Escola Positiva postula ser o criminoso um indivíduo anormal, uma

1
variedade do gênero humano .

..Continua....

ao extremo de sugerir a via do extermínio nazista, afirmou no mesmo ano da edição da lei de esterilização da Alemanha (14 de julho de 1934), que deveria haver a esterilização dos degenerados. Conf.: Brito, Lemos. A questão sexual nas prisões. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1934. p. 57.

1. Aguiar Whitaker, médico-psiquiatra do serviço de Identificação e professor de Psicologia Judiciária da Escola de Polícia de São Paulo ganhou, em 1941, o prêmio Oscar Ferire de Criminologia da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo.

Sob a ótica da aplicação da ciência para a higienização social, Whitaker fez o trabalho "O crime e os criminosos à luz da psicologia e psiquiatria", analisando 50 presos comuns, para que fossem recolhidos subsídios para os julgamentos nos tribunais. Estes criminosos podiam ser normais ou patológicos, sendo que os normais seriam aqueles cuja conformação, estrutura e funções fisiopsíquicas preenchessem as funções patológicas.

Já o crime poderia ser acidental - não motivado por predisposição especial ou por vícios de formação de caráter e psicopatias ou resultante de tendências mórbidas graves. A predisposição ao crime poderia apresentar origem exclusivamente caracterológica, por viciosa educação social ou por influência deformadora das circunstâncias e de tendências anômalas da personalidade psicótica somadas ainda ao caráter viciosamente formado ou deformado.

Ao contrário da tradição do direito, tratava-se agora de diagnosticar a doença do agente para promover a profilaxia. Neste sentido, todos os esforços deviam ser aglutinados. A Polícia, no caso, era o principal agente desta profilaxia, já que a ela cabia "extrapolar as meras funções de vigilância e manutenção da ordem" ¹.

..Continua....

Aos criminosos, era reservada a caracterização como criminoso 'acidental' em potencial (por vício ou deformação de caráter e psicopatias) ou portador de personalidade delinqüencial (criminoso que comete crime por predisposição biológica).

Existia ainda um método geral que permitia a classificação do indivíduo, através do exame dos criminosos (Antropologia Diferencial), métodos e técnicas de exame, pesquisas complementares, psicologia e psicopatologia do delito, observação dos delinquentes e da utilização do método e tipologia de Viola (médico italiano que criou a classificação racional da individualidade humana, através do método antropométrico).

A pena, segundo o médico, seria aplicável aos delinquentes ocasionais após um prévio estudo das peculiaridades psicológicas do caso, já que a sanção não deveria ser da sociedade contra o transgressor, mas um recurso para que fosse recuperada a normalidade de conduta. Quanto aos criminosos portadores de personalidades delinqüenciais, deveriam ser segregados imediatamente do meio, ou, em liberdade, submetidos à vigilância especial, até que se tornasse compatíveis com a vida em sociedade. Aos psicóticos, o manicômio judiciário. Conf.: Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Vol. III. 10 de dezembro de 1942 - julho de 1942. Tipografia do Gabinete de Investigações.

Na estreita vinculação entre crime e pena e a ação dos ensinamentos modernos na recuperação do indivíduo após sua classificação como socialmente enfermo, a criminologia imputava cientificamente os desvios de conduta e impunha o isolamento, a submissão e o controle. A utilização do método e do estatuto científico, por isso, passaram a ter como pressuposto a inquestionabilidade, na medida em que ciência e verdade passaram a ser sinônimos.

1. Velloso, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. p. 99.

Os fundamentos da Escola Positiva se encaixavam
perfeitamente no tipo de ação que a Polícia iria dispensar ao
estrangeiro e ao comunista. E certo que a associação das

"teorias exóticas" com os estrangeiros já vinha de muito tempo, mas sob o prisma do novo ideário político, o estrangeiro era um agente que deveria ter prioridade no tratamento policial. Contribuia para este procedimento o fato dos comunistas, principalmente, aparecerem aos olhos da sociedade como um grupo fortemente empolgado com a existência de um país onde a revolução socialista fora vitoriosa e com a liderança de Stalin. Tudo isto animava as forças policiais a fazerem do perigo estrangeiro um grande suporte para viabilizar um projeto de unificação e de unidade social e ideológica. Eles eram inimigos em potencial.

1.Conf.: Carelli, Mário. Carcamanos e comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção. São Paulo, Atica, 1985; edo, Antônio Arnoni (org). Libertários no Brasil. Memória, lutas e cultura. São Paulo, Brasiliense, 1987; Rago, Margareth. Do cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; Gomes, Angela de Castro (coord). Velhos militantes: depoimentos. Rio de Janeiro, Zahar, 1988;Foot, Francisco & Leonardi, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo, Global, 1982.

OS COMUNISTAS, ESTES PRIVILEGIADOS

Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os
comunistas¹ foram os que mais impulsionaram a ação da Polícia,
mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à
associação mítica coletiva da sua ideologia com obra do demônio.

O cuidado policial com ideologias que tivessem a
pretensão de se disseminar em meio aos trabalhadores e perturbar
a produção e a ordem moral e social já vinha, é claro, desde os
tempos em que o mercado de trabalho nas grandes cidades começou a
se delinear preponderantemente com base na imigração européia e
no crescimento da indústria. A expulsão de estrangeiros foi um
recurso adotado no sentido de reprimir estas manifestações
contrárias à ordem republicana. Ao conjunto de ideologias de

1: Não se deve deixar de observar que o Estado pós-30 fez questão de cunhar todas as formas de resistência operária como sendo obra dos comunistas e de sua ideologia exótica. Desta maneira, garantia-se, também por meio da propaganda e do preconceito, maneiras eficazes de controle da classe operária. Sobre a resistência operária, ver artigo de Hall e Pinheiro, Alargando a história da classe operária.

esquerda, se atribuiu também o aumento da criminalidade e o abuso de liberdade na pregação de idéias subversivas.

Serão os comunistas o alvo mais constante, embora não o único, da investida policial ao tratar do combate ideológico e social. Seus militantes e simpatizantes serão igualmente priorizados como inimigos em potencial.

Uma das razões desta priorização devia-se ao fato de que, ao pregarem a existência de uma ordem alternativa, os comunistas se prestarem muito bem ao papel de inimigos evidentes. A outra é que os totalitários serviam-se da imagem desgastada da República Velha para relacionar de forma direta a existência do liberalismo com o comunismo. Viam no liberalismo a forma política que havia permitido a existência do conflito de classes. Motivados sempre por causas menores - as particulares -, os liberais, abandonando o princípio de ordenamento da sociedade, teriam permitido a emergência de antagonismos e revoltas. Ordenar a sociedade para "um só pensamento brasileiro", o alvo do Estado Novo, significava modificar o lugar do indivíduo e das classes

no espaço público, negando as diferenças, a pluralidade e qualquer forma de organização e manifestação que pusesse em xeque a concepção orgânica da sociedade.¹

A perseguição que a Polícia promoveu aos comunistas manteve-se praticamente durante todo o período de vigência do governo Vargas, mas teve um impulso maior entre 1930 e 1937, e depois de 1943, com uma particular intensidade de 1935 a 1937 - ou seja, entre a tentativa de golpe dos comunistas e o Estado Novo.

Foram privilegiados, ao longo deste tempo, outros inimigos da nação e da nacionalidade (baluartes sobre os quais grande parte do discurso do Estado se articulava), mas os comunistas de certa forma foram únicos, porque judeus e estrangeiros acabaram perdendo sua funcionalidade como inimigos. A construção discursiva do comunista, que os associava à aberração política, social, psicológica e inimiga dos valores mais dignos da tradição judaico-cristã, se manteve ao longo de

1. In: Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. p. 7 e seqs.

muitas décadas.

Também recaía sobre os comunistas a parte mais apurada da repressão ao longo do tempo. Primeiro, porque eles representavam uma ideologia de esquerda que questionava fundamentalmente as premissas do capitalismo e das lideranças que se diziam representantes da burguesia e da "nova ideologia"; segundo, porque efetivamente eram combatidos nas ruas pelos integralistas e respondiam, utilizando-se de métodos similares, às provocações, utilizando-se de métodos similares; terceiro, porque realmente tentavam se organizar internacionalmente e transformar o mundo de acordo com suas concepções políticas; e quarto, porque de fato ensaiaram ingenuamente tomar para si o poder do país em 1935.

Estas condições facilitavam não só a construção de um forte discurso anti-comunista, como ainda fizeram com que grande parte da população se tornasse francamente favorável e receptiva a qualquer manifestação que os apresentasse como os inimigos que impediam o país de seguir seu rumo de prosperidade econômica e

social. Não foram os únicos, é bem verdade, mas na medida mesma em que se auto-propagaram como os legítimos representantes da classe operária¹ e tentaram calar as demais correntes de esquerda, foram ao mesmo tempo vítimas e algozes.

Eles cumpriram, assim, na qualidade de "inimigo objetivo", parte de um papel importante na estratégia política para a criação do mito de uma conspiração que serviu para liquidar facções divergentes no interior da sociedade. Foi o caso das perseguições e assassinatos de membros da ANL, e da justificativa da existência de um Estado e sua auto-representação como sujeito histórico. Com a criação e utilização política do Plano Cohen², uma falsificação tão grotesca de golpe preparada no interior do aparelho de Estado e para servir a ele, o regime pode

1.0 relatório da Delegacia de Ordem Social de São Paulo, para o ano de 1934, registra sessenta e seis greves. In: Fonseca, Guido. DOPS - um pouco de sua história.

2."O dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Sua principal distinção política é que somente ela confia com a mais alta autoridade e sabe que linha política é adotada". Arendt, Hannah. As origens do totalitarismo. p. 181. "A principal diferença entre a polícia secreta despótica e a totalitária reside na distinção entre "inimigo suspeito" e "inimigo objetivo". Este último é definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema". Idem, ibidem. p 187

comprovar que a sociedade estava receptiva para aceitar o Partido Comunista como um dos grandes males da nação. E o partido, de certa forma, disposto a aceitar esta incumbência.¹

Faziam as vezes do inimigo a combater, a fim de servir como argumento capaz de justificar a coesão em função da presença de um agente nocivo. Ao mesmo tempo em que deveriam ser mantidos pelo governo para sustentar o mito da conspiração, sua eliminação também era necessária. Ao negarem a cooperação social apregoada pelo imaginário totalitário, os comunistas impediam a imagem de uma sociedade orgânica e harmoniosa.²

A PERSEGUIÇÃO

Nos primeiros minutos de 1936, Getúlio Vargas

1. Sobre como o PC liquidou a dimensão da luta de classe e traçou sua estratégia de poder, ver De Decca, Edgar. 1930, o silêncio dos vencidos.

2. É certo que, tanto nos regimes liberais como nos totalitários, a função repressiva do aparato policial parte fundamentalmente do mesmo ponto, desde a aparição das "poor laws" inglesas: vigiar e punir os que de alguma forma pretendem ficar fora do trabalho. A preservação da ordem, e especificamente da ordem para o trabalho, aliada à visão de que o labutar constante e o confinamento do homem ao trabalho contribuiriam para ordenar de tal forma a sociedade que seria possível extirpá-la de qualquer ideologia exótica.

transmitiu ao Brasil inteiro uma mensagem que ilustrava como o sentimento em relação aos comunistas estava sendo construído. Sua saudação de Ano Novo falava, numa referência à tentativa de golpe em 1935, nas "forças do mal e do ódio que campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amável de nossa terra e de nossa gente". O comunismo, no discurso de Getúlio, era o inimigo mais perigoso da civilização cristã, e nunca venceria pela propaganda aberta e franca. Seus métodos, segundo a fala do Presidente, eram de "dissimulação, mentira e felonias, o que de certa forma justificariam as medidas a serem tomadas¹. Foi preciso, então, mostrar à sociedade - e isto ficaria mais evidente após a "intentona" - que o perigo realmente existia, e que mais do que nunca era fundamental combatê-lo.

Materializado o inimigo nos primeiros dias do novo regime, o Estado negou qualquer eficácia a algum tipo de solução política e iniciou a implementação de soluções físicas. Segundo sua lógica, fazia-se necessário o uso de instrumentos de

1. Vargas, Getúlio. A Nova Política do Brasil. vol.4, pp. 137 e seqs.

violência para assegurar sua própria existência.

Um dos primeiros passos seria equipar a Polícia com um saber técnico e específico que a habilitasse ao combate dos inimigos políticos. Este saber daria à sociedade a dimensão de que existia objetividade na luta travada pelo Estado e que, como a conspiração era ilimitada - ou seja -, internacional, a Polícia deveria ter poderes ilimitados em sua ação. Tanto sob o ponto de vista de atuação interna, como das ligações que deveria estabelecer para manter a eficácia e a aparência de eficácia.

Não seria, portanto, por acaso que o país vinha fazendo uma série de acordos internacionais visando especificamente o combate ao comunismo.

As frentes eram várias e não apresentavam qualquer preferência sob o ponto de vista ideológico. Poderiam ser americanos ou alemães. Isto dava à Polícia do DF condições de fazer um trabalho baseado na organização mais sistemática de dados e integrava os agentes policiais à comunidade repressiva mundial.

Com os americanos, Batista Luzardo resolveu, em março de 1931, trazer dois técnicos da Polícia de Nova York para organizar os serviços de combate ao comunismo da Polícia do DF, nos mesmos moldes da Polícia novaiorquina¹. Mais tarde estas relações seriam intensificadas, e os contatos, constantes a tal ponto que permitiram aos americanos saberem, antes de se tornar público, da prisão de Harry Berger e sua mulher. Desta forma, foi possível ao FBI fazer, em Nova York, toda a investigação sobre a veracidade dos passaportes americanos de ambos². Em 1936, o governo brasileiro emprestou secretamente ao Departamento de Estado Americano, para que fossem tiradas cópias, as fichas sobre atividades subversivas no Brasil e em outros países. Estes documentos estavam escritos em português e alemão³.

Ainda em 1938, Washington respondeu afirmativamente ao Brasil, no sentido de o FBI dar assistência técnica à Polícia brasileira, o que, no caso, incluía o controle aos estrangeiros.

1. Dulles, John W.F. Anarquistas e comunistas no Brasil. p. 373.

2. National Archives, RG 165

3. National Archives, RG 165, 2687 K -90.

Segundo a correspondência da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, o governo brasileiro estaria interessado em fazer com a Itália um acordo de combate ao comunismo e outras ideologias de esquerda, semelhante ao que estava sendo preparado, em 1935, com a Alemanha¹. Não há certeza quanto ao fato de ter havido ou não um acordo formal, mas a Embaixada Italiana costumava comunicar às autoridades brasileiras o movimento de "elementos suspeitos". Em setembro de 1934, por exemplo, foi informado que um anarquista italiano, Gelleffi ou Caleffi, procedente do Brasil, estava em Paris, e pronto para regressar à Itália. A Embaixada pedia a cooperação da Polícia brasileira para a identificação do anarquista².

Também ficaram registrados no Ministério da Justiça os comunicados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre atividades e um depósito em dinheiro feito em bancos

1. National Archives, documentos nazistas, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1937, de Robert Lehr ao embaixador da Alemanha. Doc 295211.

2. A4N-10311, caixa 75, protocolo 970/34. A Polícia do DF respondeu não ter encontrado nada sobre o cidadão italiano.

paulistas pelos comunistas italianos Orazio Infante e Magdalena

¹
Mussoy Rodino .

Havia, entretanto, um tratado de extradição, assinado em maio de 1932, entre o governo brasileiro e o italiano, sob o qual pairavam suspeitas de incluir uma cláusula secreta ondecada uma das partes concordava na extradição política de seus próprios cidadãos .
²

Já as ligações com o serviço secreto britânico vinham de longa data. No início dos anos 30 eles prestavam uma série de informações à Polícia brasileira. Graças a esta ligação é que foram presos Harry Berger e Luiz Carlos Prestes .
³

Havia, além do mais, os convênios internacionais das polícias sul-americanas de 1905 e 1920, que reuniam a Argentina, Bolívia, Brasil, Peru e Uruguai para a troca de informações sobre anarquistas e semelhantes. Em Riveira, no ano

1.AHN-MJNI, caixa 295.

2.Conf.: National Archives, RG 59. 832.00/ 36-87. M 1472, roll 5. Report on general conditions, de 7 de abril de 1932.

3.A este respeito ver National Archives, Archives of Exterior Relations of the Reich. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1937, de Robert Lehr ao embaixador da Alemanha. doc 29 5211.

de 1942, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai reforçaram este acordo combinando um intercâmbio informal para troca de informações ¹.

Formalmente, os intercâmbios não incluíam a ingerência direta nos órgãos policiais dos diversos países membros. Mas o chefe de Polícia, Filinto Muller, pediu a intervenção de Benjamim Vargas para que fosse apressada a liberação de crédito de gratificação e ajuda de custeio aos policiais que iriam até o Paraguai "afim de organizarem a polícia daquele país" ².

Estes contatos internacionais da Polícia eram ainda facilitados pelo tipo de atividade que o Ministério das Relações Exteriores se preocupava em desenvolver. Além do serviço intenso de vigilância mantido em Buenos Aires para controlar os exilados brasileiros na Argentina, o Itamarati prestava à Polícia do DF ³

1. Comitê Consultivo para a Defesa Política. Legislação para a Defesa Política nas Repúblicas Americanas. Montevidéu, 1947. Este é um livro de direito comparado, onde os países-membros resolveram fazer uma compilação das salvaguardas dos estados para o "Estado de Direito e para a democracia política".

2. AHN. Secretaria da Presidência da República, lata 527, em 17 de dezembro de 1941.

3. Os principais alvos eram Júlio de Mesquita Filho, Luiz Pizze Sobrinho e Paulo Nogueira Filho.

constantes e ininterruptas informações relacionadas ao assunto comunismo e outras atividades de espionagem. Há notícias vindas do México sobre manifestações, em nome do Brasil, feitas por um comunista boliviano¹; um ofício comunicando sobre a participação da American League Against War and Fascism em manifestações comunistas contra o governo brasileiro em Nova York²; informações sobre propaganda comunista a bordo de navios brasileiros do Lloyd chegados em Buenos Aires; um encaminhamento de pedido do governo uruguaio para que um tal Basilio Muñoz fosse confinado, em 1934, em alguma cidade brasileira longe da fronteira, a fim de que ficasse afastado de Uruguaiana, onde estaria preparando um movimento sedicioso⁴; informações das autoridades belgas, transmitidas através da Embaixada Brasileira em Bruxelas, de que à bordo do navio Bagé viajava o russo

1. AHN-MJNI, caixa 297, 1936.

2. Idem, ibidem.

3. Idem, ibidem.

4. AHN-MJNI, caixa 75, prot. 987/34.

1

Iglitzky, irmão de conhecido chefe comunista ; um comunicado secreto do Consulado de Paris sobre o brasileiro João Baptista Zoppas, que estava sendo vigiado porque o Consulado o julgava suspeito de comunismo devido à facilidade com que conseguira visto de entrada na União Soviética ; ou mesmo o aviso dado pela Embaixada de Buenos Aires à Polícia do Rio, de que a alemã Talina Ehlel, ligada à propáganda nazista na capital Argentina, havia embarcado para o Brasil .

2

Algumas vezes este tipo de serviço costuma ser feito diretamente a Getúlio Vargas. Agindo desta forma, Paulo Hasslocher, conselheiro comercial do Brasil nos Estados Unidos, montou um serviço de vigilância, com contratatação de detetives, suborno, etc., para observar Manuel José Ferreira, diretor da Faculdade Fluminense de Medicina; apontado, na correspondência a Vargas, como o responsável pela compra de armas e aviões nos

1. Idem, ibidem, prot. 979/34.

2. AHN-MJNI, IJ1 1367, 2 de dezembro de 1938.

3. AHN-IJ1 1367. Documento urgente e confidencial de 2 de agosto de 1941.

Estados Unidos, a fim de preparar uma nova revolta em São Paulo .

Sempre engajado nos projetos internos do governo totalitário, o Ministério das Relações Exteriores chegou a sugerir a Filinto Muller, através do embaixador do Brasil em Buenos Aires, Rodrigues Alves, que o comunista argentino Rodolpho Ghioldi tivesse apressado seu regresso a Buenos Aires, para evitar embaraços diplomáticos. Filinto levou dois meses

2

para atender ao Embaixador .

A subordinação do Ministério das Relações Exteriores dava-se sem contar o imenso esforço feito pelo primeiro embaixador designado pelo Rio de Janeiro para servir em Berlim: José Joaquim Lima e Silva de Aragão, que dirigindo "os primeiros passos de colaboração entre" Brasil e Alemanha, se esforçava "para estreitar ainda mais os vínculos entre a Gestapo e a

1.Conf.: Silva, Hélio. 1933 - A crise do tenentismo. pp. 54 e segs., carta de Nova York, em 1 de novembro de 1932. Segundo o Dicionário Histórico-Bibliográfico da FGV, em 1959, um dos filhos de Paulo Hasslocher, Ivan, foi diretor geral do IPAD, conhecido Instituto anti-comunista e que participou intensamente do golpe de 1964.

2.MJN1-131 1410. Agosto de 1940.

1.
Polícia brasileira". A Embaixada prestava informações do tipo dada a 18 de novembro de 1937, onde dizia ter sido informado em Berlim que o Departamento de Propaganda de Moscou ordenou à sua filial, no México, a partida de cinco agentes para a América do Sul, para articular o movimento comunista, sugerindo à Polícia do DF o controle rigoroso dos estrangeiros vindos do México ou da Rússia .

O ACORDO COM A GESTAPO

Logo após novembro de 35, começavam as negociações mais definitivas para que a Gestapo e a Polícia brasileira pudessem ratificar um acordo que visava, eminentemente, o combate aos comunistas. Para o Ministério das Relações Exteriores do Illo Reich, o Brasil possuía reconhecidamente uma posição chave contra o comunismo e, por isso, o acordo secreto entre as duas polícias

1. Seitenfus, Ricardo Antônio. O Brasil de Getúlio Vargas e a Força dos Blocos: 1930 - 1942.

2. AHN-101 1367, g/584/1937

não incorria no perigo de causar qualquer problema diplomático .

Filinto Muller fazia pessoalmente um grande empenho no sentido de que a colaboração entre as duas polícias se tornasse mais íntima. Quando da conversa com o embaixador alemão no Rio de Janeiro sobre a deportação de Elisa Erwert e da ação de negociação sobre o tratamento da questão comunista em geral, em setembro de 1936, Muller disse a Schmidt Elskop que o trabalho em conjunto das duas polícias poderia ser ainda incrementado. Os serviços que o tenente-capitão Claudio Alvarenga vinha prestando na Embaixada de Berlim, junto à Polícia alemã, eram insuficientes para ambos os lados, já que o capitão desconhecia em detalhes os serviços de informação e o combate ao comunismo .

O chefe de Polícia sugeria que uma pessoa da Alemanha, que fosse bem informada, ficasse no Rio de Janeiro para estabelecer ligação permanente com a Polícia brasileira, uruguaia e argentina, a exemplo do que já acontecia com o agente alemão em Buenos Aires.

1.National Archives. Archive of Exterior Relations of the Reich, classificação 295186, de 30 de janeiro de 1936, doc. altamente secreto.

2. Idem, ibidem.

Embora a Polícia do DF já estivesse trabalhando com os alemães a partir da Embaixada Brasileira em Berlim¹, uma cooperação mais estreita entre as duas polícias efetivamente começou a acontecer. A Gestapo e o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha estavam inclinados a fazer com que o Brasil mantivesse laços de cooperação similares àqueles que a Delegacia Especial de Segurança Política e Social tinha com o FBI e o serviço de inteligência inglês, através de sua embaixada no Rio de Janeiro². Uma série de esforços acabaram sendo feitos por alemães e brasileiros, para que o delegado de Segurança Política e Social prolongasse até a Alemanha uma viagem que fazia aos Estados Unidos.

O capitão Afonso Henrique Miranda Correa havia sido convidado pelo presidente dos Estados Unidos para manter contato

1. National Archives, Archives of Exterior Relations of the Reich, classificação 295200. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1936. Do embaixador alemão ao Chefe de Polícia da Gestapo, através do Ministério das Relações Exteriores.

2. National Archives, Archives of Exterior Relations of the Reich, da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1936, coleção de documentos nazistas, doc. 255188.

direto com as polícias de Washington e Nova York. Roosevelt tomou a iniciativa quando visitava o Rio de Janeiro. E nos primeiros meses de 1937, Miranda seguia com seus arquivos para Nova York¹. A pretensão da Alemanha era de conseguir os mesmos arquivos, sendo que depois de uma série de contatos, o delegado acabou indo até Berlim, em março de 1937.

Internacionalmente o Brasil encontrava-se engajado na luta contra o comunismo. Havia, entretanto, um grande exagero sobre o perigo que os comunistas representavam para o país - ao menos era esta era a impressão da Embaixada Americana no Rio de Janeiro². Este mesmo exagero fazia com que o país se colocasse "na linha de frente da luta ao comunismo, proibindo oficialmente o Partido Comunista, perseguindo sem piedade todos os órgãos que procuram se esconder atrás dos comunistas e os deputados e senadores que se mostra(ra)m simpáticos a suas idéias"³.

1. Idem, ibidem.

2. National Archives, RG 84, M 1472, roll 2. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1937, strictly confidential. Subject: activities of the Integralist Party in the campaign for the Brazilian Presidential successor.

3. National Archives, Archives of Exterior Relations of the Reich, doc. clás. 295188, de 10 de janeiro de 1936, Segredo de Estado.

Os tratados secretos envolviam com um aparente clima de mistério as ações policiais. Sabia-se que a Polícia do DF acabara entregando Olga Benário e Elisa Ewert ao serviço secreto alemão logo depois de Getúlio ter assinado o decreto expulsando-as do país. Mas era importante para o Estado manter esta questão na obscuridade. Ela contribuía para o sentimento de insegurança de toda a sociedade, e permitia que no interior do próprio aparelho de Estado, especificamente nos postos mais altos da Polícia, se construísse uma disputa de poder e de intrigas. E isto servia à maneira pela qual Getúlio Vargas se mantinha no poder¹.

Fora o presidente Vargas quem elaborara a estratégia de fazer com que Miranda Correa deixasse seu posto na Delegacia de Polícia, em fevereiro de 1937, e assumisse, no mês de agosto do mesmo ano, a posição de delegado do Brasil para o Congresso

1. Como a Polícia exerce um papel fundamental para a manutenção do poder totalitário, é imprescindível que o líder mantenha controle sobre ela. Por isso, é dele a vontade de determinar quais os escalões da Polícia que serão mantidos, ou como no caso da União Soviética de Stalin, quais os que devem ser exterminados. A este respeito, consultar o item A polícia secreta do Sistema Totalitário, de Hannah Arendt.

Mundial de Documentação Internacional, em Paris. Sua missão na Alemanha deveria permanecer secreta, principalmente porque seria mais fácil ludibriar o ministro interino da Justiça, Agamenon Magalhães, que por tentar dar mais liberdade à imprensa, poderia colocar em risco a empreitada da Polícia do DF¹. Além disso, a partir da ida à Alemanha, e acreditando na realização das eleições presidenciais em 1937, Miranda Correa esperava ficar com o cargo de Filinto Muller, caso Armando de Salles Oliveira saísse vencedor.

A disputa interna pelo poder era importante porque deixava que Vargas mostrasse seu favoritismo a vários elementos de sua confiança ao mesmo tempo. Assim, receber de Himler a Ordem da Primeira Classe da Cruz Vermelha², mesmo que de forma secreta, significava, para o capitão Correa, ressaltar a importância do acordo, manter a faixa de mistério em torno das atividades

1. National Archives, Archive of Exterior Relations of the Reich, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1937, de Robert Lehr ao Embaixador no Rio. Doc 295211.

2. National Archives of the Exterior Relations of the Reich, Berlin, 7 de 4 de 1937, do chefe do protocolo von Bulow, doc. 295226.

policiais e, em último lugar, participar das disputas internas de poder.

Vargas tratou também de autorizar a ida do capitão da Marinha, Henrique Penish, para trabalhar em Berlim no combate ao comunismo, sob as ordens diretas do almirante Aristides Gullen, exatamente na mesma época em que Correa se deslocava para a Europa ¹.

O tratado com a Alemanha era relativamente simples, mas bastante objetivo e violento. Dele constavam : 1- a troca, entre as polícias alemã e brasileira, de conhecimentos em geral contra o comunismo, anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado; ²
2- o intercâmbio de material, informações e provas sobre comunismo, anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado.
Vigilância mútua para esclarecimento de ações de comunistas,

1. National Archives, Archives of Exterior Relations of the Reich, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1937, de Robert Lehr ao embaixador alemão no Rio de Janeiro. doc. 295237.

2. Com base no tratado, foram expulsas para a Alemanha Olga Prestes (ou Ernã Kruger), Elisa Ewert, em 1936. Em 37 é expulsa outra alemã, Ana Gertrude Lambrecht.

anarquistas, etc; 3- trabalho mútuo fora do Brasil e da Alemanha;
4- encaminhamento de idéias sobre a ação dos policiais para
combate e possível execução de comunistas, anarquistas, etc. .¹

Os alemães possuíam uma visão acurada do significado da assinatura de um acordo mútuo entre as duas polícias. Através do Brasil e das ligações que ele tinha com os serviços secretos dos Estados Unidos e da Inglaterra, podiam entrar no circuito das atividades anti-comunistas de ambos os países. Sabiam também que não podiam absolutamente confiar no rótulo de germanófilo ou americanófilo que se tentava dar a algumas personalidades que ocupavam postos de poder importantes no Brasil. A situação era falsa, porque entendiam que o Brasil desenvolvia sua própria ditadura e tentava implementar os princípios autoritários a partir de padrões totalitários independentes.

No dossiê que a Gestapo possuía sobre a organização policial do DF, constava que Filinto Muller era dependente do presidente Vargas, com parentes da Alemanha, mas politicamente

1. National Archives, Archive of Exterior Relations of the Reich. Berlin, 23 de 12 de 1936, da Gestapo ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, doc. 295197.

neutro em relação à Alemanha. E como todo o direcionamento policial estava voltado para o combate incessante do

¹
comunismo, os alemães pensavam que se o Brasil estreitasse seus laços com a Gestapo, os demais países da América do Sul

²
tenderiam a fazer o mesmo. Não se tratava fundamentalmente de ser simpático à causa alemã, mas sim de ter uma determinada postura em relação à causa comunista e ao governo Vargas.

O Departamento de Estado Americano tinha pleno conhecimento do tratado com os alemães, e sabia também que Miranda Corrêa havia passado um ano em Berlim. Através de confidências feitas pelo capitão, o Embaixador americano comunicou a Washington que tanto a polícia brasileira como a Gestapo estavam vigilantes em relação às atividades comunistas no

³
México e Chile.

1. National Archives, Archive of Exterior Relations of The Reich, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1937, da Embaixada Alemã no Rio. doc. 295228.

2. National Archives, Berlim, 31 de dezembro de 1936, do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha à Gestapo. Doc 295194.

3. National Archives. RG 59, M 1472, roll 4, 832 008/82 - 832.00. Rio de Janeiro, 15 de março de 1939.

O comportamento de Muller e de outras autoridades poderia até ser considerado "germanófilo", se, de certa maneira, Vargas não estivesse empenhado em alimentar algum tipo de dubiedade necessária a suas várias estratégias de manutenção do poder. Parece provável que Vergara, chefe de Gabinete de Vargas, ao transmitir as informações "À Embaixada Alemã, agisse sob as ordens diretas de Vargas (...) As informações de Vergara - que Vargas não tinha nada contra a Alemanha, mas que estava sendo sujeito à pressão brutal pelos americanos - eram grosseiramente exageradas, como demonstram os documentos americanos e brasileiros, e tinham o propósito calculado de reforçar o que os alemães queriam acreditar"¹. Muller compartilhava desta estratégia e, em 1941, quando havia sido montado o esquema de ação policial contra os súditos do Eixo, chegou a dizer ao general Niedenfhl, da Embaixada Alemã no Rio, que em reunião com Dutra e Getúlio, "Vargas lhe disse francamente que o Brasil não tinha motivos para romper com o Eixo", mas que a ordem do

1.Hilton, Stanley E. Suástica sobre o Brasil. p. 219.

presidente à Polícia era vigiar os súditos de todos os países beligerantes. Muller deu ainda garantias pessoais de que não haveria perseguições a elementos alemães ¹.

O esquema policial estava montado de tal forma que, para preservar a estrutura de poder do governo Vargas - e neste caso específico se utilizando da propagada conspiração internacional de comunistas - quando Harry Berger e Elisa Erwert foram presos, a partir de informações da Polícia britânica, o departamento de Polícia do DF entregou os papéis de Berger tanto para o FBI ², quanto para o encarregado alemão junto à Polícia brasileira, Robert Lehr, a fim de que traduzisse para o português os arquivos encontrados por Francisco Julian, secretário adjunto de Muller, e responsável pela prisão ³. O comunismo mantinha acesa

1. Hilton, Stanley E. Op. cit. p. 221

2. Ao prender Berger e sua esposa, a Polícia do Distrito Federal sigilosamente contactou as autoridades americanas, fornecendo cópia de todo o material encontrado em poder dos líderes comunistas. A partir daí o FBI iniciou uma investigação em Nova York e Xangai, para apurar a verdadeira identidade dos dois, e para desmontar a rede de contatos que mantinham nos Estados Unidos. Toda esta investigação encontra-se no National Archives, RG 165.

3. National Archives, Rio, 17 de fevereiro de 1937. Da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Archive of Exterior Relations of the Reich, doc. 295228.

uma chama importante para a manutenção do poder.

A POPULAÇÃO EM ATIVIDADE

Durante todo o período da era Vargas, o governo conseguira fazer, através de seus múltiplos instrumentos de propaganda, com que grande parte da população se sentisse engajada nas campanhas cívicas para a construção de um novo país. A campanha de caça aos comunistas foi uma delas; e a delação, uma das formas de engajamento participativo muito estimulada pelas autoridades. Entregar à Polícia um comunista significava um ato de bravura. O Gabinete da Presidência da República estava aberto à delação e ela, simbolicamente, tinha muito mais efeito, porque feita diretamente ao Presidente da República. A maioria das cartas e telegramas eram enviados diretamente a Vargas e iam, em seu percurso, primeiro para o Ministério da Justiça, que depois os encaminhava à Chefia de Polícia do DF, onde eram investigadas.

Este tipo de expediente se prestava a objetivos que iam desde a irracionalidade totalitária, até a tentativa de efetivar vinganças pessoais. Benedito de Souza, um escrivão de fazendas da Rua São Luiz, 676, em Marília, São Paulo, sugeria "a organização de livros de comunicações, onde qualquer cidadão de comprovada brasilidade, pudesse anotar, livre de qualquer responsabilidade, as suas suspeitas sobre atitudes estranhas de elementos perigosos, de sorte que estas comunicações fossem acolhidas em caráter confidencial e esclarecidas pelo serviço secreto, sem todavia causar suscetibilidades ou intrigas pessoais, porquanto o nosso povo manifesta tal fobia pelas sindicâncias que todos ouvem, vêm e calam...Só assim, que cada cabloco brasileiro ou afim, poderia representar nos atuais momentos, um par de olhos vigilantes, e um par de braços valentes à serviço da pátria"¹.

A sugestão de Benedito Souza, que antecipava a idéia

1. AHN-MJMI, IJ1 1374, No 13 008, 1942.

de controle social do filme Farenheit 90, não era uma particulariedade dos tempos de guerra. Uma denúncia anônima sobre a existência de uma conspiração comunista na Faculdade de Direito do Rio, cujo chefe seria um professor da Faculdade de Medicina que dava aulas de direito administrativo, foi feita em maio de 1937¹. Esse tipo de coisas vinha do Brasil inteiro através de comunicados, na maioria das vezes lacônicos, mas que comprometiam sindicatos, associações de classe, empresas privadas e cidadãos comuns.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) informou, ao Ministério da Justiça, em 1936, que tratou de comunicar à Polícia, sobre a fundação da "União Democrática Estudantil", uma espécie de associação "frequentada por comunistas"². A RCA Victor do Brasil fez igualmente parte da cruzada de mobilização nacional contra o comunismo. Pelo menos, consultou as autoridades sobre o possível envolvimento de seu guarda-livros, Vivaldo Ernestino

1. AHN-MJNI, caixa 297.

2. AHN- MJNI, caixa 76, prot. 252/36.

Varjão, com algum partido clandestino. A Federação das Associações do Comércio e Indústrias do Ceará remetia à Polícia, exemplares de folhetos e boletins que estavam sendo distribuídos

no estado. A sombra comunista chegou a mobilizar também o Conselho de Comércio Exterior, que em 1934 preparava um paper

sobre "Os soviets e a América Latina". Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall afirmam que "vários observadores notaram a clara colaboração entre o aparelho de Estado e os empresários. Hugh Gibson, o embaixador norte-americano, relatou em 1934 que o governo "tinha recentemente solicitado à direção da Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, para fornecer ao Ministério da Justiça uma lista com os nomes dos agitadores operários entre seus empregados, ou outros. Tão logo recebeu essa lista, o governo imediatamente prendeu cerca de trinta dos principais agitadores indicados, alguns dos quais foram

1.A resposta foi positiva, o empregado da RCA estava sendo julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional. AHN-MJNI, caixa 295.

2.AHN-MJNI, caixa 370, 11/03 de 1936.

3.AHN-MJNI, caixa 297 .

deportados para colônias penais"¹.

No período em que fora decretado o Estado de Guerra, a Polícia interditou, nas cidades paulistas de Piracicaba e Presidente Prudente, duas lojas maçônicas, por denúncias de infiltração comunista,² mas nada foi constatado.

Nestas denúncias havia uma forte vontade de ser útil e de contribuir de alguma forma. Casos como o de José Maurício da Silva Porto, um cidadão do Rio de Janeiro que oferecia-se para tomar parte da campanha contra os extremistas,³ eram comuns e faziam parte da mesma idealização de mundo do fazendeiro José Alves de Vasconcellos, que denunciou o português Rodrigo Azevedo;⁴ de João Basílio de Oliveira, que reclamava o fato de, após ter denunciado o prefeito de Pirenópolis, em Goiás, acabara

1.Hall, Michael M. & Pinheiro, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária. p.109.

2.AHN-MJNI, caixa 295. Depois da publicação do Plano Cohen, o governo proibiu o funcionamento de todas as Lojas no Brasil, chamando a atenção do perigo que qualquer atividade de cunho secreto podia originar para o Estado e para a sociedade, uma vez que fugiam ao controle visível e transparente que o regime implementava.

3.AHN-MJNI, caixa 295, outubro de 37.

4.AHN-MJNI, caixa 295. Carta de Cantagallo, Rio de Janeiro, julho de 1937.

traído pelo governador do estado, que comunicara a denúncia ao
prefeito, fazendo com que ele, João Basílio, passasse a ser
ameaçado¹; de José Pedro da Silva que, inconformado com o
habeas-corpus concedido ao ex-major Braz Calmon de Oliveira e
Silva, escreveu ao Ministério da Justiça relatando o envolvimento
do Major com o comunismo²; da carta de um "Daniel" de Ilhéus,
denunciando várias pessoas como comunistas³; ou do medo de José
da Penha Vieira de Mello, de Sergipe, que comunicava a Vargas
estarem bem armados os comunistas de Alagoas⁴; de Viriato Mendes,
creditando ao professor da Escola Normal de Montes Claros, José
Raymundo Netto, o ensino do comunismo às moças⁵; ou ainda da
vigilância de N. de Camargo, quando afirma em carta que a maioria
dos trabalhadores das Docas de Santos eram comunistas⁶.

As manifestações individuais de cidadãos que se

1. AHN-MJNI, caixa 295, de julho de 1937.
2. AHN-MJNI, caixa 295, de outubro de 1937.
3. AHN-MJNI, caixa 297, agosto de 1937.
4. AHN-MJNI, caixa 295, setembro de 1937.
5. AHN-MJNI, caixa 297, 4 de junho de 1937.
6. AHN-MJNI, caixa 292, 15 de agosto de 1937.

colocavam no papel de atentos delegados ideológicos do Estado eram fortalecidas, porque, além de tudo, a sociedade como um todo estava tratando de punir os comunistas, seja na forma de prisão, perseguição, medo ou na de alijamento dos círculos sociais e de trabalho. Os sindicatos tiveram um papel destacado quando trataram de excluir do trabalho os "inimigos" comunistas. Em junho de 1937, o Centro dos Radiotelegrafistas da Marinha Mercante; o Sindicato dos Empregados em Armazéns, Trapiches e Escritórios de Estaleiros, Empresas e Agências de Navegação Nacionais e Estrangeiras; o Sindicato dos Conferentes de Carga da Marinha Mercante; o Sindicato dos Operários e Empregados da Indústria da Construção Naval; o Sindicato dos Pilotos e Capitães da Marinha Mercante; o Sindicato dos Empregados em Armazéns Trapiches e Escritórios de Estaleiros; e o Sindicato dos Radiotelegrafistas, enviaram ao Ministério da Justiça listas de membros excluídos de seus quadros depois do movimento de 35, e que agora estavam impedidos de exercer suas funções. ¹ O

1. AHN-MJN1, caixa 297.

Sindicato Unitivo da Central do Brasil, em março de 1936, pedia providência às autoridades para afastar Victorino Fernandes
Ferreira, um elemento perturbador¹.

A negativa de trabalho aos comunistas correspondia, na verdade, a uma negativa de existência real em um mundo que não tolerava a pluralidade. Se o esforço nacional constituía-se em formatar todos os cidadãos a partir de um modelo, a idéia do comunista, associada ainda à imagem de estrangeiro era inadmissível. A lei que exigia 2/3 de trabalhadores nacionais refletia o estado de espírito dos anos 30, e um abaixo assinado mandado de São Paulo captava muito bem a situação, quando denunciava a Francisco Campos a existência de muitos estrangeiros trabalhando na Prefeitura de São Paulo, exercendo funções de responsabilidade e que chegaram aos portos brasileiros utilizando-se da "força e da perfídia"². Um homem chamado Philipp Kr, de Berlim, comunicou às autoridades brasileiras, que

1. AHN-MJNI, caixa 295.

2. AHN-MJNI, caixa 488, 18 de dezembro de 1937.

o comunista E. Yoskowitz estava sendo esperado em São Paulo por outro comunista, Luftig, que teria comprado um terreno no Brasil em nome de Yoskowitz, para garantir-lhe a entrada e permanência no país ¹.

É claro que a instalação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, de âmbito civil, uma espécie de predecessora da Comissão Mc Carthy nos Estados Unidos, e da Comissão Especial de Combate ao Extremismo fez com que o pânico de ser taxado de comunista se disseminasse, ainda mais porque um dos interesses da Comissão era "mandar prender sem delongas prejudiciais, todos os comunistas fichados ou suspeitados, no país inteiro" ² e fazer uma limpa no aparelho de Estado.

Mesmo a Secretaria da Presidência da República costumava encaminhar denúncias à polícia para que fossem apuradas. Em São Paulo, uma dessas diligências ordenadas pelo Catete foi feita no ano de 1937. O alvo eram as indústrias

1. AHN-MJNI, caixa 295, de julho de 1937.

2. Campos, Reynaldo Pompeu de. Repressão Judicial no Estado Novo. Esquerda e Direita no banco dos réus. p. 35.

Klabin, acusadas de imprimirem livros de propaganda comunistas.

¹
Nada foi apurado .

Em 1936, foi solicitado pela Comissão de Repressão ao Comunismo que todos os Ministérios fizessem um levantamento, em caráter reservado, dos funcionários "suspeitos da doutrina ou (com) afinidade"², com a preocupação não só em demitir os funcionários, mas em prendê-los também. Seu poder era tão ilimitado, que mesmo antes do golpe de 37 pedia ao Ministério da Justiça que afastasse ou demitisse juizes federais de São Paulo, Alagoas e Rio Grande do Norte, por terem libertado comunistas³. Segundo a Comissão, "era melhor fazer uma ou mais prisões injustas do que permitir que ensanguentasse de novo tão vilmente o Brasil"⁴. Foi a Comissão quem pediu a prisão de Eliezer Magalhães, Pedro Ernesto, Maurício de Lacerda, Anísio

1.AHN-Secretaria da Presidência da República, lata 11 31; 33 -39, 5 de março de 1937.

2.AHN-MJNI, caixa 76, 1 de fevereiro de 1936.

3.AHN-MJNI, caixa 76. O ofício é assinado pelo presidente da Comissão, Adalberto Correa, em fevereiro de 1936.

4.Campos, Reynaldo Pompeu de. Op cit. p 35.

Texeira, Odilon Batista, Felipe Moreira Lima.

Casos como o do médico Carlos Couto Duarte eram muito comuns. Preso como comunista, acabou sendo posto em liberdade, por falta de provas. Duarte, entretanto, não conseguiu recuperar seu emprego público no município. Também Maria Moraes Werneck de Castro foi processada pelo Tribunal de Segurança porque fazia parte da União Feminina do Brasil e porque seu nome e endereço estavam na agenda da "comunista" Mary Martins. Maria Werneck acabou sendo inocentada, mas perdeu seu cargo na Caixa Econômica, pois o Chefe de Polícia disse que "não seria oportuna sua readmissão no serviço público"¹.

Como naquela época a garantia de um emprego público representava estabilidade quase que permanente e status social para as camadas médias e baixas da população, a punição policial significava não só uma exorbitante prerrogativa policial, mas ainda a disseminação da insegurança através de quaisquer meios.

Adalberto de Vasconcelos acabou sendo vítima de sua

1. AHN-IJ1 1367, 17 de dezembro de 1941.

condição de agente policial popular de prontidão, do pânico e da insegurança disseminada. Despedido do Patrimônio Nacional para contenção de despesas, após 9 anos de trabalho, este carioca acabou ficando sem emprego depois que a Fábrica de Beneficiamento da Cia. Indústria de Papéis e Cartonagens, da qual conseguira ser gerente logo depois de despedido do Patrimônio, mudou-se para a cidade de Mendes. Um amigo seu acabou sendo procurado por um sujeito à cata de alguém que vendesse armamento para revolucionários paulistas. Julgando apropriado, Adalberto e seu amigo resolveram simular a venda para entregar os compradores ao Ministério da Justiça e reverem, assim, seus empregos públicos. Acabaram sendo presos, pois os tais compradores de armamentos não passavam de policiais disfarçados.

Com uma imensa investigação policial, o ministro da Justiça, Vicente Rao, através do ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, diretamente responsável pela aplicação de todas as leis trabalhistas, pode ordenar a várias companhias particulares

1. Cartá da esposa de Adalberto Vasconcelos ao Ministro da Justiça. MJNI-Caixa 15, prot. 1420. 18 de novembro de 1933.

que demitissem certos empregados supostamente conectados com atividades subversivas. Estas demissões foram ordenadas sem direito a qualquer indenização, o que era contrário à legislação social, segundo a qual nenhum empregado poderia ser demitido sem indenização ou ser despedido depois de 10 anos de serviço. Nesta primeira ordem de demissão em massa, feita em março e abril de 1937, empregados de três empresas ferroviárias, oito instituições bancárias (inclusive o Banco do Brasil), uma firma comercial, a corporação de serviço público que operava no Rio e o próprio Ministério do Trabalho foram atingidos ¹. Segundo o adido militar americano, o ministro da Educação demitiu professores e doutores de seu Ministério, por serem comunistas ou simpatizantes ².

A VEZ DA AÇÃO

O conjunto de normas que o Estado criara para

1. National Archives - RG 165, report 1626. 7 de abril de 1937, do adido militar no Brasil.

2. Idem, ibidem.

proteger-se dos agentes inimigos facilitava o trabalho de repressão, vigilância e controle. Afora as leis penais propriamente ditas, a possibilidade de decretação do Estado de Sítio ou de Guerra e das leis de controle aos estrangeiros¹, o Brasil tinha construído uma boa coleção de salvaguardas que, em conjunto, preservavam o Estado.

Em 1927, já havia sido criado o Conselho de Defesa Nacional², um órgão superior, sob a presidência do Presidente da República e composto de mais nove membros pertencentes ao Gabinete³. Mas foi a Constituição de 1934 que criou o Conselho⁴

1. Em 8 de junho de 1935, o decreto-lei 479 passou a regular a expulsão de estrangeiros. Este decreto foi modificado pelo decreto-lei 298, de 27 de abril de 1938. Ambos eram rigorosíssimos e o último passou a regular inclusive a expulsão de estrangeiros por cumplicidade ou por crimes de natureza política, sexuais e ligados a tóxicos e entorpecentes. Os estrangeiros que polícias de outros países considerassem perigosos estavam sujeitos à expulsão. Também foi proibido aos estrangeiros o exercício de qualquer atividade política no país, a partir de 30 de abril de 1938.

2. Decreto n 17 999, de 29 de novembro de 1927.

3. Os ministros da Guerra, da Marinha, Fazenda, Viação, Agricultura, Interior, Exterior, Chefe do Estado Maior do Exército, Chefe do Estado Maior da Armada. Eventualmente poderiam ter convidados especiais do Presidente da República.

4. Título VI, artigo 159.

Superior de Segurança Nacional, e que deu um passo mais decisivo em relação à implementação de salvaguardas do Estado e do Governo. Com a lei no 38, de 4 de abril de 1935, foram definidos os crimes contra a ordem política e social, que pretendia um controle rigoroso daqueles que incitassem o ódio entre as classes, cancelava naturalizações dos que exercessem atividades políticas nocivas ao interesse nacional e uma série de medidas punitivas a atitudes de caráter subversivo. Os crimes de caráter subversivo seriam julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional e, posteriormente, baseados na Constituição de 37. Todas as

2

1. Pelo decreto-lei 23 873, de 15 de fevereiro de 1934, no seu artigo 3o, as comissões especiais ligadas ao Conselho e existentes em cada um dos ministérios públicos passaram a chamar-se Seções de Segurança Nacional. Além delas, havia a Comissão de Estudo de Segurança Nacional e a Secretaria Geral de Segurança Nacional.

2. A lei sobre crimes contra a ordem política e social no. 38 foi modificada pela lei 136, de 14 de dezembro de 1935. Nela, os funcionários públicos poderiam ser afastados do cargo, independentemente de ação penal.

3. Criado pela lei no 244, de 11 de setembro de 1936, que o instituiu como órgão da Justiça Militar. A Constituição de 37 veio "adotar uma fórmula diversa, instituindo uma jurisdição especial autônoma, com o caráter acentuado de "justiça de defesa do Estado". Pelo Decreto-lei no 88, de 20 de dezembro de 1937, o TSN ficou provisoriamente encarregado desta jurisdição, até sua organização definitiva. Passou também a ter existência permanente, não mais subordinada à decretação do Estado de Guerra". In: Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-bibliográfico. p. 3 379.

questões relativas à segurança seriam estudadas pelo Conselho de
Segurança Nacional e seus órgãos operacionais .¹

Sobre a propaganda política, tratava o Código Penal nos artigos 219 e 220; o Decreto de abril de 1935, artigos 6, inciso h, e 11; o Decreto de 31 de maio de 1939, artigos 27, 29, 30 e 36; decreto-lei de 27 de março de 1938, artigos 1 e 3; Decreto supr. de 30 de janeiro de 1942, artigo 5; e o Decreto de 13 de abril de 1942, artigos 1, 16, 17 e 18.

A liberdade de imprensa, a ordem social e soberania foram tratadas no Decreto 24776, de 14 de julho de 1934, acrescidos da legislação sobre delitos contra a paz pública e a ordem social do Código Penal , título IX, que tratava dos crimes contra a paz pública; o Decreto 24776, de 14 de julho de 1934 (liberdade de imprensa); Decreto-lei 431, de 18 de maio de 1938, que definia crimes contra a personalidade internacional, a

1.0 Conselho passou a ser órgão complementar da Comissão de Planejamento Econômico pelo decreto-lei 6476, de 8 de maio de 1944.

estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social .

Com a eclosão da IIa Guerra, as medidas restritivas de controle social ficaram ainda mais fortes, e soluções repressivas, que já haviam sido tomadas anteriormente, começaram a ser retomadas pelo Estado. Em 29 de janeiro de 1942, foi restringida a liberdade de locomoção, através das normas estipuladas pela Polícia, em 12 de janeiro. Havia ainda a centralização do serviço de registro de estrangeiros no Departamento de Imigração, ligado à Polícia do DF e dos estados, que passara a ser feito sistematicamente a partir do Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938.

Oficialmente também fora determinada a censura à correspondência internacional, conforme instrução de Vargas, em 8 de dezembro de 1942, atingindo diretamente o envio de cartas, escritos, livros, mapas, projetos ou documentos semelhantes gravados, gravação fotográfica ou outra reprodução, telegramas,

1.Obs.: No Brasil, a censura era inicialmente feita em cada empresa telegráfica, funcionando, em cada uma delas, um censor. Depois o serviço foi centralizado e a censura passou a ser feita em uma só repartição do governo, encabeçada por um funcionário oficial.

1

cabogramas, radiotelegramas, e conversação telefônica .

Em relação ao caráter estrangeiro da propaganda e de seu agente, ou inspiração estrangeira, foi criado o Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, artigos 1 e 2, além das medidas tomadas pela Chefatura de Polícia, em 29 de janeiro daquele ano; o Decreto-lei 406 de 4 de maio de 1938, art. 93; e o Decreto-lei 431, de 18 de maio de 1938, artigo 3, inciso 8, complementados pelo Decreto-lei 2985, de 27 de janeiro de 1941, artigo 2, letra d, que proibia as comunicações referentes ao tráfego marítimo e aéreo.

Aliado a este conjunto de normas, a Chefatura de Polícia do DF tratava de incrementar suas possibilidades repressivas, também seguidas em outros estados. Uma carta, de dezembro de 1937, escrita por Ricardo Xavier da Silveira, representante da Booth & Cia de Londres, a Lorival Fontes, não podia ser mais indignada. Silveira dizia que em matéria de

1.0 Diretor do Departamento de Correios e Telégrafos solicitou, em 25 de novembro de 1942, que o Ministério da Justiça deslocasse dois funcionários para colaborar no serviço de censura telegráfica internacional. AHN-IJ1 1442.

contra-propaganda nada poderia ser mais eficiente do que a ação da Polícia no Amazonas, ao exigir dos turistas de la classe, que se demoravam em Manaus apenas o tempo da estadia do vapor, o vexame de identificar-se por meio de fotografias, impressões digitais, papelada, etc. .¹

Felinto Muller preparava a repressão através de várias formas de abuso de poder. Uma delas, foi a ingerência e acirrada pressão sobre o judiciário.

Numa situação em que o cumprimento da Justiça, na maior parte das vezes, era muito mais uma farsa do que a observância de leis que poderiam, de alguma forma, proteger os acusados de crimes contra o Estado, Filinto mandou um ofício ao Ministro da Justiça falando de um julgamento que deveria ser realizado em Mangogipe, município do estado da Bahia. O chefe de Polícia dizia que um tal Bartholomeu Brito Souza, "extremista de perigosa atividade no centro industrial de Maragogipe" estava sendo processado pela Justiça Federal, mas que havia um "receio de que

1. AHN-MJNI, caixa 258, prot. 450/38.

o processo (fosse) arquivado, em virtude de não ter sido conduzido com o rigor que se impunha, tendo sido mesmo desprezadas provas importantes ". Muller pedia ao Ministério as "providências necessárias"¹ .

O TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

A criação do Tribunal de Segurança Nacional, em 12 de setembro de 1936, facilitou a ingerência na Justiça. Como uma criação que visava efetivamente manter o governo no poder através dos atos policiais de terrorismo e repressão, a existência do Tribunal de Segurança começava a preencher uma lacuna na estratégia de poder totalitária. Aliada ao temor que as pessoas começaram a sentir e à vigilância que cada um fazia de si próprio e dos que o cercavam, havia agora um palco de encenações para a farsa judiciária.

Foi após um almoço no Ministério da Justiça que os

1. AHN-MJNJ, caixa 297, 23 de julho de 1936 .

nomes dos integrantes do Tribunal foram escolhidos. O chefe de Polícia, Filinto Muller; o ministro da Justiça, Vicente Rao; da Guerra, João Gomes; e o da Marinha, Aristides Gulhen, apontaram Frederico de Barros Barreto, Carlos Caronbert da Costa Neto, Alberto de Lemos Bastos, Antônio Pereira Braga, Raul Campello Machado e Honorato Himalaya Virgolino para compor o Tribunal de Segurança Nacional.

No dia da segunda sessão do Tribunal, em 19 de novembro de 1936, ficou determinado que suas sessões deveriam ser públicas, salvo nos casos em que o Tribunal resolvesse o contrário. E mesmo sendo públicas, só seria permitida a entrada do réu, do advogado e das pessoas que o presidente do Tribunal autorizasse.

Depois de receber o inquérito sobre o crime, o Presidente da Corte devia remetê-lo ao procurador e designar um juiz para o julgamento. Imediatamente, era ordenada a presença do prisioneiro, que deveria se apresentar em 12 horas. Caso o indiciado não estivesse sob custódia, uma nota pregada na sede

do Tribunal tratava de comunicar a necessidade da presença do réu. Em 24 horas eram apresentadas as acusações formais ao acusado. O julgamento não ultrapassava 24 horas depois de feitas estas acusações.

Nesta situação, não havia nem mesmo a garantia que o réu pudesse estar presente à sessão do Tribunal, ou que pudesse convocar o número de testemunhas que achasse necessário para seu julgamento. Depois da apresentação das evidências e o exame das testemunhas de ambos os lados, a acusação e a defesa tinham, cada uma, 15 minutos. O acusado não podia apresentar mais de 2 testemunhas, que não poderiam gastar mais de 5 minutos cada¹. O juiz poderia dispensar a presença do acusado.

Era ainda o conjunto de juizes que fazia parte do Tribunal de Segurança Nacional que proferia a sentença, obedecendo ao seguinte ritual: a votação seria secreta e cada um dos juizes dava seu voto respondendo, por ordem, cinco questões. A primeira delas era se "o réu cometeu o crime previsto no artigo

1.No caso de vários envolvidos em um mesmo crime, o número de testemunhas era multiplicado duas vezes pelo número de réus.

da Lei no 38, de 4 de abril de 1935, ou 136, de 14 de dezembro de 1935, que lhe era atribuída na denúncia. A segunda pergunta era se o réu havia cometido o crime, sendo cabeça ou co-réu. Em terceiro lugar, perguntava-se ao juiz se o crime havia sido cometido pelo réu em circunstância agravante. Na quarta questão, se existiam circunstâncias atenuantes em favor do réu. E, em último lugar, de quanto tempo deveria ser a pena .¹

A farsa jurídica do Tribunal de Segurança não permitia recurso ou apelação à sentença, prevendo apenas a apelação interposta ao Tribunal Militar, sem direito a qualquer efeito suspensivo sobre a sentença do Tribunal de Segurança. O Tribunal funcionava revestido de toda a pompa possível, no sentido de impressionar através de seu ritual e de sua suposta magnitude judiciária. Assim, as vestes dos juizes foram confeccionadas especialmente para as solenidades de julgamentos, e o procurador

O adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Lawrence C. Mitchell, informou o Departamento de Estado de seu país que o fato de as sentenças serem dadas pelo Tribunal apenas 30 minutos depois do final do julgamento fariam a Justiça mais rápida, mas retirariam dela a calma necessária aos juristas para rever as evidências e formular opiniões oportunas. National Archives, RG 165, 2657-K-103, de 17 de maio de 1938.

e o secretário também usavam trajes especiais ¹ .

Sob este ritual e sob estas normas foi que o Tribunal, implacavelmente, julgou 6 998 processos, envolvendo 10 000 pessoas, condenando 4 099, com penas que variavam de uma simples multa ² até 27 anos de reclusão ³ .

Havia naturalmente maneiras de contornar situações difíceis, na mesma medida em que interessava ao Estado atingir seus objetivos, e não cumprir a lei. Um ofício do gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de março de 1939, dizia que "a condenação do preso político Antônio Tavares Damasceno importava em um caso típico de erro judiciário", e que, por isso, aproveitava para pedir ao procurador do Tribunal de Segurança Nacional, José Maria Macdowell da Costa, a revisão do processo, que deveria ser feita, "dada a natureza do assunto", em "absoluto segredo de Justiça" ⁴ .

1. Rebelo, Marques. O trapicheiro. O espelho partido.

2. Campus, Reynaldo Pompeu. Op. cit. p 123.

3. National Archives. RG 165, 2657 -K - 70.

4. AHN-MJNI, IJ1 1409, de 13 de março, o de 1939.

Os casos do Tribunal eram bastante interessantes, e as penas, muito altas. As situações, as mais variadas, e o procedimento legal bastante discutível. No processo de Jovino Pereira Assef e outros, por exemplo, acusara-se os réus de distribuir, durante a noite de 28 para 29 de abril de 1936, boletins de propaganda comunista e escrever inscrições subversivas nas paredes de vários edifícios de Bebedouro, em São Paulo. Como prova, não foi apresentado nenhum boletim, nenhuma inscrição, só um panfleto anti-integralismo que dizia:

"Anauê, Anauê

Se queres fazer o papel de boneco

Se queres praticar a cretinice de

prestar um julgamento de OBEDIENCIA CEGA

como se não tivesses

nem razão, nem inteligência,

Se queres te escravizar, em

plena liberdade,

Se queres pertencer a

um grupo, que só sabe
criticar,
sem indicar o programa para corrigir o que
está feito. Se, finalmente
tens vocação
para assassino e queres proteger
os coveiros dos cemitérios,
promovendo outras chacinas
como a de Jutinga
alista-te no Integralismo
e assim ajudarás a escangalhar, mais
depressa, nosso INFELIZ BRASIL!"

Jovino acabou sendo condenado a 1 ano e 6 meses de
cadeia¹.

O peso das penas variava, de acordo com o entendimento
do Tribunal de Segurança Nacional sobre os riscos que o
transgressor poderia trazer. João Batista Cunado, um ex-vereador

1. AHN-Tribunal de Segurança Nacional, processo no 245, caixa 3g1b.

e antigo militante integralista de Jundiaí, teve toda sua família envolvida em processo no Tribunal, a partir de uma autuação da Delegacia de Polícia do Estado. Foi encontrado e fotografado em sua casa, material considerado subversivo, "propaganda favorável ao Eixo". Entre os objetos apreendidos havia um discurso de Hitler de 1940 - a Nova Alemanha -, vários artigos sobre a Alemanha e o judaísmo, uma rádio emissora de 40 watts, um cartão protocolo de admissão no integralismo, carteiras de identificação integralista, desenhos de rádio em papel de seda, pasta com documentos integralistas, camisas verdes, livros de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, etc.

Tanto a filha, Jocelyna Almeida Curado, como a esposa de João Batista, Durvalina Villela Curado, acabaram sendo excluídas do processo. E Batista, com todas estas provas, foi condenado a meio ano a mais de prisão do que Jovino Asséf¹.

Em Fortaleza, Ceará, um grupo de pessoas reuniu-se em praça pública para angariar fundos para o esforço de guerra.

1. AHN-Tribunal de Segurança Nacional, processo 2534, caixa 3791B.

Houve alguns discursos e um major do Exército resolveu denunciá-los ao Chefe de Polícia. Foi imediatamente montado um inquérito no TSN e, sob a alegação de que um major do Exército não poderia se enganar quanto ao conteúdo comunista dos discursos, acabaram sendo condenados Jarbas Carvalho a sete anos de prisão, Francisco Braz de Araújo, Lafiti Barreto Brasil e Francisco Monteiro de Lima a cinco anos de prisão ¹.

Na medida que se esgotavam os julgamentos dos envolvidos no movimento de 35, o Tribunal perdia sua função imediata de combate ao comunismo, passando a exercer outros tipos de controle sobre a população. Além dos envolvidos nos chamados crimes de guerra, como veremos mais adiante, o dia-a-dia da população também ocupava seu lugar específico no TSN.

Houve, neste tipo de atividade do Tribunal, inúmeros processos. Entre eles, o caso de Nilo Lopes Pinheiro, empregado de armazém, no Rio de Janeiro, indiciado por ter

1. Processo no 3031. In: Campos, Reynaldo Pompeu de. Op. cit. p 111.

vendido um quilo de erva-mate acima da tabela oficial ; o de
Antônio Elias Dib e Antônio Dib, que responderam à acusação de
agiotagem perante o tribunal especial, ainda no ano em que o
Estado Novo estava para acabar ; e de Neif Abdo e outros,
enroscados na época da guerra com a acusação de venda ilegal de
um tonel de gasolina .

Eram agora os crimes contra a economia popular que passaram a ser tratados como aspecto fundamental da segurança de Estado. Colocava-se ao Tribunal, a exemplo da Comissão de Salvação Nacional do Terror Jacobino francês, a tarefa de executar formalmente, com a mais dura energia, os processos de punição dos especuladores, novos inimigos do regime. Era preciso dar a toda a farsa e ao TSN um espectro de valorização social. Afinal de contas, o Tribunal de Segurança Nacional representava o poder judiciário paralelo que o governo resolvera instalar, e seu

1.AHN. Tribunal de Segurança Nacional. Caixa 54g1B. Processo no 1037, de 1940.

2.AHN. Tribunal de Segurança Nacional. Caixa 113 g1B, 1945. Réus de São Paulo, capital.

3.AHN. Tribunal de Segurança Nacional. Caixa 64 g1B, processo 2471, de 1942. Réus de Andradina, SP.

funcionamento tornava-se essencial para dar à sociedade a certeza de haver atividade, movimento, vigilância e punição. Luiz Caetano, um farmacêutico de Jundiaí, chegou a ser condenado a seis meses de prisão e uma multa de 2 000\$000, acusado de vender remédios a "preços exorbitantes" em sua farmácia, em hora avançada da noite ¹.

1. AHN-Tribunal de Segurança Nacional, caixa 49glB, proc. 952, de 20 de novembro de 1939.

CAPITULO IV

A POLICIA NAS RUAS

Como aspecto fundamental, a Polícia, que se utilizava de todos os instrumentos de repressão criados pelo regime, tratava de agir a partir de uma premissa: mudar radicalmente a noção de cidadania que eventualmente a sociedade pudesse ter construído até aquele momento¹.

Aproveitando-se de acontecimentos conjunturais na política, o freio repressor dos órgãos policiais tendia para dois caminhos. Um deles era o de aperfeiçoar sua ação social repressiva; o outro, manter a aparência de que esta ação se modificava de acordo com as injunções políticas, para ser mais ou menos dura. Não se tratava mais da tradicional tarefa policial de

1. "É importante, nestes termos, atentar para as relações que se estabelecem entre as práticas ideológicas do regime - a elaboração de um discurso de legitimação da dominação - por exemplo, a produção de regras legais e a montagem de uma polícia política. Estas últimas implicam técnicas repressivas de exercício do poder, no sentido mesmo de significarem a utilização da força física como restrição às ações consideradas ameaçadoras. Mas as fronteiras entre ideologia e repressão são bastante fluidas, apesar da ocorrência de especialização das funções". Gomes, Angela Maria de Castro. A construção do homem novo, p. 155.

tentar, através da força, moldar a moral da população .

Na realidade, o caminho tomado era sempre o de aumentar a ação da capacidade repressiva através do discurso de defesa das instituições e do entendimento de que cidadania representava apenas aquilo que o Estado passara a taxar como sendo o verdadeiro e o plausível de realização.

Tomado de assalto o poder em 1930, através de um golpe que pretendia a defesa das instituições democráticas e os direitos de cidadania, logo a Polícia demonstrou sistematicamente à sociedade o lugar destinado às opiniões de contestação. Os comunistas, em sua luta pelo poder, se prestaram muito bem ao papel de exemplo social.

Foi assim que, em janeiro de 1931, logo depois de ter assumido a Chefia da Polícia do Rio de Janeiro, Batista Luzardo

1. Em seu artigo O policiamento do cotidiano da cidade vitoriana, Robert D. Storch apresenta as modificações que são introduzidas pela Polícia da Inglaterra no início do sec. XIX. Paulatinamente, a Polícia apoderou-se de todos os espaços públicos, acompanhando de perto os bairros operários e impondo novos padrões de conduta moral e social. Projetava-se como um instrumento polivalente de disciplina urbana, voltada para os valores morais da burguesia, mas não do regime. Conf.: Storch, Robert D., Revista brasileira de História, vol. 5, setembro 1984/ abril de 1985.

fez uso da campanha dos comunistas pela Marcha da Fome, para que a sociedade entendesse definitivamente a que viera o novo regime. Luzardo justificou a ação policial dizendo que era preciso deter o "plano criminoso de elementos nocivos" que, disfarçados em seu trabalho pretendem implantar o terror na cidade". Batista Luzardo, a partir daí, justificou o esquadrinhamento da cidade para a defesa dos bancos e das casas de armas. Começou, ele mesmo, a percorrer o Rio de Janeiro e a coordenar prisões.

Em tom severo, o Chefe de Polícia anunciava que os comunistas estrangeiros seriam expulsos do território nacional, e que os comunistas brasileiros, uma vez "apuradas as responsabilidades", seriam "irremediavelmente banidos para Fernando de Noronha". Além disso, foi noticiado o tom antipatriótico do movimento, a partir da prisão de um húngaro e de dois portugueses entre os "adeptos do credo de Lenin"¹.

As ações de Luzardo eram carregadas de força - no seu embate com os comunistas e na publicidade que dava a este

1. In: Dulles, John W.F.. Anarquistas e comunistas no Brasil. p. 369.

embate -, de ódio - através da repulsa violenta a outros valores políticos e sociais - e de poder - já que deixava claro não tolerar a contestação à autoridade policial ou ao regime. Por isso mesmo foi que, a partir do incidente da Marcha da Fome, a polícia conseguiu organizar, pela primeira vez, uma demonstração de massa.

Com o apoio de 29 associações operárias, 15 mil pessoas foram reunidas para uma passeata em homenagem ao Governo Provisório, que acabou no Palácio do Catete recebida por Vargas, pelo ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, e da Viação, José Américo de Almeida ¹.

Tinha início a técnica policial de organização das manifestações massivas, tão comuns de 1930 a 1945. Esta técnica era relativamente simples. Consistia em fazer com que o Ministério do Trabalho acionasse seus líderes locais, a fim de arregimentar trabalhadores para determinada hora e local. Com a polícia, diretamente, ficava a tarefa de fechar lojas, bares e

1. Idem, ibidem.

cafés nos horários das manifestações, para assegurar que grandes multidões estivessem presentes nas ruas, e desenvolver um trabalho de "convencimento" entre os trabalhadores que preferissem não ir às manifestações. Caso não fosse possível recolher um grande número de pessoas, ia-se a localidades vizinhas arregimentando a população ¹.

As manifestações comunistas acabavam sendo, na maior parte das vezes, úteis ao Estado e a seu discurso legitimador. Como tratava-se agora de construir uma vida sob os clichés que o Estado criara, o aparato repressivo estava construído contando com o convencimento dos atores sociais - a sociedade como um todo - de que estavam envolvidos em uma grande missão histórica. Depois da Constituição de 1934, serviam ainda para demonstrar a precariedade do poder legislativo e sua fragilidade frente à força policial, já que não havia porque recuar em relação aos agentes nocivos da sociedade.

Favoráveis à inclusão da ação policial nos parâmetros

1.Conf.: National Archives, RB 165, from the Military Attaché of Brazil, 9 de novembro de 1940.

que a Constituição de 34 delimitava em sua preservação dos direitos de cidadania e de regras da democracia liberal para o exercício do poder, os protestos de alguns deputados eram duros e sistematicamente dirigidos contra a Chefia de Polícia do Distrito Federal, a partir de um entendimento implícito de que a polícia agia autonomamente.

Noticias e protestos contra abusos policiais passaram a ser bastante corriqueiros, e se falava em chacina, assassinatos, desaparecimentos, tortura de presos, prisões ilegais e invasão de sindicatos e associações. Alvaro Ventura e Waldemar Reikdalos pediam ao Ministério da Justiça e à Chefia de Polícia que esclarecesse à Câmara dos Deputados sobre a "chacina policial" em 23 de agosto de 1934; quando policiais invadiram as sedes dos sindicatos dos Pedreiros, Marceneiros, Ferroviários, Empregados em Hotéis, etc; as prisões e espancamentos; a busca no escritório do advogado Benigno Fernandes; a apuração do sequestro de Aparicio Torelly; e sobre a abertura de inquérito relativo a dois cadáveres em putrefação encontrados em uma

cisterna em Santa Tereza. O deputado Acyr Medeiros interrogava a polícia a respeito do paradeiro de três homens que estariam desaparecidos em 26 de dezembro de 1934; João Vittacca e outros queriam saber se o tenente da Polícia Militar poderia prestar serviço na Polícia Civil como investigador da Delegacia de Ordem Política e Social, e ainda efetuar a prisão do jornalista Pedro Motta Lima. O desaparecimento do alfaiate Jacob Goldschidt, em maio de 35, fez Octávio Silveira querer informações sobre o lugar de sua prisão ¹.

Sob o ponto de vista da Polícia, a ação dos comunistas era sempre taxada sob os adjetivos de distúrbios e desordens. Uma de suas técnicas consistia justamente em exercer forte vigilância sobre as manifestações organizadas por comunistas e socialistas, e inserir fatos perturbadores que transformassem a manifestação em algum tipo de distúrbio público. Havia, daí, a possibilidade imediata de realizar a prisão de lideranças e manifestantes. Era uma estratégia que vinha sendo utilizada,

1. AHN-MJN1, caixa 75.

desde 1931, nos 10 de maio - quando a Chefia de Policia proibiu reuniões em ruas e praças públicas -, e de 1932, quando "as autoridades anunciaram que os elementos extremistas, que haviam sido presos quando afixavam cartazes e perduravam bandeiras em preparação ao comício de 10 de maio, eram, quase todos, russos e judeus", como Boris Slivinskis e Francisco Jariskis, nomes divulgados à imprensa ¹.

A sistemática proibição das manifestações públicas dos comunistas era uma estratégia utilizada tanto para demonstrar que as manifestações realmente existentes eram as marchas e paradas em homenagem ao Estado, como para salientar que qualquer descontentamento era fruto de mentes comunistas perturbadas, como ainda de uma força minúscula frente aos verdadeiros anseios populares.

Ao longo dos 15 anos do regime Vargas, estas manifestações foram proibidas e reprimidas sob alegações que iam da tentativa dos comunistas instalarem uma nova ordem mundial

1. In: Dulles, J.W. Anarquistas e comunistas Brasil. Op. cit. pp 384 e 397.

(até 1938), até serem contrários à guerra (1941) ou quererem derrubar o regime (1943 e 1944). Em 1944, chegou-se a proibir todos os encontros públicos, dizendo que agentes subversivos estavam se aproveitando destes encontros para pregar idéias subversivas¹.

Em janeiro de 1934, no Largo da Concórdia do Brás, sob a liderança de Garmello Chrispin e João Cabanas, os socialistas organizaram um ato de protesto contra o fascismo. A polícia, que tinha proibido manifestações, resolveu prender uma mulher que, carregando uma bandeira, estava supostamente provocando desordens. A aglomeração resistiu e a confusão começou. Um oficial de polícia, um trabalhador e um assistente foram feridos.

No dia seguinte, um encontro de socialistas foi organizado pelo Conde Francisco Frola, na sede da União dos Trabalhadores, rua Barão de Paranapiacaba, e vigiado pela Polícia. Segundo o jornal O Dia, os distúrbios começaram ao ser disparado um tiro de uma janela, supostamente por Arthur Cabanas,

1. National Archives, RG 226, Doc 84279 .

irmão de João Cabanas, tenente da Força Pública. Depois disso, a
1
polícia fez muitas prisões .

Fatos como este facilitavam à Polícia a criação de um
espectro tal que fizesse ver a sociedade que estava ameaçada por
uma constante conspiração vermelha. Além de fazer com que isto
aumentasse os poderes do regime e de seu aparato, prevenia contra
qualquer possibilidade de resistência mais séria das elites
dissidentes de Getúlio Vargas, que vinham sendo mantidas sob
2
vigilância policial .

Gradualmente, o perigo comunista se consubstanciava
como algo permanentemente presente na vida urbana brasileira dos
anos 30 e início dos 40. No princípio do mês de junho de 1935,

1. National Archives. RG 84, M 1472, roll 2.

2. Filinto Muller informou a Getúlio Vargas, em 17 de março de 1934, que Artur Bernardes, os generais Klinger e Pantaleão Telles, Clodoaldo Maia, Archimínio Pereira, Penha Brasil, Severo Fournier, Ivo Borges, Astrogildo e outros se encontravam no Itajuba Hotel, no 7o andar do edifício Guinle e na residência do capitão Penha Brasil, em Botafogo, para preparar um movimento contrário ao governo. AHN-MQNI, lata 41. Em 42, a Superintendência de Segurança Política e Social montou um aparato especial para vigiar o cel. Euclides Figueiredo, que estava visitando São Paulo, numa época em que circulavam boatos sobre a possibilidade de um movimento armado. AHN-Secção de Segurança Nacional. 18.3 / 5c-143.

época em que o regime tentava fortalecer-se para combater a Constituição que poderia ameaçar a continuidade do modelo totalitário, Filinto Muller apresentou ao presidente Vargas um volumoso relatório sobre a atividade de elementos extremistas no Brasil, que abrangia desde organizações até casos individuais. Em seguida, foi tratado, em um encontro do Gabinete Ministerial, do perigo que os comunistas representavam. O Chefe de Polícia e o Ministro da Marinha defenderam a posição de que as leis existentes não seriam suficientes para controlar a situação. Já em meados de julho de 1935, Filinto Muller preparou uma longa e sensacional entrevista à imprensa, onde anunciava que evidências inquestionáveis haviam surgido sobre a fixação de comunistas estrangeiros na América do Sul, que haviam escolhido o Brasil como foco de disseminação da propaganda comunista¹. A entrevista de Muller, se seguiu o decreto de fechamento da ANL, em 12 de

1. Conf.: National Archives, RG-165, 2657 -k-70-27, Political Report, War Department, Brazil represses radicalism.

1
julho .

Como naturalmente existiam focos de resistência às múltiplas investidas policiais de repressão, e como era fundamental demonstrar publicamente que a polícia se mantinha atenta, a modernização era importante. Nos anos 30, foram

1. No relatório do Tribunal de Segurança Nacional, de 9 de janeiro de 1936, sobre atividades comunistas em Porto Alegre, são apresentadas as seguintes conclusões: 1- que a Aliança Nacional Libertadora, fundada no Rio de Janeiro e disseminada por todo o Brasil, foi um rótulo de que se serviram os comunistas para, à sombra de um partido que se mascarava de nacionalista, mas já com um programa socialista avançado, poder atrair o maior número possível de adeptos, principalmente entre a massa proletária e camponesa, e, veladamente, pregar a doutrina internacional (ilegível). Prova disso é que o documento número 96 da pasta número 1, pelo qual se verifica que os comunistas, entre si, haviam combinado de dar (ilegível) à ANL, visando "o poder político para uma classe - a proletária - sem adesão, entretanto, à citada Aliança cujo programa era, como já frisamos, apenas uma máscara, um disfarce, visto os seus chefes mais graduados pertencerem à Internacional Comunista, como o seu presidente honorário, Luiz Carlos Prestes (vide doc. no 96 e os signatários do documento no 86 da pasta no 1). O documento no 52 da referida pasta aconselha que os 'camaradas não devem se apresentar como comunistas', mas sim como elementos da ANL. A cópia da carta de (ilegível) cujo original foi entregue à Polícia de Porto Alegre, é mais uma prova dos intuítos dissolventes da ANL e acha-se nas páginas 106 da pasta no 3: nesta carta se vê que a citada aliança procurou ter atividades 'ilegais e revolucionárias', assim como se vê que todos os rótulos de pequenos partidos sugeridos ultimamente no Brasil, ocultam, por traz, o dedo comunista Liga Pró Terra; Pão e Liberdade; Frentes Populares; Liga Eleitoral Proletária; etc. Não mais nem menos do que pequenos agrupamentos de descontentes movidos quase fantochas, pelos cordeis dos núcleos comunistas. 2 - Para atingirem seus fins, aumentando cada vez mais a massa dos descontentes, procuravam os adeptos do credo vermelho trazer a Nação em constante sobressaltos, a fim de submergi-la num caos, agindo na sombra e traiçoeiramente: greves, lutas políticas, indisciplina, lutas de classe, rivalidades, etc. eram promovidas calculadamente, arrastando os incautos: em Porto Alegre, ultimamente, a depredação de bondes da Cia Carris e a infiltração nos sindicatos constituídos feita por comunistas (vide doc. no 76 e item XIV do doc. no 6, todos da pasta no 1). No AHN-Tribunal de Segurança Nacional, Proc.74, caixa 57 GIB.

introduzidas as rádio-patrolhas e os serviços de rádio, além da
incrementação das escolas de criminologia. O primeiro local a
contar com carros equipados com rádios de ondas longas e curtas
foi a cidade de São Paulo, em 1936. Todas as delegacias regionais
passaram a ficar diretamente ligadas à estação central¹. No
combate às manifestações, o uso de bombas de gás lacrimogénio foi
feito pela primeira vez para sustar a reação dos simpatizantes da
ANL de São Paulo, em uma marcha que promoveram depois do decreto
de sua extinção. O resultado foi o pânico e o pisoteamento².

Além da modernização, a tese policial de que eram
necessários mais instrumentos repressivos em disponibilidade
acabou sendo incorporada logo depois que os comunistas tentaram
seu golpe, em novembro de 1935. A partir deste momento, os
instrumentos de exceção criados para debelar a tentativa de
golpe, no Rio e no Nordeste, foram incorporados à estratégia de
manutenção do poder, até 1945.

1. Gabinete de Investigações da Polícia. Fevereiro de 1936, ano I,
no 1 -468-01115.

2. National Archives, RG 84, M 1472, roll 2.

As guardas civil e noturna foram definitivamente incorporadas ao esforço repressivo, sob as ordens da Polícia do Rio de Janeiro, através da organização de patrulhas nas ruas das principais cidades do país, atendendo medida de urgência.

Neste momento, as forças policiais permaneceram de prontidão dia e noite. Em São Paulo, o governo tratou de armar a guarda noturna com revólveres e fuzis para cooperar no trabalho de repressão aos comunistas. Também ficaram sob vigilância todas as tropas federais¹, que, sob o ponto de vista da sustentação do poder, não eram confiáveis².

A Chefia de Polícia do Rio de Janeiro iniciou o trabalho sistemático de censura dos jornais do país, que se consolidaria após 1937 numa atuação conjunta com o Departamento

1. National Archives, Political Report, War Department, RG, 2657 - K 7027.

2. Em outubro de 1940, o adido militar dos Estados Unidos no Brasil mandou um relatório estritamente confidencial ao embaixador americano no Rio, dizendo que, segundo uma fonte sua do staff do Governo Vargas e altamente confiável, o Exército estava definitivamente a favor de Vargas, e a razão era o fato do Presidente ter feito muitas promoções, aumentado os salários em quase o dobro e dado ao Exército quase tudo que foi requisitado. Conf.: National Archives, RG 165, 2657 - K - 110.

Nacional de Propaganda e com o Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP), seu sucessor¹. As notícias passaram a ser liberadas apenas depois do consentimento vindo da Polícia do Distrito Federal, ou com o consentimento expresso dos

governadores de estado². Cavia, nos primeiros tempos, ao agente policial, sempre um delegado, determinar quais as informações que poderiam ser veiculadas e o teor dos editoriais. Esta vigilância nas redações era feita sem que fosse necessário a presença constante da Polícia. Sua estratégia era chegar a qualquer hora do dia para realizar o trabalho. Assim, fazia com que a auto-censura também funcionasse, pois uma interdição da Polícia poderia comprometer a publicação do jornal. Logo após o golpe de 30, foram invadidas as redações do Jornal do Brasil e do Diário Nacional; o Correio Paulistano foi desapropriado pelo governo,

1.A criação do DIP foi precedida do Departamento Oficial de Publicidade, de 2 de julho de 1931, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, de 10 de julho de 1934 e pelo Departamento Nacional de Propaganda, do início de 1938. Já o DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939. Conf.: Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930 -1983. Pags. 1073 e seqs.

2.National Archives, RG 86, M 1470, roll 2.

que anexou suas oficinas à Imprensa Nacional. Mais tarde, em 1936, dois jornais chegaram a ser suspensos, em São Paulo: A Platea, comunista, e o Jornal de Notícias, republicano². Esta intervenção direta nos jornais passou a ser mais constante depois de 38, e, em 1940, a Polícia invadiu A Noite, A Manhã e as instalações do Estado de São Paulo, mantendo-o sob intervenção até 1945.

Da mesma forma, usando o perigo comunista, o sistema de radiodifusão também foi atingido pela Polícia, numa antecipação ao que seria depois feito sistematicamente. Em novembro de 35, as licenças para operar com rádios de ondas curtas foram suspensas e o noticiário das rádios restringiu-se ao que estava sendo publicado nos jornais. A Delegacia de Ordem Política e Social passou a trabalhar noite e dia, controlando o que saía publicado em toda a imprensa e veiculado nas rádios. Esta tarefa ficou mais tarde tão complexa, que à divisão de Rádio do DIP coube fazer a

 1. Sodré, Nelson Werneck. A história da Imprensa no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966. Citado em Boulart, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.

2. National Archives, RG 165, 2657 -K - 7027.

censura prévia de programas e das letras de músicas.

A partir de novembro de 1935, exigiu-se que todos que quizessem viajar tivessem uma permissão especial da Polícia¹. As prisões começavam a se encher.

Ajudada pelo Estado de Sítio que o Congresso autorizou Vargas a decretar, imediatamente após a tentativa de golpe, a Polícia agiu no sentido de incorporar às suas tarefas o banimento; detenção sem licença judicial; censura de correspondência e de publicações em geral; suspensão da liberdade de assembleia e pronunciamentos públicos; busca e prisão em domicílios; suspensão da liberdade de locomoção.

O adido militar dos Estados Unidos, major William Sackville, enviou um relatório a Washington afirmando que havia sido informado pelo serviço secreto do Ministério da Guerra do Brasil, que o Estado de Guerra decretado por Vargas, em 23 de março de 1936, substituindo o Estado de Sítio decretado 90 dias antes, aconteceu porque, "embora não existisse qualquer distúrbio

1. Idem, ibidem.

comunista no país, era preciso suspender prerrogativas constitucionais, particularmente as imunidades parlamentares, para que membros do Congresso, que se descobriu estarem ligados aos comunistas, pudessem ser presos e detidos" ¹.

O Chefe de Polícia do Rio de Janeiro apressou-se em dar mostras de sua eficiência e da concretude do perigo comunista. Comunicou à imprensa que "de 25 de novembro de 1935 até 15 de março, foram realizadas no Rio de Janeiro, 3 250 investigações; 441 buscas residenciais; 901 prisões de civis; 2 141 prisões de soldados, sendo 66 oficiais, 196 não comissionados e 1 884 soldados". Ainda, "baseado na documentação dos arquivos de Harry Berger e Luiz Carlos Prestes, foram presos os deputados Abel Chermont, Otávio da Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e o advogado João Mangabeira" ².

As determinações do Estado de Sítio e de Guerra representavam, na realidade, apenas um agudizamento da situação

1. National Archives, RG 165, 2656 - K 70/ 24.

2. Idem. ibidem.

que a Polícia do regime já vinha praticando há muito tempo. A censura quase continua da imprensa, depois de 1930, era o testemunho da preocupação do estado totalitário em não permitir qualquer manifestação de crítica ou discórdia. No Distrito Federal e nas capitais dos estados, esta censura era mais presente, e sempre sob as ordens da Polícia. Mesmo que em alguns momentos houvesse alguma liberdade de expressão, os órgãos de imprensa estavam sempre correndo o risco de serem empastelados. Os editoriais eram lidos sistematicamente pelos agentes policiais, antes do jornal ser rodado, mantendo-se a prática de fazer visitas de surpresa aos jornais, fato que significava pressão e controle ¹. Depois da promulgação da Constituição de 1937, o jornalista passou a ser considerado um funcionário do Estado e a imprensa teve um tratamento de entidade autônoma. Segundo o decreto-lei 1 949, de 30 de dezembro de 1939, rádio, ² cinema, cartazes, fotos, etc, estavam sujeitos à censura. Um

1. National Archives, RG 165, 2-1 - 2657 - K - 109.

2. Goulart, Silvana. Sob a verdade oficial. p. 47 e segs.

tratamento não muito diferenciado era dado às rádios. Cândido Alvaro de Gouvea, da Seção de Segurança do Ministério da Justiça apelou ao DIP pela proibição da peça de rádio-teatro Esquadriha 13, porque supostamente pregava o pacifismo .

Além disso, os jornais dependiam financeiramente dos anúncios e matérias pagas pelo governo, o que fazia com que sua liberdade editorial ficasse bastante comprometida .

O Estado de Sítio e de Guerra e o abarrotamento das prisões faziam as vezes de uma demonstração de forças. O regime dava mostras do que seria capaz para alcançar seus objetivos. Contribuía muito, para que toda a população ficasse ciente e temesse o poder do governo, o fato das pequenas perseguições pessoais - tendo como justificativa os perigos ideológicos do cidadão - serem permanentes e disseminadas.

As prisões e detenções se cristalizaram ao longo do

1.AHN-IJ1 1369.

2.Já no "governo de Washington Luís, tanto o presidente como Getúlio Vargas, então Ministro da Fazenda, consideravam atividades de rotina o subsídio, com dinheiro público, a jornais que apoiavam o governo. Esse procedimento era norma consuetudinária e não causava nenhuma estranheza (...)" Goulart, Silva. Sob a verdade oficial. p. 55.

tempo e na medida em que o poder da Polícia crescia, principalmente depois da decretação do Estado Novo. Um certo Antônio José Fernandes, operário encanador em Santos, fez um apelo, em 1936, ao Ministro da Justiça, para que não fosse mais molestado pelas autoridades, motivadas pela falsa denúncia de que era extremista ¹.

Um caso de perseguição recorrente foi registrado por Carlo Fonzi, em 26 de maio de 1942, que pretendia chamar a atenção de Muller para a atuação policial. Segundo Fonzi, na manhã do dia 16 de abril, ele havia sido preso em sua casa, por dois investigadores da Polícia de Segurança Política e Social, e levado para a Polícia Central, sob a acusação de ter feito forte campanha contra o Chefe de Polícia, encomendada por outros. Lá, por ordem de um funcionário do Gabinete de Muller, um tal Filelfo, havia sido detido incomunicável no Depósito de Presos do andar térreo da Central, por 23 dias. Foi fechado, isolado em uma cela solitária e úmida, embora estivesse sob tratamento

1. AHN-MJN1, caixa 295.

médico, proibido de ler, escrever, falar, barbear, tomar banho, etc., com exceção de dar sua assinatura aos vales necessários para sua alimentação. Habilmente, o Gabinete da Chefia de Polícia do Distrito Federal havia informado aos familiares e ao advogado que procurara por Ponzi, que não havia notícias de seu paradeiro. Sua libertação só fora possível porque seu estado de saúde havia piorado muito .

1
Como se tratava de uma perseguição legal e institucionalizada, também os burocratas e políticos dos ministérios se encarregavam de dar o andamento devido a estes casos. No Ministério da Educação, criou-se uma discussão em torno do pedido de João Garibaldi de Meira Lima, um ex-cadete da escola Militar, desligado por "pregar idéias comunistas" e que estava querendo matrícula na Escola Politécnica. Por 7 meses - de junho de 1936 a fevereiro de 1937 -, o processo de Meira Lima rodou no Ministério, porque o Diretor da Escola queria saber se poderia matricular o ex-cadete. A resposta foi negativa. Os direitos

1. AHN-SPE- 18.3 - 5f-235, de 26 de maio de 1942.

constitucionais estavam suspensos e manifestar idéias livremente feria os princípios sobre os quais estava amparado o Estado de Guerra .¹

Existia ainda uma força simbólica que pretendia desenvolver na sociedade completa aversão aos comunistas. O enterro dos oficiais legalistas que morreram combatendo a insurreição comunista de 35, e que teve a presença de Vargas, conseguiu radicalizar o sentimento de comoção nacional. Também o monumento aos mortos que o Governo mandou construir no Cemitério São João, no Rio de Janeiro, pretendia manter viva a comoção, através da organização de romarias que servissem de "estímulo para os sentimentos cívicos de nosso povo"². Por esta razão, a mãe do capitão Benedito Bragança, morto em combate, não conseguiu suspender a remoção do corpo do filho de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. O regime precisava dele .³

1. AHN-MJN1, caixa 74.

2. ANH-MJN1, 18. 3 - 5F -235.

3. Idem, ibidem.

OS ESTRANHOS E INTOLERADOS

Os estrangeiros eram a outra grande ponta de lança sobre a qual se estruturara o esquema de perseguição e repressão do regime. A discussão, a bem da verdade, não era nova no Brasil. E, desde o tempo em que os imigrantes começaram a formar grande parte da força de trabalho, nos centros urbanos e nas fazendas de café, os debates se intensificaram.

Como consequência direta destas discussões, a legislação sobre os estrangeiros começou a ser aprimorada.¹ Depois de 1930 esta preocupação foi intensificada.

A inquietação policial e sua ação repressiva foram externadas em 1932, pelo delegado da 4a Delegacia Auxiliar,

1. "A imigração, durante boa parte da Primeira República, esteve sob a supervisão e ingerência das administrações estaduais. Contudo, desde 1907, o governo da União vinha tomando uma série de medidas para incentivar a imigração e a colonização. (...) os decretos de 1907 e 1913 versam sobre a expulsão de estrangeiros (decretos no 1641, de 7/01/1907, e no 2741, de 8/01/1913). Mas é apenas em 1921 e 1924 que pela primeira vez o Estado aplica medidas que visam primordialmente impedir o ingresso de determinadas categorias de imigrantes. Elas dirigem-se a indivíduos defensores das chamadas ideologias exóticas (anarquistas e comunistas) e daqueles considerados incapazes para o mundo do trabalho". In: Cardoso, Adriana Siqueira. A política imigratória brasileira. De 1921 a 1945.

Salgado Filho, e seu Chefe de Policia, Batista Luzardo. Luzardo encaminhou ao Ministério da Justiça o anteprojeto de lei de Salgado Filho, que regulamentaria a entrada de estrangeiros no país .

O fundamental do projeto era centralizar os serviços e estender as atribuições da Policia do Distrito Federal aos pedidos de livre desembarque em qualquer ponto do país. Segundo Salgado Filho, haveria com isso uniformidade de ação, estabelecimento de um arquivo "utilissimo com ficha de todos os estrangeiros entrados no país, além de uma renda adicional para os cofres públicos. Caso, entretanto, o governo não julgasse conveniente aumentar as atribuições da Policia do DF, Salgado sugeria que fosse indispensável, "para a obtenção do visto consular em passaporte com destino ao Brasil, o pronunciamento favorável da policia do ponto de destino, salvo aqueles que

1.A Policia aproveitava a oportunidade, já que o decreto 19 482, de dezembro de 1930, que tratava da entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe, expirava em 31 de dezembro de 1932. Este mesmo decreto era o que limitou a entrada de estrangeiros, visto que todos os estabelecimentos comerciais e industriais ficaram obrigados a operar com, pelo menos, 2/3 de mão de obra nacional.

demonstrassem no porto de embarque empreenderem viagem de recreio".

No projeto de lei aparecem vários obstáculos para a entrada dos estrangeiros: a exigência de requerer ao Chefe de Polícia do DF uma autorização de livre desembarque ou entrada, que só seria concedida se imperativos de ordem social não a impedissem; pagamento de três contos de réis ou de dois contos, a título de caução, conforme tivesse o estrangeiro mais ou menos de 12 anos, além de termo de responsabilidade; depósito na Polícia Central do porto de desembarque da passagem de volta do estrangeiro ou equivalente em dinheiro; e a obrigação de informar a Polícia constantemente de seu domicílio, sob pena de multa de 200 mil réis¹.

A intenção policial era riscar automaticamente o Brasil da lista dos países de imigração, fechando seus portos à corrente imigratória e impulsionando o sentimento de nacionalidade que o Estado tratava de cultivar.

1.AHN-IJI 400.

Apesar do projeto ter sido praticamente ridicularizado pelo Ministério da Justiça, que levantou sua inviabilidade prática e fez com que houvesse prorrogação do decreto de 1930¹, a polícia conseguiu paulatinamente seus objetivos, na medida em que os contornos totalitários do Estado ficavam mais claros.

A Constituição de 1934 e os decretos de 1938 e 1939² eram o resultado do esforço de ação da Polícia do DF em relação aos estrangeiros.

Se em 1907 e 1913 foram dados os primeiros passos para a regulamentação da expulsão de estrangeiros, esta política teve³

1. Questionava-se no Ministério que "os estrangeiros que nos procuravam vindos pelo Amazonas, com passagem por Iquitos e se fixarem, por mais de trinta dias, como poderão obter o consentimento, para isso, do sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal, se a viagem, de Tabatinga a Manaus dura vinte e dois dias, e desta cidade ao Rio, dezessete e isso em condições excepcionais de enchente e felicidade no encontro dos navios. E como, também, poderão exhibir ao nosso consul em Iquitos a livre entrada com a firma do Chefe de Polícia? (...) diz que o estrangeiro fica obrigado a ter a Polícia sempre consciente de seu domicílio, sob pena de multa de duzentos mil réis. Como poderá cumprir esse dispositivo o japonês que se embrenha nos sertões de Araçatuba, garantido por tratado diplomático, léguas e léguas distante da cidade e da polícia?" IN: AHN-IJ1 400.

2. Decreto lei 406, de 4 de maio de 1938; decreto-lei 3 010, de 20 de agosto de 1938; decreto-lei 1 545, de 25 de agosto de 1939.

3. Decretos no 1 641, de 7 de janeiro de 1907; e no 16 761, de 31 de dezembro de 1924.

continuidade. A bem da verdade, não era apenas o caráter subversivo que estava associado à figura do imigrante, mas sua conduta de ordem moral era um dos tópicos prediletos da polícia, quando se referia a esta figura de "caráter degenerado".

Quando do Congresso Policial de 1936, o item "expulsão de alienígenas" foi o ponto mais alto da investida policial. Estipulou-se no Congresso um convênio secreto entre os agentes policiais, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Trabalho para a expulsão ("de uma vez por todas") dos apátridas e daqueles cujos consulados se negassem a conceder visto nos passaportes. O modelo do processo de expulsão seria, como nas demais resoluções do Congresso, feito de acordo com os procedimentos da Polícia do DF¹.

Ao mesmo tempo em que a polícia conseguia apresentar o estrangeiro como um grande inimigo social, utilizou-se dele para promover a centralização do aparato policial, sua modernização e seu caráter fundamental como sustentáculo do regime. As teses

1. As melhores informações sobre o Congresso Policial estão em Vieira, Hermes e Silva, Oswaldo. Op. cit. pp. 290 e seqs.

anteriormente apresentadas por Salgado Filho ganharam, em 1936, um novo contorno, e a naturalização tornou-se mais difícil.

Foi decidido que todas as polícias estaduais deveriam seguir as diretrizes estipuladas pela Polícia do DF: antes de atender o requerente, seria confeccionado um boletim padrão de sindicância e seria feita uma pesquisa sobre as atividades sócio-políticas do estrangeiro, para posteriormente conceder-lhe a nacionalidade.

Para a saída de estrangeiros ficou decidido que talvez fosse necessário substituir seus passaportes durante o período de ausência do país. No caso da entrada de estrangeiros, o Ministério do Trabalho faria uma identificação datiloscópica obrigatória, em quatro vias. As fichas ficariam arquivadas na Polícia Civil do Distrito Federal, no Ministério do Trabalho, no Departamento Nacional de Povoamento e nas dependências da autoridade local para onde o estrangeiro estivesse se dirigindo.

Seriam identificados, através do Ministério do Trabalho, os tripulantes dos navios, os imigrantes em tráfego

(serviço realizado a bordo do navio), os estrangeiros prestadores de serviços domésticos a funcionários ou agentes diplomáticos ou consulares e membros de suas famílias, membros de congregações religiosas, missionários e sacerdotes, estrangeiros não imigrantes que estivessem no país a fim de estudos, ensino, cultura científica ou artística, estrangeiros não imigrantes em trânsito e aos que receberem carta de chamada, principalmente, a fim de que se reduzisse "a entrada de elementos parasitários como judeus, escravos e imigrantes não agricultores, cujo intuito fosse permanecer nas cidades".

Aos turistas, a polícia resolveu presentear igualmente com um controle. Ao desembarcar, os estrangeiros deveriam ter seus passaportes retidos e substituídos por carteiras salvo-conduto provisórias. Depois de três dias, a polícia devolveria o passaporte, mas exigiria do turista seu endereço no país e já teria feito uma ficha especial com todos os dados do visitante.

As novas medidas ainda eram agravadas pelo fato da Polícia agir com arrogância, abusar de sua autoridade e se envolver em corrupção. O Ministério da Justiça chegou a registrar

um incidente diplomático, em que o procedimento e atitudes da polícia brasileira eram contestados e criticados.

Antônio Puget era um empresário argentino que resolveu vir ao Brasil para acertar a compra e importação de níquel e berílio. Puget foi apresentado por carta pelo delegado Comercial do Brasil, em Buenos Aires, Otávio de Abreu Botelho, ao Ministro do Trabalho, e, em 12 de março de 1937, partiu de Buenos Aires com destino a Santos.

Desembarcou no porto, e os policiais da aduana recolheram seu passaporte e lhe entregaram um salvo conduto, dizendo que o passaporte deveria ser retirado na sede da polícia, em São Paulo. Contrariado, o empresário argentino teria argumentado que seria impossível ir à capital para pegar seus documentos, ao que os policiais teriam replicado: "o senhor se arrange".

Puget tratou de realizar seus negócios, e, um mês e cinco dias depois de ter chegado ao Brasil, resolveu ir à companhia de navegação para reservar seu camarote. Mesmo com a

passagem de ida e volta comprada em Buenos Aires, exigiram de Antônio Puget a apresentação de uma autorização da Divisão de Investigações da Polícia para que o argentino tivesse seu lugar assegurado no navio. Assim foi que se apresentou à Chefatura de Polícia e à Chefia de Investigações que lhe indicaram o lugar de retirada do documento: um ponto oposto da cidade. No lugar apontado, o argentino necessitou preencher um requerimento para tirar atestado de antecedentes. A polícia tomou, por isso, suas impressões digitais e abriu inquérito policial em seu nome.

Perdidos dois dias inteiros para a retirada do passaporte, Puget teve ainda que pagar 50\$000 réis em selos e 20\$000 para um despachante das cercanias da Polícia, para que pudesse arranjar uma pessoa que se responsabilizasse por ele, seguindo exigência da lei ¹.

i.ARN-MJNI, caixa 297.

O JUDEU

As novas normas estabelecidas em 36 vinham uniformizar uma prática mais antiga sobre o controle dos estrangeiros. Dentre estes vários inimigos que o estado construiu, através do braço armado da polícia, estava também o judeu.

A associação do judeu ao comunista era tão imediata e disseminada, que a manchete do jornal O Globo: Filho de Israel e ¹ Agente de Moscou, dada quando Harry Berger foi preso, não causou qualquer surpresa. De fato, em 1933, quando definitivamente se delineava a perseguição aos judeus na Alemanha, a comunidade israelita, apoiada por liberais e comunistas, tratava, como em várias partes do mundo, de realizar atos de protesto contra o governo de Hitler.

Assim foi feito em Natal, Recife, Bahia, Belo

1. In: Cardoso, Adriana S. Op. cit., referindo-se ao Livro de Fernando Moreis, Olga. São Paulo, Alfa Omega, 1986.

Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Santa Maria. Aparentemente, a Policia permitiu a realizaco de comicios, até que chegasse a vez da comunidade judaica se manifestar no Rio de Janeiro. Momentos antes de comecar o encontro no Teatro da República, a Policia resolveu proibir a reunião e dispersar, de maneira abrupta, a multidão que se formara em volta do teatro. Aparentemente, a maneira como os judeus estavam sendo tratados na Alemanha não produzia qualquer atitude de solidariedade entre as autoridades brasileira, pelo contrário, reforçava as medidas de controle policial sobre os judeus.

A ao policial acabou em uma abalada perseguio aos manifestantes até a praça Onze de Junho, com o espancamento de israelistas nas ruas e no interior dos cafés e restaurantes. O grão rabino, Isaias Raffaloveeh, dizia num protesto enviado ao ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel, que não satisfeitos com este atentado, que podemos provar, violaram domicílios de famílias distintas de comerciantes conceituados e

desrespeitaram a Sinagoga da rua Sant'Anna .

Questionado sobre o assunto, Filinto Muller negou qualquer ato de violência por parte do aparato policial. No relatório que incumbiu o delegado Especial de Segurança Pública e

Social, Affonso Henrique de Miranda , de apresentar ao Ministério da Justiça, a Polícia do DF sustentava que a repressão na Praça

Onze se deu porque houve insistência dos manifestantes em transferir o comício para a Praça. No que "esta Delegacia teve

que tomar providências mais enérgicas, policiando o local com praças e investigadores, a fim de evitar que fossem

desrespeitadas as suas ordens e atacados em plena via pública os representantes e altas autoridades de um país com o qual mantemos

a mais perfeita relação de amizade" .

Mesmo o Consulado Geral Americano em São Paulo

1.AHN-MJNI, caixa 75.A manifestação dos israelitas foi marcada para o dia 30 de março de 1933.

2.Affonso Henrique é o mesmo oficial que, secretamente, foi enviado à Alemanha em 1936 para estreitar os laços da polícia brasileira com a Gestapo.

3.AHN-MJNI, caixa 75.

registrou atos de perseguição da policia contra judeus . O consul C.H. Foster escrevia a Washington, em 13 de dezembro de 37, que havia instruções especiais na Folicia, no que dizia respeito aos judeus. Foster sustentava que, segundo informações dignas de crédito, "já por algum tempo a policia tem operado sob instruções secretas em relação aos judeus que tentam entrar no Brasil, recusando-lhes residência permanente em praticamente todos os

2

casos" .

O Consulado ainda dizia que aos judeus não era permitido descer em Santos, cujo controle era feito através da declaração dos passageiros que registrava religião, estado civil, etc.. No caso de dúvida, a policia pedia o certificado de batismo, antes que "a pessoa adquirisse privilégios ao

1.Segundo dados obtidos pela Embaixada Americana na Folicia, de 1935 a 1937 (novembro a maio, provavelmente), 8 200 judeus entraram no Brasil; ficando 6 000 em São Paulo. Ao todo seriam 20 000 judeus em São Paulo. National Archives, 832 00/ 198. M 14777 2.

2.National Archives 83200/ 198-M 147 2 /roll 6.

1
desembarcar" .

O relatório americano seguia dizendo que "um advogado, contato do Consulado Geral, mostrou um ingênuo documento de um consul brasileiro a um candidato judeu para a imigração, que se referia à data e número de uma circular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em que se buscava negar o visã" .

1.Segundo o Consulado Geral dos Estados Unidos, the Police Tourist Bureau (Imigração e Colonização) dirigida pelo Dr. Fernando Braga, adotou no mês de novembro de 37 as seguintes medidas contra "falsos turistas", em sua mais parte judeus alemães: embarque voluntário, 76; embarques acompanhados de agentes da Polícia, 34; legalização de residências pela Superintendência de Ordem Política e Social, 22; aguardando legalização de residência Permanente, 48; pessoas trazidas pela Polícia de São Paulo e outros estados, 136; uma pessoa que estava sendo investigada e morreu. Total de investigações, 307. National Archives, 83200/ 198-M 147 2/ roll 6.

2.0 Consul se refere à circular secreta no 1 127, de 7 de junho de 1937, que diz ficar "recusado visto no passaporte a toda a pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semita. No caso de haver apenas "suspeitas", recomenda-se às autoridades 'retardar' a concessão do visto, até que, pelos meios de investigação eficientes (...) consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final(...)" Houve ainda as circulares secretas no 1323 - que proibia a concessão de visto temporário a estrangeiros de origem semítica -; a no 1328, que mandava excetuar desta medida os semitas franceses, canadenses, ingleses e americanos; e a no 1498, que suspendia a concessão de visto temporário a israelistas e seus descendentes. A circular secreta no 1249, que substituiu, em setembro de 38, a circular 1 127, onde havia a regulamentação de entrada dos semitas, com aprovação para os seguintes casos: turista e representante do comércio, desde que o país de origem garanta seu regresso; conjuges ou parentes consanguíneos, em linha direta, até o 2o grau, de estrangeiros com residência legal em território nacional; cientistas e artistas a critério de autoridade consular; técnicos requisitados pelo governo do Estado; capitalistas e/ou industriais que provassem a transferência e aplicação de um capital mínimo de 500 000\$000. In: Carneiro, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas.

Nenhuma evidência havia sido encontrada de que os nazistas tivessem ditado algum ato em São Paulo ou no Governo Federal, mas o Consul diz poder afirmar, "contudo, que as idéias e métodos nazistas têm influenciado a ambos os governos, o que fica evidente com o novo regime totalitário e pelas diretrizes do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia em relação aos judeus, que parecem acontecer desde junho"¹.

Como na Alemanha, os judeus possuíam uma forte conotação ideológica com o comunismo. Explorava-se a batida crença da direita internacional de que o judeu apátrida e cosmopolita tendia para o internacionalismo vermelho. Considerava-se os judeus elementos estranhos ao corpo político, e facilmente identificável com posições anti-burguesas já que, pelo menos a partir de meados do séc. XIX, era abundante entre os judeus a produção de idéias contestatórias e de críticas mais ou menos radicais à civilização industrial-burguesa.² Soma-se para o

1. National Archives, 832 00/ 198 M 147 2, roll 6.

2. Conf.: Lowy, Michael. Redenção e utopia. capítulos II e III.

acirramento da conotação judeu-comunista o fato de que na Europa Oriental a reação de grande número de judeus aos programas e à repressão legal ter sido a atração "para o internacionalismo do pensamento socialista"¹.

A Polícia, de imediato, justificava as atitudes repressivas contra a comunidade judaica. Segundo o relato de Bernardo Shulman², houve prisões de muitos operários de origem judaica logo depois de novembro de 35, sendo que, em Curitiba, um jornal publicou que na lista dos envolvidos na tentativa de golpe teriam substituído os nomes dos implicados por israelistas. Exagerado ou não o caso de Curitiba, o diretor do Centro Israelita do Paraná, em 1938, possuía um feeling muito acurado daquilo que a polícia pensava e preparava para os judeus: eram indesejáveis em razão de suas idéias sociais e políticas; por se dedicarem às atividades comerciais de classe baixa; e por não se

1. Goldberg, David & Rayner, John D.. Os judeus e o judaísmo. p. 190.

2. Shulman escreveu: Em Legítima Defesa: a Voz de um judeu brasileiro. Curitiba, 3a ed., s.e., 1938. In: Carneiro, Maria Luiza Tucci. Op. cit..

dedicarem à agricultura, contrariando a política do Departamento
1
Nacional de Povoamento .

A formação de processos contra judeus, que oscilavam entre a acusação de lenicínio e de comunista, eram comuns. Em 1939, a partir de uma denúncia, o Ministério da Justiça pedia à polícia que investigasse as atividades de Daniel Moyses Cohen, acusado de jogador profissional e caften. As diligências policiais concluem, mesmo que na denúncia não houvesse esta acusação, que "em torno de sua vida sempre irregular e suspeita foram levadas a efeito inúmeras investigações, tendentes a comprovar a sua atividade comunista, sem que, todavia, se chegasse a um resultado positivo nesse particular"². A polícia, certa de que Cohen servia de intermediário "em negócios de seda duvidosos e pouco claros", tratou de consultar a polícia de Buenos Aires para esclarecer seus antecedentes como proprietário

1. As conclusões fazem parte de um relatório sobre o problema judaico no Brasil feito pelo chefe de Polícia, Filinto Muller, em 5 de fevereiro de 1938, e enviado ao ministro Francisco Campos. In: Carneiro, Maria Luiza Tucci. Op. cit..

2. AHN-MJN1, caixa 525, processo 26017-38, da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo.

de um jornal e de negócios relacionados à prostituição. Nada foi provado e não haviam antecedentes desfavoráveis na Argentina. No Brasil, o israelita nem mesmo saía à noite ¹.

O alerta policial em relação aos judeus era comum e constante, tanto que a polícia se mantinha informada das atividades da colônia israelita em Buenos Aires ², onde o número de judeus era bastante grande. Em 24 de julho de 1937, a Polícia do DF recebeu do Ministério das Relações Exteriores, um ofício da Embaixada Brasileira em Buenos Aires, sobre o fechamento de escolas, "onde judeus faziam propaganda comunista" ³.

A imigração de famílias pobres do leste europeu somada à identificação que foi construída por manifestações internacionais de anti-semitismo relacionando diretamente judeus e comunismo, fazia mais fácil o trabalho de propaganda do Estado, no sentido de construir uma imagem que degradasse o

1. Idem, ibidem.

2. Em 23 de dezembro de 1931, a Polícia do DF começou a tomar medidas para por em prática o Convênio Sul-Americano de Polícia. AHN-IJ6 400.

3. AHN-MJNI, caixa 74, documento reservado.

judeu. Dava-se a impressão de que ele vivia do comércio usurpador ou de ocupações menos nobres, como a exploração da prostituição internacional¹.

Não seria por acaso que Artur Hehl Neiva, colaborador de Filinto Muller na Polícia do DF desde a primeira hora, fosse um dos principais membros do Conselho de Imigração e Colonização e importante colaborador da revista Cultura e Política do DIP, escrevendo basicamente sobre temas ligados à imigração. Ela era uma caso de polícia.

1. A figura do "judeu errante" foi sistematicamente usada nos discursos do Estado Novo, como estratégia de concretização do perigo de desnacionalização e da necessidade de uma nova construção étnica. Os judeus são apátridas e sem nenhum espírito de nacionalidade. In: Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo.

ARMANDO-SE PARA O COMBATE

Com a aproximação da IIa Guerra Mundial, os fundamentos repressivos montados pelo regime foram acrescidos de mais algumas formas de ação que justificavam o aparato policial e seus complementares. Por certo, a Polícia, alicerçada nas teorias da antropologia criminal, aprofundava, em nome da ciência, as razões pelas quais os estrangeiros representavam um sério perigo para o país.

Oscar de Godoy, um professor de Antropologia Criminal e médico-antropologista do Serviço de Identificação de São Paulo, dizia, em 1940, na aula inaugural dos cursos superiores do Instituto de Criminologia de São Paulo, que não existia país de imigração "que não procure garantir o futuro da constituição antropológica de seu povo por meio de leis reguladoras da entrada

1
de estrangeiros". A regulamentação, para o médico, garantia, da
melhor maneira possível, a formação racial, a estabilidade
política das nações e o bem estar dos indivíduos.

Haveria uma cadeia de causas que determinavam as
emigrações, como as políticas religiosas e econômicas. Havia
ainda a possibilidade de um travestimento de causas, como no
caso da emigração determinada por problemas religiosos, que
frequentemente poderiam ser "determinadas por contrastes de
natureza econômica, como o que "estava sendo visto, e, já de
longa data, o que se passa com os judeus em alguns países". As
causas biológicas, entretanto, mereceriam especial atenção
porque, "segundo alguns, são constituídas pelas relações que
ligam a emigração à fertilidade. Baseados em estudos sobre
emigração de animais", o médico da Chefia de Polícia de São Paulo
dizia que "indivíduos com atividade maior nas gônadas, e,
portanto, possivelmente mais fecundos, sofrem um maior estímulo à
emigração, e se tal fenômeno existir para o gênero humano, o que

1. A palestra foi dada em 2 de abril. Godoy, Oscar, **Imigração e Criminalidade**. Separata dos Arquivos de Polícia e Identificação. Vol II, no 2. 1940. São Paulo, Gabinete de Investigações.

se pode concluir por certos caracteres das populações emigradas em relação às naturais, as pessoas mais fecundas e por conseguinte mais inclinadas ao matrimônio seriam mais propensas à emigração.

Godoy estava preocupado em assegurar que "além da assimilação, do melting pot e da adaptação, era condição primordial de uma boa prática imigratória que os povos importados tenham qualidades físicas, étnicas e morais que nos assegurem a sua diluição na massa da população nativa". Mas havia uma série de dificuldades, uma vez que, baseado nas conclusões do primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1929, "depois de várias considerações de ordem antropológica, etnológica e genética", (...) entre as manifestações mais frequentes das taras hereditárias que incapacitam o imigrante, como elemento étnico indesejável, figuram formas de desequilíbrio mental traduzido em tendências anti-sociais, e (por isso) aconselha a exclusão inflexível de

todos os imigrantes com antecedentes criminais" .

Como os costumes dos imigrantes se diferenciavam da ótica portuguesa e católica a que estava adequado o país, e como os imigrantes se diferenciavam em sua condição social como pobres e trabalhadores, a identificação das diferenças culturais com caracteres eugênicos deve ter sido facilitada. Além disso, a Polícia registrava, desde o início do século, uma maioria de estrangeiros em suas estatísticas criminais, pelo menos no estado

2

de São Paulo .

Logo depois da decretação do Estado Novo, em dezembro de 1937, o Comando do Estado Maior do Exército entregou a Getúlio Vargas um relatório completo feito pela 5a Região Militar (Paraná e Santa Catarina) sobre a necessidade de uma campanha de nacionalização: uma espécie de guerra interna contra os

3

imigrantes e seus descendentes .

1. Godoy, Oscar de. Op. cit.

2. Fonseca, Guido. Contribuição à história do Departamento de Investigações Criminais- DEIC. p. 49.

3. Somente em março de 1938 as tropas alemãs penetraram em solo austríaco.

O relatório assinado pelo general José Meira de Vasconcelos¹ era longo e minucioso. Partia de algumas constatações básicas, entre elas a de que havia consequências "funestas de uma colonização estrangeira mal orientada, sem a necessária diretriz do governo e controle indispensável"².

O General havia constatado em seus estudos³ que nos estados de Santa Catarina e Paraná existiam milhares de brasileiros que "sofriam as consequências do abandono em que estiveram por parte do poder público, juntamente com o preconcebido isolamento de seus ancestrais, que primaram em transmitir a seus descendentes, de maneira unilateral, embora nascidos no Brasil, sua língua, costumes, crenças, mentalidade, cultura e patriotismo". Meira de Vasconcelos achava que dentre os não assimilados, os alemães e os poloneses eram os piores, sendo que os primeiros apresentavam os aspectos mais nítidos de perigo

1. Em 1934, Meira de Vasconcelos foi colaborador do semanário integralista A Ofensiva. Conf.: Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-bibliográfico. p. 3 517.

2. Estudo do Estado Maior do Exército encaminhado ao Ministro da Guerra. ABN-III 1319, em 24 de maio de 1938.

3. Relatório Sobre a Campanha de Nacionalização em Território Regional. Curitiba, dezembro de 1937. ABN-III 1319.

A estabilidade do "nosso sentimento de pátria e de nacionalidade". Havia ainda o problema dos italianos e dos japoneses, sendo que estes últimos, por suas características raciais orientais, estavam restritos à categoria dos inassimiláveis.

O perigo alemão aumentava, de acordo com o relatório do General, porque no caso de conflito, "nossos patrícios brasileiros de origem estrangeira não podem nos merecer confiança, quer na execução da mobilização, quer mesmo durante o desenrolar das operações, pela ausência de espírito de brasilidade, condição essencial aos rasgos de heroísmo e abnegação conscientes".

No documento, eram apontadas algumas causas fundamentais para a perpetuação da impossibilidade de assimilação dos alemães: o lar, o jardim da infância, a escola, a igreja e as associações (esportivas, de classe, recreativas e culturais). Desde 1932, o Partido Nazista, que mantinha uma intensa propagação, agudizava os problemas de nacionalização. Sua atuação

se estendia ainda pela Liga dos Professores Nacional-Socialistas, Liga Territorial dos Professores Teuto-brasileiros, Caixa de Pensões e Montepio, Liga Nacional para os Alemães no Exterior e a Juventude Teuto-brasileira.

O Grau de desnacionalização dos brasileiros de origem estrangeira seria tal que, dentre os de origem alemã, 60% não falaria nem entenderia o português; 30% embora o falasse e o entendesse, não se considerava brasileiro; e 10% apenas possuía espírito de brasilidade. O próprio caboclo e preto brasileiros se germanizariam em contato com os descendentes de alemães. Meira de Vasconcelos dizia que no "Vale do Itajai, há pretos que não sabem falar o nosso vernáculo".

As soluções apontadas pela 5ª Região Militar eram: considerar que o ensino de línguas estrangeiras não era compatível com os objetivos básicos e primordiais das escolas e para isto deveriam ser mantidos professores primários e intermediários brasileiros natos; ministrar todas as aulas em vernáculo, excluindo dos cursos primários e intermediários o

ensino de qualquer língua estrangeira; nos jardins da infância deveria ser permitido o uso de línguas estrangeiras, mas com professoras brasileiras que objetivassem ensinar às crianças o português. Para as associações, cujo caráter não fosse racial nem sectarista, que o português fosse a língua oficial do associado, nela se realizando todas as reuniões sociais, culturais, teatrais, corais e esportivas; que homenagens só fossem prestadas a vultos nacionais ou personalidades estrangeiras que tivessem vindo ao Brasil para "colaborar com o engrandecimento e progresso de nossa terra". Quanto às Igrejas, que não fossem realizados serviços em língua viva estrangeira; que não se ministrassem sacramentos e ofícios religiosos em língua viva que não o português; que não fosse dada assistência religiosa educacional às crianças, a não ser em língua nacional, e que não se formassem grupos raciais selecionados que pudessem inculcar em seus respectivos espíritos diversidade de origem.

Era proposto também o expurgo do território nacional do Partido Nazista do Brasil, da Liga dos Professores Nacionais Socialistas e da Liga Territorial dos Professores

TeutoBrasileiros, e a adequação dos estatutos da Caixa de Pensões e Montepio para que pudesse continuar a existir.

A Juventude Teuto-brasileira deveria ser proibida de funcionar e transformada imediatamente em Associações de escoteiros nacionais¹. O programa de escotismo fazia parte de uma estratégia do governo brasileiro de criar "um espírito patriótico na juventude do país". Em 1936, Vargas havia nomeado o general Newton Cavalcanti como chefe de um comitê com missão de organizar unidades de escoteiros em todo o Brasil. O programa de Cavalcanti incluía assistência social, educação de escoteiros e alfabetização de adultos, contando com uma soma inicial de 6\$000² dólares.

Em despacho do dia 20 de maio de 1938, Getúlio Vargas aprovou a observância integral das sugestões para o programa de

1.A 5a R.M. resolveu o problema em Curitiba e Santa Catarina, criando a Federação Brasileira dos Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, sob o comando não individual, mas funcional e privativo do Comando Militar, que assumia a Presidência da Federação. AHN-IJ1 1319.

2.National Archives, RG 165. Relatório do major William Sackville, Militar Attaché do Brasil, para o War Department. Confidential, em fevereiro de 1936.

nacionalização. É bem verdade que, em 7 de fevereiro de 1938, foram proibidas as transmissões radiofônicas e a circulação de jornais e revistas em língua estrangeira. Em 6 de abril daquele ano, um decreto nacionalizou o ensino no Rio Grande do Sul e as escolas de língua estrangeira foram interditas¹.

A Polícia Civil do Distrito Federal passou a fazer cumprir o decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, que exigia para o licenciamento das sociedades, a sua nacionalização (diretoria com dois terços de brasileiros, sendo seu presidente brasileiro) e cuja licença dependia ainda do parecer da Delegacia Especial de Segurança Política e Social sobre os antecedentes político-sociais dos componentes da Diretoria e a Delegacia de Estrangeiros, sobre a regularidade do pedido. Em 28 de janeiro de 1942, o decreto era reforçado por uma portaria da Chefia de Polícia que determinava que "nenhuma reunião de sociedades, clubes e quaisquer outros estabelecimentos para fins culturais, beneficentes ou de assistência, poderá ser realizada sem prévia

1. Trindade, Hégio. Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30. pp. 304 e 305.

autorização e a presença da autoridade encarregada da fiscalização", sendo que em 72 horas deveriam apresentar à Polícia seus estatutos, quadro social e lista da Diretoria. Nestas disposições estavam incluídas somente as sociedades de alemães, austríacos, balcanianos, belgas, chineses, dinamarqueses, espanhóis, eslovenos, estonianos, finlandeses, franceses, holandeses, húngaros, italianos, japoneses, letonianos, libaneses, lituanos, luxemburgueses, noruegueses, poloneses, russos, sírios e tchecos.

1

Os planos de nacionalização seguiam. Meira de Vasconcellos foi finalmente indicado por Getúlio como responsável pela "campanha de naturalização ostensiva, para absorver as minorias brasileiras".² Até setembro de 1939, já estava determinado que todos os serviços religiosos deveriam ser conduzidos em português, que nas escolas só se falasse o

1. AHN. Secretaria da Presidência da República, lata 527 e AHN IJ1 1374.

2. Relato do capitão Oliva Mava, chefe do bureau de investigações do General Meira de Vasconcellos, ao adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Edwin L. Sibert, informado a Washington em 12 de julho de 1941. National Archives, RG 165-3020.

português, e que nos negócios não houvesse qualquer
pronunciamento em língua estrangeira¹. Para os que soubessem
falar o idioma, o serviço militar seria de um ano. Para aqueles
que ingressassem nas fileiras do Exército e não lessem e
escrevessem português, o serviço seria de um ano e meio. Para os
que não soubessem falar fluentemente a língua, o serviço militar
seria de dois anos.

A polícia secreta passou a fazer uma forte vigilância
sobre os alemães, e várias escolas foram fechadas ou se
submeteram à naturalização. Meira de Vasconcellos trabalhava
firmente no sentido do fechamento dos colégios, principalmente os
alemães e japoneses². No Rio Grande do Sul, segundo o capitão
Maya, do gabinete de investigações, o trabalho se dava
conjuntamente com o chefe de Polícia, major PY³, e desenvolvia-se

1. National Archives, RG 165, Report 2296, from Lawrence C. Mitchell, Military Attaché in Brazil, 11 de setembro de 1939.

2. National Archives, RG 165 - 3020.

3. Aurélio da Silva Py iniciou a repressão na colônia alemã do Rio Grande do Sul sistematicamente em 1937. Em 1942, lançou o livro A 5ª coluna no Brasil, que teve enorme repercussão porque coincidiu com o desmantelamento da rede de espionagem nazista.

1
de forma sistemática. O sentimento de nacionalismo exacerbado
chegou ao extremo de, em alguns lugares, as inscrições em alemão
2
nos túmulos terem sido apagadas .

Passara a ser obrigatório o uso da Carteira Modelo 19,
um procedimento que chegou a ocasionar filas imensas no Serviço
de Registro de Estrangeiros. Filinto Muller acabou editando uma
3
portaria que proibia a existência de filas durante a madrugada,
e um Guarda foi escalado, das 24 horas às 6 da manhã, para
prevenir aglomerações dos estrangeiros pretendentes à Carteira.

Não era supostamente sem motivo. Calculava-se, em 1939,

1. "Enquanto os sentimentos nacionais tendiam antigamente a unir diversos grupos étnicos, concentrando seus pontos de vista políticos na nação como um todo, observa-se agora que um "nacionalismo" étnico começa a ameaçar os mais antigos e bem estabelecidos estados-nações". Arendt, Hannah. Crises da república. p. 154.

2. National Archives. RG 165, report 2296. Em seu comentário, Lawrence C. Mitchel observou que "poderia ser dito sem margem de erro que até recentemente o Brasil negligenciou suas minorias. Elas foram deixadas sobrevivendo da forma que melhor pudessem. Como o governo raramente providencia escolas (o analfabetismo no Brasil chega a cerca de 65%), é natural que as comunidades providenciem suas próprias escolas, com a possibilidade óbvia de que eventualmente algumas escolas nutram sentimentos anti-brasileiros. As escolas americanas estão agora atendendo à interpretação estreita da lei e suas crianças são obrigadas a apreender uma língua de valor limitado em outras partes do mundo. No Rio de Janeiro, os serviços da Igreja da União são, em português, já que a campanha para naturalização é imposta a todos".

3. Portaria 7 128, de 8 de agosto de 1941.

que de 1884 a 1933, tenham entrado 3 919 707 estrangeiros e, destes, nos últimos 55 anos, 170 645 eram alemães; 412 263 italianos; e 185 799 japoneses .¹

Depois da entrada do Brasil na Guerra com as potências do Eixo, houve ainda maiores restrições aos japoneses, italianos, alemães e seus descendentes. Aos cidadãos membros do Eixo estava proibido o ingresso no país, que só poderia acontecer com expressa autorização do Presidente, e suas atividades estavam sendo oficialmente controladas pela Delegacia de Ordem Política e Social. No intuito de reforçar a vigilância, a polícia e o regime estabeleceram que, para pessoas oriundas de países extra-continentais que quizessem ingressar no Brasil, seria exigido passaporte autenticado; certificado negativo de antecedentes penais dos últimos 5 anos, expedido por autoridade policial; certificado de não ter conduta nociva à ordem pública.

1. Dados da Direção de Imigração do Brasil, apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores em Memorandum da Comissão Consultiva de Emergência dos Governos da Reunião de Riveira, em 22 de janeiro de 1943. AHN, 26.3 // SF - 340.

à segurança nacional ou à estrutura das instituições, dado por autoridade policial ou por pessoas idôneas, a critério da autoridade consular; certificado de saúde do médico de confiança do consulado; prova de profissão lícita; licença para mulheres casadas viajarem sem maridos e menores de 18 anos sem os pais; prova de filiação, com certificado de idade .

Para paraguaios, argentinos, uruguaios, bolivianos e demais cidadãos de países americanos entrarem no Brasil, era exigida cédula de identidade ou passaporte visados pelo consulado do Brasil, sendo necessária a apresentação de atestado de boa conduta ao consulado, expedido por autoridade policial. Ficaram suspensos os vistos de saída para qualquer pessoa suspeita de atividade subversiva .

A introdução do sistema do salvo conduto que a Polícia Civil do Distrito Federal decretou em 1942 iniciava o controle de locomoção sobre toda a população através da possibilidade de

1.AHN - 26.3 // 5F - 340.

2.AHN - 26.3 // 5F - 340.

3.Portaria 7576, de 26 de janeiro e 8604, de 30 de outubro.

uma ameaça estrangeira. Para sair de uma localidade à outra, era obrigatório a estrangeiros do Eixo portar o salvo-conduto expedido pela Polícia. Aos demais, brasileiros e estrangeiros naturalizados, era "aconselhada" a retirada do documento. O passe poderia ser permanente ou temporário, sendo que os súditos do Eixo tinham acesso apenas aos documentos temporários. Este era um trabalho que vinha sendo centralizado pelos agentes policiais, na medida em que o decreto-lei 3 183, de 9 de abril de 1941, havia criado a Delegacia Especial de Estrangeiros, como bem pretendera o Congresso Policial de 1936.

Para retirar um salvo conduto era necessário ir à Polícia e preencher formulários que eram encaminhados à pesquisa. Em São Paulo, havia um "fichário geral e cópias das fichas do Serviço Secreto, de forma que, rapidamente, os funcionários, encarregados das respectivas confrontações, verificavam se o postulante estava ou não em condições de obter trânsito livre. Caso não constasse nada em contrário, a carteira, com dizeres impressos, era preenchida por outros tantos funcionários,

passando por várias mãos, até o despacho final do delegado" ¹.

Além do salvo-conduto, garantia o livre trânsito a brasileiros e residentes permanentes, a apresentação de uma prova de identidade que poderia ser dada através da Carteira de Identidade fornecida pelo Serviço de Identificação, pelo Ministério da Guerra, Marinha e Aeronáutica, pela Polícia Civil dos estados ou pela Polícia Militar; carteira profissional do Ministério do Trabalho, carteiras de ministro, juiz, promotor, médico, advogado, engenheiro, jornalista, desde que atualizadas e autenticadas; carteiras funcionais dos diversos ministérios; passaporte de brasileiro e certificado ou caderneta de reservista, com fotografia e impressão digital; cartão de isenção para salvo-conduto de nacionais e para estrangeiros não pertencentes ao Eixo. Estes estrangeiros precisavam provar sua identidade com a Carteira Modelo 19 (para aqueles entre 18 e 60 anos) ou o

1. Serviço de Salvo-Conduitos da Superintendência de Segurança Política e Social. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Vol V, 1o semestre de 1943, junho de 1943, Gabinete de Investigações, p. 44.

1
registro modelo 20 .

No Mato Grosso, respondendo exigências do Rio de Janeiro, o governo do estado comunicou que faria "discreta vigilância sobre os cidadãos suíços"² .

Psicologicamente, a população estava sendo preparada pelo regime para permanecer alerta. A vigilância era supostamente necessária, e os preparativos de combate ao inimigo estavam sendo sistematizados.

A Polícia obrigava aos locadores que exigissem a carteira Modelo 19 de todos os estrangeiros, no ato de novas locações. Caso não fosse apresentada a documentação, os proprietários eram obrigados a comunicar o fato à Delegacia Geral de Investigações e à Delegacia de Estrangeiros, sob pena de serem multados pela Delegacia de Estrangeiros, presos e responsabilizados pessoalmente por crime contra a Segurança

1. Nos meses de março a maio de 1942, o serviço de Salvo Conduto da capital de São Paulo atendeu 33 469 brasileiros e 40 329 estrangeiros. In: Serviço de Salvo Conduto da Superintendência de Segurança Política e Social. Op. cit. pp 451 e 452.

2. Conf.: AHN-IOI 1522, em 25 de fevereiro de 1943. É bom lembrar que a Suíça manteve-se neutra na IIª Guerra Mundial.

No Ministério Público havia a ordem secreta de preparar a listagem de todos os funcionários aptos para o serviço militar. Eram relações onde deveriam constar o nome do indivíduo, cargo ou serviço; classe militar; força armada a que pertenciam; categoria de reservista; arma; conhecimentos técnico especializado; e residência.

Na Polícia, tratava-se de prender os espíões do Eixo.

AS DENÚNCIAS E PERSEGUIÇÕES

Grande parte da população ter permanecido atenta e convicta da existência de inimigos significou para os serviços policiais que, mais uma vez, os objetivos repressivos estavam sendo alcançados. Sob uma estratégia de poder embasada no pressuposto de que formas discordantes de pensamento ou ação queriam dizer sentimentos anti-patrióticos e indignos, e que o

1. Portaria 8538, de 20 de outubro de 1942.

terror e o medo eram indispensáveis para manter a salvo os lares e as famílias, a população agia mais uma vez como delatora.

A campanha para a naturalização e para o desenvolvimento do espírito de brasilidade reforçava denúncias como a de Raul Paula, um morador de Joinville que telegrafou ao Presidente da República, em 1939, para dizer que o padre Kolb estava envolvido em atividades suspeitas e que, mesmo sendo alemão, "conseguiu ser nomeado inspetor de ensino secundário, prejudicando ¹ brasileiros".

As denúncias vinham de todas as partes. Se dirigiam principalmente contra japoneses, italianos, alemães e brasileiros supostamente envolvidos com agentes e simpatizantes do Eixo. Ao mesmo tempo em que a vigilância da população auxiliava o trabalho de repressão policial no nível da movimentação de Guerra e da repressão política propriamente dita, significava também um trabalho extra nas diligências.

1. AHN-MJNI, caixa 297, 18 de outubro de 1939. O Interventor de Santa Catarina foi questionado a respeito do padre. Depois de uma investigação, o alemão foi inocentado.

Em 1942, um tal J.G. Costa escreve a Vargas dizendo que, "como brasileiro, não podia deixar de levar ao conhecimento" do Presidente que "Décio Paula Machado, scroc, chantagista e Sa colonista, está no Brasil, na rua Mal. Bento Maciel, 83, conspirando contra o governo de Vossa Excelência, com elementos brasileiros e estrangeiros, exilados na Argentina e no Chile, e um dos seus principais agentes na Argentina, é o sr. Eliezer Magalhães, muito conhecido como prejudicial e nocivo ao sossego e ordem no nosso país. Décio Paula Machado, grande sonegador do fisco, imposto sobre renda, impostos de transmissões de prédios, impostos de localização de suas companhias, transações bancárias clandestinas, câmbio negro, contratos forjados provocados por falências (como aconteceu com A. Financiadora e Acervo, C. Reis & Cia Ltda, onde não só lezou viúvas, órfãos, como também, a Fazenda Pública de Minas Gerais)" .

A denúncia de J.G. Costa , "um criado e admirador" de Getúlio Vargas, contra as atividades de Décio P. Machado entrava

1.AFN. Secretaria da Presidência da República, lata 527, 9 de novembro de 1942.

em minúcias. Dizia que do City Bank, de Buenos Aires, o paulista estava remetendo grande quantidade de pesos Argentinos, comprados clandestinamente nas casas bancárias Morenó, Behar, Bordello Brenha, Martinelli e Exprinter no Rio de Janeiro e outras em São Paulo. Na Argentina e no Chile estaria uma grande rede de espionagem contra o Brasil e contra o governo Vargas, fornecendo todas as informações ao inimigo, fazendo complô contra o país e obtendo lucros fabulosos em tais negócios. Ainda, de acordo com a denúncia, Machado tinha "verdadeira ogeriza ao governo" e teria afirmado que tudo faria para o por abaixo, "embora lhe custe todos os esforços e recursos"¹.

Vargas acionou a Polícia do DF para apurar as denúncias. Logo estava pronto um dossiê completo, e reservado, do empresário. Paula Machado era um homem de 51 anos de idade, sobrinho de Lineu Paula Machado, que havia sido Superintendente da Casa Bancária Noroeste do Estado de São Paulo. Estava desquitado de Lúcia Alves de Lima, filha de Joaquim Alves Bento,

1. Idem. ibidem.

que forçara a retirada de Machado do banco e criado uma atmosfera
hostil ao empresário em São Paulo, obrigando-o a transferir-se
para o Rio de Janeiro. Paula Machado era conhecido, segundo a
Polícia, "como pessoa de iniciativa, mas sem escrúpulos", e nada
indica "sua interferência em possíveis atividades políticas,
qualquer ligação com Eliezer Magalhães ou com elementos
exilados"¹.

A institucionalização das denúncias políticas fazia
com que, mais uma vez, casos de vingança pessoal fossem
transformados em investigações para garantir a segurança
nacional. Adolf Klein, um técnico em lapidação de diamantes,
sofreu uma denúncia. A Polícia, imediatamente, desconfiou de um
tal Awer-Baldinger, dono do restaurante West Point na Avenida
Atlântica, que havia tomado emprestados 20 000\$00 de Klein e que
possivelmente queria incriminar o técnico para não pagar a
dívida².

1. Idem, ibidem. 13 de janeiro de 1943.

2. ARN-101 1382, Seção de Segurança do Ministério da Justiça, 19
de maio de 1942.

Um dos casos que mais trabalho deu aos agentes policiais foram as denúncias feitas por Luis Correia, ou Bengalinha, um conhecido escroque de Curitiba, que, usando o pseudônimo de Guaracy, enviou à Polícia do DF seis boletins diferentes contendo uma infinidade de acusações, até ser desmascarado por uma investigação da Polícia do Paraná.

"Guaracy", ex-repórter e correspondente dos jornais de Ponta Grossa Diário da Tarde e O Dia, resolveu, segundo o Delegado de Ordem Política e Social de Curitiba, Valfrido Piloto, vingá-se de seus desafetos. No primeiro boletim¹, foram incriminados o engenheiro alemão Wolff, responsável por uma mina de chumbo em Guapiara, no estado de São Paulo; Francisco Rink e Ernesto Artz, alemães ligados à minas de chumbo nas imediações de Guapiara; um japonês plantador de batatas naquelas mesmas imediações, e Hans Kleine, alemão casado com a sobrinha do interventor do Paraná e proprietário da Fazenda Vila Velha, que

1. AHN. Secretaria da Presidência da República 18.3 // 5F- 235 ,
2 de setembro de 1942.

estaria sendo beneficiado pelo governo do Paraná com a desapropriação de sua fazenda. Todos foram acusados de espionagem.

No segundo boletim, Guaracy apresentava como prova da existência de atos de espionagem no estado, o fato de que no dia da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, a polícia ter intervido contra a massa que se juntara na praça Santos Andrãde, em Curitiba, num comício a favor da entrada do Brasil na Guerra; e o fato de ter sido noticiado pela emissora de rádio de Berlim como um ato de solidariedade a Hitler e Mussolini apenas uma hora depois dos acontecimentos¹.

A terceira investida do jornalista atingiu a região litorânea do Paraná. Foram denunciados como agentes nazistas Conrado Nye, gerente de um hotel na praia de Caiobá; Germano e Devete Drueger; Ezio Zanello, Luiz Vila e Milton Camargo de Oliveira Estado; e Catarina Gaase, acobertada pelos empresários Leopoldo Roedel e Augustinho Justus, de Ponta Grossa, pelo diretor técnico da Dia Cervejaria Adriática, Alberto Thielen e

1. Dois de setembro de 1942.

1
pelo prefeito de Ponta Grossa, Albary Guimarães .

Segundo a denúncia, os espiões alemães e japoneses teriam se postado ao longo das principais estradas que ligavam Ponta Grossa ao norte e sul do Brasil e à Argentina. Em vilas e oficinas à beira da estrada estavam Germano e Devete Kruegel, o restaurante de Chubert e André Schneider e a colônia japonesa de Alvorada .

2
O último boletim de Guaracy, o de número 6, era o mais empolgado. Vinte e cinco pessoas foram denunciadas como espiãs: Kurt Obersteller, um inspetor-viajante da Casa Bayer; Alberto Thielen; Albary Guimarães; Leopoldo Roedel; Augustinho Justos; Alfredo Hoeldtcke; Adolfo Romano; Alarico Alencar e Aquiles Muggiatti, diretores da Cia Telefônica; Albino Rachendorfer, chefe de Delegacia de Estrangeiros no Paraná; José Geisler; Capitão Meister, comandante do Corpo de Bombeiros; Germano e Devete Krueger e Albary Guimarães; Abílio Holzmann e Manoel

1. Em quatro de setembro de 1942. Sobre o litoral, Richard Hermann Henning era incriminado no 5o boletim de Guaracy, escrito em 5 de setembro de 1942.

2. Cinco de setembro de 1942.

Machuca, diretores da emissora de rádio de Ponta Grossa; Ivo Leão; o tenente Paulino Martins e o sargento Regis, do 13o RI de Ponta Grossa; Eurico Maranhão, Francisco Cardoso de Menezes, Odilar de Lima Freitas, coletor federal, oficial de Justiça e funcionário do Banco do Brasil; Javert Miro; e Nivom Weigert, secretário da Prefeitura de Ponta Grossa. Guaracy também levantou suspeitas contra o núcleo nipônico de 30 000 pessoas e a existência de cédulas em Teixeira Soares, Ponta Grossa, Colonia Alvorada, Londrina, Assailândia, Bandeirantes, Rolândia e Durinhos.

Diante de tantas acusações, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná teve que prestar uma série de explicações ao Rio de Janeiro. O delegado dizia que a Polícia do estado era eficiente e, desde a madrugada de 29 de janeiro de 42, havia feito cerca de quatrocentas detenções e duas mil diligências, tendo já remetido à Polícia do DF trinta pessoas que

1

julgara perigosas . A principal defesa da Polícia paranaense frente a Polícia do DF para buscar e mostrar o absurdo das denúncias de Guaracy eram seus antecedentes: processado em julho de 1935 pela Delegacia de Polícia de Ponta Grossa por tentativa de homicídio da prostituta Isabel Alves da Silva; processado, em 1937, pelo capitão José Scheleder, Delegado Regional de Ponta Grossa, por tentativa de homicídio contra o motorista de praça Mansani Pacche; desfalque nos jornais Diário da Tarde e O Dia; pronunciado, em 1933, na Justiça Federal por crime de peculato, devido ao desfalque na Agência-Postal Telegráfica; e acusado de má fé no exercício da profissão de despachante.

A denúncia popular trazia muitas vezes à tona o grau de vigilância e de controle a que estava submetida a sociedade. Fatos que num período normal passariam como acontecimentos corriqueiros e até ridículos, tomavam proporções desmesuradas e serviam de exemplo social.

Em São Luiz do Maranhão, a dona de um cabaré, Honorina

1.AHN. Secretaria da Presidência da República, 18.3 // SF. 235, 13 de novembro de 1942.

Canavieira, resolveu fazer uma festa, no mês de janeiro de 1941, para inaugurar seu retrato. No momento da inauguração, Tácito da Silva Caldas, que era advogado e professor do Colégio do Estado do Maranhão, gritou: "Heil Hitler!". Houve uma série de protestos e o retrato acabou sendo inaugurado novamente. Depois, Silva Caldas foi denunciado à Polícia Civil, e, mesmo não tendo sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional, foi afastado do Colégio do Estado por sugestão do Gabinete do Ministro da Justiça, do Secretário Geral do Maranhão e do seu interventor ¹.

Este não fora o único professor afastado do colégio maranhense por ter sido denunciado. Cirineu Texeira também perdeu seu cargo e foi mantido sob vigilância policial depois de comentar que o livro de Aurélio Fy, Os quinta Colunas no Brasil, continha mentiras ². O fato aconteceu apenas um mês antes de ter sido instaurado um inquérito policial contra uma velha de 80 anos, acusada por ter discutido com um verdureiro e ter falado

1. AHN- IJ1 1399.

2. AHN- IJ1 1399.

mal da declaração de guerra brasileira ¹.

Gente de todos os níveis sociais participava da ofensiva de vigilância e denúncias insufladas pelo governo. J. de Oliveira Botelho era médico no Rio de Janeiro e São Paulo, com formação no Brasil e nos Estados Unidos, membro da Real Academia de Medicina de Gênova e premiado com uma medalha de ouro em Paris e Madri. Em fevereiro de 1942, recebeu um telegrama em nome de Getúlio Vargas e resolveu agradecer escrevendo, no receituário e de próprio punho, que acabara de alugar em São Paulo um apartamento, anteriormente locado a um misterioso alemão, que passava todo o seu tempo no Rio, "podendo tratar-se de um espião que esteja, no momento, tramando contra a ordem pública e de nosso patriótico governo" ².

Algumas vezes a delação trazia surpresas para a Polícia, e novos colaboradores. Batista Texeira, Delegado Especial de Segurança Política e Social, recebeu uma acusação, através do Ministério da Justiça, e fez uma busca em vários

1.AHN-IJ1 1399, agosto de 1942.

2.AHN-IJ1 1368.

apartamentos da rua Murтинho Nobre, no Rio de Janeiro. As casas de Otto Schuller, Hugo Straus, Jean Charles Henry Fischer, Frederick James Hobbs, Meritt Leon Fordaham e Henrich Niemeyer foram revistadas, mas nada foi encontrado que os incriminasse. O Delegado teve uma surpresa porque a família holandesa de Jean Charles Henry Fischer forneceu várias indicações de alemães que considerava nocivos aos interesses brasileiros, e que passaram a ser investigados .

Neste tempo, o fato de alguém ter pertencido ao partido integralista, contava como agravante no que diz respeito às suspeitas de simpatizante ou colaborador do Eixo. Assim foi no caso dos dois professores do Maranhão e de várias pessoas apontadas por Guaracy. Em 19 de outubro de 1942, o major Olinto Denys, então Delegado de Segurança Política e Social no Rio, recebeu uma acusação contra Jayme Silva Castro, por fazer comentários "desairosos" contra o Brasil. Foi consultado o Arquivo Geral da Delegacia, e Castro aparecia registrado como

1.MJN1-IJ1 1382, 29 de abril de 1942.

1

elemento integralista e ex-capitão do Exército . Num relatório de Vitória, no Espírito Santo, o Delegado de Polícia dizia que o estado e o município de Cachoeiro do Itapemirim, onde houve várias prisões, não escaparam à "regra geral". Os elementos integralistas eram ardorosos simpatizantes do Eixo e estavam sob

2

a vigilância da Polícia .

Em Assis, pequeno município de São Paulo, cuja população era formada em sua maioria por italianos, japoneses, alemães e seus descendentes, um grupo de pessoas resolveu formar o Exército Brasileiro de Assis. Sua finalidade era "única e exclusivamente desarticular a 5a Coluna; combater a vasta rede de espionagem existente em nossa terra; incentivar o espírito de brasilidade e patriotismo e fazer com que todos respeitem as leis, as autoridades constituídas e os homens de nossa pátria", e, portanto, colaborar com a Polícia no controle e repressão social. Dentre os 50 enunciados que o Exército de Assis

1.AHN. Secretaria da Presidência da República, lata 527.

2.AHN-101 1374, 24 de junho de 1942.

estabeleceu e enviou ao Presidente da República para por em
marcha "A Cadeia de Pensamento e Ação Contra a Quinta Coluna no
Brasil e as Providências Urgentes que as Circunstâncias estão
Exigindo Contra o Eixo, Seus Satélites e a Va Coluna - Símbolo da
Traição e da Vilania", estava, em primeiro lugar, a denúncia à
Polícia de qualquer atividade suspeita de estrangeiros e
1
quinta-colunistas .

FAZENDO A REPRESSÃO

O ambiente, na medida em que a Guerra se aproximava e o
Estado Novo se tornava mais estável politicamente, tendia a
tornar-se mais e mais tenso. A proibição das escolas e do
comércio exercerem suas atividades através do uso de língua
estrangeira estendia-se agora a qualquer atividade. Ninguém
deveria pronunciar-se publicamente em outra língua que não o

1.AHN-IJI 1374.

português.

Nas colônias alemãs, italianas, japonesas, etc., que haviam, por condição de seu isolamento e da falta de assistência do governo brasileiro, permanecido culturalmente à margem do restante da sociedade brasileira¹, a situação era muito difícil.

Compostas muitas vezes por descendentes de colonos que haviam chegado no Brasil entre 1826 e início dos anos de 1900, a maior parte desta população não sabia falar português. Na Colônia Alemã do Rio Grande do Sul, os serviços religiosos, médico e escolar eram patrocinados pelo governo alemão ou através das comunidades religiosas. Pelas novas normas, estas pequenas comunidades - já que sua maioria era composta de agricultores - não podiam mais se expressar publicamente. Livros e Biblias guardados nas residências necessariamente tinham que ser em português, por isso a prática dos descendentes de alemães em

1. O melhor romance à respeito do isolamento do imigrante é a trilogia inacabada de Josué Guimarães: A Ferro e Fogo. O romance Eu sou Artur Arão, de Ludovico Meneghelli também retrata o isolamento dos colonos. Em ambos os casos, as histórias se passam no Rio Grande do Sul.

enterrar toda a literatura em língua estrangeira.

No sertão paulista, os imigrantes japoneses haviam se embrenhado distante dos focos urbanos e dos núcleos de brasileiros, à procura de terra e de trabalho, mas nem por isso deixavam de ser considerados "o maior perigo no sul do país, com suas 450 000 pessoas e 8 200 homens em idade militar que clandestina e ilegalmente entraram no Brasil pela costa oeste"¹.

Os americanos da Embaixada comentavam com o coordenador de informações do FBI, coronel William J. Donovan, que logo depois do Brasil ter interrompido suas relações diplomática com o Eixo, todas as pessoas consideradas perigosas foram presas em Porto Alegre, sem direito a julgamento, sendo que quem quebrasse o decreto de proibição de falar a língua dos países do Eixo tinha o mesmo tratamento dos espões, caso de dois italianos, presos em fevereiro de 42 porque falaram sua língua

1. Estes são dados apresentados pelo capitão Eliva Maya, do gabinete de investigações da Departamento de Nacionalidades do general Meira de Vasconcellos. Os números são evidentemente exagerados, mas esclarecedores quanto a manipulação de fatos com o intuito de transformar o inimigo potencial em inimigo objetivo.

1
entre si. Um relatório do major Antônio Coelho dos Reis, chefe do Serviço Sigiloso da 5a Região Militar, afirmava que em muitas localidades de Santa Catarina as crianças frequentavam "escolas onde os professores se esforçavam para ensinar a nossa língua, mas encontravam sérias dificuldades, porque os pais as obrigavam a falar alemão em casa".²

Tamanha tensão pelo desenvolvimento de uma noção generalizada de brasilidade fazia, por exemplo, com que a Polícia Militar do Rio de Janeiro exigisse do Ministério da Justiça a repreensão do administrador do Instituto Modelo de Menores em São Paulo, porque um grupo de menores, que viera visitar a Capital da República,³ não sabia cantar nem o Hino Nacional nem o da Bandeira, e ainda havia permanecido sentado

1. National Archives, RG 226. M 1499 // 14013, roll 50.

2. AHN-IJ1 1382.

3. O passeio fazia parte do "esforço patriótico" de medidas impostas pelos decreto-lei 1 545, de 25 de agosto de 1939, que estimulavam viagens que incentivassem os sentimentos patrióticos, aliadas à ênfase à educação física como instrumento de diminuição das diversidades étnicas. Loewenstein, Karl. Brazil under Vargas. p. 192 e 193.

quando a banda da Polícia tocava .

A campanha de moralização cívica e política policial não estava para brincadeiras. Em setembro naquele mesmo ano de 1939, o diretor da United Press do Rio de Janeiro "foi preso e mantido incomunicável durante trinta e seis horas, por alegadas infrações dos regulamentos de censura. Mesmo Oswaldo Aranha, no Itamarati, não podia obter notícias através da United Press sem que a censura aprovasse primeiro o item em questão" ² .

Havia tentativas de furar este bloqueio. Em novembro de 41, um ex-policial de nome Cabral chegou a contatar a Embaixada Alemã para vender informações sobre Raul Taborda, deputado argentino e membro de uma comissão em Buenos Aires que investigava atividades nazistas e que estivera preso no Brasil em 1934. Não deu certo, porque a Polícia do DF estava prendendo agentes policiais que removiam processos de arquivos e os passavam a terceiros. Cabral desistiu do negócio ³ .

1. AHN-IJ1 1367, 29 de novembro de 1939.

2. Hilton, Stanley E. Suástica Sobre o Brasil. Op. cit. p. 190.

3. Idem, ibidem. p. 79.

Como as relações com a Alemanha ficaram tensas a partir de 1938 e como o trânsito de agentes estrangeiros era intenso, acabaram acontecendo várias detenções antes mesmo do Brasil romper relações com o Eixo. Em janeiro de 39, sete alemães foram detidos num bar em Curitiba, por terem cantado canções alemãs. Um certo senhor Piottrowski, dono do bar, teve sua casa revistada, e apreendidos um distintivo e um boné da União dos Ex-combatentes Alemães¹. A Embaixada protestava da mesma forma que o fazia sobre as críticas de dois jornais poloneses de Curitiba feitas à Alemanha, em maio de 1940, sobre a circulação no Brasil do livro espanhol anti-Hitler, de Herman Rausching, que acabou sendo proibido²; do Nazismo sem Máscaras, de J. Bauer Reis;³ e de Contra o Hitlerismo, de Symphronio de Magalhães.

Tanto a Embaixada da Alemanha como a da Itália e da Espanha, costumavam reclamar oficialmente contra comentários da

1.AHN-MJNI, caixa 537.

2.Conf. Hilton, Stanley. Op. cit. pp. 190 - 192.

3.AHN-IJ11367.

imprensa sobre seus países. Oswaldo Aranha remeteu reservadamente ao Ministério da Justiça, para que fosse encaminhado à Polícia Civil do Distrito Federal, um pedido de atenção em relação à atitude que certos jornais e revistas se dirigiam a Adolf Hitler, especialmente à revista Diretrizes e ao jornal A Pátria, onde Carlos Lacerda teria qualificado o conselheiro da Embaixada Alemã, príncipe Schaumburg-Lippe e o ministro da propaganda, Joseph Goebbels, de agentes nazistas.

O que se aprofundava não era necessariamente a vigilância sobre os estrangeiros e seus descendentes, mas o trabalho que a Polícia realizava sobre a população. O serviço de censura aos Correios que vinha sendo mantido desde os primeiros dias da Revolução de 30, era uma prova disto. No ano de 1942, às vésperas da declaração de Guerra do Brasil à Alemanha, Itália e

1.AHN-MJN1, caixa 76, 1937.

2.AHN-111 1367.

3.Segundo a lista nominal que as autoridades inglesas passaram ao Conselho Aliado de Controle da Alemanha, e este à Missão Militar Brasileira, em dezembro de 1946, o número de filiados ao partido nazista no Brasil não passavam muito além dos 3 000, sendo raríssimos os casos de descendentes filiados. AHN-111 1441.

Japão, serviços de vigilância policial continuavam a ser concentrados nos demais inimigos que o regime havia eleito.

A Polícia paulista fazia, por este motivo, relatórios sistemáticos ao Rio de Janeiro para prestar contas de suas ações. No Boletim número 5, de 18 de maio de 1942, há detalhes sobre a ação policial desenvolvida junto aos exilados brasileiros na Argentina, estudantes, comunistas, integralistas, nazistas e, principalmete, membros da colônia japonesa do interior do estado.

Os políticos de tendência liberal que continuavam morando em Buenos Aires tinham suas cartas e de seus familiares censuradas pela Polícia, copiadas ou foto copiadas de forma

1
integral . Pelos grifos e comentários feitos pela Polícia, os
assuntos que mais interessavam diziam respeito à opiniões sobre o
governo brasileiro frente à Guerra, o trânsito dos exilados e os
problemas pessoais entre os exilados .
2

A vigilância era tamanha, que a Polícia paulista confirmava: em todos os setores as observações vinham sendo feitas com a "regulariedade necessária" na capital e no interior. "Mesmo as autoridades estaduais e federais, de setor não policial, mas com atribuições de fiscalização nos diversos

1.No período do boletim, que cobria apenas os meses de março e abril, foram interceptadas as correspondências de Luiz Piza Sobrinho para Rejana Toledo Piza (Buenos Aires, 28-3-1942); de Marina Vieira de Carvalho, esposa de Júlio de Mesquita Filho, para Constança Vieira de Carvalho (Buenos Aires, 10 de abril de 42); de Marina Vieira de Carvalho para Alice Vieira de Carvalho Mesquita (de Buenos Aires, 8 de abril de 1942); de Luiz Toledo Piza para Rejana Toledo Piza (Buenos Aires, 11 de abril de 42); de Paulo Nogueira Filho para Paulo Nogueira Neto (Buenos Aires, 11 de abril de 1942); de Luiz Piza Sobrinho para Rejana de Toledo Piza (Buenos Aires, 14 de março de 42); de Marina de Vieira de Carvalho a Alice de Carvalho (Buenos Aires, 14 de março de 1942); de Marina Vieira de Carvalho a Constança Vieira de Carvalho (Buenos Aires, 16 de abril de 1942); de Júlio de Mesquita a Marina Vieira de Carvalho (Buenos Aires, 18 de abril de 42); de Luiz Piza Sobrinho a Rejana de Toledo Piza (Buenos Aires, 23 de abril de 42), de Luiz Toledo Piza para Fausto Franco (Buenos Aires, 23 de abril de 42); de Júlio de Mesquita a Marina Vieira de Carvalho (28 de abril de 42); idem (5 de março de 42); de Piza Sobrinho para Maria José de Guimarães Piza; de Piza Sobrinho para Fernando de Toledo Piza; de Alberto, para Alves Silva Gordo (9 de maio de 42). Vide cópias das cartas em anexo.

2.AHN. Seção de Segurança Nacional. 18.3 // 5c-143.

setores da administração pública, sempre assistidas por esta
superintendência, têm percorrido os núcleos nipônicos.(...)

Essas autoridades, como as nossas, têm encontrado, em toda a
parte, o mesmo ambiente de vigilância e, conseqüentemente, de
segurança¹ .

No país inteiro, cerca de 900 escolas alemãs fecharam.
Retratos de Hitler e bandeiras com a suástica do partido nazista
alemão eram confiscadas. Substituíram-se nomes alemães dados a
ruas, cidades e casas comerciais. Pastores e padres que
"abusaram"² do púlpito foram removidos . Através de caricaturas
ridicularizavam-se os descendentes de alemães.

No Rio Grande do Sul, a Polícia fazia incursões pela
colônia de imigrantes, abarrotando as cadeias municipais³ . Não
havia privacidade e a vida tornara-se difícil porque a maior
parte dos colonos nascera no Brasil, mas não sabia falar outra

1.AHN. Seção de Segurança Nacional. 18.3 // 5c -143.

2.Conf. Loewenstein, Karl. Brazil under Vargas. p. 198.

3.No município de Estrela, um colono descendente de alemães, há
muitas gerações no Brasil, Albino Kerber, foi preso acusado de
espionagem, enquanto seu filho voluntariamente combatia na Força
Expedicionária Brasileira.

língua além dos rústicos dialetos germânicos do séc. XIX, e estava agora obrigada pelas forças policiais a se expressar em português.

As autoridades municipais e dos distritos passaram a ser co-responsáveis pela vigilância destas populações e a generalização é que valia: todos eram tratados como agentes¹ da Alemanha de Hitler, até muitas provas em contrário .

Foi assim que, depois de declarada a Guerra, o sub-prefeito de um pequeno distrito do município de Estrela, no interior gaúcho, Marino Porto, acabou ameaçando de prisão Helma Becker, porque ele, da rua, no vilarejo, ouviu a mulher falando alemão com sua mãe. Helma foi chamada para apresentar-se na sede do distrito, onde estava a cadeia. Como se conheciam de algum tempo, perguntou ao sub-prefeito se deveria comunicar-se através de sinais, uma vez que sua mãe, como ele bem sabia, era brasileira, mas em português não sabia dizer muito mais do que

1. A primeira desarticulação da rede de espionagem alemã no Brasil só foi feita em princípios de 1942, quando foram presos apenas 41 pessoas, entre alemães e brasileiros. Conf. Fonseca, Guido. DOPS - um pouco de sua história. p. 65.

boa tarde, bom dia e até logo.

Segundo o boletim da Polícia paulista, autoridades e turmas de investigadores especializados que percorriam o interior, além do trabalho das delegacias regionais e do litoral, garantiam a tranquilidade política do estado de São Paulo, principalmente com a prisão de japoneses em vários núcleos estrangeiros do interior ¹.

Cerca de 154 000 japoneses estavam sob vigilância ². Em 1942, a Superintendência de Segurança Política e Social designou um capitão do Exército e um investigador para fazerem um serviço de rastreamento em Botucatu, Bauru, Duartina, Garça, Marília, Tupã, Pompéia, Bastos, Lins, Penápolis e Araçatuba.

O relatório sobre os municípios terminou respondendo àquelas determinações da Polícia do DF sobre as características de cada município brasileiro, que iam desde o histórico e as

1. Idem, ibidem.

2. Segundo Guido Fonseca, durante a Guerra apareceu a sociedade Taisei Yokusan Doshi Kai (Associação dos Corregionários da Cooperação da Grande Política), cujos integrantes pretendiam promover o retorno em massa para o Japão, inconformados com a proibição do ensino de línguas estrangeiras. Conf. Fonseca, Guido, DDFB - um pouco de sua história, p. 67.

características geográficas até as pessoas mais influentes de cada localidade e suas posses.

Mesmo antes da conclusão da viagem dos investigadores, o trabalho de repressão que as polícias de Bauru e Penápolis desenvolviam já era considerado a "vanguarda de desarticulações de elementos do Eixo, principalmente nos conglomerados nipônicos, condicionando e fiscalizando a locomoção desses elementos, identificando seus chefes e mentores, esclarecendo quaisquer atividades subversivas, apreendendo armas e munições e procedendo a buscas domiciliares sistemáticas". Nestas duas cidades, como nas demais delegacias regionais, eram confeccionados fichários para registro de todos os japoneses e de todos os nipo-¹brasilieiros. Até o rompimento diplomático do Brasil com o Japão, os clubes de judô e jiu-jitsu, as competições de Kendô, escolas de arte floral, escolas primárias ou o ensino domiciliar, associações de moços e moças, correio japonês, folhinhas

1. Em Marília, havia cerca de 10 000 japoneses registrados na Polícia, além de outros 10 000 nipo-brasilieiros. Idem, ibidem.

japonesas, festas nipônicas, tabuletas e letreiros em japonês, bem como o uso da língua nas ruas eram tolerados. Em seguida ao rompimento, todas estas manifestações culturais foram proibidas. Costumes como guardar objetos usados em rituais religiosos do budismo (budas), amuletos ou grupos plásticos como pinheiros e a tartaruga, usados nos casamentos, bibelôs japoneses, eram vistos com maus olhos pela Polícia Política ¹.

A desconfiança policial era generalizada, mas em Bastos, os dois enviados de São Paulo constataram que existia uma organização política estruturada em rígidos moldes disciplinares, muito semelhante ao Partido Comunista em "seus três elementos essenciais: organização secreta, com uma capa de inocente estrutura comercial, agrícola e industrial; organismos de direção controlando os diferentes setores de atividade; e organização de base, de molde celular" ².

A simulação era um aspecto cultural e de caráter constantemente apontado contra os japoneses, e que enriquecia a

1. Idem, ibidem.

2. Idem, ibidem.

argumentação dos Policiais para incriminar a colônia japonesa de Bastos. A cooperativa Agrícola Mista, a Cia Colonizadora do Brasil, propriedade de Pereira Barreto, e a Sociedade de Transporte de Bastos seriam os alicerces sob os quais se escondia a organização japonesa.

De uma forma geral, todo o relatório da Polícia estava baseado na pretensão de que os japoneses e seus descendentes eram indivíduos altamente suspeitos ou culpados, porque seguiam os princípios culturais do oriente. O preconceito, a ignorância e a prepotência eram outros atributos do relatório da Polícia ao tentar desvendar as atitudes e as causas da não "nacionalização" da colônia japonesa.

Assim, em suas descrições diziam que sempre houve um juiz "com poderes de julgar e decidir, e um prefeito, reunindo poderes municipais e de polícia. O fato policial e o fato judicial, até mesmo em questões criminais, sempre foi resolvido "em família", sendo raríssimo viessem as autoridades brasileiras a tomar conhecimento das ocorrências que se verificaram (...)

Toda essa organização se esforçava para conservar perfeitamente entrosado o quisto nipônico e afastar não só o japonês como o "ni-cesi" de qualquer assimilação brasileira. Além da escola clandestina, a instrução domiciliária, onde se destacava o ensino da língua, da geografia, da história e dos usos e costumes japoneses. A cultura cívica japonesa, de fundo místico, que dá a deusa Sol como origem de todas as coisas e seu filho, o imperador japonês, como seu legítimo e único representante na terra. Segundo ela, o japonês é um povo privilegiado e predestinado a dirigir o mundo, impondo-lhe a cultura e a civilização nipônica, únicas capazes de criar a felicidade e restabelecer o equilíbrio humano. Ao par disto, entre as moças, uma disfarçada educação sexual, tendendo a fazer-lhes sentir a dependência em que estão do homem nipônico, sua sagrada missão de darem japoneses ao mundo e a infelicidade dos casamentos mistos, já que brasileiros são homens de sentimentos grosseiros, incapazes das belezas da alma e da delicadez (sic) dos japoneses e possuidores de um instrumento anormal e improprio para o comércio sexual com as japonesas

(sic). Digã-se, de passagem, que o japonês é um povo de uma exaltação sexual tremenda. Têm-nos sido dado a observar, pelos quistos nipônicos, complicadíssima aparelhagem de perversão e abundância de gravuras e literatura pornográfica japonesa. (...)

Duas observações ainda ali nos foram feitas sobre o entranhado e extensivo trabalho nacionalista japonês. O adultério só não é tolerado quando praticado com o homem branco e ao se verificarem casos de rapto ou defloramento, as providências do pai se limitam a solicitar a apreensão da menor, recusando-se, em qualquer hipótese, consentir que se sanasse o mal pelo casamento, sempre que o raptor ou ofensor não fosse japonês"¹.

Na verdade, o governo brasileiro vinha se preparando para atingir os japoneses no Brasil desde, pelo menos, 1935. Em 21 de outubro daquele ano, o Departamento de Estado Norte-americano recebeu um comunicado confidencial de sua embaixada no Rio confirmando que estavam sendo feitas investigações sobre as atividades e propriedades rurais dos japoneses (vide Anexo I :

1. Idem, ibidem.

relatório sobre atividades japonesas no sul de São Paulo), para

prevenir-se de eventualidades ¹.

Além das medidas normais que eram de praxe ser tomadas a partir da suspensão das relações diplomáticas, como a incomunicabilidade das autoridades estrangeiras, várias pessoas foram postas na prisão. Japoneses, alemães e italianos ficaram proibidos de dirigir veículos auto-motores ², e a correspondência de japoneses foi suspensa.

De início, recomendou-se que fosse providenciada a remoção de todos os estrangeiros vivendo ao longo do litoral brasileiro, para serem fixados, pelo menos, a 50 quilômetros da costa. Mas houve reações, principalmente devido aos negócios desenvolvidos nos portos, e a medida acabou sendo adotada apenas

1. National Archives, 832. 00/ 36- 87. M 1472, roll 5, Report of general conditions.

2. Em um telefonema do gerente do Banco do Brasil de Marília ao gerente do mesmo Banco em Baurú, interceptado pela Polícia, era dito que seria necessário acabar com a proibição de locomoção dos súditos do Eixo. A carteira agrícola de Marília estava na iminência de grandes prejuízos porque tinha muitos contratos com italianos e japoneses. AHN - Seção de Segurança Nacional. 12.3 // 5c - 143.

em outubro de 1942, quando a Guerra foi declarada. De qualquer forma, havia uma acirrada discriminação contra os nisseis, e estudava-se a possibilidade de cancelar-lhes a cidadania.

Nas cooperativas agrícolas, a polícia tratou de colocar interventores federais. Mas com o decorrer do tempo ficou claro à Polícia que haveria uma série de dificuldades, em virtude da língua. O conhecimento exato dos "planos japoneses" era difíceis de ser obtido. Foi decidido, então, que a tática de ação seria trabalhar de uma forma tão energética que criasse todas as dificuldades possíveis para que os japoneses se movimentassem, se comunicassem, e fizessem qualquer tipo de manifestação. Em pouco tempo, com os dados todos já organizados, a Polícia Política iniciou sua campanha de terror, "E os japoneses de fato foram tratados duramente".

2

1. National Archives, RG 226, Doc 43654 e documento confidencial 24379. No Espírito Santo foram deslocados 40 alemães, 255 italianos e 5 japoneses. Juntamente com esta ordem, os estrangeiros estavam proibidos de ficar localizados a menos de 50 quilômetros na região de fronteira do Brasil. Em 42, a Procuradoria do Patrimônio providenciou mapas com a localização de estrangeiros nas terras devolutas do estado de São Paulo. ANN-III 1382.

2. National Archives, RG 226, Doc. 43654, 26 de janeiro de 1943.

O resultado tornara-se excelente, diz a comunicação do vice-consul americano em São Paulo, John Hubner II, ao relatar as medidas policiais. Os japoneses teriam acrescido seu estado de nervosismo e ficado loucos para desviar a atenção oficial sobre si. A correspondência oficial japonesa, transmitida através do Consulado Espanhol em São Paulo, era um lamento só sobre a maneira pela qual os japoneses vinham sendo tratados pela Polícia. A máquina política e econômica dos japoneses foi desmontada em apenas um ano, seus líderes deportados para o Japão ou mantidos morando na prisão da superintendência de Segurança Política e Social ¹.

O estado de pânico a que ficaram submetidos os japoneses chegou a ser interpretado nesta conjuntura como um indicio de perigo. Na conclusão do relatório policial no 5, afirmava-se "que o senso gregário desse povo, sua mentalidade de massa, sua obediência cega às ordens que venham de cima, sua espantosa passividade, sua obediente submissão às medidas de

1. Idem, ibidem. Este mesmo relatório apostava que a partir de 1943 a Polícia Política iria diminuir o ritmo de suas operações e subordiná-las aos interesses econômicos e do governo civil.

emergência que vêm sendo tomadas, a constante repetição da palavra "Paciência", como vem sendo notado em todo o material apreendido, tudo isto tem constituído elementos de preocupação. Mesmo que não se pense num movimento insurrecional (a possibilidade era tida como remota no mesmo documento), é de se admitir a prática possível da sabotagem organizada. A prevenção se impõe¹.

As imagens construídas a respeito do japonês sintetizavam-se em um parecer do ministro da Justiça, Francisco Campos, ao presidente Getúlio Vargas, sobre os inconvenientes da imigração. Campos afirmava que para ele, assim "como para a maior parte dos que têm se detido no estudo do problema da nacionalização(...), a imigração japonesa é a pior possível", porque "nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e uma religião absolutamente diversas; falam uma língua

1. AHN-Secção de Segurança Nacional, 18.3 // 5c - 143.

irredutível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização de seus intuitos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país; seu egoísmo, sua má fé, seu caráter refratário fazem dele um enorme quisto étnico, econômico e cultural (...). Ninguém logrará mudar a cor e a face do japonês, nem sua concepção de vida, nem o seu materialismo. Uma larga mestiçagem, se de um lado repugnaria ao sentimento do povo brasileiro e viria repetir o fenômeno que, com relação à raça negra, nos foi imposto pela colonização primitiva, de outra parte encontraria, entre os colonos japoneses e as autoridades japonesas a que eles obedecem, uma resistência ilimitada¹.

Na construção totalitária, era importante a generalização. Como ponto de partida, descendentes,

1. In: Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ano I, outubro de 1943, no 3.

naturalizados, visitantes, imigrantes; todos eram, sem distinção, considerados "estrangeiros". As diferenças ideológicas no que diz respeito ao apoio às potências do Eixo ou a sua firme condenação não interessavam, porque o fundamental não era qualquer postura real ideológica, mas sim o prestar-se a ser um inimigo claro e objetivo.

Esta vigilância, controle e obsessão em relação aos estrangeiros atingiu também a comunidade italiana, mas de uma forma um pouco diferenciada daquela imposta às demais nacionalidades pertencentes ao Eixo. Era importante, entretanto, que todas as nacionalidades e seus descendentes fossem considerados inimigos objetivos depois do governo ter decretado a Alemanha, a Itália e o Japão como estados em guerra. Devia-se desconsiderar as diferenças ideológicas no interior das comunidades de imigrantes, a fim de que os objetivos policiais pudessem ser atingidos.

A diferenciação relativa aos italianos deu-se em primeiro lugar porque o isolacionismo dos italianos, pelo menos no Rio de Janeiro e São Paulo, era visivelmente diferenciado e

menor do que entre os alemães e japoneses. As razões apresentavam-se como sendo muito mais históricas do que intrínsecas a características culturais.

Tanto alemães como japoneses haviam se aglutinado mais em colônias rurais do que a massa dos imigrantes italianos, que à excessão dos assentamentos no sul do país e no Espírito Santo, não haviam permanecidos isolados. Desta forma, eram facilmente identificados como uma comunidade à parte, pertencentes a uma realidade diferente dos estrangeiros que se misturavam às massas nas grandes cidades industriais.

O agrupamento em colônias, aliado à completa negligência das autoridades brasileiras em relação a qualquer tipo de assistência aos imigrantes, fez igualmente com que o "isolacionismo cultural se mantivesse em parte por iniciativa da própria colônia"¹, como um tipo de resistência às investidas do regime. A torcida dos alemães ao acompanharem pelo rádio as

1. Magalhães, Marionilde Dias Breppohl de. Velhos e Novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. p. 8. O texto refere-se à comunidade alemã, e levanta sua identidade com a ideologia nazista.

transmissões de Berlim durante a Guerra, o sonho dos descendentes em conhecer a pátria de seus pais, avós ou trisavós, o fanatismo aliado à saudade quase insuportável que os japoneses sentiam de seus pais, entre outras tantas manifestações de apego a valores culturais profundamente enraizados, somados ainda à rede de

espionagem que os governos alemão e japonês tentavam montar no Brasil, facilitavam o trabalho da Polícia em objetivar estes inimigos.

Quanto aos italianos, as investidas embora mais brandas, refletiam igualmente preocupações e preconceitos em relação aos estrangeiros, que vinham de longa data. Durante a

1. Era comum no interior do Rio Grande do Sul, ainda num período anterior à entrada do Brasil na Guerra, que grupos de descendentes de alemães se reunissem para acompanhar as notícias sobre a corrida germânica de conquista. Para cada navio ou avião abatido, a rádio costumava dar um sinal, cuja soma era alegremente contada em voz alta por estes grupos de ouvintes atentos.

2. Com o final da IIa Guerra Mundial, formou-se uma agremiação clandestina que se negava a aceitar a derrota do Japão para os Aliados. A Shindô Renzei (Liga do Caminho dos Súditos) chegou a cometer uma série crimes em São Paulo, vitimando membros da comunidade japonesa que não acreditavam na vitória japonesa. Conf.: Handa, Tomoo. O imigrante japonês. Segundo a Polícia de São Paulo, houve 32 atentados efetivados pelos Tokko-Tay (Grupo de Jovens Suicidas) da Shindô Renzei, resultando na morte de 13 pessoas. Conf.: Fonseca, Guido. O DOPS - um pouco de sua história. p. 67.

Guerra, os descendentes de imigrantes italianos no Sul do país, em idade militar, foram automaticamente dispensados. Além das medidas comuns a todos os demais cidadãos do Eixo¹, a comunidade italiana se viu às voltas com um dos mais ridículos incidentes deste período. Como a legislação estava atacando as associações, o clube de futebol Palestra Itália foi obrigado a "nacionalizar-se", transformando-se, definitivamente, no Palmeiras.

Antes disto, em 1933, o governo do Estado de São Paulo havia outorgado uma lei que suprimia o ensino da língua estrangeira para crianças com menos de dez anos e analfabetas em português. Devido ao grande número de escolas na cidade de São Paulo que ensinavam o italiano, a lei pretendia atingi-las de cheio, mas a sua aplicação permanecera letra morta², e os jornais faziam constantes investidas alertando contra o perigo de

1. Em 1942, o decreto-lei 3 911, de 9 de dezembro de 1941, dá início ao confisco de bens de alemães, italianos e japoneses. Este decreto foi seguido ainda do 4 166, de 11 de março de 1942. Houve, inclusive, bloqueio de contas bancárias.

2. Trento, Angelo. Do outro lado do Atlântico. p. 295. A referência de Trento a este respeito é incorreta, pois ele atribui a lei à década de 20.

"desnacionalização" dos ¹menores. O advento da Guerra transformara-se, em verdade, numa bela oportunidade para implementar de maneira definitiva a padronização cultural e social do país, mesmo que para isto houvesse necessidade de se recorrer a "questões de segurança nacional", porque, desta maneira, obtinha-se ao mesmo tempo o fortalecimento do Estado e de sua mitica de violência.

Na véspera de romper as relações diplomáticas com as três potências do Eixo (dia 27 de janeiro de 1942), Getúlio Vargas tratou de passar telegrama em seu nome pessoal para cada

um dos interventores de estado. ²O despacho era secreto e pedia

a vigilância de todos os estrangeiros, ³além do total cumprimento das medidas que iriam ser anunciadas. A solidariedade foi

imediate e todos os interventores prontificaram-se a cumprir as ⁴ordens. Complementando o pedido da Presidência da República, um

1. Idem, ibidem.

2. O documento ficou sendo conhecido como a 65 - 148.

3. AHN-Secretaria da Presidência da República, 18. 3 // 5f 235.

4. As respostas do telegrama do Presidente encontram-se arquivadas na documentação da Secretaria da Presidência. Conf. Idem, ibidem.

novo levantamento municipal passou a ser feito através das autoridades policiais de cada localidade. Setenta e nove itens deveriam ser respondidos em três vias: uma para a seção de Segurança, outra para o interventor e a última para a ¹ Polícia (Vide Anexo III).

ANEXO I.

F.no 1988 - Niponismo em Cananéa, Registro e Iguape ²

Registro - Distrito do município de Iguape - 10 000 habitantes - 70% de japoneses - a sede do distrito tem 1 600 almas com 70% de japoneses.

O pequeno elemento brasileiro trabalha quase como

1. AHN-IJ1 1346. Janeiro de 1943.

2. Relatório da Seção de Segurança do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, manuscrito feito aparentemente por seu diretor, Augusto Cesar Lobo. AHN-SPE, 18.3, 55.235. Em 17 de março de 1942.

escravo nipônico.

A Casa Bancária Imigratória - dependência financeira de "Kaigai Kojo Kabushiki Kaishai (KKKK) com sede a rua Silvania Martins, 72, em São Paulo. Tendo como diretor Ikuro Yamichi Eguchi e como presidente Ikuso Atisumi, estando à testa da gerência em Registro o Sr. Noda, custeia a indústria e comércio de Registro, enquanto a "Casa Tosan" e a "Casa Bancária Tosan", cujo chefe geral é Yamamoto, financiam a colônia de pescadores.

A "Sociedade Cooperativa de Registro" não tem um único sócio brasileiro e exerce influência sobre a população e as autoridades.

A "Sociedade Nipo-Brasileira e a "Escola Toisho Bandeirante", tendo como diretor Sabro Habre, oficial reformado do exército japonês, ambas sediadas na rua São Joaquim 381, em São Paulo, exerce grande atividade pedagógica no litoral sul de São Paulo, ensinando que a criança pertence a "papai e mamãe" e que o Brasil é dono de ninguém, pois o brasileiro é "gagin Ketôu", isto é, "estrangeiro desprezível".

A força elétrica está em mãos dos japoneses que não têm

nenhuma concessão ou licença municipal, estadual ou federal. Está sendo ampliada a usina também sem licença e sem que as autoridades tomem quaisquer providências.

A igreja local tem três padres, dos quais o padre Guilherme é encarregado da catequese dos japoneses, tendo-se demonstrado um elemento (ilegível), além de exibir filmes da guerra sino-japonesa e, antes da exibição, exaltar a bravura japonesa. Na estação de Cedro reside um japonês chamado Furuya, diplomata de carreira. Ex-embaixador ou 1o secretário da Embaixada Japonesa na Argentina. Na vila de Sete Barras - município de Xiririca, chegaram pelo correio, vindo da Argentina ou do Peru, 3 exemplares de um jornal com o título em espanhol e escrito em japonês, sem selos e carimbos endereçados a J. Sacamioto, no Arido, Karin do Ki, em Sete Barras e Y. Namio, em Murucarra; em lugar do carimbo do correio havia as inscrições: K:12, K:13. K:14.

São muito comentadas as relações do prefeito de Iguape e de seus irmãos Aurelio Fortes e Manoel Honório Fortes com os

japoneses.

Em Santos há 3 indivíduos suspeitos: Moryama e Tomita, membros da Marinha Japonesa, e Hans Scadil, ex-comandante de uma frotilha submarina na guerra de 1914-18 - que está em ligação com os marinheiros alemães.

Em Sete Barras há uma rede telegráfica em mãos de japoneses.

A entrada de Juquiá a Piedade, 99 quilômetros, sem policiamento, é marginada por japoneses que exploram a indústria do carvão.

A 3 quilômetros de Canéa, à margem do rio Cubatão, há 2 toneladas de cobre-(ilegível) que se destinam ao serviço de água da cidade.

Nos postes do Vale da Ribeira - (Cananéia, Iguape- Ilha do Cardoso, Ilha Comprida, Ilha do Bom Abrigo [farol]) tem 1485 embarcações das quais mais de 600 são de filhos de japoneses, dessas muitas têm 9, 10 e 12 metros de comprimento por 5, 6 e 7 de largura, deslocando a mais variada tonelagem e prestando-se,

portanto, para transportes de homens e abastecimento de toda a espécie. Os morros da Ilha do Cardoso servem não só para pontos de observação, como para pontos de defesa ativa.

Apresentou-se certa vez ao prefeito de Cananéa o alemão Herman Kruse, devidamente credenciado pela 6a Região do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, encarregado de fotografar edifícios antigos, casas residenciais e antigos fortes, fato ratificado pelo Ministério da Educação e Saúde; diz-se no local que tal alemão pertencia à 5a Coluna.

Cananéa não está sofrendo influência estrangeira, estando, entretanto, em ótimo ponto estratégico.

ANEXO II

Carta de Luiz Carlos Fiza Sobrinho a Rejana de Toledo Fiza

Buenos Aires, 28 de março de 1942

No Brasil, com as obras que estão fazendo no Norte, onde não há nada, e a grande aglomeração de operários e técnicos, tudo aí tem de ir do Sul. Um outro fator é capaz de desorganizar o abastecimento regular de São Paulo e Rio: a cultura de hortaliças, batatas, tomates, etc., é feita, quase que toda, pelos japoneses que, além disso, fazem também espionagem e conspiram contra o país. Assim sendo, a natural prisão de muitos desses elementos, é capaz de perturbar a cultura dessas coisas. Li nos jornais que a Polícia daí está, só agora, descobrindo a rede de espionagem dos alemães. De há muito que essa gente da 5ª coluna trabalhava com todo o desembaraço, comunicando-se com a Alemanha por meio de transmissores da Embaixada e particulares. E ainda o fazem. O governo sabia de tudo por inúmeras denúncias,

mas parece que os auxiliava até, ou pelo menos tolerava gostosamente. Não partia um vapor de nossos portos, sem que Berlim não soubesse imediatamente. Era assim que defendíamos a nossa "neutralidade"...Vi num telegrama do Rio que a policia, ao denunciar a descoberta de vasta rede "de espionagem alemã", disse que há dois anos já conhecia a existência do fato, mas não agia para melhor apanhar todos!!!! Preciosa confissão, mas santa ingenuidade!!!! E que os tempos mudaram... todo o mundo sabe. Custou que o Governo se convencesse de que devia tomar a atitude acertada que, afinal, tomou. Assinado, Lulú

Carta de D. Marina, esposa de Júlio de Mesquita, para Constança Vieira de Carvalho.

Buenos Aires, 1 de abril de 1942

Mamãe. Aqui, todos os exilados cansaram de escrever para o Armando, sem ter resposta. Estão todos muitissimo aborrecidos com o Conde, e com muita razão. O silêncio dele para com os amigos e companheiros de sofrimento é positivamente inexplicável. Estamos bastante apreensivos com tudo isso... Eu

só quero ver japonês e boche, apanhando de verdade mesmo. Os americanos estão enérgicos é nas medidas económicas. Aqui em Buenos Aires, eles começaram uma limpeza em regra em todas as companhias onde trabalham boches.

Carta de D. Marina, para Alice Vieira de Carvalho.

Buenos Aires, 8 de abril de 1942

Vocês já devem ter voltado de Louveira e começado vida nova. Entrem todos com o pé direito na dita. Só peço a Deus que vocês três fiquem na nova residência bem pouco tempo. Saíam dela, para se instalarem de uma vez conosco. Ando farta desta vida, separada de vocês e bem contrariada com a falta de cartas de todos os nossos daí. Quero a todo transe atribuir a escassez de notícias daí à irregularidade dos serviços aéreos. Tenho tido tanta saudade, que às vezes, tenho vontade de ir embora antes de julho. A partida de Anita tem me abafado muito. Cada vez fico mais só e sem ter o que fazer. Anita, marido e filha, vieram

almoçar conosco para as despedidas. O vapor em que eles vão, leva mais de 200 boches, diplomatas. Isso é suficiente para estragar completamente a viagem. Junto uns artigos impressos que seu pai manda para vocês. Ontem à tarde fui com o Julinho até ao Gay. Lá estava o Paulinho (Paulo Nogueira Filho), gordíssimo e tomando chá com massas. Tinha recebido carta do Paulo Duarte. Sempre amargo e se queixando de tudo e de todos. Quem tem culpa dele ser maluco? Depois do que ouço dele, é dos exilados o que está em situação verdadeiramente privilegiada. Manda cem dólares mensais à mãe. Que mais ele quer? Com relação às toalhas, se for uma diferença muito grande, eu compro, se não vale a pena pela dificuldade do portador. Com esta história de viajar de avião, não se tem mais com quem mandar coisas pesadas. Se você tiver que comprar aí e não tiver "piata", mande dizer quanto precisa que Julinho providencia. Compre tudo sem escrúpulo, porque quando nós voltarmos para São Paulo, não podemos montar casa sem isso.

Assinado, Marina.

Carta de Luiz Toledo Piza para Rejana, sua esposa.

Buenos Aires, 11 de abril de 1942

Pela sua carta, vi que resolveu vir via Porto Epitácio.

A solução foi felicíssima, pois a viagem é linda. Você sai sexta-feira de São Paulo e chegará em 11 dias de viagem, numa terça-feira aqui, passando por Guaira, Foz do Iguaçu, Posadas e Buenos Aires. Preço 1:800\$000, tudo incluído até aqui. Se eu tivesse meios, era capaz de ir ao seu encontro em Foz do Iguaçu. Mas não tenho nem para a passagem, pois o tratamento do dente, radiografias, etc., me liquidaram e irei com dificuldades até o fim do mês. Assinado, Lulú.

Carta de Paulo Nogueira Filho a Paulo Nogueira Neto.

Buenos Aires, 11 de abril de 1942

Ai vai para você, com a minha procuração emancipada, o meu presente de aniversário e os votos que faço, do fundo do meu

coração pela sua saúde, felicidade e êxito na vida. Há tempos escrevi ao papai pedindo que vocês viessem até aqui numa viagem rápida, a fim de conversarmos sobre um mundo de coisas. Infelizmente isso não consegui. Isso, aliás, não tem importância e eu aguardarei com tranquilidade e paciência a hora de regressar ao Brasil. Estou aqui realizando um verdadeiro trabalho de Hércules que me toma um tempo enorme. Tão cedo os seus resultados não serão sensíveis, mas é certo que um dia eles aparecerão. Era um dos motivos porque eu desejava que vocês viessem. Teriam ocasião de ver uma obra em seu nacedouro. Vejo com satisfação que você está seguindo o meu método: o de (se) apegar tenazmente a uma obra e não largá-la enquanto não concluída, sejam quais forem as suas perspectivas de publicação. Você ou publica a sua tese, revistas ou provas, ou aguarda as minhas observações. Você escolheu, na realidade, um assunto dos mais difíceis, dos mais controvertidos. Ao abordá-lo na "Escalada", nos termos genéricos em que fiz, fui bastante ousado e, agora, vejo-me obrigado a reconsiderar muitos conceitos emitidos. Mas isso não importa para

o fim que você visa: o de transmitir o seu pensamento a um grupo de amigos e companheiros de estudo. Abraços do velho pai.

Carta de Luiz Piza Sobrinho, a sua esposa, Rejana.

Chegou o Chiquinho (irmão de Júlio de Mesquita).

Conversamos muito com ele, pois, de há muito não tínhamos um companheiro da qualidade dele para nos informar sobre a vida no Brasil com o seu conhecimento de causa. Por coincidência ele esteve no Rio justamente nos dias dos últimos sucessos ocasionados pelo afundamento dos nossos 4 navios mercantes. Achei acertadas as medidas do governo, confiscando os cobres dos súditos do "Eixo", para futura indenização dos barcos e das vidas das vítimas da selvageria alemã. Sincera, ou insincera, a atitude do nosso governo totalitário, foi acertada e justa. Queria ver a cara de certos filhos de italianos aí em São Paulo, que renegaram o seu nascimento no Brasil por causa dos títulos de nobreza comprados a peso de ouro. Lembro do italianismo e do fascismo do Raul Crespi, que se proclamava italiano e ostentava o distintivo "Fascio Italiano" e que, segundo me disse o Chiquinho, já se

apresentou às nossas autoridades, na qualidade de aviador civil, para servir ao nosso exército... Segundo o decreto do governo, os depósitos bancários de D. Marina Crespi, não escapam ao confisco. Desejaria ver a cara da própria Renata que se mostrava, também, inteiramente italiana, a ponto do bobo do Fábio ter tendências rascistas! Um jornal daqui, num telegrama sobre os últimos acontecimentos do Rio, diz que a fúria da multidão era somente contra os alemães e japoneses e que, contra os italianos, ninguém ligava. Está certo: os italianos são dignos de lástima. São uns pobres diabos, covardes e que estão escravizados e ocupados como os demais povos europeus. Assinado, Lulu.

De Piza Sobrinho a sua mãe, Maria José de Guimarães Piza.

Buenos Aires, 6 de maio de 1942

Acompanho com natural interesse os acontecimentos no Brasil, com esperanças sempre que se resolva a situação anormal que aí impera, de modo a gente poder viver na nossa terra. O

tempo, porém, corre... e nada! No exílio, já veio a família aumentada de dois netos que não conheço. E o maior castigo que me foi imposto. Mas Deus saberá oportunamente fazer conhecer aos que hoje gozam despreocupados, o poder USURPADOR, os momentos que injustamente passamos e, talvez piores, pois, fortalece-nos, a nós, a consciência tranquila de bem haver cumprido os nossos deveres. O café, que está por excelente preço, TEORICAMENTE, está dando déficit para o fazendeiro. E a ladroeira do pessoal do governo federal, sem crítica e sem controle. Enfim, esperemos o final da guerra para ver o que vão fazer de nós. No dia 19 de abril, lembrei-se muito do nosso saudoso Moacyr, que fazia anos no mesmo dia do aniversário do Getúlio!! Que ironia da sorte.

Assinado, Lulu.

De Marina a sua mãe, Alice de Carvalho.

Buenos aires, 14 de março de 1942

A "Colônia" está animadíssima com a chegada do Capitão (Chiquinho). - A última moda são os vestidos , etc,etc.-...essa

moça que veste à inglesa é muito inteligente, veio certa da nossa vitória, ela é ultra-inglesa. Diz ela que não há força que consiga esmagar o poderio do armamento americano. Aqui já nos tinha chegado a notícia, via Rio, do desânimo do Armando e do Mangabeira. Quem anda espalhando isso na Capital, fazendo muito mal aos dois exilados, é o filho do Pedro Ernesto, recém chegado dos EE.UU. Assinado, Marina.

De Marina V. de Carvalho, à sua mãe.

Buenos Aires, 16 de abril de 1942.

Cá estamos os dois ligeiramente gripados; Buenos Aires em peso está assim. O tempo aqui é completamente louco. Passa-se de um extremo a outro do termômetro, duas a três vezes por dia. Este ano, por aqui, parece que teremos sérios aborrecimentos. A economia do combustível aqui, é um fato. a cidade está escuríssima e as vitrines todas apagadas desde às nove horas. Eu, pensando na minha longínqua viagem, vou marcá-la conforme as férias dos filhos. Ou irei em junho ou julho. Como disse, todo o

mundo resfriado. Para mim, o caso não tem importância. Vou tomando umas aspirinas e não entrego os pontos. Com o Julinho, o caso é outro. Considera-se logo doente na batata e não há remédio e injeção que ele não tome. Cada um com o seu feitio. Confesso que, nesse ramo, o meu é muito melhor. Vejo que vocês estão bem satisfeitos com a nova residência.. Bem bom. Fico radiante e louca de vontade de ir conhecer o novo chateau. Abraços, etc. Assinado, Marina.

De Júlio de Mesquita Filho a sua esposa.

Buenos Aires, 18 de abril de 1942

Marina. Meu coração pôs-se aos pulos, ontem, quando às 11 horas da noite, da Western, me avisaram da chegada de seu telegrama. Felizmente, você me comunicava as melhoras do Raul e o otimismo em que está o médico. Interpretei tudo isso com um excelente augúrio e com um sinal de que não só o quadro geral das coisas aí não será o que você esperava, como ainda de que sua

próxima carta acentuará a boa impressão que me causou seu telegrama. Deus há de permitir que se confirme a hipótese aventada pelo Elieser de se tratar de um simples espasmo arterial e não um verdadeiro derrame. Seria tão bom! Afinal de contas é moço e sempre teve uma vida morigerada. Temos, pois, sólidos motivos para supor que, com ele, se repita o que sucedeu ao Livramento Barreto e à velha Paulo Nogueira. - D. Constância e Didinha, bem o mereciam! Coitados! Calculo o estado de ambas na hora em que se verificou o acidente. Mas, calculo também a imensa esperança com que hão de ter recebido as rápidas melhoras do Raul e os prognósticos animadores dos médicos. Tanto a "colônia" como nossos amigos argentinos, não cessaram o dia todo de ontem em me pedir notícias e hoje, desde cedo, recomeçaram as telefonadas. Não é preciso dizer que o seu telegrama encheu a todos de grande alegria. Afinal de contas, Deus nos foi propício, pois a sua viagem que se iniciou numa atmosfera tão triste, parece decorrer sob bons auspícios. Raul melhorou, eu praticamente bom da minha gripe e, coincidindo com isso, os jornais pela manhã nos anunciam severa incursão de esquadrilhas americanas, de bombardeios, sobre

idades japonesas. E a primeira a denunciar-nos, com certeza, outras. Tenhamos coragem, pois, e confiança. Por hoje, fico por aqui. Na próxima, com mais calma e sob o efeito de melhores notícias que, espero, você me mandará, escreverei mais longamente. Com um milhão, etc.. Assinado, Julinho.

De Luiz Piza Sobrinho a sua esposa, Rejana.

Buenos Aires, 23 de abril de 1942

Minha querida Rejana. Confirmando minha carta de que foi portadora Marina. Soube pelo Julinho que o Raul já está melhor e que os médicos têm esperanças de salvá-lo. Deus queira que isso aconteça, pois o pobre é tão moço e está tão bem encarreirado na sua profissão. Imagine você que de São Paulo quiseram falar pelo telefone com Marina sobre a moléstia do Raul e a policia não consentiu por causa da situação internacional!!!- Disseram que só do Rio podiam fazer ligações internacionais!! Nem num caso especial e conhecidissimo como este foi possível vencer a

resistência dessa gente. No entanto, os quintacolonistas, pelo que diz a própria polícia nos seus comunicados, até há pouco, possuíam numerosas estações de rádio-transmissoras, à vista de todos, algumas delas, e transmitiam notícias da entrada e saída dos vapores dos nossos portos. - Quando você vier, peço trazer-me alguns pacotinhos de lâminas "Gen" para barba, alguns cigarros e água de colônia de Santa Cecília. Traga-me também a minha aliança de 32 que mandarei alargar aqui mesmo. Se você puder compre-me aí, numa livraria qualquer, um livro que acaba de sair sobre Rui Barbosa, da autoria de Luiz Viãna Filho. O Elieser, que estava forte e bem disposto, agora anda caceteado com uma sinusite, mas não é nada grave. Assinado, Lulu.

De Luiz Piza para Fausto Franco.

Buenos Aires, 23 de abril de 1942

Meu caro Fausto. Tive notícias das fazendas. Conta-me você que iniciou as colheitas de algodão. Perdendo, como perdemos, o mercado japonês, o principal do nosso algodão, e

restringida a exportação para a Inglaterra, por motivo de guerra, esta cultura se tornou pouco lucrativa para o Brasil. Os EE.UU. produzem em excesso essa fibra e a Argentina, onde a indústria de tecidos é ainda incipiente, produz cerca de 80 milhões de quilos que dá para as suas necessidades e sobra para a exportação. A Espanha está importando as sobras da Argentina, de acordo com um recente convênio comercial entre os dois países. Fez, portanto, você muito bem, em ir plantando capim nas terras deixadas pelos japoneses, pois a engorda do gado é a solução mais remuneradora na substituição da cultura do algodão até que termine a guerra. Foi também acertada a venda do nosso estoque de algodão. Não sei se os preços se manterão de ora avante. Quanto ao café, parece-me que os preços não poderão baixar. O consumo nos EE.UU., ao invés de baixar, tende a aumentar pela mobilização do exército. Espero, como você que, com a safra, que promete ser boa, no corrente ano, e os preços compensadores, possamos cobrir os déficits dos anos anteriores. Senão, vamos para o buraco de novo. Ciente do desenvolvimento das plantações de eucaliptos. Devemos todos os

anos, vir aproveitando as terras baixas e as piores, para
plantações de eucaliptos. A distância que estamos da Estrada de
Ferro, o reflorestamento é uma renda segura para o futura.
Aguardo as fotografias que você me prometeu. Rejana deve embarcar
no dia 10 de maio, com destino a B. Aires. Ela pretende ficar
aqui entre 1 e 2 meses. Tenho lido nos jornais o barulho com os
japoneses aí na zona. Só agora é que o governo viu o perigo da 5a
coluna. De há muito que os alemães, principalmente, aí estão
conspirando. E que o próprio governo era inteiramente partidário
da Alemanha. Assinado, Lulú.

Carta de Júlio de Mesquita Filho a sua esposa, Marina V. de
Carvalho.

Buenos Aires, 28 de abril de 1942

Marina,

Hoje, às onze e meia, cheguei a sua carta. Confesso

que não foi sem receio que a li. Mas, logo às primeiras linhas recobrei ânimo. Venceram, finalmente, os otimistas. Ainda bem! Esperemos agora que a convalescência do Raul seja rápida e, sobretudo, que ele saiba tirar partida de tão tremendo aviso. Temo, entretanto, que, uma vez bom, ele volte ao desleixo antigo. Os médicos todos são assim. É uma singulariedade difícil de explicar-se, mas, a não ser o dr. Portugal que procurava cuidar da própria saúde, os demais que conheci sempre fugiram dos colegas como o diabo da cruz. Eles lá têm as suas razões para descreverem da ciência que professam. Mas, se há um terreno em que eles possam pisar com firmeza, é justamente o que trata do caso do Raul. Bem cuidado, não oferece o menor perigo, a não ser em casos excepcionalíssimos. Por isso mesmo, é compreensível que ele tenha deixado que as coisas chegassem onde chegaram. Quanto ao mais, sua carta é de um pessimismo atroz. Que queria você encontrar senão isso? Com o Getúlio no poder, o Oswaldo, o Costa e o Alexandre nos ministérios, e, nas interventorias e secretarias dos estados, gente da laia do Fernando Costa e do

Abelardinho, é um verdadeiro milagre que o Brasil ainda exista. Aliás, eu vejo as coisas por um prisma diferente, pois, quanto pior melhor. Quanto maiores forem os desmandos dessa cafila, mais próxima estará a nossa redenção. A história do Brasil aí está para provar-nos que não tardará a hora em que a ditadura será chamada às contas. O nosso povo sempre soube reagir. Reagiu contra Pedro I, reagiu em 1842, reagiu ainda em 93. Na República levantou-se contra Rodrigues Alves. Em 1922 soube contestar contra a politicagem que lhe queria impor o Bernardes. Levantou-se em 1923. Em 1924 tivemos a revolução de Isidoro. Em 1926, 27 e 28 assistimos à saída de Prestes. Em 30 - suprema calamidade! - escamoteada, vergonhosamente, pelo que o perrepismo tinha de mais baixo, a revolução termina nas mãos de Getúlio. Mas, houve, logo a seguir, o nosso gloriosíssimo 1932. E não terminou aí a reação, pois em 1935 explodia o 3o regimento e em 1937 dava-se o levante chefiado por Fournier. Não se pode, portanto falar em passividade da nossa gente e se uma veegonheira igual a que impera aí neste momento conseguiu perdurar até agora, isso se deve exclusivamente à queda da França e às catástrofes

que a ela se seguiram. Mas, tudo isso acabou. Haja visto o discurso de Hitler. Se até na Alemanha a ditadura cambaleia e para manter-se recorre a medidas absolutamente inéditas na história, que será desse mal cheiroso regime, onde são figuras de primeira grandeza os Chateaubriands e os Lorivaes Fontes! Quanto pior melhor, você verá! - Não perca o ânimo. Releia com atenção as palavras de Hitler. Nunca um ditador deu mostras mais evidentes de franqueza. Tudo nele denota desorientação, perda de controle de si mesmo e dos acontecimentos e, acima de tudo, desespero. E veja, pelo recorte que aqui vai, a trágica situação em que se debate a Itália. Junte a tudo isso os tremendos golpes que dia a dia a RAF vai assestando nos centros nervosos da organização bélica alemã e diga depois se é o momento de desesperar-nos. Nunca! Nunca! Nunca! A justiça vencerá, a justiça está prestes a vencer, tanto no Brasil como no mundo! Fiquei profundamente penalizado com o que você me conta dos Barrêtos. E não é para menos. Imagino o vácuo terrível que se fez naquela casa! O coitadinho do Alberto era tudo para eles. Pelo

que sinto quando penso nele, avalio o que aqueles nossos infelizes amigos estarão passando! - E o Roberto Moreira? Que acabado sem vergonha! Aliás, não admirá. Há muitos, muitos anos que o considero um perfeito deslavado. E a Malacha? Como recebeu essa coitada a pulhice do pai? Por aqui nada de novo. D. Nenê esteve bastante doente, com uma forte sinusite. Já está boa. Os demais estão bem. Hoje, vou jantar com o Paulito. Por falar nisso, quase não tenho saído à noite. Desde que você se foi, apenas uma vez jantei na cidade. Tenho preferido tomar chá com sanduiches, às 9 ou 9 e meia e, depois, deito-me. Nesta terra, ainda é o melhor que se há de fazer.

Diz ao tio Rogers e à Marcilha que não me deixem sem notícias. E o João, por que não me escreveu esta semana? Vivi cheio de esperanças estes dias todos, devido à última carta dele. É a viagem do tio Rodgers, que o João havia me anunciado, em que ficou?

Não deixa de me mandar alguma coisa pela Rejana. Para isso converse com o Zarico. Pergunte-lhe e mande-me dizer em que

pé está o meu negócio. Tenho horror à idéia de ficar aqui sem o suficiente para uma eventualidade qualquer. Restavam-me algumas reservazinhas, que dentre em pouco terão desaparecido.

Junto vai o resultado de um exame do terra fuller. Por ele o Chiquinho verá que ainda desta vez não fomos felizes. Ele que me responda pelo próximo correio, explicando o que há e dizendo-nos o que pensa a respeito. Seria bom que ele nos devolvesse o documento em questão para que nosso arquivo não fique desfalcado. Recebi uma cartinha do Júlio. Vou escrever-lhe longamente. Pretendia mandar, com esta, a resposta à carta do Ruy, que já está iniciada. Creio, porém que só terminarei amanhã. Assim, ela seguirá com um pequeno atraso. Com muitas saudades de todos os amigos e abraços e beijos em penca para os pequenos e para você. O seu, Julinho.

P.S.Continuo cada vez mais decidido a proseguir o tratamento. Amanhã faço a 10a injeção da série. Agora, no correio, vejo que esqueci o documento sobre o terra fuller. Irá amanhã.

De Júlio de Mesquita a esposa, Marina Vieira de Carvalho.

Buenos Aires, 5 de maio de 1942

Embora as notícias do Raul sejam as melhores possíveis, sinto que você vai se deixando invadir por uma onda de pessimismo. Reaja, minha filha, reaja. Encastele-se na idéia de que o principal, que era a saúde dele, já conseguiu. A nossa situação é consequência do que se passa no mundo todo e, lógica e fatalmente, modificar-se-á de acordo com o desenrolar dos acontecimentos universais. Ora, estes vão tomando feitiço cada vez mais desagradável para a canalha fascista e dentro de muito pouco tempo, tornar-se-á patente aos olhos dos mais cegos, a inimitável derrota do Eixo. Então verá você o que será feito da CANALHA DITATORIAL. Não haverá forças capazes de evitar que lhes sejam pedidas contas pelos inomináveis crimes cometidos contra a nossa terra, as nossas tradições, o nosso patrimônio de dignidade, de honra e de altivez. Não se pode insultar impunemente, COMO HA

QUATRO INTERMINAVEIS ANOS VEM FAZENDO A CALIFA VARGUISTA, tudo quanto consiste a própria essência da moral, tanto pública como individual dum povo. Não se pode arrastar pela lama, as mais sagradas crenças de uma nacionalidade, sem que um dia o país se levante e reaja. Os indícios de que uma dessas manhãs acordaremos com a notícia da invasão do continente pelas forças britânicas, são cada vez mais veementes. A ofensiva da RAF, de gigantescas proporções, é cada vez mais intensa, a do exército russo, que não cessa os ataques de sondagem dos "comandos", as insistentes declarações do general polaco Sircorikei, a viagem do general Marchal, são a prova de que é iminente a constituição de uma segunda frente. E esse gesto da Inglaterra será o sinal para a declaração e aceleração dos levantes da Europa ocupada. Será também o início da intensificação do combate às ditaduras no continente europeu e FORA DELE. Os movimentos coletivos são eminentemente contagiosos. Basta que se verifique num país qualquer a vitória duma idéia ou de uma tendência, para que por toda a parte se desencadeie a luta. Depois, com a vitória de todos os monstros, a das ditaduras, é extremamente precária. Cai,

quando menos se espera e quanto mais forte parece ser. Foi assim com Rosas e com a maior parte dos caudilhos sul-americanos, da ESPECIE DO GETULIO. Não há, pois, motivos para desanimar. 42 será o ano da libertação da Europa e do Brasil. Voltou o frio. Esta noite tive que lançar mão de mais um cobertor. O pior é que se fala insistentemente em suspender o aquecimento das casas, como medida de economia de petróleo. Assinado, Julinho.

De Luiz Piza Sobrinho, ao filho, Fernando Alvares de Toledo Piza

Buenos Aires, 9 de maio de 1942

Deve chegar a São Paulo, no dia 17 deste, pelo avião da Panair, de Buenos Aires, um amigo meu, o alferes de navio Ernesto Campos, brilhante oficial da Marinha Argentina. Ele vai em viagem de turismo a São Paulo, Santos e Rio. Sou muito amigo, notadamente do tio dele, o sr. Facundo Scarela, homem de grande prestigio aqui, antigo deputado e atual diretor da "Direccion Nacional de Vialidad", organização que superintende todas as excelentes estradas de rodagem da Argentina. O sr. Facundo

simpatizou-se comigo e é meu amigo de todas as horas, sendo de extrema gentileza comigo. É grande proprietário em Córdoba e já me levou a passar uma semana em sua propriedade na Serra. Indo para aí o seu sobrinho, oficial de marinha, que é simpático rapaz, pediu-me ele que o recomendasse a você, o que faço gostosamente como uma oportunidade que se me oferece de retribuir de certo modo, um pouco das inúmeras gentilezas que lhe devo. Vou recomendar ao Alferes Campos o Hotel Esplanada e você, no dia 17 o procurará ali, levando-o a passear pela nossa cidade nos pontos mais bonitos, como Jardim América, etc. etc., e o seu I.P.T., que deve interessar a ele como oficial de Marinha. Para obter gasolina, peça auxílio do Maneco ou do Henrique Bastos. Assinado,

1
Lulú.

1.AHN-Segção de Segurança Nacional. 18.3// 5c-143. As cartas encontram-se todas transcritas pela polícia, com exceção da de Júlio de Mesquita a Marina Vieira de Carvalho, de 18 de abril de 1942, onde acompanha fotocópia.

ANEXO III

1- Nos últimos 10 anos têm-se verificado a entrada, no município, de imigrantes estrangeiros? Qual o total aproximado por nacionalidades? Alemães, japoneses, sírios, italianos, espanhóis, judeus, outros. A que atividade se têm dedicado? Agricultura, indústria, comércio(por nacionalidade).

2- Há, no município, colônias ou núcleos estrangeiros? Quais? Indicar a nacionalidade, o número de habitantes e outras informações de caráter local e nacional.

3- Qual o número aproximado de estrangeiros residentes na sede do município? Alemães, japoneses, sírios, italianos, espanhóis, judeus, outros?

4- Quais as sociedades civis, recreativas, culturais, beneficentes, etc., fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão?

5- Há sociedades civis de súditos desses países funcionando?

Quais? Declarar se foram nacionalizadas e se estão efetivamente afeitas ao ambiente nacional.

6- Há sociedades estrangeiras de outras nacionalidades? Quais? As mesmas indicações da questão anterior.

7- Há sociedades cooperativas de estrangeiros? Sua denominação, nacionalidade, número de associados, notícias gerais de organização e desenvolvimento.

8- Possuem os estrangeiros escolas particulares para a educação de seus filhos? Quantas? Por nacionalidade.

9- Indicar, por nacionalidade, quantos filhos de estrangeiros frequentam escolas públicas ou grupos escolares?

10- Há famílias estrangeiras cujos filhos não frequentam escolas?

De que nacionalidade?

11- Há no município propriedades agrícolas (chácaras, sítios ou fazendas) pertencentes a estrangeiros? Qual a denominação de cada, nome, nacionalidade do proprietário, época em que foi adquirida, distância da sede do município. Extensão, valor de aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e número de empregados estrangeiros

a seu serviço.

12- Há propriedades agrícolas arrendadas a estrangeiros? Qual a denominação, distância da sede do município, extensão, data e valor anual do arrendamento, espécie de gêneros que produz, quantidades e valor aproximado da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço?

13- Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros localizadas na mesma zona?

14- Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros que estão próximas de leitos de estradas de ferro?

15- Quais as que estão próximas a estradas de rodagem?

16- Quais as que estão próximas a aeroportos ou campos de aviação?

17- Quais as que estão próximas a usinas de eletricidade?

18- Quais as que estão próximas a rios navegáveis?

19- Quais as que estão próximas de fábricas de armas, munições ou explosivos?

20- Quais as que estão localizadas em elevações de terreno que dominem a sede do município ou as principais estradas que a esta

vão ter?

21- Há residências de estrangeiros (alemães, italianos ou japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer pontos estratégicos mencionados nas perguntas anteriores?

22- Há, no município, estabelecimentos industriais? Quais? Firma ou nome da empresa, sócios ou diretores, ramo, número de operários, quantidade e valor da produção anual.

23- Há falta de operários para a indústria?

24- Qual a percentagem, por nacionalidade, de operários estrangeiros?

25- Há falta de trabalhadores no campo?

26- Possuem os estrangeiros armas, munições ou explosivos?

27- Suas atividades ou profissões justificam a necessidade de armas munições e explosivos? Por que?

28- Os estrangeiros que vivem no município manifestam, ou manifestaram antes do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, simpatia pelas doutrinas políticas vigorantes nesses países, ou entusiasmo por seus feitos de guerra?

- 29- Há no município brasileiros naturalizados que não estejam efetivamente adaptados ao ambiente nacional?
- 30- Quais as nacionalidades que, mesmo depois da naturalização se verifica o apego do indivíduo à nacionalidade de origem?
- 31- Há no município estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivas aos interesses e à segurança do país?
- 32- Os suspeitos estão sob vigilância policial?
- 33- Há possibilidades de perturbação da ordem legal por parte de estrangeiros no momento?
- 34- Se for retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem?
- 35- Em caso afirmativo, quais as medidas preventivas aconselháveis, dada a situação do município, densidade e localização da população estrangeira e outros fatores locais?
- 36- Possuem as autoridades locais meios locais de uma ação preventiva permanente?
- 37- De que recursos carecem?
- 38- Havendo perturbação da ordem, tanto na hipótese quanto nas

hipóteses 29 e 30, poderão as autoridades do município debelá-la com seus próprios meios?

39- De que recursos, em pessoal e material, carecerão em tal emergência?

40- Há no município antigos integralistas que se mantêm fiéis à doutrina de seu extinto partido?

41- Muitos? Quais?

42- Há no município brasileiros manifestamente contrários ao atual regime político nacional?

43- Muitos? Quais?

44- Há no município brasileiros partidários na atual guerra da Alemanha, Itália e Japão?

45- Muitos? Quais?

46- Há no município brasileiros que se manifestem contrários ao rompimento de relações diplomáticas com aqueles países?

47- Muitos?

48- Qual a percentagem aproximada?

49- Há no município brasileiros que se afigurem capazes de

auxiliar estrangeiros em atividades contrárias aos interesses ou à segurança nacional?

50- Muitos? Quais?

51- Há no município elementos suspeitos de professarem ideias comunistas?

52- Muitos? Quais?

53- Há no município fábricas de armas, munições e explosivos?

Indicar, relativamente às fábricas pertencentes a particulares: nomes, nacionalidades e residências dos proprietários, sócios principais e diretores da empresa; o tipo de armas, munições e explosivos e a média da produção anual.

54- Há no município casas comerciais negociando armas, munições ou explosivos? Indicar nome da casa, firma dos proprietários ou

nome da empresa, nome e nacionalidade do comerciante, dos sócios ou dos diretores, e há quanto tempo negociam com tais artigos e o estoque atual de cada casa.

55- Quais os nomes, nacionalidades, profissões e residências das pessoas que adquiriram maior quantidade de armas, munições e

explosivos de janeiro de 1941 a junho de 1942?

56- As vendas de armas, munições e explosivos, em qualquer quantidade dependem de prévia licença da autoridade?

57- A verificação dos estoques é feita mensalmente?

58- Qual a orientação da polícia local quanto ao porte de armas?

Há liberdade? Tolerância na cidade? Na zona rural? Concessão de licença especial? Rigor na repressão?

59- Qual o número de prisões efetuadas de 1935 a 1941, por porte ou uso de armas?

60- Qual o total de armas proibidas apreendidas no mesmo período, com ou sem processo?

61- Quais os nomes e as nacionalidades dos estrangeiros autuados por porte de armas durante o ano de 1941?

62- Durante o ano de 1941 foram apreendidas armas nas residências de estrangeiros?

63- Quais os nomes e nacionalidade desses estrangeiros?

64- É o município sede de unidade ou destacamento do Exército Nacional? Qual? De Polícia ou Força Militar estadual? Qual o efetivo da guarnição?

65- De que elementos dispõe a Polícia Civil, no município?

Indicar o nome das autoridades e dos agentes.

66- Há linhas de tiro e de guerra? Denominação e frequência?

67- Há centros de preparação de oficiais da reserva?

68- Há sociedades civis de tiro? Ao alvo, aos pombos, outras?

69- Há estações transmissoras e receptoras de rádio amadores?

Quais os nomes, nacionalidade e residências dos proprietários de cada uma? Qual o seu efetivo?

70- Há no município organização de corpo de bombeiros? De que recursos dispõe? Quantos leitos tem o respectivo hospital?

71- Possui serviço de pronto socorro? De quantas ambulâncias dispõe? Quantos leitos tem o respectivo hospital?

72- Quantos e quais os hospitais existentes no município?

Indicar, relativamente a cada um, o número de leitos.

73- Quantos médicos há no município?

74- Quantas farmácias?

75- Quantos enfermeiros?

76- Há no município empresas de transporte e cargas pertencentes

a firmas estrangeiras? Quais? Indicar cada empresa, nome, firma, nomes e nacionalidades dos sócios, cidades a que servem e número e tipo dos veículos. Nos municípios onde houver muitas empresas deverá ser feita uma relação separada.

77- Há particulares - estrangeiros - que possuem automóveis, caminhões, ou embarcações? Quais? Indicar a cada um o número e tipos de veículos, natureza das embarcações e fins de sua utilização.

78- Quais os nomes do prefeito, juizes de direito, promotores de justiça, coletores, escrivãos, tabeliães, etc? Delegado de estrangeiros?

79- Quais os distritos que formam o município e qual a população de cada um?

1. Questionário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. AHN-101 1346.

CAPITULO IV

NA PRISAO

Em 1953, depois de uma espera que envolveu o exame acurado do Partido Comunista sobre seus manuscritos, sai finalmente editado Memórias do Cárcere, livro de Graciliano Ramos.

Apesar da repercussão da obra, política e literariamente, sua importância fundamental consistiu em dar o retrato nu, feito por um escritor já famoso quando preso, das condições da prisão e dos feitos da Polícia de Getúlio Vargas. Ficava agora para um público maior a narrativa pormenorizada e emocionada de uma verdade que todos sabiam existir, temiam que existisse e tentavam encobrir sob a raiz do conservadorismo político, do resguardo da imagem do grande ditador e da cumplicidade com as ações do Estado policial e totalitário.

E certo que algumas verdades apontadas por Graciliano já haviam sido reveladas por outros e denunciadas na Assembléia Nacional Constituinte que se seguiu ao Estado Novo. Mas seus

relatos tinham a peculiaridade de ser um romance. Numa linguagem que, além de denunciar a barbárie, envolvia o leitor psicologicamente. E, por isso, deixava à mostra algumas das feridas mais evidentes de uma época cuja ênfase eram os princípios de domínio totalitário.

O governo, a população, o sistema penitenciário, o judiciário, e a Polícia eram os protagonistas de um período em que a agrura dos inimigos escolhidos justificava-se sempre de uma forma circular. Isto é, os inimigos supostamente traçavam o seu destino e faziam com que as instituições e a população necessitassem estabelecer múltiplas estratégias de ação para subjugar o agente perturbador. Na verdade, as estratégias permitiam submeter o homem e a sociedade como um todo.

A Polícia, sob estes princípios, não limitava sua ação ao esquadrinhamento das cidades e do país. Do interior das prisões projetava-se a todos os indivíduos a imagem degradada e supérflua da vida humana.

AS PRISÕES

O sistema penitenciário assumia gradualmente, depois de 1930, seu papel radicalizador: colocar sob a exclusão do mundo dos vivos certas categorias da população. Todo o arcabouço que a Polícia estabeleceu no dia a dia de sua ação foi coroado ainda com a utilização de estratégias de domínio, em que as pessoas ficavam definitivamente excluídas da proteção da lei. Sob forma de vingança social e de vingança exercida pelo regime, nenhuma atenção era dada aos aspectos legais que giravam em torno das normas penitenciárias, ou dos direitos humanos. As prisões tornaram-se um verdadeiro inferno. Funcionavam como lugar de reclusão, dor e suplício.

Tecnicamente no Brasil estavam registrados como ocupantes das prisões apenas aqueles que haviam efetivamente sido condenados. O número de pessoas encarceradas, por isso, era aparentemente pequeno e, à primeira vista, não causava qualquer

surpresa. O cadastro Penitenciário e Estatístico do Brasil ¹, por exemplo, informa que em 1934 estavam cumprindo pena em todo o país ² 6 212, dos 46 228 607 habitantes, o que correspondia a 0,000103 por cento da população.

Para acomodar estes condenados e o restante dos encarcerados existiam as penitenciárias de Manaus, Maceió, Salvador, Vitória, Niterói, Ouro Preto, Uberaba, Carnaudu (São Paulo, capital), Curitiba e Florianópolis ³. E ainda a Casa de Correção do Distrito Federal e a Colônia Correccional de Dois Rios, em Ilha Grande. As Casas de Detenção do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul, com compartimento especial para os condenados, e as Casas de Detenção do Distrito Federal, São Paulo e Niterói, sem compartimentos especiais para os condenados. Havia ainda o Presídio Especial de Fernando de

1. Cadastro Penitenciário e Estatístico Criminal do Brasil. In: Almeida, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937. Vide também Inspetoria Geral Penitenciária. MJNI, caixa 80.

2. A Inspetoria afirma que os dados não são completos devido à falta de condições para o recolhimento das informações, mas assim mesmo, se aproximam bastante da realidade.

3. Na Penitenciária de São Paulo não eram internados todos os condenados pelos tribunais criminais, continuando na Casa de Detenção - Cadeia da Luz - as mulheres e os condenados aos quais faltavam menos de dois anos para o cumprimento da pena.

Noronha, os manicômios judiciários do Distrito Federal, São Paulo e Barbacena, e os presídios militares de Santa Cruz e

Fortaleza das Cobras. Nos demais estados, só as cadeias públicas, que também cumpriam o papel de manutenção dos presos, faziam as vezes de penitenciárias. (Vide anexo I sobre o local das penas determinado pelo Tribunal de Segurança Nacional.)

Os números sobre os reclusos que o Conselho Penitenciário apresentava através da Inspetoria Geral eram alheios à realidade criminal do país. A Polícia possuía o poder de promover o encarceramento de pessoas sem condenação formal da

1. A Penitenciária de Fernando de Noronha foi transformada em Colônia Agrícola de Fernando de Noronha em 22 de agosto de 1938, "destinada à concentração de indivíduos reputados como perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas". Até 1938, a jurisdição de Fernando de Noronha, que no Império havia sido destinada aos condenados por moeda falsa, era do estado de Pernambuco. Depois desta data, passou a ser administrada pelo Governo Federal, tendo como órgão superior o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 9 de fevereiro de 1942, a Colônia passou a localizar-se na Ilha Grande.

2. Francisco Campos e Marcondes Filho trataram de promover a ampliação do sistema penitenciário quando foram ministros da Justiça. O novo Presídio do DF (ex- Casa de Detenção) foi aumentado para 1560 celas e a Penitenciária Central do DF (antiga Correção) foi integrada a uma penitenciária para homens e uma para mulheres, em Bangu, com capacidade para 60 mulheres em 1939 e 120 no final de sua construção. Foi construído o Sanatório penal em Bangu e houve a reforma da Ilha Grande. In: AHN-131 160. Quando havia superlotação na Penitenciária feminina de Bangu, as mulheres acabavam alojadas na Casa de Correção. In: AHN-131 1399 GMP/ 1 125\ 43.

Justiça. Expediente que cada vez mais estava sendo usado pelas autoridades policiais. Em 1938, só na cidade de São Paulo, foram vítimas de detenções policiais e correcionais 46 336 pessoas; em 1939, 48 742; em 1940, 48 361; em 1941, 45 786; e em 1942, 47 789 indivíduos foram presos pela Polícia¹. Estes números representavam mais do que sete vezes a soma dos condenados em todo o país no ano de 1934. Mas não estavam incluídas nas estatísticas paulistanas as detenções realizadas para simples averiguação.

No interior de São Paulo, a situação não era muito diferente da capital, já que a prática policial se homogenizava em todo o país: foram feitas 35 039 detenções em 1942². A maior percentagem das prisões no interior paulista fora feita para averiguações (34%, ou 11 761 pessoas. Um procedimento enérgico da Polícia para um período de aguda vigilância e repressão policial). Do restante, o alcoolismo, a desordem e o ócio eram,

1. Estatística Criminal do Estado de São Paulo. São Paulo, Empresa Editora Universal, 1943.

2. Idem, ibidem.

por ordem de incidência, os maiores causadores de detenções, depois das prisões para averiguação.

Delito		Percentagem
Alcoolismo	11 473	33%
Desordem	7 528	21%
Ocio	1 086	3%
Desobediência	933	1%
Escândalo	511	1%
Agressão	480	1%
Insultos	478	1%
Jogo	277	1%
A ordem de outras autorid.	213	1%

Pequeno furto	195	1%
Mendicidade	98	-
Deserção	6	-
Averigrações	11 761	34%

A quantidade de condenações nem de longe poderia oferecer um retrato da criminalidade no Brasil ou mesmo a incidência populacional no interior das prisões. Sem contar com aqueles perseguidos politicamente, o número de detidos, aliado à sempre constante repressão policial nos anos 30 e início da década de 40, fazia com que a situação das prisões fosse motivo de alarde tanto dos presos como do Conselho Penitenciário.

A pior situação estava no Rio de Janeiro, capital da República. Os principais centros de alocação de detentos eram a Casa de Correção, a Casa de Detenção e a Colônia Correccional de

Em 19 de abril de 1933, o diretor da Casa de Detenção, Floriano Reis, comunicou ao Ministério da Justiça um fato que se tornara corriqueiro no estabelecimento: a superlotação. Segundo Reis, onde havia lugar para 450 pessoas, existiam, naquele momento, 917 pessoas. Quinhentas e sessenta respondiam processo, 162 estavam à disposição da Casa de Correção, 95 presos à disposição do Chefe de Polícia, Filinto Muller - como medida de ordem e segurança pública - e 40 pessoas estavam presas porque

1. A Casa de Correção do Rio de Janeiro foi criada em 6 de julho de 1850 e destinava-se, já no século XIX, à execução da pena com trabalho recluso. Em 24 de dezembro de 1941, a Casa de Correção passou a chamar-se Penitenciária Central do Distrito Federal. Em 19 de julho de 1957, Penitenciária Prof. Lemos Brito. A Casa de Correção era formalmente subordinada ao Ministério da Justiça. Em 2 de julho de 1856, foi criada a Casa de Detenção. Desde seu início, destinada à reclusão de presos legalmente enviados pelas autoridades policiais, judiciárias e administrativas do Distrito Federal. Até 1941, a Casa de Detenção estava subordinada ao Chefe de Polícia. Nesta data ela passou a se chamar Presídio do Distrito Federal, sob a jurisdição do Ministério da Justiça. A Colônia Correccional de Dois Rios havia sido criada por determinação legal em 11 de setembro de 1894, mas teve sua extinção decretada em 12 de janeiro de 1897. Sua reorganização foi autorizada em 29 de dezembro de 1902, começando a funcionar em 1903. Em 1938, a Colônia passou a se subordinar à Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, sendo extinta em 14 de setembro de 1955. De 1903 a 1934, a Colônia estava diretamente subjugada ao Chefe de Polícia do DF. De 1934 a 38, à Inspeção Geral de Polícia. Todas elas fortemente ligadas ao esquema montado pela Polícia do DF, e em terríveis condições de funcionamento.

eram comunistas declaradas .

As condições de habitabilidade eram péssimas, e se a situação já era caótica em 1933, piorou ao longo dos anos e na medida em que a Polícia agia para estender seu braço repressivo.

O Conselho Penitenciário fazia relatórios e apresentava dados apreensivos sobre a Casa de Detenção.

No ano de 1934, foram registradas 4 541 entradas na Casa de Detenção. Já em 35, subiram para 5 098, sendo que 889 pessoas estavam reclusas no dia 31 de dezembro de 1934, de acordo com o relatório de 23 de fevereiro de 1934, que o Conselho

1.AHN-MJNI, caixa 15, protocolo 1 200.

2.O Conselho Penitenciário foi criado em 6 de novembro de 1924, mas tornou-se muito mais atuante a partir de 32 e, particularmente, depois de 1934, quando foi transformado em Inspeção Penitenciária, exercendo então o controle moral sobre todos os estabelecimentos penais do país: quanto "aos federais, pela inspeção direta e geral; quanto "aos estaduais, pelo controle técnico do regime penitenciário". Até sua morte, Cândido Mendes foi o presidente do Conselho, e Lemos Brito seu eventual substituto. Em 1939, Getúlio Vargas nomeou Lemos Brito presidente do Conselho, cargo que ocuparia até 1957.

3.AHN-MJNI, caixa 79, relatório de 2 de junho de 1935.

enviou ao Ministério da Justiça .

Nas salas destinadas aos menores de 18 e 21 anos (eram 63), estava "um grupo de 15 a 20 meninos, quase nus, e em completa ociosidade", por falta "absoluta de verbas para vestí-los", segundo informações do Diretor da Detenção. Neste grupo, a prática homossexual era costante, e motivo de comércio rentável no interior das prisões. Segundo o relatório, não havia fiscalização alguma sobre as práticas "imoralíssimas". E a par do preconceito à homossexualidade que aparece muito claramente nos relatórios de Conselho Penitenciário, o que mais assustava os juristas não eram propriamente as práticas sexuais, mas as condições sub-humanas a que estavam submetidos os detentos nestas sub-habitações.

No relatório anterior, de março de 34, já havia sido

1.AHN-MJNI, caixa 79, relatório de 23 de fevereiro de 1934, há, no primeiro parágrafo, uma referência a "fatos anômalos" que estariam ocorrendo na Detenção. Enquanto em 30 de Janeiro o Conselho havia encontrado 932 detentos, em 23 de fevereiro havia 968 presos. A anomalia que o Conselho vislumbrava, entretanto, dizia respeito ao aumento do número de pessoas em um estabelecimento cuja descrição era nauseante e que fazia com que cada indivíduo fosse destituído de qualquer sentimento de dignidade: a Casa de Detenção era projetada para receber pouco mais de 400 presos.

2.AHN-MJNI, caixa 79.

registrado que as celas da segunda galeria estavam superlotadas, reunindo um número que variava de nove até vinte e sete homens. Estavam confinados num mesmo recinto de dimensões iguais (5m x 5m), com um único sanitário e nenhuma cama, e com a possibilidade de tomar banho uma vez por semana.

Sem ter sofrido nenhuma reforma significativa nos 40 anos anteriores, a Casa de Detenção passou a receber cada vez mais presos. Em novembro de 35, o Conselho acusava a permanência de 911 presos, mas em dezembro do mesmo ano o número atingiu 1 480 pessoas; uma ocorrência direta das prisões do movimento de novembro. Foi também registrada a presença de 50 a 60 presos em uma mesma cela, que, para poderem dormir, organizavam rodizio de sono¹. Na sublevação que os presos políticos promoveram em 27 de maio de 1937², a lotação do presídio chegou a 1 200 detentos.

1. In: Pinto, Heron Pereira. No subsolo do Estado Novo. Op. cit., p. 39.

2. A revolta aconteceu porque, segundo documentos do MJNI (AHN-MJNI, caixa 295), o chefe de Polícia, Filinto Müller, havia proibido as vistas. Entretanto, em cópia de documento apreendido dos presos, o movimento é explicado como uma tentativa de ganhar garantias de vida no interior da prisão, sobretudo em função da morte de Silvio Cabrera de La Vega e da gravidade do estado de saúde de Eneida Costa. Ainda segundo os documentos do Ministério da Justiça, a ala militar e civil dos presos mantiveram relações.

Não havia nenhum interesse do governo em promover qualquer reforma que possibilitasse a melhoria de vida dos presos comuns ou dos políticos. O selo penitenciário, instituído pelo decreto 24 797, de 14 de julho de 1934 - para ser cobrado em sentenças, percentagem de ingressos em jogos esportivos, corridas de cavalos, jogos de azar, etc.-, e que tanto otimismo chegou a trazer entre os membros do Conselho porque deveria ser empregado para a construção e reforma de presídios, nunca foi cobrado.¹

Nem mesmo as visitas que, separadamente, o ministro da Justiça, Vicente Rao, e Getúlio Vargas fizeram ao complexo da Frei Caneca (Casa de Detenção, Correção, Polícia do DF, Manicômio Judiciário), em 1935 ou início de 1936,² tiveram algum

..Continua....

Os da ala civil estavam armados com barras de ferro, arrancadas de suas próprias camas, e de cacetetes, tirados dos soalhos dos cubículos, sendo que teriam investido sobre os guardas da 1ª Galeria. A polícia foi chamada através da Delegacia de Ordem Política e Social e os investigadores (algumas dezenas) impuseram a ordem.

1. AHN-MJNI, caixa 362, ofício no B, de Xisto Vieira Filho, diretor da Recebedoria do Distrito Federal.

2. As visitas foram feitas em caráter reservado, portanto é difícil encontrar suas datas com exatidão. Mas elas são citadas pelo diretor da Casa de Detenção, Aloysio Neiva, em 31 de janeiro de 1936, como muito próximas uma da outra. AHN-MJNI, caixa 74.

efeito positivo sobre a vida cotidiana dos presos.

E verdade, entretanto, que foi liberado um crédito extra de 1 239 000\$000 para a Casa de Detenção e para a Polícia, com a finalidade de arcar com despesas decorrentes do "movimento extremista"¹, mas este dinheiro não mudou as condições de habitabilidade ou mesmo de higiene da prisão.

Em 12 de agosto de 1937, o capitão Agildo Vieira de Azevedo, em ofício dirigido ao Ministro da Justiça, que foi arquivado, diz da Detenção "que a comida é péssima, o sol é sonegado, há falta d'água para as necessidades higiênicas, chove dentro do pavilhão, não há roupa de cama, material para fazer a limpeza dos cubículos, além da superlotação"².

A mesma queixa faziam os presos políticos da seção militar, que ainda questionavam o Ministro da Justiça sobre o destino das verbas especiais destinadas pelo Governo Federal àquela prisão. As acusações ao diretor da Detenção, Aloysio

1.AHN-MJNI, caixa 14.

2.AHN-MJNI, caixa 68.

Neiva, eram de servir sub-alimentação infecta, inexistência de aparelhos cirúrgicos, não aviamento de receitas, não observação das receitas prescritas aos doentes, e a existência de porão de presos na Polícia Central e na Polícia Especial ¹.

Na Colônia Correccional de Dois Rios, a situação de habitabilidade não era muito diferente da encontrada na Casa de Detenção.

De acordo com Graciliano Ramos ², as condições da Ilha eram as piores possíveis e havia muito medo entre os presos da Casa de Detenção de acabarem seus dias na Colônia Correccional de

Dois Rios ³. Aliás, uma das vinganças empregadas pelas autoridades para a indisciplina dos detentos era promover a transferência

para Dois Rios ⁴. A Ilha se travestira em sinónimo de barbárie e morte, e qualquer tratamento médico mais acurado exigia a

1. AHN-MJNI, caixa 68.

2. O itinerário de Graciliano, preso em 1936 em Alagoas sem nunca ter recebido qualquer acusação formal da Polícia, foi: de Alagoas para um quartel no Recife; de lá para a Casa de Detenção no Rio (Favilhão dos Primários), a bordo do navio Manaus. Depois, para a Colônia Correccional de Dois Rios: Central de Polícia; e para a Casa de Correção.

3. Ramos, Graciliano. Memórias do Cárcere.

4. AHN-MJNI, caixa 15.

transferência do doente para a casa de Detenção ou de Correção.

Existiam castigos físicos, e O Globo, em sua matéria de manchete¹, relatou que, ao som de uma marcha, cinco presidiários, com o tronco nu, foram vergastados em 5 de abril de 1934, na presença do administrador da prisão. Em retribuição, o jornal informou que um cão protestava contra o suplício dos homens e morreu "varado à bala - centenas de correccionais, empilhados nas janelas gradeadas, assistiram ao martírio dos companheiros" e as famílias dos funcionários fecharam suas portas e janelas para afastar os gritos dos supliciados.

Na foto do jornal aparecia uma mão com uma vara dobrada (o camarão), a banda de música, e o filho de um guarda da Ilha, transportado à praia pelos detentos, em uma liteira.

A Ilha Maldita teve suas condições pioradas, na medida em que o regime de Vargas recrudeceu e Filinto Muller resolveu,

1. O jornal confirma que de tempos em tempos chegava à Ilha uma leva especial de presos que não estava condenada por vadiagem ou por ordem do Chefe de Polícia: eram os considerados mais rebeldes entre os prisioneiros da Casa de Correção e de Detenção. ARN-MJN1, caixa 42, protocolo 1567/34.

em 20 de fevereiro de 1935, que o maior número possível de presos aptos para o trabalho deveria ser transferido da Correção e da Detenção para Dois Rios ¹.

De um pequeno número de detenções (150, como relata Canepa, em 1934), Ilha Grande passou a ter cerca de 1 200 presos em 1937, segundo cálculos do próprio Chefe de Polícia. Pelas contas de Graciliano Ramos, haveria em torno de 900 homens presos e semi-vestidos, amontoados em local cujas condições eram mais próximas a um campo de extermínio lento do que a uma colônia agrícola.

As condições sub-humanas da Ilha não eram desconhecidas da população e nem se mantinham em segredo. O deputado Café

Filho, quis saber, em 1937 ², se era verdadeiro o fato de que o "dormitório fosse um barracão de zinco imprestável, tendo como próprio piso o chão que é diariamente molhado e os detidos

1. A decisão foi tomada por Muller e enviada em ofício ao Ministério da Justiça, a título de conveniência. AHN-MJJI, caixa 68, protocolo 1870/36.

2. AHN-MJJI, caixa 80. Ofício assinado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, atendendo requerimento de Café Filho, datado de 19 de fevereiro de 1937 e endereçado ao ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. (Vide anexo I sobre as leis de destinação da Colônia de Dois Rios)

dormem nesta areia úmida"¹. Muller levou dois meses e meio para
responder ao requerimento da Câmara dos Deputados² e disse que,
embora os alojamentos não fossem próprios aos fins a que foram
destinados, eram "bastante arejados, possuindo água encanada e
instalações sanitárias com rede de esgotos, sendo limpos
diariamente e visitados com assiduidade pelo médico do presídio,
que determina medidas de higiene em favor dos presos"³.

A descrição de Filinto Muller era bastante diferente das imagens que geraram as preocupações na Câmara dos Deputados, e divergente da de Graciliano Ramos, quando descreve o curral de arame onde eram depositados os homens mais doentes da Colônia:

"A direita, perto da entrada, alojavam-se as criaturas mais doentes. Em cima de uma tábua um preto novo gemia

1. Embora o presídio estivesse formalmente sob a competência do Ministério da Justiça, quem de fato controlava as prisões do Rio de Janeiro era a Chefia de Polícia do DF. E, por isso, o requerimento de Café Filho, como tantos outros, acabava sendo respondido pela Polícia, e não pelo Ministério da Justiça. (Vide anexo II sobre as leis de destinação da Colônia de Dois Rios.)

2. O ofício de resposta é datado de 30 de abril de 1937. AHN-MJNI, caixa 80.

3. AHN-MJNI, caixa 80.

e arquejava, pedindo uma injeção de morfina. Perto da grade que dava para o curral um homem pálido e magro se consumia despejando hemoptises em duas bandas de lençol presa entre as coxas. Esse pedaços de panos agitavam-se como as asas feridas; a criatura enxague suave, fechava e abria a boca, sem fôlego; a esteira da cama estava coberta com manchas vermelhas(...)

"Neves, pelos modos, era dessas criaturas ressentidas. No Pavilhão vivia à parte. E agora se desfazia nos dois pedaços de lençol, na esteira amarrada com barbante. Nenhuma queixa. O suor corria nos sulcos da pele cor de enxofre, os bugalhos sumiam-se nas órbitas profundas e a caveira estava tão visível como se expusesse um ossuário. Dentre em pouco Neves iria enterrar-se ao pé do morro, a família o procuraria em vão - ninguém se lembraria da existência dele".¹

Num livro auto-biográfico e de denúncia contra a ditadura Vargas, Heron Pereira Pinto fez um relato de como o tabálio forçado, a doença e a fome faziam parte do espetáculo de

1. Ramos Graciliano. Memórias do Cárcere. Vol II pp. 83 e 84.

miséria humana a que os presos da Colônia estavam submetidos. Sua narrativa, mesmo que anterior a de Graciliano¹, é muito próxima à do romancista, e contrária à versão de realidade que o Chefe de Polícia criou para a Ilha Grande. Segundo Heron Pinto, "400 presos políticos viviam em promiscuidade aviltante com mais 300 presos comuns, num total de 700 homens (que) penetravam num barracão infecto e de repugnante impressão"².

Longe da Ilha Grande e de Angra dos Reis, a outra prisão do Rio de Janeiro sob a tutela do Chefe de Polícia do Distrito Federal era a Casa de Correção. Ela fazia parte, junto da Casa de Detenção, do Hospital Militar e do manicômio Judiciário, de um mesmo complexo carcerário, que funcionava como uma vitrine para o governo Vargas. No complexo da Rua Frei Caneca, as condições eram similares, e a Casa de Correção não destoava das demais dependências presidiárias.

Em 1933, chegaram a ser instaladas pias e banheiros na

1. Pinto, Heron Pereira. Nos subterrâneos do Estado Novo. A narrativa de Pinto se inicia em 1935.

2. Idem, ibidem, pág. 39.

Correção, mas de acordo com seu Diretor, não adiantou muito, porque a água não tinha pressão suficiente para chegar aos reservatórios¹. Mesmo dois anos depois, não havia água encanada nas galerias e tudo o que era de cantareira e alvenaria tendia a ruir. Chovia até nas dependências da secretaria da Casa de Correção e não havia condições satisfatórias de habitabilidade, sequer para os funcionários².

Neste mesmo relatório de 1934, o diretor da Correção chega a dizer que seria bom construir um "outro estabelecimento para a regeneração dos condenados, em moldes mais práticos e mais de acordo com a civilização moderna"³.

Victorio Canepa, uma amigo pessoal de Vargas, com

1. AHN-MJN1, caixa 80. Relatório da Casa de Correção, ano de 1933, assinado pelo major Antônio Souza Nunes Filho.

2. AHN-MJN1, caixa 79. relatório da Casa de Correção, ano de 1935, referente a 1934, assinado pelo major Antônio de S.N. Filho. Esta situação era muito estranha, porque vários documentos do Ministério da Justiça indicam a remessa de verbas e a efetiva realização de uma reforma de modernização em 33. AHN-107 146.

3. AHN-MJN1, caixa 79.

1
larga experiência na administração de prisões assumiu a direção da Casa de Correção em 1937 e fez um relatório dizendo que o estado do presídio era o mais lamentável possível para acomodar os 301 presos da penitenciária .

Embora tudo indicasse que os problemas de superlotação na Casa de Correção não fossem tão graves como os da Casa de Detenção, as condições dos presos pareciam não ser muito diferentes, já que o Ministério da Justiça registrava vários pedidos de transferência da Casa de Correção para a Detenção e vice-versa .

3
Ajudava para isto o fato da Casa de Correção abrigar somente aqueles que haviam sido condenados pela Justiça e sistematicamente negar-se a receber transferidos da Casa de Detenção, sob a alegação de não ter espaço .

4

1. Canepa foi também diretor da Colônia Correccional de Dois Rios (até assumir a Correção) e superintendente em Fernando de Noronha, quando a Ilha passou às mãos do Governo Federal. Era fascista declarado, de acordo com Nasser, David. In: A Revolução dos Covardes.

2. AHN-MJNI, caixas 362 e 586.

3. AHN-MJNI, caixa 42.

4. No arquivo do MJNI, caixa 69,, encontramos uma infinidade de documentos sobre presos na Casa de Detenção que se encontravam à disposição da Casa de Correção e que não eram transferidos porque a Correção negava-se a recebê-los.

Fora deste eixo do Rio de Janeiro, onde a Chefia de Polícia intervinha diretamente, era do Recife que chegavam as informações mais sistemáticas a respeito das condições de habitabilidade do presídio, demonstrando que depois da tentativa revolucionária dos comunistas em 1935, as condições pioraram. Em outubro de 1937, 1300 presos de Pernambuco mandaram um abaixo assinado ao Ministério da Justiça dando não só conta das más condições da cadeia, mas ainda do fato de estarem encarcerados sem sumário de culpa ¹.

O Diretor do presídio do Recife era responsabilizado pela superlotação, espancamentos e assassinatos de presos, mortos depois de levados para fora da cadeia por agentes policiais e carcerários ².

A realidade da superlotação fez até com que fosse

1. AHN-MJNJ, caixa 68.

2. Embora Bezerra e Nasser devam ser lidos com uma certa distância, devido à aparente parcialidade de seus relatos, eles ilustram com riqueza de detalhes certas situações, como as condições no Recife, descritas por Bezerra. In: Nasser, David. Falta alguém em Nuremberg; e Bezerra, Gregório. Memórias.

muito comum o pedido de transferência. Numa petição conjunta de Waldemar Dinis Henriques e Romualdo Dinis Henriques, feita ao presidente do Tribunal de Segurança Nacional, em 28 de janeiro de 1939¹, foi alegado que "apesar de terem sido condenados à pena de reclusão no mesmo processo, ambos estavam em prisão celular e pediam transferência para o Presídio de Natal", argumentando serem naturais de lá; já terem cumprido mais de 3 anos de prisão no Presídio do Recife "que está superlotado e infecto" (...) "devido ao anuvião de presos comuns, vindos de Fernando de Noronha, está o presídio cheio, e os políticos aglomerados em células feitas para comportar 6 homens, contendo 15 e até 16, todos dormindo no chão".

A documentação das autoridades deixa a entender que estas condições de habitabilidade eram generalizadas para todo o país. No Rio Grande do Norte, por exemplo, para onde Waldemar e Romualdo Dinis pediam transferência, a situação era igualmente ruim. Em ofício de caráter reservado da Interventoria Federal do

1. AHN-IJ1 1409.

Rio Grande do Norte ao Ministro da Justiça, em 8 de janeiro de 1942, está registrado que "Desde muito vem se verificando a inconveniência de permanecerem nesta capital os chefes da rebelião comunista de 1935, e nas últimas semanas, em face da situação internacional e da concentração cada vez maior de tropas (americanas), que ainda se agravou tal inconveniência, dadas as condições de superlotação do Presídio, sem compartimentos especiais para o isolamento, o que dificulta o estabelecimento de rigorosas medidas proibitivas entre os sentenciados e suas famílias, adeptos ou cúmplices, etc.. 1

Aloysio Neiva, diretor da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, ao remeter um ofício a Francisco Negão de Lima, na época chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, confirmava que nada tinha a opor sobre a transferência de um tal Juvêncio de Góes Dias para a Casa de Correção, acrescentando ainda na

1.AHN-IJ1 1409, em 8 de janeiro de 1942. O ofício do interventor Rafael Fernandes Gurjão segue pedindo a transferência dos presos para Fernando de Noronha, no que foi atendido, provavelmente em virtude do acordo secreto do Brasil e dos Estados Unidos, para que fossem mantidos prisioneiros de guerra dos Estados Unidos no Rio Grande do Norte, sob a custódia do governo brasileiro.

2.AHN-IJ1 1409. A correspondência é de 18 de julho de 1939.

correspondência que "bem poderia Vossa Excelência determinar a transferência de pelo menos 1/3 dos presos políticos que aqui se acham, em número de 117".

O INFERNO DA IMPOTENCIA

O número excessivo de pessoas encarceradas dava margem à Polícia de operar em duas perspectivas diferentes. A primeira delas, a mais visível e a mais direta, era a repressão de tudo e de todos que se opusessem ou que haviam se transformado em inimigos potenciais ou objetivos do regime e de seu líder, Getúlio Vargas. A segunda perspectiva fazia parte de uma ação pretensamente secreta, mas que levava todos na sociedade a conhecer ou imaginar os perigos e a violência a que poderiam ser expostos através da exclusão impetrada pela Polícia aos considerados inoportunos pelo Estado.

O governo usava, por isso, instrumentos de violência

que asseguravam sua existência legal. Era um Estado forte, uno e idealista, que de uma maneira repetitiva forjava um projeto político calcado em postulados incontestáveis e que pretendeu transformar todos - ricos, pobres, burgueses, operários, homens, mulheres, crianças, brasileiros ou estrangeiros - em guardiães deste ideário.

A superlotação das prisões e as péssimas condições de habitabilidade eram uma mostra da onipotência e onipresença do Estado e de seu principal agente e sustentáculo: a Polícia. Na prisão, os indivíduos eram levados a perder todos os contornos de civilidade, assumindo cada vez mais sua condição animal.

Além da censura, da vigilância, do terror e das ameaças, a Polícia introduziu novas técnicas de tortura nas prisões. Sua utilização não visava obter qualquer informação. A tortura existia para esclarecer aos presos que o homem das prisões vivia agora em um mundo sem qualquer individualidade, onde toda sua impotência como ser humano estava exposta.

Esta brutalidade pretendia, sob todas as formas, provar

que existia uma maneira de penetrar no interior da mente através da dor. Uma tentativa sádica de confirmar tanto a transitoriedade da mente como do corpo, em contrapartida a um projeto político que almejava a eternidade .

1 .
Não interessava a quem esta tortura se dirigia. Sob este aspecto, a Polícia agia de forma a deixar evidente que todos eram impotentes em relação à vontade do Estado.

2
A lista das táticas de tortura praticadas pela Polícia, em especial a Polícia Política, reúne: arrancar unhas com alicate, enfiar alfinetes sob as unhas, espancar esposas ou filhas ou o próprio prisioneiro, introduzir duchas de mostarda em

1. Sobral Pinto falou sobre a tortura de Harry Berger: "foi na prisão. E inutilmente, pois a polícia pegou o arquivo completo de Berger, o arquivo completo de Prestes, o arquivo do Bom Fim, secretário do Partido Comunista. Pegaram tudo. Não havia necessidade de torturar ninguém para saberem das coisas. (...) Crueldade, pura crueldade". In: Pinto, Sobral. Por que defendo os comunistas.

2. A tortura foi oficialmente abolida no Brasil em 1821, como método de investigação e punição. Entretanto, continuou sendo utilizada e na maior parte das vezes sem distinção entre presos comuns e políticos. Neste período específico, 1935-1945, mais do que nunca os criminosos comuns se encaixavam na categoria de inimigos específicos da nação. Calcula-se que nos 15 anos do regime Vargas tenha havido pelo menos 10 000 presos políticos, embora seja difícil precisar, já que Filinto Muller, auxiliado por colaboradores próximos e por seu sobrinho, Ivens de Araújo, tenha providenciado a queima dos documentos da Chefatura de Polícia, quando deixava o cargo em 1942. Conf.: Nasser, David. Falta alguém em Nuremberg.

vagina de mulheres, queimar testículos com maçarico, extrair dentes com alicates, introduzir arame na uretra depois de tê-lo esquentado com maçarico, introduzir arame nos ouvidos; utilizar a cadeira americana (com mola oculta, que jogava o preso contra a parede), colocar máscara de couro que impedia a respiração, queimar as pontas dos seios com charutos ou cigarros, etc.

Mesmo com os pedidos de esclarecimento feitos por deputados, enquanto o Congresso ainda estava em funcionamento, o governo não deu nenhum sinal de que melhoraria o interior dos presídios. Ao contrário, seguiam-se as prisões e os crimes da Polícia, enquanto a figura de Vargas era poupada de qualquer responsabilidade aparente. Em 1963, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do ex-presidente, chegou a declarar à revista ¹ *Fatos e Fotos* "que Vargas exerceu um papel mediador no sentido de neutralizar o sistema repressivo da Polícia, que escapava de seu controle".

A ação policial caminhava como se fosse um poder

1. A entrevista está na *Fatos e Fotos* no 129, de 20 de julho de 1963. In: Camargo, Aspásia et alii. *O golpe silencioso*. p. 241.

independente, paralelo e despersonalizado. A repressão e o sofrimento não eram atribuídas aos Presidente ou ao Chefe de Polícia. Brotavam como fruto de uma ação impessoal, como algo que acontecesse por si, à revelia de qualquer fato ou vontade.

Filinto Muller se transformou em símbolo de temeridade e brutalidade para várias camadas da população. Mas o sentido da ação policial fazia com que houvesse a impressão, para outras camadas, de que aquele homem não poderia ser capaz e nem teria mãos suficientes para ser responsabilizado por tantos e tão vis crimes. Por isso mesmo não houve problemas com Muller quando foi afastado da Polícia do DF, a fim de que fosse encenada a farsa da democratização do regime e aproximação com os Estados Unidos.

Filinto foi imediatamente nomeado Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra e, no ano seguinte, presidente do Conselho

1. Esta nomeação de Muller se encaixa perfeitamente no cinismo do regime. Muller havia sido afastado em virtude da apreensão germanófila que pairava popularmente sobre o Chefe de Polícia. Seria estranho ele ocupar justamente este cargo no Ministério da Guerra, não fosse o fato de estar empenhado em tarefas repressivas internas.

Nacional do Trabalho. Foi político influente em Mato Grosso e, após o golpe de 1964, líder do governo e da Arena no Senado. Fez parte do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pelo Ministério da Justiça, em 1971¹.

A tortura no regime Vargas assumia as mais variadas formas, algumas revestidas de enorme dose de sutileza. Prestes conta que "Pessoalmente, eu não fui torturado: a minha tortura foi toda psicológica. Mas sofri maus-tratos como dezenas de outros companheiros. Houve muito assassinato, muito

espancamento². O ano de 1936 foi de repressão violenta (...). Era

uma coisa medieval³. Eu fui colocado lá junto com o Berger, que estava enlouquecido e gritava à noite. Eu gritava algumas palavras em alemão ou inglês, ele ouvia do outro lado do cubículo e se acalmava alguns minutos. Era um inferno. Queriam me

1. In: Camargo, Aspásia. Op. cit. p. 244.

2. O senador Abel Chermon denunciou que fora espancado na garagem da Delegacia, por 12 homens. Conf.: Levine, Robert M. The Vargas regime. p. 129.

3. Prestes fala da Casa de Correção.

enlouquecer"¹.

A forma de tortura mais comum e generalizada, entretanto, era debilitar ao máximo o corpo dos prisioneiros, a fim de que eles fossem morrendo aos poucos. Esta debilidade dos corpos e a consciência entre os detentos de que havia uma gradual degeneração física, fazia com que os homens se tornassem também prisioneiros de si mesmo, e que a vida da prisão se transformasse em uma luta individual pela sobrevivência.

O cárcere conseguia esvaziar as eventuais formas de solidariedade. A imposição de sofrimentos físicos causados pela fome, as péssimas condições de habitabilidade, as doenças, e o tratamento dispensado aos detentos, fazia de cada um dos prisioneiros um cadáver em potencial.

Dando uma idéia do estado de saúde a que estavam submetidos os prisioneiros, em março de 1933 a Casa de Detenção comunicou, em ofícios reservados ao Ministério da Justiça, a morte de 7 detentos. No restante dos meses, são sempre dois ou

1. Moraes, Denis de & Viana, Francisco. Prestes: lutas e auto-críticas. pp. 82-90. Citado em Camargo, Aspásia et alii. O golpe silencioso. p. 240.

três casos de falecimento, e a maior parte deles por doenças pulmonares. Na Casa de Correção, a situação não era muito diferente, e, somados todos os casos, eles chegavam às centenas ¹.

Nos officios avulsos, a tuberculose era o principal problema. Mas nos relatórios médicos, havia sonegação sobre o número de mortos.

O relatório sobre o ano de 1933, do doutor Raul Batista, médico da Casa de Correção e do major Nunes Filho, seu diretor, sequer cita a existência de óbitos entre os prisioneiros. Em 1934, o doutor Alvaro Tavares de Souza, diretor dos serviços médicos da Correção, afirma ter havido três mortes ² entre os detentos.

Os dados médicos se opunham aos officios mandados pelas prisões ao Ministério da Justiça e com o pedido de urgência que os dois relatórios fazem para mais verbas. Queriam providenciar a construção de uma ala para que pudesse ser feito o isolamento

1. AHN-MJN1, caixa 15.

2. AHN-MJN1, caixa 80 e caixa 79.

dos tuberculosos .

Na verdade, existia uma prática policial de expor os presos às doenças, fazendo com que tivessem a dimensão de sua impotência. Os próprios presos, apavorados com sua realidade, chegavam a se mostrar enojados do mundo do qual faziam agora parte. Heron Pinto diz que "Os castigos inconcebíveis, medonhos, só aplicáveis nos tempos das Tosquemada, concorriam para a debilidade orgânica, advindo-lhes as doenças. Os corpos chagados, com purulência repugnante, fedorentos, ofereciam um espetáculo tétrico que, por vezes, amedontrava. Tinha-se a impressão de que aqueles homens apodreciam em vida" .

2

Diz Agildo Barata que havia um isolamento na Casa de Correção do Rio de Janeiro, onde eram "depositados presos para que contraíssem tuberculose". Este teria sido o caso do tenente Severo Fournier, que internado "nesta jaula, verdadeiro

1."Até ser realizada a instalação de um isolamento para os portadores de moléstias infecto-contagiosas, que é necessidade elementar para a salvaguarda dos que habitam a Casa de Correção e da sociedade em geral, jamais deixarei de reclamar". AHN-MJNI, caixa 79, relatório de Alvaro Tavares de Souza.

2.Pinto, Heron. Op. cit. p. 43.

laboratório de inoculação do terrível mal, que Severo Fournier veio a contrair a tuberculose que, meses depois, iria levá-lo à tumba¹ .

Segundo Heron Pereira Pinto, as celas da Casa de Detenção do Rio de Janeiro eram "cubiculos imundos e antiquados de 5 X 5, (que) alojavam vinte a trinta detentos, numa horripilante promiscuidade". A seção militar, ex-seção das mulheres, tinha celas tão frias, "com suas paredes destilando água, que os detentos ficam, em breve, tuberculosos ou atacados por pneumonia, de ciático e de todo o seu cortejo de sofrimentos inenarráveis. Um verdadeiro suplício". Diz Heron que os presos políticos passaram, em 1936, a ser amontoados nas galerias aos "magotes de 50 e 60, dormindo alternadamente 25 e 30, algumas horas, porque era impossível até respirar". Além de não poderem

1. In: Barata, Agildo. Vida de um revolucionário. p. 203. Embora Fournier tenha falecido vítima de tuberculose, o relato de Barata parece ser exagerado. Fournier chegou a ser anistiado pela lei de 19 de abril de 1945, e veio a falecer em 1946. Hélio Silva defende a tese de que o tenente já havia contraído a doença antes de ser preso, mas que as condições de encarceramento agravaram-lhe a enfermidade. Entretanto, em A Revolução dos Covardes, livro de David Nasser, que publica o diário de Fournier, o jornalista afirma que o Tenente havia contraído tuberculose "semi-cerrado em um cubículo úmido". De qualquer forma, todos são unânimes em dizer que lhe foi negado tratamento médico.

descansar, mesmo no cimento duro e gelado, a alimentação deficiente e mal cheirosa era fornecida de 24 em 24 horas. "Nem mesmo água havia nos cubículos! Bebia-se água de descarga do water-closet"¹.

Este tipo de situação era reflexo das condições de habitabilidade. Ou seja, dadas as condições dos presídios, era mais do que natural que houvesse a disseminação de doenças. Mesmo os juristas do Conselho Penitenciário, que eram agentes e indicados pelo Governo Federal, mostravam inconformidade com o desleixo que provocava uma série de doenças.

Em um relatório enviado ao Ministério da Justiça, em 10 de junho de 1934², o Conselho Penitenciário reclamava que próximo à secretária da Casa de Correção havia um vasto chiqueiro de porcos. Um fato que comprometia definitivamente as condições de saúde da cadeia, mas que enchia de indignação o Diretor da Correção, que não via mal algum em criar os porcos nas

1. Pinto, Heron Pereira. Op. cit. p. 39.

2. AHN-MJN1, caixa 79, ofício no 590/934.

dependências do presídio. Pelo contrário, dizia ao Ministro da Justiça que higienicamente a Casa de Correção tinha melhorado muito, pois, quando assumiu o cargo, encontrou os pátios lotados de galinhas, coelhos, carneiros, muares, jumentos e um número assustador de cães .

Os juristas reclamaram até, em uma visita regular à Casa de Detenção, que dois membros do Conselho se sentiram mal. Eles tentaram permanecer na Segunda Galeria, onde os presos habitavam "verdadeiras pocilgas" e mal tinham o direito de tomar banho uma vez por semana .

A SAGA DOS DOENTES

Na Colônia Correccional de Dois Rios, praticamente não havia serviços de saúde. Existia um médico para um número

1.AHN-MJNI, caixa 79, ofício n 1597.

2.AHN-MJNI, caixa 79, 220/933.

excessivo de doentes e a estes não era dedicado nenhum tratamento especial ou confinamento. Aqueles que necessitassem de serviços cirúrgicos ou de um tratamento médico mais acurado, eram transferidos para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro¹, regalia que não era fácil de ser conseguida.

Na Casa de Detenção, as salas da enfermaria não tinham condições satisfatórias de higiene, sendo que numa delas o assoalho era mal equilibrado e trepidante. A sala de operações oferecia mais riscos do que certezas ao doente: a clarabóia de iluminação sobre a mesa operatória deixava passar por suas aberturas² 'dejeções' de pássaros. Os presos políticos da Casa de Detenção reclamavam, em 1937, que a enfermaria a eles destinada nada mais era do que um cubículo do Pavilhão dos Primários, sem conforto, sem camas suficientes, sem cobertas e sem assistência médica³. Pela narrativa dos presos políticos, a atitude da diretoria da Detenção era sempre a mesma. Além de não

1. AHN-MJN1, caixa 15.

2. AHN-MJN1, caixa 79, ofício 229/933.

3. AHN-MJN1, caixa 68.

providenciar melhorias ou condições adequadas para o atendimento médico, fazia com que os presos suplicassem ou se revoltassem para conseguir assistência.

Assim havia sido o caso do andarilho cubano Silvio Cabrera, preso pela Polícia sob suspeita de subversão, apesar dos documentos que atestavam sua condição de andarilho. Cabrera havia sido confinado há 14 meses, sem culpa formada e sem que lhe permitissem contato com a Embaixada Cubana. Gradualmente as condições de saúde do cubano foram piorando, até que ele faleceu, vítima de um edema agudo no pulmão. A denúncia dos presos era de que no presídio não haviam providenciado assistência médica e nem permitido que os três médicos detidos no Pavilhão dos Militares prestassem socorro a Cabrera. A presença de um médico só teria acontecido depois dos insistentes gritos dos presos, mas teria sido tarde demais.

Benigno Fernandes, com frequentes hemoptises, também teria sido vítima do diretor Aloysio Neiva. Encarcerado em um cubículo sem higiene e sem assistência médica, o diretor teria

decidido que Benigno lá permaneceria. Mas os presos se revoltaram e o doente foi conduzido à enfermaria, sem que deixassem de ocorrer represálias aos presos, com a suspensão do banho de sol, do passeio no saguão interno, do banho de chuveiro e das visitas familiares.

1

Neiva havia demonstrado sua onipotência em três outras ocasiões extremas, deixando claro que não havia qualquer preocupação quanto à possibilidade de sofrer algum tipo de punição devido ao estado de saúde dos presos sob sua guarda. A Eneida Costa, por mais de 10 dias o Diretor da Casa de Detenção ignorou os pedidos de transferência para tratamento de saúde aconselhado, inclusive, pelo médico do presídio. Os presos resolveram fazer uma comissão (major Alcedo Cavalcante, comandante Cascerdo, capitão Agildo Barata e Sebastião Hora) e forçar uma ida ao gabinete do Diretor. Eneida Costa foi transferida, mas a Polícia Especial foi chamada para reprimir os detentos. Novas medidas punitivas foram tomadas.

1. Aloysio Neiva era membro do Conselho Penitenciário.

Mais tarde foi o caso de José Dantas, que acabou morrendo de septicemia. Dantas estava recolhido ao Pavilhão dos Primários e teve furunculose. Como a direção do presídio resolveu que ele continuaria recolhido em seu cubículo, seu estado de saúde começou a piorar. A febre aumentou e Dantas chegou a delirar por vários dias, até que, depois de muitos protestos, ele foi encaminhado para a enfermaria da Casa de Correção. Mas novamente era tarde demais.

O terceiro episódio narrado pelos prisioneiros era de um alfaiate alagoano que havia sido preso e remetido para a Seção Militar da Casa de Detenção, sem culpa formada. Anivaldo Cavalcante Leitão era um dos que havia contraído tuberculose na prisão e, por determinação médica, internado na enfermaria. Numa noite, entretanto, chegou à Casa de Detenção uma ordem para a transferência de cerca de 40 homens para Dois Rios. O alfaiate estava entre eles. Houve protestos, mas o preso foi enviado para

Ilha Grande e morreu um mês depois .

Além da tuberculose, outra doença contagiosa infestava as prisões. Era a sífilis. No relatório de 1935 da Casa de Correção, apresentado pelo médico Alvaro Tavares de Souza, foram realizados 312 exames de sangue para obter a reação Wassermann. Pelos resultados, 127 pessoas estavam contaminadas. Dos 95 sentenciados que deram entrada em 1934, 86 apresentaram sinais de sífilis em atividade, ou seja, 90,5%, segundo os dados oficiais .

Precisa-se levar em conta, entretanto, que as condições sub-humanas se agravaram pelo comércio ilegal de menores para a prática da pederastia, que, de acordo com o relato dos presos e do Conselho Penitenciário, era muito frequente.

As prisões, neste sentido, eram um grande depósito de pessoas destinadas à degenerescência física e psíquica, a quem se reservava a sorte de uma morte gradual. Nas palavras do ditador

1. Estas informações foram retiradas de um documento produzido pelos presos políticos da Detenção, com o título "Os Fresos Políticos da Casa de Detenção ao Povo Brasileiro", e que está arquivado nos documentos do Ministério da Justiça. AHN-MJNI, caixa 68.

2. AHN-MJNI, caixa 79.

da Detenção, major Nunes Filho, "os infelizes correcionais ficavam à mercê de sua sorte, na resignação e na esperança de dias mais claros de liberdade. Apelavam para a autoridade competente afim de conseguir tratamento apropriado; o indeferimento era quase sempre a regra, com a justificativa da reclusão forçada, os rigores do castigo e da falta de segurança nos hospitais externos" ¹ .

O mapa nosográfico do serviço médico da Casa de Correção, em 1938 ² , demonstra como, apesar de todos estes casos de enfermidade, era desdenhada a assistência médica. No movimento geral da enfermaria consta que o maior número de doenças era proveniente da tuberculose pulmonar (11 casos), seguido de hernia ingual (4 casos) e outras doenças menores, a maior parte delas não contagiosas. Os números totalizavam 42 pessoas enfermas para todo o ano de 38, em meio a uma população carcerária de cerca de 300 indivíduos ³ . Os óbitos teriam sido apenas três e a sífilis

1. AHN-MJN1, caixa 75, protocolo 1932.

2. AHN-MJN1, caixa 587.

3. AHN-MJN1, caixa 586.

não chega a constar no mapa .

Nesta situação, não havia preocupação por parte do serviço médico em atender os pacientes em potencial, e ao mundo externo tratava-se de fazer afirmações que deixavam dúvidas sobre o socorro médico aos detentos enfermos.

No relatório da Correção, por exemplo, não havia menção sobre os estado de saúde mental de Harry Berger, nem do tipo de assistência que lhe estava sendo dada. Havia um parágrafo que dizia estar Berguer "recluso em uma dependência anexa à Enfermaria", onde estaria sendo regularmente visitado, sendo que ao longo do ano teria comparecido, por mais de uma vez, a comissão composta pelos doutores Heitor Carrilho, Adauto Botelho e Waldemiro Pires, a qual, por determinação do Ministro da Justiça, teria dado um parecer minucioso sobre o estado de saúde

2

do líder comunista .

Em uma carta ao Ministro da Justiça, Agamenon

-
- 1.O serviço médico também atendia os funcionários da Correção.
 - 2.ARN-NJNI, caixa 586.

Magalhães, Sobral Pinto denunciou o jogo de meias verdades e mentiras que as autoridades do regime de Vargas articulavam.

Sobral escreveu que "as autoridades federais iludem a opinião pública nacional, anunciando, oficiosamente, pela imprensa, que Harry Berger se acha bem instalado (...) o que mais me assombra é o nenhum valor da palavra oficial(...) venha comigo sem aviso prévio, à Polícia Especial, e eu o habilitarei a informar o Sr. Presidente da República que nas prisões do estado existem detidos que estão no dever de pensar que, para a administração brasileira, eles perderam a condição de criaturas humanas"¹.

Segundo Sobral, Harry Berger estava metido no socavão do lance inferior de uma das escadas da Polícia especial, na "mais absoluta segregação de todo e qualquer convívio humano, a ouvir, de momento a momento, as passadas dos soldados em trânsito sobre a sua cabeça. A roupa que traz, calça e paletó sobre a pele, ele não muda desde meses. Nela já não existe uma só superfície disponível onde se possam fixar novas sujeiras. A vista só deste

1. AHN-MJNI, caixa 295.

vestiário- se é que tais andrajos podem ser assim qualificados

-, provoca náuseas".

Até mesmo o Conselho Penitenciário alertava, em 1935, que era inconveniente para a Casa de Correção "a estadia de condenados tuberculos, que permanecessem na enfermaria, mantendo deletéreo foco de infecção e impedindo que maior seja o número de sentenciados válidos, que, em grande quantidade aguardam vaga na Casa de Detenção¹. Ou seja, não havia qualquer preocupação, nem mesmo na enfermaria, de isolar os doentes contagiosos. E certo, também, que o Conselho pretendia racionalizar a melhor maneira de utilizar estes presos, que na Casa de Correção cumpriam pena de regime celular com trabalho.

A maneira como os detentos eram tratado não fugia do conhecimento social. Vários foram os pedidos de esclarecimentos vindos da Câmara dos Deputados sobre as condições dos cárceres. Num deles, queria-se saber quantos acusados haviam sido removidos da Colônia de Dois Rios e hospitalizados, e quais as moléstias

1. AHN-MJN1, caixa 79.

que o exame médico acusou; quantos eram os presos políticos recolhidos aos presídios da Capital Federal e qual sua cota de alimentação, entre outras informações. Como de praxe, o ofício foi encaminhado do Ministério da Justiça para a Chefia de Polícia do DF e Filinto Muller acabou não respondendo justamente às indagações sobre o número de presos e as moléstias que os atingiam. Embora soubesse que do ponto de vista legal ele, Filinto, não teria autoridade alguma para decidir sobre quais as questões seria ou não conveniente formular respostas. No item sobre alimentação, o Chefe de Polícia garantiu ser esta fornecida "aos detidos eficiente(sic), sendo rigorosamente fiscalizada, sob princípios de higiene".¹

Apesar do Chefe de Polícia, as reclamações eram sistemáticas. Em 18 de janeiro de 1938, mães, esposas, noivas e filhas de 35 presos políticos de Fernando de Noronha faziam um apelo dramático ao Ministro da Justiça para que os detentos fossem transferidos da Ilha. A alegação destas mulheres era que

1. AHN-MJJI, caixa 80; ofícios de 19 de fevereiro de 1937 e de 30 de março de 1937.

lhes faltavam "as elementares condições para uma vida dignamente
sofrível, onde conhecem desde a alimentação deficiente (...) até

o tratamento braçal forçado, passando pelo humilhante intermédio

da zebra do delinquente vulgar¹. Entorpecidos pela confiança nas

leis, as trinta e cinco signatárias lembravam ao Ministro que o

lugar de cumprimento da pena não poderia distar mais de mil

quilômetros do delito².

O grande número de pedidos de transferência dava a
medida do estado de insalubridade a que homens e mulheres

estavam submetidos. Os requerimentos que vinham de Fernando de

Noronha eram, em sua maior parte, para o tratamento de saúde. E

apesar das condições a que estavam submetidos os presos do Rio de

Janeiro, era para lá que os de Fernando de Noronha queriam ir³.

A realidade das prisões dava a impressão de uma

1.AHN-MJNI, caixa 525.

2.Esta era uma norma legal, sob a qual o Tribunal de Segurança Nacional teria que se reger. Mas Agildo Barata, para usar apenas um exemplo, ficou preso no Quartel do 3o RI; na Casa de Detenção do Rio; no Navio Presídio Pedro I (várias vezes); na Casa de Detenção; na Casa de Correção; na Casa de Detenção novamente, em Fernando de Noronha; Ilha Grande; e Casa de Correção.

3.AHN-MJNI, caixa 526, pedidos de 1939.

escalada progressiva de situações mais e mais deprimentes. Enquanto os detentos do Rio de Janeiro contestavam, o mesmo acontecia com os de Fernando de Noronha, da Ilha Grande, etc., cada qual dando a impressão que o lugar de cumprimento de sua pena era o pior. Havia a ilusão de que uma mudança de lugar modificaria a situação. Afinal, era surrealista viver sob aquelas condições. Mães, esposas e irmãs de 18 presos políticos de Natal também fizeram uma petição. Queriam que estes homens tivessem o tratamento equiparado aos demais presos federais ou que lhes fosse permitida a transferência para o presídio de Fernando de Noronha.

Sob estas condições, alguns relatórios médicos apresentados oficialmente davam a impressão de que a sistemática e intermitente tortura corporal a que estavam submetidos os detentos não passava de um exercício de imaginação. Em 1936, o serviço médico da Casa de Detenção fez um relatório dizendo que "o estado sanitário é muito bom, o que demonstra a dedicação

1. AHN-MJN1, caixa 526. Prot 1481/39.

científica dos respectivos facultativos". Era uma maneira direta e clara de demonstrar que somente a imaginação dos detentos e que fazia supor a existência de condições de negligência no interior das prisões.

Mais ilustrativo ainda neste sentido foi o relatório da Casa de Correção para o ano de 1937. Nele está registrado que durante o ano, o serviço médico realizou 6 068 consultas e 7 021 curativos. Como a população do presídio girava em torno de 300 presos, houve uma média de 22 consultas e 23 curativos por preso. Só para os presos políticos, a diretoria da Correção garantiu que foram realizados 6 449 serviços médicos de vários tipos². O estado sanitário também foi considerado bom e, de acordo com o relatório, havia completa assistência no interior das prisões.

Aliás, fora com o intuito de estudar a organização médica das prisões que o Conselho Penitenciário indicava, em 2 de julho de 1935, o Dr. Décio Olynto, médico da Casa de Detenção,

1. AHN-MJN1, caixa 74.

2. AHN-MJN1, caixa 362.

para fazer uma viagem de estudos ao exterior . O país escolhido, sintomaticamente, havia sido a emergente Alemanha de Hitler.

A MISERIA DA FOME

A saga dos doentes era ainda agudizada pela alimentação servida nos presídios. Fobre, pouca e insalutífera, a comida das prisões fazia com que os detentos soubessem que, definitivamente, haviam sido excluídos do mundo dos homens. Eles mesmo reclamavam que estavam "sub-alimentados em virtude de uma comida insuficiente e às vezes em estado de putrefacção"².
Chegavam a referir-se a si próprios como cães abandonados³.

No livro de Graciliano Ramos aflora, sistematicamente, o nojo e a náusea que tomavam conta do autor na hora das refeições. O pão seco, a tintura excessivamente adocicada que era

1. AHN-MJN1, caixa 79.

2. AHN-MJN1, caixa 68.

3. Idem, ibidem.

o café e a papa em que se transformava o almoço e o jantar eram algo que só podia ser ingerido em estado de fome absoluta. Esta situação era encontrada em todos os presídios. No Rio, na Ilha Grande, em São Paulo, ou em Fernando de Noronha, em Pernambuco ou Natal, a alimentação era péssima.

O sadismo e o cinismo das autoridades chegava a tal ponto que Aloysio Neiva promoveu a supressão do jantar na Casa de Detenção. Primeiro, ele decidiu que serviria o almoço entre 15 e 16 horas; e o jantar, entre 16 e 16h30min. Como ninguém comia, o jantar acabou sendo suprimido ¹.

Com cinismo estas autoridades enfatizavam continuamente a atenção que era dispensada ao aspecto alimentar. Dizia-se que "a alimentação é cuidadosamente preparada e as dietas são cientificamente distribuídas, de acordo com as novas teorias sobre vitaminas e calorias necessárias a cada indivíduo" ². Victorio Canepa, quando foi designado superintendente de

1. In: Barata, Agildo. Op.cit.

2. AHN-MJN1, caixa 586.

Fernando de Noronha, chegou a enviar relatório ao Ministério da Justiça com a dieta dos presos. No dia 13 de junho de 1939, as refeições teriam sido: pela manhã, café com leite, pão e manteiga; no almoço, arroz, feijão, café e pão; no jantar, arroz, feijão, mate e pão. As vezes havia carne seca, e não era sempre que serviam café ou mate ¹. De acordo com esta dieta, e seguindo o regime de trabalho forçado, ficava bastante evidente, a par da qualidade da comida, que a alimentação era inadequada. Mas assim mesmo insistia-se em dizer que a "alimentação era calculada qualitativa e quantitativamente de acordo com as necessidades de vida do presidiário" ².

Vítimas da alimentação, eram muitos os casos de beriberi, uma polineurite endêmica resultante da carência de vitamina B1. Este quadro era mais dramático ainda em Fernando de Noronha, pois havia problemas para o transporte de alimentos do

1. MJNI, caixa 591. Na Casa de Correção o leite só era servido aos doentes.

2. AHN-MJNI, caixa 79, relatório dos serviços médicos da Correção, 1935.

Recife ou de Natal. O aviso da Air France é que fazia gratuitamente o traslado, em troca da manutenção de um aeroporto na Ilha. O barco "só podia conduzir ínfima quantidade de gêneros"².

Os presos naturalmente se revoltavam e diziam que "homens, mulheres, civis e militares, intelectuais e operários, jovens e adultos" - pois diziam haver entre eles jovens de 16 anos e anciãos de 86 - viam agravar-se "a alarmante penúria" de sua reclusão, "com a barbárie nefasta desse regime penitenciário". Sucursal do Inferno, nome que o senador Costa Rego tinha dado à Detenção, era para os presos "a expressão da verdade"³ do regime sob o qual estavam submetidos.

1. Pequena embarcação marítima.

2. AHN-MJNI, caixa 591, 2245/39.

3. AHN-MJNI, caixa 68; documento dos presos da Casa de Detenção ao Povo Brasileiro.

O MUNDO DAS SÚPLICAS E O FIM DA EXISTENCIA JURIDICA

Em meio a uma vida desprovida de racionalidade e repleta de seres que exerciam seus atos tendo como ponto de partida apenas a banalidade do mal¹, corria o desespero de criaturas que viam na pequena melhoria de algumas condições de encarceramento, uma luz no final do túnel. Eram as súplicas daqueles que, tendo certeza de que as autoridades ignoravam as leis e os direitos do cidadão (o Estado pairava sobre eles), apelavam para sentimentos de ordem pessoal, como última alternativa.

Um desses casos foi o de Olavo Cardoso, engenheiro carioca, que havia sido preso (não há data especificando o ano de sua prisão, mas provavelmente foi em 1935 ou 36) pela Polícia de Vargas e que contava, na época, com perfeita saúde. Em 1938,

1. Hannah Arendt fez uma análise brilhante sobre a banalidade do mal em seu livro Eichman em Israel, que coroa, de certa forma, seus estudos sobre o totalitarismo.

segundo um relato emocionado de sua esposa, Celeste Cardoso, o engenheiro teria adoecido sem ter recebido, por dois ou três anos, qualquer diagnóstico médico. Seu estado de saúde havia se agravado nos presídios de Fernando de Noronha e Ilha Grande, e Olavo Cardoso acabou sendo transferido, por ordem do Ministro da Justiça, e a pedido da mulher, para o Sanatório de Bangu. Já em 6 de maio de 1942, dias depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, foi diagnosticada uma afecção tuberculosa que atacava os dois pulmões. Celeste Cardoso, em tom desesperado, pedia ao Ministro, duas semanas depois, que seu marido tivesse um tratamento considerado privilegiado pelo regime: sem qualquer esperança de salvação, pelo estágio da doença, era requisitada permissão para que Cardoso obtivesse licença para submeter-se a tratamento "no pouco tempo de vida que lhe resta (e assim tivesse) o conforto material e moral dos entes que lhe são caros"¹.

Não havia qualquer tentativa de responsabilizar o governo pela doença, descaso e ilegalidade a que Olavo Cardoso

1. AHN-IJ1 1407, ofício 012067.

havia sido exposto. Nem tampouco as autoridades temiam que isto viesse a acontecer. Estava fora de quaisquer propósitos. Por isso, a tramitação da súplica foi novamente a de praxe. O Ministério da Justiça consultou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESFS), a quem a sorte de todo e qualquer preso estava atrelada, e coube ao chefe de Polícia da Delegacia Especial, Alcides Gonçalves Etchengoyen, tomar a decisão.

Etchengoyen argumentou que a transferência do moribundo não seria possível, porque não havia funcionários em número suficiente para fazer a vigilância no hospital, e porque os investigadores ficariam constrangidos em fazer vigília no Hospital São Sebastião, dedicado especialmente ao tratamento de doenças infecto-contagiosas¹.

A súplica não foi aceita e a negativa do Chefe de Polícia acabou sendo dada um dia depois da morte do engenheiro.

Em Dois Rios, os maus tratos eram muito evidentes; e a prática do espancamento, uma constante. De todos os detentos

1. AHN-IJI, ofício 2278, de caráter reservado.

eram muito poucos os que não estavam à disposição do Chefe de Polícia e, portanto, vivendo constantemente na esperança de ver mudar sua sorte a qualquer momento. Nos vários documentos de presos protocolados no Ministério da Justiça, alguns chegavam a pedir insistentemente por garantias de vida, devido à perseguição de guardas e policiais. Foram os casos de Fernando Costa, Jair Alves Braga, Edson Martins Coelho e Sebastião Silva¹. Todas as petições assumiam o tom de súplica e esperança de justiça, através do apelo à autoridade maior.

José Adb Had e João Valverde eram dois presos da Colônia Correccional de Dois Rios, fichados na Polícia como delinquentes comuns. Em maio de 1939, suplicavam ao Ministro da Justiça para que prestasse atenção a seu caso e de outros 500 detentos da Ilha, que como, eles estavam há mais de uma ano à disposição do Chefe de Polícia, sem nota de culpa formada.

Os dois condenados alegavam que a Polícia baseava-se na Lei de Segurança Nacional para mantê-los presos e mandar

1. AHN-MJN1, caixas 15 e 526.

"centenas e centenas de delinquentes comuns" à penitenciária de Dois Rios, por medida de Segurança Pública, "prendendo a seu bel prazer, todos os elementos que lhe caíam nas vistas, e que sejam fichados como delinquentes comuns"¹.

O regime de trabalho em Dois Rios piorava ainda mais o teor de súplica dos documentos enviados por presos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diziam eles que viviam "sob o mais tétrico labor cotidiano, como bois mansos, ou hediondos criminosos"². Assim, nas proximidades do Natal de 1938, 100 presos comuns assinaram um pedido de indulto, em nome de mais outros 100 presos, dizendo estarem todos "sem nota de culpa formada" encarcerados apenas pelo passado escuro de suas vidas e atirados na masmorra sob a égide: "a ordem do Chefe de Polícia - cujo crime só traduz pela miserabilidade, ou porque, dentre eles, muitos são fichados pela Estatística Policial".

Estes presos deixavam bem claro ao Ministro que não pertenciam ao grupo de criminosos que mereciam aquela sorte. Eles

1.AHN-MJNI, caixa 525, protocolo 1475.

2.AHN-MJNI, caixa 525, protocolo 2719.

não haviam sido presos pelo ato de qualquer crime, mas "somente dada a situação porque o país atravessava". Faziam parte da maioria que "defendeu os lares, a virtude da Pátria, e seguraram os fuzis na máguia defesa do regime, e como prêmio de sua devotada fé, muitos (eram) aleijões ou minados por contágio enfêrmico(...) Não seriam estes desamparados que iriam diluir os alicerces do Estado Novo, ou roubar, trágica ou traidoramente a vida e o vigor do regime (..), que (...) Getúlio Vargas ¹ semeou".

Os presos confiavam que sua situação não era de conhecimento das autoridades e que o Ministro da Justiça poderia poupá-los da aviltante situação a que estavam submetidos pela Polícia do DF, por puro abuso de autoridade da Polícia que denegria a imagem do regime político e do Presidente da República em quem tanto confiavam. Não havia consciência de que suas súplicas estavam contidas na condição de vida que o Estado lhes

1. Idem, ibidem.

1
reservara .

Na autoridade absoluta que a Polícia fazia questão de exercer, existia algo fundamental: acabar com a existência jurídica do homem. Era preciso esclarecer que, definitivamente, jurídica e moralmente estes homens não mais existiam. Suas vidas, pelo tratamento que lhes era reservado, estavam reduzidas à categoria puramente animal.

A lei permitia que a Polícia prendesse todo e qualquer indivíduo e o mantivesse à sua disposição. O que a lei não permitia, era que o Chefe de Polícia fosse a autoridade máxima dos presídios federais. Esta era, entretanto, a realidade dos anos Vargas.

Em resposta à denúncias feitas no exterior, de que o Brasil estaria aguardando cerca de 17 000 pessoas como presos políticos, entre elas 5 000 mulheres, Muller convocou uma

1.(...) "não existe crime nem pecado comensurável com os tormentos eternos do Inferno. Daí a perplexidade, daí a pergunta decorrente do bom senso: que crimes essas pessoas podem ter cometido para sofrer tão desumanamente? Daí, também, a absoluta inocência das vítimas: nenhum homem mereceu jamais tal coisa. E daí, finalmente, a grotesca causalidade da escolha das vítimas dos campos de concentração no reino aperfeiçoado do terror: esse "castigo" pode, com igual justiça ou injustiça, ser aplicado a qualquer um". In: Arendt, Hannah. O sistema totalitário. p. 555.

entrevista coletiva de imprensa e afirmou, sem nenhum constrangimento, no dia 6 de junho de 1936, que o número total de aprisionados no país por envolvimento comunista não passava dos 638, incluindo apenas 10 mulheres e 212 militares.¹

Além da transferência e do próprio trancafiamento, era a Polícia quem dava a última palavra sobre a conveniência ou não de soltar os detentos.

José Medina Filho, por exemplo, fora preso em janeiro de 1936, no Rio de Janeiro, e condenado a 5 anos e 4 meses de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional. Em 15 de setembro de 1942, o diretor da Colônia Agrícola do Distrito Federal, Nestor Verrissimo da Fonseca, remeteu um ofício ao Ministério da Justiça pedindo esclarecimentos sobre a situação de outros três presos e de José Medina Filho, que alegavam ter cumprido suas penas. O Ministério respondeu que Medina recebera seu alvará de soltura do Tribunal em 6 de julho de 1942, não tendo sido libertado por

1. National Archives. RG 165, 832: OCB/ 82.832.00, N 1472, roll 4. Da Embaixada Americana no Rio, ao Secretário de Estado Americano. 18 de junho de 1936.

se tratar de elemento perigo à ordem pública, segundo informações da Chefia de Polícia do Distrito Federal¹.

Assim como eram milhares os detentos sem processo formal, também os presos só eram liberados com a anuência da Polícia, consultada a Delegacia Especial de Ordem Política e Social. São muitos os telegramas vindos dos diversos presídios do país e enviados ao Ministério da Justiça, consultando sobre a conveniência ou não de liberar presos. O Tribunal de Segurança Nacional emitia o alvará de soltura, mas este não era encaminhado aos presídios. Seus diretores, com maior ou menor boa vontade, podiam fazer suas investigações para resolver a vida dos presidiários².

Algumas vezes o Tribunal de Segurança Nacional expedia os alvarás diretamente para a Polícia. No caso do preso político José Desidero da Silva, houve a emissão de alvará de soltura em

1. AHN-IJ1 1401.

2. Em telegrama do chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, o Diretor do presídio de Fernando de Noronha comunica que sobre os presos "não posso informar precisamente quais deles já terminaram pena, porque só tenho dados relativos ao início da pena de detenção, correção e outros locais de prisão" AHN-IJ1 1402.

27 de janeiro de 1943, quando ele cumpria pena na Ilha Grande. A Polícia o encaminhou para a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (em 23 de março de 43), depois para o Presídio do Distrito Federal e, finalmente, Desidero foi outra vez para a Colônia Agrícola do DF, "por medida preventiva de segurança política e social, visto não convir aos interesses nacionais, nas atuais circunstâncias, a sua libertação"¹.

Não era, portanto, nem o Ministério da Justiça nem o Tribunal de Segurança os órgãos a selarem a sorte dos presos. Ao contrário, a Polícia só dava explicações quando requisitada, uma vez que possuía autonomia absoluta para decidir sobre os detentos. Tanto é que Roberto Moreno recebeu alvará de soltura do Tribunal. O Ministério pediu informações à Polícia, já que Moreno reclamava sua liberdade, e a Polícia comunicou apenas que o preso "deixou de ser posto em liberdade por se tratar de elemento perigoso e nocivo à ordem social"².

1. AHN-IJ1 1399/GMP 512/43.

2. AHN-IJ1 1399, GPM 512/43, GPM 829 e GPM 544/43.

Nestes casos, não havia ações contestatórias de outras autoridades em relação aos mandos da Polícia. O tempo de pena imposta pelos tribunais, tanto o de Segurança como o Supremo, eram apenas indicativos para o recolhimento dos presos, já que eles nem mesmo precisavam ser julgados para permanecerem na cadeia, uma vez que não possuíam existência jurídica. A variação da pena dava-se, na realidade, segundo critérios de vontade das autoridades policiais.

Em 18 de agosto de 1939, o capitão Batista Texeira, delegado Especial de Segurança Política e Social, comunicava ao Ministério da Justiça que, por ordem de Muller estava sendo solto um tal Manoel Passos Gil, requisitado através de alvará de soltura de Fernão de Noronha para que a Delegacia Especial o libertasse. Texeira alertava, entretanto, que o preso, mesmo em liberdade, continuaria "sob as vistas da Polícia"¹

Existia de fato um jogo jurídico que o regime utilizava para continuar sua farsa e para colocar ainda mais à

1. AHN-MJNI, caixa 526.

mostra a impotência de toda a sociedade perante o Estado e seu aparato policial.

Mário Bulhões Pedreira, advogado, havia impetrado no Supremo Tribunal Federal habeas-corpus em favor de Amílcar de Castro Silva e Carlos Alberto de Araújo Werlang, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas que já haviam cumprido pena. Conseguiu o alvará de soltura e sua expedição incontinenti ao Diretor da Casa de Correção. Mas a Polícia e o Diretor do presídio foram mais rápidos; e embarcaram ambos para a Ilha de Fernando de Noronha.¹

Um golpe parecido que ignorou a vontade do Supremo Tribunal Federal (STF) foi denunciado por Sobral Pinto, em outubro de 38. O advogado havia ganho, no Supremo, habeas-corpus em favor do ex-capitão-tenente da Armada Nacional, Jatyr de Carvalho Serejo. O alvará foi expedido ao Diretor da Casa de Correção, que estava ausente naquele momento. Sobral Pinto ficou sabendo, entretanto, que seu cliente estava na lista dos detentos

1. AHN-MJN1, caixa 528, documento de outubro de 1938.

que seguiriam imediatamente para o degredo e, por isso, apelava
ao Ministro da Justiça ¹.

Estas listas de transferência de presos eram confeccionadas pela Polícia e enviadas aos diretores de presídios para que fossem imediatamente cumpridas. Determinava-se a transferência de um presídio para o outro a fim de atender a várias finalidades, de acordo com as conveniências policiais. Estas finalidades poderiam ser desde a transferência para a utilização de presos como mão de obra gratuita, ludibriar a Justiça, brincar com a vida do presidiário ou esconder presos políticos da vista pública.

Foram várias as vezes em que o Chefe de Polícia determinou a remoção de presos da Casa de Detenção e Correção para a Colônia de Dois Rios. De uma só vez foram transferidos 200 homens, já que na Ilha só "havia um efetivo correcional de 50 indivíduos, que não eram suficientes para concluir a Colônia

1. AHN-MJNI, caixa 528.

Antes do golpe de 1937, quando ainda funcionava o Legislativo, muitos deputados tentaram conter de alguma forma os desmandos da Polícia através de solicitações de informações sobre prisões efetuadas. Estes pedidos chegavam às dezenas no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diziam respeito a prisões de sindicalistas, membros de associações de classe,

invasão de sindicatos e todo o tipo de abuso que redundava na prisão ou desaparecimento de pessoas², e que deixava claro como a população estava à mercê do poder policial e dos desmandos carcerários.

Os deputados Waldemar Reikdal e Alcyr Medeiros queriam saber, em 15 de dezembro de 1934, por exemplo, quais as razões da prisão de Paulo Gonçalves de Moraes e qual o destino que a Polícia havia lhe dado. Moraes fora preso no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro, levado ao presídio Paraíso, em São

1. AHN-MJNI, caixa 80, em 23 de julho de 1937.

2. Veja a este respeito os documentos do AHN-MJNI, caixa 76.

Paulo, e nunca mais fora visto . A Polícia sequer respondeu ao ofício.

For certo, a negativa de resposta não era um subterfúgio dos policiais para esquivar-se de explicações. No caso da prisão de Orozimbo Silva Tavares no Porto do Rio de Janeiro, logo após seu desembarque de Belém do Pará, onde pertencia ao Sindicato dos Foguistas, a resposta de Filinto Muller aos deputados fora clara e destemida: Orozimbo era suspeito de ser elemento agitador e propagandista de idéias subversivas. Por isso fora convidado a comparecer à Secção de Segurança Social .

2

Havia uma série de suspeitas envolvendo a Polícia. Uma delas era de que motivos pessoais do Chefe de Polícia também influenciavam a sorte do cidadão, uma vez que a vontade pessoal, e não a lei, era o que imperava. Em 1935, Filinto era inquerido pelo deputado João Villas Boas das razões que levaram à prisão do jornalista Henrique Lamayer Monteiro, redator do jornal Município

1. AHN-MJNI, caixa 76.

2. AHN-MJNI, caixa 76.

de Corumbá, que vinha sistematicamente combatendo a candidatura
Muller para o governo do estado do Mato Grosso .¹

Agravava-se ainda a situação dos presos, pois mesmo sendo tomada alguma decisão a seu respeito, ela não era comunicada aos interessados, e todo o trâmite legal era feito em caráter reservado, quase, e às vezes, secreto. Foi o caso de José Francisco de Oliveira, um preso político confinado em Fernando de Noronha. Em 15 de setembro de 1941, sua esposa, Josefa Ferreira de Oliveira, havia encaminhado um ofício solicitando a liberdade de seu marido, pois tinha sido expedido o alvará de soltura a seu favor no dia 26 de março de 1941. Coube ao delegado de Ordem Política e Social em Pernambuco dar seu parecer, segundo o qual a detenção de José Francisco resultava da "necessidade de, prevenindo, evitar que o mesmo possa voltar a provocar agitação no seio da classe trabalhadora (...) José Francisco acha-se detido por se tratar de indivíduo perigoso à

1. AHN-NJNI, caixa 76.

ordem pública e não convir no momento sua soltura" .¹

Nada foi comunicado ao preso e seus familiares, e dois anos depois, em 21 de março de 1943, de uma forma desesperada, Josefa voltou a pedir pelo marido. A resposta continuava sendo a mesma: apesar do alvará de soltura expedido, José Francisco deveria permanecer encarcerado .²

Esta palavra final da Polícia, que selava a sorte dos detentos, era um procedimento sine qua non para a conquista da liberdade. Alguns desses indivíduos conseguiram sair da prisão, como José Rodrigues Aimoré, que depois de cumprir uma ano de pena, recebeu de Batista Teixeira, delegado Especial de Segurança Política e Social, o veredito de que "inconveniente não existe do ponto de vista político-social, na liberdade do referido indivíduo". Tudo dependia da Polícia.³

A condição de impotência a que eram submetidos os homens fazia todas as vítimas que podia no interior da farsa

1.AHN-IJ1 1399.

2.AHN-IJ1 1399.

3.AHN-MJN1, caixa 525, ano de 1939.

legal imposta pelo Estado. Era um lado cínico de exercício de poder. Um dos mais importantes advogados brasileiros, Heráclito Sobral Pinto, foi pessoalmente vítima do procedimento das autoridades, do regime e de seu cinismo.

Sobral foi preso, humilhado e acusado de agressão pelo diretor da Casa de Correção. E foi a ele, Vitório Canepa, a quem Sobral Pinto dirigiu uma carta reclamando do procedimento no tratamento dos presos e no exercício da advocacia :

(...)"Pois bem, prezado tenente Canepa, a nossa legislação penal não admite que qualquer sentenciado seja mantido numa situação de isolamento durante o dia, por tempo superior a três meses, e nem consente que o mesmo sentenciado venha a ser privado do trabalho a que está habituado.

"Estabelecendo de maneira categórica, estes preceitos que impedem a administração mergulhar um homem no isolamento e na ociosidade, os organismos de nossa legislação penal quiseram, com

1. Canepa tentara impedir que o advogado se encontrasse com seu cliente, Luiz Carlos Prestes.

isto, evitar que o sentenciado, qualquer que ele fosse, viesse a ser privado da convivência, habitual e ininterrupta, dos seus semelhantes, e das distrações insubstituíveis do trabalho pessoal. Todos sabem que o caminho mais fácil para levar um homem à loucura é mergulhá-lo na solidão, e na ociosidade forçada (...)"¹.

As colocações do advogado não provocaram qualquer mudança nas diretrizes da Casa de Correção. Ao contrário, reforçaram o novo período de perseguição aos comunistas que se instalara naquele ano. O tenente Canepa limitou-se a informar ao Ministro da Justiça sobre o ocorrido, além de prestar-lhe alguns esclarecimentos. Canepa dizia que, autorizado pelo próprio Ministro da Justiça, tinha colocado Prestes em um recinto composto de quarto mobiliado, biblioteca, sala de banho, mas que o preso "continuava incomunicável de acordo com ordens das autoridades competentes" - que no caso não eram ordens do Ministério ou do Tribunal de Segurança. A administração da

1. AHN-IJ1 1401, em 1 de junho de 1943.

penitenciária estava "impedida de distribuir trabalho ao preso Luiz Carlos Prestes, em virtude se sua incomunicabilidade por ordem superior"¹.

A carta de Caneppa esclarecia que as medidas punitivas contra Prestes estavam perfeitamente justificadas devido à existência de ordens superiores. Da mesma forma que não eram os Tribunais aqueles a darem a última palavra sobre a liberdade dos presos. Suas condições de aprisionamento não diziam respeito a lei ou a ministro, nem que este fosse o da Justiça, na época, o cargo mais importante do Gabinete Ministerial. Segundo o diretor do presídio, até mesmo as visitas de Luiz Carlos Prestes e dos demais presos políticos respondiam a "instruções do Sr. Delegado Especial de Segurança Política e Social"².

1. AHN-IJ1 1401 -G/ 5433-GMD 1125/43, de 8 de julho de 1943, classificado como documento secreto.

2. AHN-MJN1, caixa 525.

O FIM DE TUDO

No mundo criado pelos órgãos de repressão do governo Vargas, a miséria humana do intra-muros da prisão foi a tônica, a farsa jurídica, o jogo. Toda esta rede se interligava a partir de um grande pilar do sustentáculo: o poder policial que servia ao regime.

A prisão era a prova de um martírio reservado 'aqueles que não se enquadravam no novo mundo que pretendia ser construído no Brasil: o do Homem Novo, e da nova brasilidade. Por isso, os criminosos podiam ser considerados políticos ou comuns. Não havia diferença, em termos de marginalidade, pois ambos conspiravam contra a existência de um tipo de ditadura: a totalitária.

A Polícia não era nada menos do que o elemento que fundamentava o poder de Vargas, porque mantinha o terror nas ruas, fazia com que a sociedade como um todo se sentisse

impotente. Escolhia os novos inimigos a serem perseguidos e seguia, às cegas, as diretrizes impostas por Getúlio Vargas quanto aos caminhos a serem seguidos pela nação.

ANEXO I

De 1937 a 1939, através de seu Registro de Execução de Sentenças, o Tribunal de Segurança Nacional determinou que suas 2 000 penas decretadas fossem executadas na Casa de Detenção do Distrito Federal; Cadeia de São José, em Santa Catarina; Casa de Detenção de São Paulo; Casa de Correção do DF; Manicômio Judiciário; Colônia Agrícola do Distrito Federal; Penitenciária Central do DF; Hospital da Polícia Militar do DF; Colônia Agrícola do DF; Cadeia São José, em Belém; Penitenciária de Terezina; Casa de Detenção de Natal; Presídio Especial de Recife; Presídio Maria Zélia, em São Paulo; Presídio Local de Cuiabá; Penitenciária de São Paulo, Cadeia Pública de São Paulo; Penitenciária do Paraná, Presídio de Natal; Penitenciária do Espírito Santo; Penitenciária da Paraíba; Casa de Detenção de Niterói; Presídio Político de São Paulo; Delegacia Especializada de São Paulo; Sala de Detidos do DF; Cadeia Pública de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul; Cadeia do Município de Tapuí, Rio

Grande do Norte; Cadeia Pública de Itabuna, na Bahia; Cadeia de Mossoró, no Rio Grande do Norte; Cadeia de Arez, no Rio Grande do Norte; Casa de Detenção de Curitiba; Casa de Detenção de João Pessoa; Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro; Casa de Detenção de Fortaleza; Cadeia da cidade de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte; Cadeia Pública de Santana dos Matos, Penitenciária do Estado de Santa Catarina; Cadeia Pública de Luiz Gomes, Municipal de Apodé, de Luiz Gomes, Goianinha, Pau de Ferros e Belmonte, no Rio Grande do Norte; Presídio de Fernão de Noronha; Corpo de Fuzileiros Navais; Cadeia Pública de João Pessoa; Cadeia Pública de Belo Horizonte; Cadeia Pública de Marília; Colônia Curupaiti; Presídio da Marinha; Casa de Correção de Porto Alegre; Quartel do 7o Batalhão de Cavalaria; Penitenciária do Estado do Maranhão; Casa de Correção de Belo Horizonte; Batalhão de Guardas; Penitenciária de Maceió; Penitenciária Estadual de Alagoas; e Penitenciária Agrícola de

1
Neves .

1.AHN- Tribunal de Segurança Nacional. Registro de Execução de Sentenças n 1 - caixa 10751.

ANEXO II

Pela lei de 28 de janeiro de 1903, a Colônia Correccional de Dois Rios estava destinada à reabilitação, "pelo trabalho e educação, dos mendigos, do sexo masculino, vagabundos ou vadios, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões, dos que praticarem homicídio e dos menores viciosos, que forem encontrados e como tais julgados no Distrito Federal, compreendendo nessas classes: os indivíduos de qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direção dos tutores ou curadores, sem meios de subsistência por fortuna própria, ou profissão, arte, ofício, ocupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade em ociosidade; os que, por hábito, andarem, armados ou não, provocando tumultos e incutindo terror, quer aproveitando o movimento da população em festas e solenidades públicas, quer em manifestações e regozizo e reuniões populares e outras quaisquer circunstâncias; os que, tendo quebrado os termos de bem viver em que se hajam obrigados a

trabalhar, manifestarem intenção de viver no ócio, ou exercendo indústria ilícita, imoral ou vedada pelas leis; os que mendigarem tendo saúde e aptidão para trabalhar ou finjam enfermidade ou simulem motivo para comiseracão; os que habitualmente se apresentarem em público em estado de embriaguez manifesta; os que mantiverem casas de tavolagem ou vivam exclusivamente do jogo ou forem encontrados jogando na via pública; os que incindirem na sanção do título XII do código penal, respeitada, porém, a limitação estabelecida pelo art. 336 do mesmo código; os que excitarem, favorecerem ou facilitarem a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem, ainda induzirem mulheres, quer abusando de sua franqueza ou miséria, quer constrangendo-as por intimidações ou ameaças a apregarem-se no tráfico da prostituição, prestando-lhes por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para aferir, direta e indiretamente, lucros desta especulação; os maiores de 9 anos e menores de 14, inculcados criminalmente, que forem julgados nos

termos do art. 30 do código penal; os maiores de 14 anos, inculcados criminalmente, que forem julgados nos termos do artigo 30 do código penal; os maiores de 14 anos e menores de 21 que forem condenados nos termos dos artigos 399 e 49 do código penal; imprimir no detento hábitos morais de auto-coerção".

De 1908 a 1934, a Colônia de Dois Rios tinha por competência: destinada à reabilitação pelo trabalho dos contraventores neste regulamento, e como tais processados e julgados no Distrito federal. Compreendidos nessa classe: os indivíduos maiores de qualquer sexo que, sem meios de subsistência por fortuna própria ou profissão, arte, ofício, ocupação legal e honesta em que ganhêm a vida, vagarem pela cidade na ociosidade; os que, por hábito, andarem armados em correrias provocando tumultos e incutindo terror. Quer aproveitando o movimento da população em festas e solenidades públicas, quer em manifestações de regogizo e reuniões populares ou em outras quaisquer circunstâncias; os que mendigarem, tendo quebrado os termos em que se hajam obrigados a tomar ocupação,

presistirem em viver no ócio, ou exercendo indústria ilícita, imoral ou vedada pelas leis; os maiores de 14 anos e menores de 21 condenados nos termos dos arts 49 e 299 do código penal; os menores de 14 anos não serão recolhidos à Colônia e sim a estabelecimentos industriais ou de regenerados, mantidos pelo estado ou pela iniciativa privada; será julgado e punido como vadio todo aquele que se sustentar do jogo: os indivíduos classificados no artigo anterior, parágrafos primeiro, segundo e sétimo, serão condenados pela primeira infração entre os limites do mínimo e máximo de seis meses a dois anos de residência na Colônia. tendo-se em consideração a idade e sexo do processado: os mendigos serão condenados pela primeira infração nas penas do art. 399 do código penal; pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, será ele obrigado a assinar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados da primeira pena; os indivíduos classificados no art. 52, parágrafos terceiro e quarto, serão condenados como reincidentes a pena de um a três anos de reclusão na Colônia ou deportação, se forem estrangeiros; no caso de reincidência será aplicado, ao capoeira, no grau

máximo, a pena do art. 4 do código penal; os maiores de 14 anos poderão ser conservados na Colônia até a idade de 21 anos; a pena imposta ao mendigo ficará extinta se o condenado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistência.

BIBLIOGRAFIA

1. Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
2. Abrams, M.H.. The mirror and the lamp: Romantic theory and critical tradition. London, Oxford, New York, Oxford University Press, 1980.
3. Aguiar, Anésio Frota. História da Polícia Civil da Bahia Policia: registros e correspondências. Bahia, Secretaria de Segurança Pública. . 1978 (?).
4. Almanaque Lammert, Distrito Federal, 1937.
5. Alonso, Anibal Martins. Organização policial; história, legislação, administração. Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos, 1959.
6. Amaral, Azevedo. Getúlio Vargas: o estadista. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1941.
7. Andrade, Benevides. 1914, chave de cadeia. Rio de Janeiro, Ed. Helios, 1963.

8. Arendt, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
9. Arendt, Hannah. Crises da República. São Paulo, Perspectiva, 1973.
10. Arendt, Hannah. Entre o passado e o futuro. Coleção Debates. São Paulo, 1972.
11. Arendt, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
12. Barata, Agildo. Vida de um revolucionário (memórias). Rio de Janeiro, Editora Melsos S.A., s.d.
13. Barreto, Carlos Eduardo (coord.). Código Penal. São Paulo, Edição Saraiva, 1970.
14. Bausbaum, Leôncio. Uma vida em três tempos (memórias). São Paulo, Alfa -Omega, 1976.
15. Benjamin, Walter. Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodore Adorno, Jurgens Habermas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

16. Bezerra, Gregório. Memórias. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
17. Bosi, Ecléa. Memória e sociedade, lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1983.
18. Brasil, Deusdedid Moura. Um chefe de polícia. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 27 de agosto de 1939, v. 1, no 1, p. 5.
19. Brito, José Gabriel de Lemos. A questão sexual nas prisões. Rio de Janeiro, Livraria Jacintho, 1943(?).
20. Brito, José Gabriel de Lemos. Les prisons du Brésil: brève exposition écrite par invitatioes..... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930.
21. Bresciani, Maria Stella Martins. As voltas de um parafuso. Revista Ciência e Cultura, 30(8), agosto de 1978. São Paulo, SBFC.
22. Chauí, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Editora Moderna, 1980.

23. Chauí, Marilena de Souza. Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo. Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty. São Paulo, Brasiliense, 1981.
24. Calvino, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
25. Câmara, Alfredo Arruda. As polícias militares: discurso pronunciado na sessão de 5 de setembro de 1935. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
26. Camargo, Aspásia et alii. O golpe silencioso: as origens da república corporativa. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.
27. Campos, Francisco. O estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro, José Olympo, 1940.
28. Campos, Reynaldo Pompeu. Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro, Achimé, 1982.
29. Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo. Unicamp, tese de mestrado, mimeo, 1984.

30. Cardoso, Adriana, Siqueira. A política migratória brasileira; de 1921 a 1945. Brasília, UnB, mimeo, 1989.
31. Carneiro, Augusto Accioly. Os penitenciários, a alma do condenado, o regime celular. Rio de Janeiro, H. Velho, 1930.
32. Carneiro, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945). São Paulo, Brasiliense, 1988.
33. Carone, Edgar. O Estado Novo (1937 - 1945). Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1977.
34. Carone, Edgar. O P.C.B. (1922 a 1943). Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1982.
35. Carone, Edgar. A República Nova (1930-1937). São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1976.
36. Carvalho, José Murillo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
37. Carvalho, Valdir Barbosa. Lições de Polícia urbana de várias autoridades no assunto. Ceará, Ramos & Porchain, 1938.
38. Cernicchiaro, Luiz Vicente. Estrutura do direito penal. São Paulo, Bushatsky, 1976.

39. Coniff, Michael L.. Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1925 -1945. Pittsburgh, Univerdity of Pittsburgh Press, 1981.
40. Costa, Auri Moura. Adaptação do sistema penitenciário no estado. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
41. Cruz, Heloisa de Faria. Mercado e Polícia - São Paulo, 1890/1915. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.7, n 14, março/agosto de 1987.
42. David, J. Goldberg & Rayner, John D.. Os judeus e o judaísmo: história e religião. Rio de Janeiro, Xenon ed., 1989.
43. De Decca, Edgar. 1930, o silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1980.
44. Delegacia Especial de Segurança Pública e Social. Rio de Janeiro, Polícia Civil do DF., 1943.
45. Departamento Federal de Segurança Pública. Arquivos do Departamento Federal de Segurança Pública; direito, medicina legal, criminologia, técnica policial. Rio de Janeiro, Departamento Federal de Seg. Pública, 1936 - 1945.

46. Departamento Federal de Segurança Pública. Polícia política preventiva. Rio de Janeiro, 1943.

47. Departamento Federal de Segurança Pública. Polícia Política preventiva. Serviço de inquéritos político-sociais; programa, organização e realização. Rio de Janeiro, 1939.

48. Departamento Federal de Segurança Pública. Portarias do Chefe de Polícia. Janeiro de 1937 a maio de 1940. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação.

49. Donzelot, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

50. Dulles, John W.F.. Anarquistas e comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

51. Dulles, John W.F. O comunismo no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

52. Duprat, Catherine. Punir e curar: em 1819, a prisão dos filantropos. Revista Brasileira de História, São Paulo, V.7, no 14, março/agosto de 1987.

53. Estudos e instruções sobre espionagem. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
54. Espinosa, Babuch. Tratado teológico político. Buenos Aires, Acervo Cultural Editores, 1977.
55. Falcão, João. O partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
56. Fausto, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São paulo (1880 -1924). São Paulo, Brasiliense, 1984.
57. Fernandes, Heloisa. A força pública de São Paulo: determinações e fundamentos históricos, 1831 - 1926. São Paulo, 1972.
58. Férída, Pierre. Le concept et la violence. Paris. Union Générale d'Édition, 1977.
59. Fonseca, Guido. Contribuição à história do departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC. Separata dos Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. vol. XXXIX - 1982.
60. Fonseca, Guido. DOPS - um pouco de sua história. São Paulo, Revista ADPESP, ano 10, no 18, dezembro de 1989

61. Foucault, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Grail, 1979.
62. Foucault, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1977.
63. Fundação Getúlio Vargas - Cpdoc. Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1984.
64. Gabinete de Investigações da Polícia do Estado de São Paulo. Polícia. São Paulo, 1936 e 1937.
65. Gambini, Roberto. O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no estado Novo. São Paulo, Símbolo, 1977.
66. Gégot, Jean Claude. Storia della criminalità: le ricerche in Francia. Quaderni Storici, Italy, 1981.
67. Gomes, Angela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
68. Gomes, Angela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

69. Goulart, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo, Marco Zero, 1990.
70. Handa, Tommo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
71. Hall, Michael M. & Pinheiro, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. Coleção remate de Males. Número 5, 1985.
72. Hall, Michael & Pinheiro, Paulo Sérgio. The control and policing of the working classe in Brazil. Univ. of Warwick, sept. 1983, mimeo.
73. Havel, Vaclav. Lettre ouverte à Gustav Husak. Paris, Calmann-Lévy, 1989, 1990.
74. Hay, D., Linebaugh, F & Thompson. Albion's fatal tree: crime and a society in eighteenth century in England. London, Aflan Jane, 1975.
75. Henriques, Affonso. Ascensão e queda de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro- São Paulo, Record, s/d.

76. Hilton, Stanley. Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

77. Itagiba, Ivair Nogueira. Delinquência e responsabilidade (comentário à legislação penal (brasileira)). Rio de Janeiro, 1942.

78. Ignatieff, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.7, no 14, março/agosto de 1987.

79. Ignatieff, Michael. A just measure of pain.: the penitentiary in the industrial revolution (1750-1850). New York, Columbia University Press, 1978.

80. Ingraham, Barton L.. Political Crime in Europe. A comparative study of France, Germany and England. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1979.

81. Kohn, Hans. The age of nationalism: the first era of global history. New York, Harper and Row, 1968.

82. Laverhass, JR. Ludwig. Getúlio Vargas and the triumph of
brasilian nationalism: a study on the rise of the nationalist
generation of 1930. Ann harbor, Greenwood press, 1968.
83. Lefort, Claude. A invenção democrática: os limites do
totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1983.
84. Lenharo, Alcir. Sacralização da política. Campinas, Papirus,
Editora da Unicamp, 1986.
85. Leonard, Vivian Anderson. The police, the judiciary and the
criminal. Springfield, C.C. Thomas, 1975.
86. Levine, Robert M.. The Vargas Regime. New York and London,
Columbia University Press, 1970.
87. Lessa, Orígenes. Getúlio Vargas na literatura de cordel. São
Paulo, ed. Moderna, 1982.
88. Lima, Elça Mendonça. Origens da Prisão Feminina no Rio de
Janeiro. Rio de Janeiro, OAB/Rio, 1983.
89. Lima, Renato Augusto de. Memórias de um delegado (de
polícia). Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1972.

90. Lowy, Michael. Redenção e utopia: o judaísmo libertário da Europa Central: um estudo de afinidade eletiva. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
91. Lyra, Roberto. Penitência de um penitenciário. São Paulo, s/e, s/d.
92. Lyra, Roberto. Polícia e Justiça para o amor: polícia criminal, artística e passional. Rio de Janeiro, A Noite. s/d.
93. Loewenstein, Karl. Brazil under Vargas. New York, Russell & Russell, 1942.
94. Machado, Rogério. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Chefe de Polícia, Capitão Ernesto Dorneles, sobre trabalhos realizados em 1936. Belo Horizonte, 1937.
95. Magalhães, Marionilde Dias Brepohl de. Velhos e novos nacionalismos: heimat, vaterland, gastland. Campinas, mimeo, s/d.
96. Melossi, Dario & Panarini, Massimo. The prison and the factory: origins of the Penitentiary System. London, The Macmillan Press LTD, 1981.

97. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivos do Ministério da Justiça e Negócio Interiores. Rio de Janeiro, MJNI.
98. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Simpósio Penitenciário. Rio de Janeiro, 1956.
99. Miotto, Arminda Bergamini. A Polícia Penitenciária do Ministério da Justiça. Goiânia, Editora UFG, 1983.
100. Moraes, Bismael B.. Direito e Polícia, uma introdução à Polícia Judiciária. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1986.
101. Nasser, David. Falta alguém em Nuremberg. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1966.
102. Nasser, David. A revolução dos covardes. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1947.
103. Neder, Gislene; Naro, Nancy P. & Silva, J.L. Werneck da. A polica na corte e no Distrito Federal: 1831 - 1930. Série estudos. PUC/ Rio de Janeiro, 1981.
104. Noções sobre medicina legal e polícia técnica. 1943.
105. Nogueira, Olinto. Polícia técnica, base para criação da escola técnica de detetives. Rio de Janeiro, Renascença, 1934.

106. Nunes, J. de Castro. Alguns homens do meu tempo e impressões. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
107. O'Brian, Patricia. The Promise of punishment: prisons in the Nineteenth-Century France. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1982.
108. Oliveira, Lúcia Lippi. Autoridade e Política: o pensamento de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
109. Oliveira, Lúcia Lippi. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: Estado Novo ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
110. Olmo, Rosa del. America Latina y su criminologia. Mexico, Siglo Veintiuno Editores S.A., 1984.
111. Paulo, Heloisa Helena de Jesus. Ideologia e propaganda estatal (1939/1945). Revista Brasileira de História, São Paulo, v.7, no 14, março/agosto de 1987.
112. Pedreira, Rolando. Lições de policia prática, seguidas de uma galeria dos principais habitues das prisões do Distrito Federal. Rio de Janeiro, Ed. da Gazeta Policial, 1935(?).
113. Ferrot, Michelle. Os excluidos da história: operários,

mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

114. Peters, Edward. Tortura. São Paulo, Atica, 1989.

115. Pimentel, Camillo Mendes. Tribunal de Segurança Nacional, memorial, referência e julgamentos. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1943.

116. Pinto, Heráclito Fontoura Sobral. Porque defendo os comunistas. Org. Ary Quintella. Belo Horizonte, Ed. Comunicação, UFMG, 1979.

117. Pinto, Heron Pereira. No subsolo do Estado Novo. s/e, 1950.

118. Polícia. Rio de Janeiro, s/ed., 1936-1937.

119. Polícia Civil do Distrito Federal. Polícia Preventiva. Serviço de inquéritos policiais. Programa de organização e realizações. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1939.

120. Polícia Civil do Distrito Federal. O SIPS e suas finalidades. Rio de Janeiro, Polícia Civil do DF, 1940.

121. Polícia Militar do Distrito Federal. Rio de Janeiro, s/ed., 1932.

122. Polícia Militar do DF. Polícia, compêndios, manuais, etc.: Estudos sobre o combate de rua e a guerrilha e fichas para o combate de rua. Rio de Janeiro, 1945.
123. Polícia Política. Rio de Janeiro, s/ ed., 1937-1940.
124. Fy, Aurélio da Silva. A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Livraria do globo, 1942.
- Ramalho, José Ramalho. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
125. Ramos, Graciliano. Memórias do cárcere. São Paulo, Record, 1987.
126. Rebelo, Marques. O espelho partido. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, três volumes.
127. Ribeiro, Luis Armando Lopes. Polícia de rua: destinada aos comissários e agentes de polícia, às polícias militares, às guardas civis e à polícia municipal. Rio de Janeiro, Tipografia da Polícia Militar, 1935.

128. Romano, Roberto. Conservadorismo românico: as origens do totalitarismo. Coleção Primeiros Vôos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
129. Ry, Leite. Flagrante da cidade maravilhosa. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
130. São Paulo, Secção Penal. Serviço de polícia e de segurança do estabelecimento. Ed. Oficial, São Paulo, 1937.
131. Schandler, Judith E.. Les métaphores de l'organisme. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1971.
132. Secretaria da Justiça do estado da Guanabara. Execução penal na Guanabara. Rio de Janeiro, 1971.
133. Seitenfus, Ricardo Antônio. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na IIa Guerra Mundial. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985.
134. Silva, Hélio. 1933, a crise do tenetismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

135. Silva, Hélio. 1934, a Constituinte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
136. Silva, Hélio. 1935, a revolta vermelha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
137. Silva, José Wilson da. O reacionarismo militar na terra de Santa Cruz. Porto Alegre, Sulina, 1989.
138. Silva, Osmar Romão de. Curso de Polícia. Porto Alegre, Livraria Globo, 1944.
139. Sorel, Georges. Reflexiones sobre la violencia. Madrid, Alianza Editorial, 1976.
140. Spencer, Roque & Barros, Maciel de. O fenômeno totalitário. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1990.
141. Tavares, José Nilo (org). Novembro de 1935, meio século depois. Petrópolis, Vozes, 1985.
142. Terra, Sylvio. O detective e sua formação cívica, moral, intelectual. Rio de Janeiro, Grafica Gurany, 1940.

143. Terra, Sylvio. A polícia e a defesa social. Rio de Janeiro, Gráfica Guarany, 1939.
144. Terra, Sylvio & Mac Cord, Pedro. Polícia, lei e cultura. Rio de Janeiro, Graf. Guarany, 1939.
145. Torres, Alberto. A organização nacional. Brasília, Editora Universitária de Brasília; São Paulo, Nacional, 1982.
146. Torres, Alberto. O problema nacional brasileiro. Brasília, Editora Universitária de Brasília, São Paulo, Nacional, 1982.
147. Torres, André. Exílio na Ilha Grande, depoimento de um presidiário. Petrópolis, Vozes, 1979.
148. Trento, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo, Nobel & Instituto Cultural Italo Brasileiro & Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1988.
149. Trindade, Héglio. Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1979.
150. Vargas, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio.

151. Vasconcellos Filho, J.I. Cabral de. Da revolução de '30 ao terror do Estado Novo. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra, 1982.
152. Velho, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo/ Rio de Janeiro, Difel, 1979.
153. Velloso, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Estado Novo ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
154. Vianna, Deocélia. Companheiros de viagem. São Paulo, Brasiliense, 1984.
155. Vieira, Hermes & Silva, Oswaldo. História da Polícia Civil de São Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1955.
156. Whitaker, Edmur de Aguiar. O caso do Viaduto do Chá. São Paulo, Tip. do Gabinete de Investigações, 1943.
157. Whitaker, Edmur de Aguiar. Laudo de perícias de antropologia criminal. São Paulo, Tipografia do Gabinete de Investigações, 1943.